



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
DOUTORADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

MAIARA DA SILVA LEMOS

**A LÍNGUA VINDA D'ALÉM-MAR:
EDIÇÃO, ESTUDO PALEOGRÁFICO-DIPLOMÁTICO DE MANUSCRITOS DE
PORTUGUESES NO BRASIL COLONIAL E DESCRIÇÃO DA COLOCAÇÃO DE
CLÍTICOS**

VOLUME I

Feira de Santana – BA
2025

MAIARA DA SILVA LEMOS

**A LÍNGUA VINDA D'ALÉM-MAR:
EDIÇÃO, ESTUDO PALEOGRÁFICO-DIPLOMÁTICO DE MANUSCRITOS DE
PORTUGUESES NO BRASIL COLONIAL E DESCRIÇÃO DA COLOCAÇÃO DE
CLÍTICOS**

VOLUME I

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), como requisito para obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Zenaide de Oliveira Novais Carneiro

Coorientadora: Profa. Dra. Alicia Duhá Lose

Feira de Santana – BA
2025

Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

Lemos, Maiara da Silva
L578 A língua vinda d'além-mar: edição, estudo paleográfico-diplomático de manuscritos de portugueses no Brasil Colonial e descrição da colocação de clíticos / Maiara da Silva Lemos. - 2025.
2v.: il.

Orientadora: Zenaide de Oliveira Novais Carneiro
Coorientadora: Alícia Duhá Lose

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Feira de Santana.
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2025.

1. Colocação de clíticos. 2. *Corpora* diacrônicos . 3. Edição semidiplomática. 4. Português brasileiro. I. Carneiro, Zenaide de Oliveira Novais , orient. II. Lose, Alícia Duhá , coorient. III. Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. IV. Título.

CDU: 806.90

Rejane Maria Rosa Ribeiro – Bibliotecária CRB-5/695

TERMO DE APROVAÇÃO

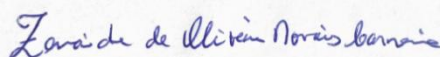
A LÍNGUA VINDA D'ALÉM-MAR: EDIÇÃO, ESTUDO PALEOGRÁFICO-DIPLOMÁTICO DE MANUSCRITOS DE PORTUGUESES NO BRASIL COLONIAL E DESCRIÇÃO DA COLOCAÇÃO DE CLÍTICOS

MAIARA DA SILVA LEMOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), área de concentração “Linguagem e Sociedade”, linha de Pesquisa “Variação e Mudança Linguística no Português”, como requisito para obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos.

Aprovada em 18 de fevereiro de 2025.

Banca Examinadora:



Prof. Dra. Zenaide de Oliveira Novais Carneiro
Orientadora – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)



Prof. Dra. Alícia Duhá Lose
Coorientadora – Universidade Federal da Bahia (UFBA)



Prof. Dra. Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda
Membro Interno – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)



Prof. Dra. Huda da Silva Santiago
Membro Interno – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)



Prof. Dr. Leonardo Lennertz Marcotulio
Membro Externo – Universidade Federal de Alagoas (UFRJ)



Prof. Dr. Rui Marcos Moura Lima
Membro Externo – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

À Família Lemos,
*(pais, avós, irmãos e tios...),
base de minha existência e privilégio no compartilhamento desta vida.*

À Larissa Carolina,
*companheira de vida,
fonte inesgotável de apoio em todo o processo de construção desta pesquisa.*

À Profa. Dra. Zenaide de Oliveira Novais Carneiro,
*por ser guia pelos caminhos da pesquisa desde a iniciação científica.
Pela orientação e confiança depositada em mim.*

AGRADECIMENTOS

O comprometimento com um trabalho tão sério como a pesquisa em nível de doutorado exige a consciência de que surgirão desafios — tanto na pesquisa quanto na vida. Para alguns desses desafios, podemos estar preparados; outros, contudo, demandarão apoio. Assim, agradeço a Deus e a toda a espiritualidade que me cerca e me fortalece sempre que preciso, bem como por colocar em meu caminho pessoas que vêm para somar.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UEFS e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), pelo financiamento concedido por um ano. Expresso minha gratidão pela experiência, orientação, apoio e confiança da Profa. Dra. Zenaide Carneiro e da Profa. Dra. Alícia Duhá Lose. Pelas valiosas contribuições durante a banca de qualificação, agradeço à Profa. Dra. Huda Santiago, à Profa. Dra. Telma Magalhães e ao Prof. Dr. Marco Antônio Martins. Pelas contribuições na banca de defesa, agradeço ao Prof. Dr. Leonardo Marcotulio, ao Prof. Dr. Rui Marcos Moura Lima, à Profa. Dra. Huda Santiago e à Profa. Dra. Mariana Fagundes. Agradeço também ao Prof. Dr. Aroldo Andrade pelo trabalho dedicado na leitura da tese durante o período de preparação para a qualificação.

Agradeço à Thayse Ribeiro, pela produção do quadro de *scriptores* do Projeto *Post Scriptum (PS)*, que foi fundamental na conferência dos perfis previamente selecionados; à historiadora e paleógrafa Natália Casagrande Salvador, residente em Lisboa, que acompanhou a Profa. Dra. Alícia Duhá Lose aos arquivos para obtenção de registros de maior qualidade; e aos professores doutores Afrânio Barbosa e Leonardo Marcotulio, por gentilmente concederem versões editáveis de suas pesquisas, facilitando o trabalho de coleta dos dados.

Sou grata à minha família, por sempre me apoiarem e incentivarem. Ao meu querido “tio-amigo” Rebert, pela tradução e revisão do *abstract* e pelas conversas frequentes. À minha grande amiga-irmã Bruna Santos, pelo acolhimento e leitura afetuosa de minha tese. Agradeço também aos novos amigos — Natália, Klepper, Dário, Alexandre e Gustavo — por tornarem mais leves os compromissos de trabalho, ouvirem, acolherem e torcerem por mim ao longo desta jornada.

Por fim, agradeço profundamente à Larissa Carolina, minha companheira de vida, por estar ao meu lado e partilhar dos desafios e alegrias desde o primeiro dia do doutorado. Larissa tem sido minha força e luz nesses últimos anos, oferecendo suporte emocional e prático, facilitando o cotidiano e tornando a rotina mais leve. Além disso, colaborou com os recortes das imagens dos apêndices e, com seus conhecimentos avançados em Excel, foi essencial na produção dos gráficos. Jamais terei palavras suficientes para expressar minha gratidão por tudo.

RESUMO

Esta tese explora a colocação dos clíticos em orações finitas, formadas por verbo único e por grupos verbais, em *corpora* constituídos por documentos escritos no Brasil Colonial por portugueses de diversas estratificações sociais. A pesquisa fundamenta-se nos pressupostos da linguística histórica de carácter sócio-histórico (Mattos e Silva, 2008) e retoma a observação apontada por Ivo Castro (1996), ao defender que, para entender a realidade do português brasileiro (PB), “há que determinar qual o tipo de português que foi efectivamente transportado nas caravelas” (Castro, 1996, p. 4). Isso equivale, conforme Ribeiro (2015 [1998]), a indagar qual português serviu de base para que o PB viesse, afinal, a ser originado após passar por mudanças no Brasil. Os *corpora* da pesquisa são compostos por 233 documentos autógrafos e apógrafos, organizados em dois conjuntos: i. a *Coleção Documental de Portugueses no Brasil Colônia*, que reuniu fac-símiles de documentos avulsos localizados em bases de dados de arquivos, sem tratamento textual ou editorial prévio, sendo submetidos à edição semidiplomática e à análise paleográfico-diplomática, de carácter não exaustivo; ii. documentos já editados por outros pesquisadores (Barbosa, 1999; Marcotulio, 2008; CLUL, 2014), disponibilizados com tratamento textual adequado à pesquisa linguística, cuja edição foi realizada de forma conservadora e considerada confiável. Os resultados, nas construções com verbo único, mostraram que os padrões de colocação de clíticos em amostras do português no Brasil seguem os mesmos padrões presentes na escrita de portugueses em Portugal, nos contextos de sentenças com verbo em posição inicial absoluta e nos ambientes em que a próclise é obrigatória. Nos contextos de variação, as similaridades com o português europeu ocorreram em sentenças principais com verbo precedido de elementos neutros. Já nas ocorrências em orações segundas coordenadas e, principalmente, nas sentenças principais com verbo precedido por oração dependente, a próclise foi prevalente em praticamente todos os tempos verbais. Notou-se, também, que é entre o final do século XVIII e o início do século XIX que a ênclise começa uma ascensão mais significativa nos textos desses imigrantes portugueses. Vale ressaltar, ainda, que fatores como a estratificação social do *scriptor*, bem como sua localização de nascimento, não apresentaram influências relevantes na colocação dos clíticos. Nas construções com grupos verbais, uso da próclise ao primeiro verbo é amplamente majoritário. Por fim, percebe-se que, entre meados do século XVI e o século XVIII, os padrões de colocação se relacionam ao português clássico (PCl) e, no século XIX, nota-se a convivência de padrões do PCl e do português europeu (PE) contemporâneo.

Palavras-chave: colocação de clíticos; *corpora* diacrônicos; edição semidiplomática; português no Brasil.

ABSTRACT

This PhD dissertation investigates the placement of clitic pronouns in finite clauses, both with simple verb forms and verbal groups, within *corpora* composed of documents written in Colonial Brazil by Portuguese from diverse social strata. The study is grounded in the principles of Historical Linguistics from a socio-historical perspective (Mattos e Silva, 2008), and it revisits the observation made by Ivo Castro (1996), who argued that understanding the reality of Brazilian Portuguese (BP) requires identifying "the type of Portuguese that was effectively brought on the caravels" (Castro, 1996, p. 4). According to Ribeiro (2015 [1998]), this entails determining which variety of Portuguese served as the basis for the eventual emergence of BP after undergoing transformations in Brazil. The research *corpora* comprise 233 autograph and apograph documents, organized into two sets: i. the *Coleção Documental de Portugueses no Brasil Colônia*, consisting of facsimiles of individual documents retrieved from archival databases, previously unedited or untreated, and thus submitted to semi-diplomatic editing and non-exhaustive paleographic-diplomatic analysis; ii. documents previously edited by other scholars (Barbosa, 1999; Marcotulio, 2008; CLUL, 2014), made available with textual treatments deemed appropriate for linguistic research, and edited conservatively and reliably. Findings from the simple verb constructions show that clitic placement patterns in samples of Portuguese written in Brazil align with those found in contemporaneous Portuguese writings from Europe — especially in clause-initial verb contexts and environments requiring obligatory proclisis. In variable contexts, similarities with European Portuguese were noted particularly in main clauses where the verb is preceded by neutral elements. In contrast, proclisis predominates in coordinated second clauses and especially in main clauses preceded by subordinate clauses, across nearly all verb tenses. Additionally, a more significant rise in enclisis is observed between the late 18th and early 19th centuries in texts written by these Portuguese immigrants. It is noteworthy that social stratification and the geographic origin of the *scriptor* did not significantly influence clitic placement. In verbal group constructions, proclisis to the first verb overwhelmingly predominates. Ultimately, the data reveal that between the mid-16th and 18th centuries, clitic placement patterns reflect Classical Portuguese (PCI), whereas in the 19th century, patterns of both PCI and contemporary European Portuguese (EP) coexisted.

Keywords: clitic placement; diachronic corpora; semi-diplomatic edition; Portuguese in Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 – Síntese de definições teóricas abordadas por Mattos e Silva (2008)	67
Figura 2.2 – Dinâmica da formação do português brasileiro moderno conforme Mattos e Silva (2004)	71
Figura 2.3 – Hipótese de Cardoso, Andrade e Carneiro (2021) sobre a formação do PB	71
Figura 2.4 – Ilustração da proposta de periodização Silva Neto (1986 [1950])	73
Figura 2.5 – Ilustração da proposta de periodização Teyssier (1984)	74
Figura 2.6 – Ilustração da proposta de periodização Pessoa (1997)	75
Figura 2.7 – Ilustração da proposta de periodização Lobo (2003)	77
Figura 2.8 – Ilustração da proposta de periodização de Lucchesi (2017)	78
Figura 2.9 – Critérios de organização dos <i>corpora</i>	89
Figura 2.10 – Ficha biográfica de Luís Dias, mestre de obras da cidade de Salvador	90
Figura 2.11 – Carta autógrafa de Miguel Pereira da Costa ao rei D. João V (microfilme digitalizado)	95
Figura 2.12 – Carta autógrafa de Miguel Pereira da Costa ao rei D. João V (fotografia nato-digital)	95
Figura 2.13 – Períodos que compõem a história do Brasil colonial de acordo com Fausto (2006)	96
Figura 2.14 – Estratificação da sociedade portuguesa	101
Figura 2.15 – Edição da carta de João Pereira da Rocha Paris disponível no site do Projeto <i>P.S Post Scriptum</i> Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna	106
Figura 2.16 – Fac-símile da carta de João Pereira da Rocha Paris disponível no site do Projeto <i>P.S Post Scriptum</i> Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna	107
Figura 2.17 – Carta de João Vicente da Silva Basto	108
Figura 2.18 – Edição da carta de João Vicente da Silva Basto	108
Figura 2.19 – Carta do 2º Marquês de Lavradio em edição semidiplomática fac-similar de por Marcotulio (2008)	110
Figura 2.20 – Critérios de organização dos dados	124
Figura 2.21 – Identificação dos dados	125
Figura 4.1 – As gramáticas portuguesas no Brasil	239

LISTA DE MAPAS

Mapa 2.1 – Local de nascimento de <i>scriptores</i> dos <i>corpora</i> editados nesta pesquisa	100
Mapa 2.2 – Local de produção dos <i>corpora</i> editadas por outros pesquisadores	114
Mapa 2.3 – Local de nascimento de <i>scriptores</i> dos <i>corpora</i> editados por outros pesquisadores	118

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1 – Distribuição de ênclise vs próclise nos <i>Contextos de variação I</i>	51
Gráfico 1.2 – Distribuição de ênclise vs próclise em contexto de verbo inicial em orações segundas coordenadas	52
Gráfico 1.3 – Distribuição de ênclise vs próclise em contexto de sentença principal com verbo antecedido por oração dependente	52
Gráfico 1.4 – Evolução da ênclise nas frases finitas com verbo antecedido por itens neutros (séc. XIII a XX)	55
Gráfico 2.1 – Distribuição demográfica do Brasil (1538 – 1890)	68
Gráfico 2.2 - Distribuição da quantidade de palavras dos <i>corpora</i> no decorrer do tempo, considerando data de produção material de cada documento	93
Gráfico 3.1 – Distribuição próclise/ênclise em documentos autógrafos e apógrafos	135
Gráfico 3.2 – Colocação de clíticos em contexto de verbo em posição inicial em documentos autógrafos	137
Gráfico 3.3 – Colocação de clíticos em contexto de verbo em posição inicial em documentos apógrafos	137
Gráfico 3.4 – Colocação de clíticos em contextos que favorecem a próclise em documentos autógrafos	139
Gráfico 3.5 – Colocação de clíticos em contextos que favorecem a próclise em documentos apógrafos	140
Gráfico 3.6 – Colocação de clíticos em sentenças principais com verbo precedido elementos neutros em documentos autógrafos	144
Gráfico 3.7 – Colocação de clíticos em sentenças principais com verbo precedido elementos neutros em documentos apógrafos	145
Gráfico 3.8 – Colocação de clíticos em orações segundas coordenadas e sentenças principais com verbo precedido de oração dependente em documentos autógrafos	148
Gráfico 3.9 – Colocação de clíticos em orações segundas coordenadas e sentenças principais com verbo precedido de oração dependente em documentos apógrafos	149
Gráfico 3.10 – Colocação de clíticos em sentenças principais com verbo precedido elementos neutros, considerando a estratificação social do século XVI	153
Gráfico 3.11 – Colocação de clíticos em orações segundas coordenadas e sentenças principais com verbo precedido de oração dependente, considerando a estratificação social do século XVI	154
Gráfico 3.12 – Colocação de clíticos em sentenças principais com verbo precedido elementos neutros, considerando a estratificação social do século XVII	155
Gráfico 3.13 – Colocação de clíticos em orações segundas coordenadas e sentenças principais com verbo precedido de oração dependente, considerando a estratificação social do século XVII	156
Gráfico 3.14 – Colocação de clíticos em sentenças principais com verbo precedido elementos neutros, considerando a estratificação social do século XVIII	158
Gráfico 3.15 – Colocação de clíticos em orações segundas coordenadas e sentenças principais com verbo precedido de oração dependente, considerando a estratificação social do século XVIII	159
Gráfico 3.16 – Colocação de clíticos em sentenças principais com verbo precedido elementos neutros, considerando a estratificação social do século XIX	160
Gráfico 3.17 – Colocação de clíticos em orações segundas coordenadas e sentenças principais com verbo precedido de oração dependente, considerando a estratificação social do século XIX	161

Gráfico 3.18 – Colocação de clíticos em sentenças principais com verbo precedido elementos neutros por local de nascimento em dados do século XVI	162
Gráfico 3.19 – Colocação de clíticos em orações segundas coordenadas e sentenças principais com verbo precedido de oração dependente por local de nascimento em dados do século XVI	163
Gráfico 3.20 – Colocação de clíticos em sentenças principais com verbo precedido elementos neutros por local de nascimento em dados do século XVII	164
Gráfico 3.21 – Colocação de clíticos em orações segundas coordenadas e sentenças principais com verbo precedido de oração dependente por local de nascimento em dados do século XVII	164
Gráfico 3.22 – Colocação de clíticos em sentenças principais com verbo precedido elementos neutros por local de nascimento em dados do século XVIII	166
Gráfico 3.23 – Colocação de clíticos em orações segundas coordenadas e sentenças principais com verbo precedido de oração dependente por local de nascimento em dados do século XVIII	166
Gráfico 3.24 – Colocação de clíticos em sentenças principais com verbo precedido elementos neutros por local de nascimento em dados do século XIX	167
Gráfico 3.25 – Colocação de clíticos em orações segundas coordenadas e sentenças principais com verbo precedido de oração dependente por local de nascimento em dados do século XIX	168
Gráfico 3.26 – Distribuição com e sem subida em documentos autógrafos e apógrafos	168
Gráfico 3.27 – Distribuição dos dados com ou sem subida de clíticos considerando as formas verbais flexionadas em documentos autógrafos e apógrafos	171
Gráfico 3.28 – Distribuição dos dados com ou sem subida de clíticos por contexto sintático em documentos autógrafos e apógrafos	176
Gráfico 3.29 – Distribuição dos dados com ou sem subida de clíticos por função do clítico em documentos autógrafos e apógrafos	179
Gráfico 3.30 – Distribuição dos dados com ou sem subida de clíticos considerando os elementos intervenientes em documentos autógrafos e apógrafos	183
Gráfico 3.31 – Subida de clíticos em contextos variáveis considerando a estratificação do século XVI	185
Gráfico 3.32 – Subida de clíticos em contextos variáveis considerando a estratificação do século XVII	186
Gráfico 3.33 – Subida de clíticos em contextos variáveis considerando a estratificação do século XVIII	187
Gráfico 3.34 – Subida de clíticos em contextos variáveis considerando a estratificação do século XIX	189
Gráfico 3.35 – Subida de clíticos em contextos variáveis por local de nascimento em dados do século XVI	190
Gráfico 3.36 – Subida de clíticos em contextos variáveis por local de nascimento em dados do século XVII	192
Gráfico 3.37 – Subida de clíticos em contextos variáveis por local de nascimento em dados do século XVIII	193
Gráfico 3.38 – Subida de clíticos em contextos variáveis por local de nascimento em dados do século XIX	194
Gráfico 4.1 – Taxas de próclise em sentenças principais com verbo em posição inicial absoluta em <i>corpora</i> de portugueses no Brasil por data de produção do documento	200
Gráfico 4.2 – Taxas de próclise em contextos que contém elementos atratores de próclise em <i>corpora</i> de portugueses no Brasil por data de produção do documento	201

Gráfico 4.3 – Taxas de próclise em sentenças principais com verbo antecedido por elementos neutros em <i>corpora</i> de portugueses no Brasil por data de produção do documento	204
Gráfico 4.4 – Taxas de próclise em orações coordenadas em <i>corpora</i> de portugueses no Brasil por data de produção do documento	206
Gráfico 4.5 – Taxas de próclise sentenças principais com verbo antecedido por oração dependente em <i>corpora</i> de portugueses no Brasil por data de produção do documento	207
Gráfico 4.6 – Taxas de subida de clítico em <i>corpora</i> de portugueses no Brasil por data de produção do documento	209
Gráfico 4.7 – Taxas de próclise do português no Brasil vs sincronias do português em Portugal nos contextos de verbo precedido por elemento neutro	212
Gráfico 4.8 – Taxas de próclise do português no Brasil vs sincronias do português em Portugal em orações segundas coordenadas	214
Gráfico 4.9 – Taxas de próclise do português no Brasil vs sincronias do português em Portugal em sentenças principais com verbo precedido por oração dependente	215
Gráfico 4.10 – Taxas de subida do clítico do português no Brasil vs sincronias do português em Portugal	217
Gráfico 4.11 – Taxas de próclise do português no Brasil vs <i>português colonial brasileiro</i> nos contextos de verbo precedido por elemento neutro	219
Gráfico 4.12 – Taxas de próclise do português no Brasil vs português colonial brasileiro nas orações segundas coordenadas	220
Gráfico 4.13 – Taxas de próclise do português no Brasil vs português colonial brasileiro em sentenças principais com verbo precedido de oração dependente	221
Gráfico 4.14 – Taxas de próclise do português <u>no</u> Brasil vs português <u>do</u> Brasil nos contextos de verbo precedido por elemento neutro	224
Gráfico 4.15 – Taxas de próclise do português <u>no</u> Brasil vs português <u>do</u> Brasil em orações segundas coordenadas	225
Gráfico 4.16 – Taxas de próclise do português <u>no</u> Brasil vs português <u>do</u> Brasil em sentenças principais com verbo precedido por oração dependente	227
Gráfico 4.17 – Taxas de próclise do português <u>no</u> Brasil, português <u>do</u> Brasil e do português em Portugal em sentenças principais com verbo precedido por elementos neutros	228
Gráfico 4.18 – Taxas de próclise do português <u>no</u> Brasil, português <u>do</u> Brasil e do português em Portugal em orações segundas coordenadas	229
Gráfico 4.19 – Taxas de próclise do português <u>no</u> Brasil, português <u>do</u> Brasil e do português em Portugal em sentenças principais com verbo precedido por oração dependente	230
Gráfico 4.20 – Taxas de subida de clítico do português <u>no</u> Brasil vs português <u>do</u> Brasil	231
Gráfico 4.21 – Taxas de próclise do português <u>no</u> Brasil, português <u>do</u> Brasil e do português em Portugal em sentenças principais com verbo precedido por oração dependente	232

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 – Padrões gerais de colocação dos clíticos ao longo da história do português	38
Quadro 1.2 – Padrões de colocação dos clíticos encontrados na pesquisa de Lobo (1992) em <i>corpora</i> do português quinhentista	40
Quadro 1.3 – Padrões de colocação dos clíticos encontrados na pesquisa de Martins (1994) em <i>corpora</i> do português da Europa (séculos XIII ao XVI)	41
Quadro 1.4 – Padrões de colocação dos clíticos encontrados na pesquisa de Torres Morais (1995) em <i>corpora</i> do português da Europa (séculos XVIII e XIX)	46
Quadro 1.5 – Padrões de colocação dos clíticos encontrados na pesquisa de Lobo (1996) na Carta de Pero Vaz de Caminha	60
Quadro 1.6 – Padrões de colocação dos clíticos encontrados na pesquisa de Lobo (2001) no século XIX	62
Quadro 2.1 – Apresentação geral dos <i>corpora</i> de pesquisa considerando data de produção dos documentos	91
Quadro 2.2 – Distribuição temporal dos <i>corpora</i> editados nesta pesquisa considerando periodização de Lucchesi (2017)	97
Quadro 2.3 – Distribuição dos <i>corpora</i> editados nesta pesquisa por local de produção	98
Quadro 2.4 – Período de nascimento de <i>scriptores</i> dos <i>corpora</i> editados nesta pesquisa	99
Quadro 2.5 – A estratificação da sociedade portuguesa entre o século XVI e o início do século XIX com base em Hanson (1981) e Durães (2013)	102
Quadro 2.6 – Atividades profissionais dos <i>scriptores</i> dos <i>corpora</i>	103
Quadro 2.7 – Distribuição de <i>corpora</i> editados por outros pesquisadores considerando a autoria	110
Quadro 2.8 – Distribuição temporal dos <i>corpora</i> editados por outros pesquisadores considerando a periodização	111
Quadro 2.9 – Distribuição de <i>corpora</i> editados por outros pesquisadores considerando localização espacial da escrita	113
Quadro 2.10 – Distribuição de <i>corpora</i> editados por período de nascimento de <i>scriptores</i> dos <i>corpora</i> editados por outros pesquisadores	115
Quadro 2.11 – Local de nascimento de <i>scriptores</i> dos <i>corpora</i> editados por outros pesquisadores	119
Quadro 2.12 – Atividades profissionais dos <i>scriptores</i> dos <i>corpora</i> editados por outros pesquisadores	120
Quadro 2.13 – Quantidade de <i>scriptores</i> por estratificação social dos <i>corpora</i> editados por outros pesquisadores	121
Quadro 2.14 – Códigos de acervos e <i>scriptores</i>	125
Quadro 3.1 – Padrões de colocação dos clíticos de portugueses no Brasil em textos autógrafos e apógrafos (1551 a 1821)	196
Quadro 4.1 – As duas gramáticas do português trazidas para o Brasil conforme Ribeiro (2015 [1998])	232

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 – Variação ênclise/próclise do século XIII ao XVI, dados de Martins (1994) em textos notariais	44
Tabela 1.2 – Variação ênclise/próclise do século XVI ao XIX e presença/ausência de interpolação nos dados de Martins (1994)	45
Tabela 1.3 – Variação ênclise/próclise no século XIX em dados de Torres Morais (1995) em construções SV(X) com sujeitos referenciais	49
Tabela 1.4 – A subida de clítico por período em dados de reestruturação de Andrade (2010)	58
Tabela 1.5 – Colocação ênclise/próclise em contextos variáveis obtidos por Lobo (1996)	61
Tabela 3.1 – Distribuição de clíticos em documentos autógrafos e apógrafos	136
Tabela 3.2 – Colocação de clíticos em contexto de verbo em posição inicial em documentos autógrafos	138
Tabela 3.3 – Colocação de clíticos em contexto de verbo em posição inicial em documentos apógrafos	138
Tabela 3.4 – Colocação de clíticos em contextos que favorecem a próclise em documentos autógrafos	140
Tabela 3.5 – Colocação de clíticos em contextos que favorecem a próclise em documentos autógrafos	141
Tabela 3.6 – Colocação de clíticos em sentenças principais com verbo precedido elementos neutros em documentos autógrafos	145
Tabela 3.7 – Colocação de clíticos em sentenças principais com verbo precedido elementos neutros em documentos apógrafos	146
Tabela 3.8 – Colocação de clíticos em orações segundas coordenadas e sentenças principais com verbo precedido de oração dependente em documentos autógrafos	149
Tabela 3.9 – Colocação de clíticos em orações segundas coordenadas e sentenças principais com verbo precedido de oração dependente em documentos apógrafos	150
Tabela 3.10 – Colocação de clíticos em contextos variáveis, considerando a estratificação social do século XVI	153
Tabela 3.11 – Colocação de clíticos em contextos variáveis, considerando a estratificação social do século XVII	155
Tabela 3.12 – Colocação de clíticos em contextos variáveis, considerando a estratificação social do século XVIII (documentos autógrafos)	157
Tabela 3.13 – Colocação de clíticos em contextos variáveis, considerando a estratificação social do século XVIII (documentos apógrafos)	157
Tabela 3.14 – Colocação de clíticos em contextos variáveis, considerando a estratificação social do século XIX	160
Tabela 3.15 – Colocação de clíticos em contextos variáveis por local de nascimento em dados do século XVI	162
Tabela 3.16 – Colocação de clíticos em contextos variáveis por local de nascimento em dados do século XVII	163
Tabela 3.17 – Colocação de clíticos em contextos variáveis por local de nascimento em dados do século XVIII (em documentos autógrafos)	165
Tabela 3.18 – Colocação de clíticos em contextos variáveis por local de nascimento em dados do século XVIII (em documentos apógrafos)	165
Tabela 3.19 – Colocação de clíticos em contextos variáveis por local de nascimento em dados do século XIX	167

Tabela 3.20 – Adjacência do clítico em dados com e sem subida do clítico nos <i>corpora</i>	169
Tabela 3.21 – Subida de clítico considerando as formas verbais flexionadas em documentos autógrafos	172
Tabela 3.22 – Subida de clítico considerando as formas verbais flexionadas em documentos apógrafos	172
Tabela 3.23 – Subida de clítico em contextos sintáticos em documentos autógrafos	176
Tabela 3.24 – Subida de clítico em contextos sintáticos em documentos apógrafos	178
Tabela 3.25 – Subida de clítico considerando o tipo de clítico em documentos autógrafos	180
Tabela 3.26 – Subida de clítico considerando o tipo de clítico em documentos apógrafos	180
Tabela 3.27 – Subida de clítico considerando os elementos intervenientes em documentos autógrafos	183
Tabela 3.28 – Subida de clítico considerando os elementos intervenientes em documentos apógrafos	183
Tabela 3.29 – Subida de clíticos considerando a estratificação social do século XVI	186
Tabela 3.30 – Subida de clíticos considerando a estratificação social do século XVII	187
Tabela 3.31 – Subida de clíticos considerando a estratificação social do século XVIII (em documentos autógrafos)	188
Tabela 3.32 – Subida de clíticos considerando estratificação social do século XVIII (em documentos apógrafos)	188
Tabela 3.33 – Subida de clíticos considerando a estratificação social do século XIX	189
Tabela 3.34 – Subida de clíticos por local de nascimento em dados do século XVI	191
Tabela 3.35 – Subida de clíticos por local de nascimento em dados do século XVII	192
Tabela 3.36 – Subida de clíticos por local de nascimento em dados do século XVIII (em documentos autógrafos)	193
Tabela 3.37 – Subida de clíticos por local de nascimento em dados do século XVIII (em documentos apógrafos)	194
Tabela 3.38 – Subida de clíticos por local de nascimento em dados do século XIX	195

LISTA DE ABREVIATURAS

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BIT – Banco Informatizado de Textos

BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa

CEDOHS – Projeto *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão

CLUL – Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

GBPS – Galves, Britto e Paixão de Souza

NELP – Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa

PB – Português Brasileiro

PCI – Português Clássico

PE – Português Europeu

PHPB – Projeto para História do Português Brasileiro

PM – Português Médio

PPGEL – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos

PROHPOR – Programa Para a História do Português

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

V1 – Verbo em primeira posição inicial absoluta

SUMÁRIO
VOLUME I

INTRODUÇÃO	22
1 DISCUSSÕES SOBRE A LÍNGUA D'ALÉM MAR E DEFINIÇÃO DO FENÔMENO LINGUÍSTICO	32
1.1 A LÍNGUA D'ALÉM MAR: DISCUSSÕES SOBRE O PORTUGUÊS TRAZIDO PARA O BRASIL	32
1.2 DO FENÔMENO LINGUÍSTICO	34
1.2.1 Panorama de estudos antecedentes sobre a colocação dos clíticos	38
1.2.1.1 <i>Colocação de clíticos na história do português em Portugal</i>	39
1.2.1.1.1 Construções com verbo único	39
1.2.1.1.2 Construções com grupo verbal	56
1.2.1.2 <i>Colocação de clíticos no português <u>no</u> Brasil Colonial</i>	59
1.2.1.2.1 Construções com verbo único	60
1.2.1.2.2 Construções com grupo verbal	63
1.3 SÍNTESE	63
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLOGIA DA PESQUISA	66
2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	66
2.1.1 Campo linguístico	66
2.1.1.1 <i>Linguística Histórica Sócio-histórica</i>	67
2.1.1.1.1 <i>Reflexões sobre a vertente culta do Português Brasileiro</i>	70
2.1.1.1.2 <i>A realidade multilíngue do Brasil Colônia e as propostas de periodização</i>	73
2.1.2 Campo paleográfico-diplomático	81
2.1.3 Campo filológico	84
2.1.3.1 <i>A filologia e o trabalho com corpora na pesquisa em Linguística Histórica</i>	84
2.1.3.2 <i>A edição semidiplomática</i>	86
2.2 METODOLOGIA DE PESQUISA	87
2.2.1 Os corpora: critérios metodológicos	87
2.2.1.1 <i>Dos corpora de pesquisa: apresentação</i>	90
2.2.1.1.1 <i>Da contextualização dos documentos e dos scriptores: aspectos sócio-históricos</i>	94

2.2.1.1.1.1 Fontes documentais editadas nesta pesquisa: aspectos sobre os manuscritos	94
2.2.1.1.1.1.1 Localização temporal da escrita	96
2.2.1.1.1.1.2 Localização espacial da escrita	98
2.2.1.1.1.2 Fontes documentais editadas nesta pesquisa: aspectos sobre os <i>scriptores</i>	99
2.2.1.1.1.2.1 Período de nascimento	99
2.2.1.1.1.2.2 Local de nascimento	100
2.2.1.1.1.2.3 Estratificação social	101
2.2.1.1.1.3 Fontes documentais editadas por outros pesquisadores: aspectos sobre os manuscritos	105
2.2.1.1.1.3.1 Da autoria	110
2.2.1.1.1.3.2 Localização temporal da escrita	111
2.2.1.1.1.3.3 Localização espacial da escrita	112
2.2.1.1.1.3 Fontes documentais editadas por outros pesquisadores: aspectos sobre os <i>scriptores</i>	114
2.2.1.1.1.3.1 Período de nascimento	115
2.2.1.1.1.3.2 Local de nascimento	118
2.2.1.1.1.3.3 Estratificação social	119
2.2.2 Os dados: critérios metodológicos	123
2.2.2.1 <i>Do levantamento dos dados</i>	123
2.2.2.2 <i>Da organização e identificação dos dados</i>	124
2.2.2.3 <i>Da classificação, quantificação e descrição dos dados</i>	127
2.3 SÍNTESE	133
3 DESCRIÇÃO DOS DADOS: A COLOCAÇÃO DOS CLÍTICOS NA ESCRITA DE PORTUGUESES NO BRASIL	135
3.1 CONSTRUÇÕES COM VERBO ÚNICO	135
3.1.1 Contexto de ênclise: verbo em posição inicial	136
3.1.2 Contextos de próclise	139
3.1.3 Contextos de variação	143
3.1.3.1 <i>Sentenças principais/coordenadas com verbo precedido de sujeito não focalizado, sintagma preposicional, sintagma adverbial</i>	144
3.1.3.2 <i>Orações segundas coordenadas e verbo precedido de oração dependente</i>	148

3.1.3.3 <i>Da estratificação social dos scriptores</i>	152
3.1.3.4 <i>Das regiões de nascimento dos scriptores</i>	161
3.2 CONSTRUÇÕES COM GRUPOS VERBAIS	168
3.2.1 Formas verbais flexionadas	170
3.2.2 Contexto sintático	175
3.2.3 Tipo de clítico	179
3.2.4 Elementos intervinientes	182
3.2.5 Da estratificação social dos <i>scriptores</i>	185
3.2.6 Das regiões de nascimento dos <i>scriptores</i>	190
3.3 SÍNTESE	195
4 ESTUDO DIACRÔNICO CONTRASTIVO	199
4.1 A LÍNGUA VINDA D'ALÉM-MAR	199
4.1.1 Padrões em construções com verbo único	200
4.1.2 Padrões em construções com grupos verbais	209
4.2 ESTUDO COMPARATIVO	210
4.2.1 Português vindo de além-mar vs sincronias do português da Europa	211
4.2.1.1 <i>Contraste em construções com verbo único</i>	211
4.2.1.2 <i>Contraste em construções com grupos verbais</i>	217
4.2.2. Português vindo de além-mar vs <i>português colonial brasileiro</i>	218
4.2.2.1 <i>Contraste em construções com verbo único</i>	219
4.2.3 Português vindo de além-mar vs português brasileiro	222
4.2.3.1 <i>Contraste em construções com verbo único</i>	223
4.2.3.2 <i>Contrastes em construções com grupos verbais</i>	231
4.3 QUAL/QUAIS PORTUGUÊS FOI/FORAM TRAZIDO(S) PARA O BRASIL?	233
4.4 SÍNTESE	234
CONCLUSÃO	235
REFERÊNCIAS	240
APÊNDICES	251

ANEXOS	252
PARECER DO PROJETO – PLATAFORMA BRASIL	253

VOLUME II

APRESENTAÇÃO	269
1 CRITÉRIOS DE EDIÇÃO	271
2 DOCUMENTOS EDITADOS E CÓDIGO DE REFERÊNCIA	273
3 ÍNDICE ONOMÁSTICO	274
4 ÍNDICE ANALÍTICO	275
5 DESCRIÇÃO EXTRÍNSECA	277
6 CARACTERIZAÇÃO DAS MÃOS DOS SCRIPTORES	287
7 EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DA COLEÇÃO DOCUMENTAL DE PORTUGUESES NO BRASIL COLÔNIA	309
7.1 DOCUMENTOS DE LUÍS DIAS	309
7.2 DOCUMENTO DE JORGE FERNANDES	327
7.3 DOCUMENTOS DE MÉM DE SÁ	335
7.4 DOCUMENTO DE SIMÃO DE VASCONCELOS	348
7.5 DOCUMENTO DE MATHEUS FERREIRA VILAS BOAS	351
7.6 DOCUMENTOS DE MIGUEL PEREIRA DA COSTA	359
7.7 DOCUMENTO DE GASPAR MARQUES VIEIRA	363
REFERÊNCIAS	371

INTRODUÇÃO

A origem do português brasileiro (PB) é um tema bastante debatido e que levanta questões de grande relevância para os estudos de reconstituição da história da língua no Brasil. Castro (1996) cita a importância de se entender as dinâmicas decorrentes dos processos de colonização em países cuja história remonta a uma estreita relação com Portugal, destacando que “há que determinar qual o tipo de português que foi efectivamente transportado nas caravelas” (Castro, 1996, p. 4).

Ribeiro (2015 [1998]) reflete, à luz de concepções gerativistas de língua e mudança (Chomsky, 1986; Kroch, 1994; Roberts, 2007), sobre o português que chegou ao Brasil, com ênfase na aquisição da língua por brasileiros, e salienta que o português europeu (PE), trazido via processos de colonização e imigração, pode não constituir um sistema único, haja vista que distintos padrões linguísticos são verificados entre os séculos XVI e XIX, podendo haver duas variedades dessa língua: a primeira abarcaria os séculos XVI ao XVIII e a segunda, os séculos XIX e XX.

Segundo Ribeiro (2015 [1998]), essa hipótese pode ser justificada por argumentos de cunho histórico e linguístico. Do ponto de vista histórico, considera-se que, entre 1532 e o século XIX, portugueses de regiões diversas chegaram ao Brasil, trazendo diferentes configurações linguísticas do português. Somente a partir de 1759, com a retirada dos jesuítas e com as reformas pombalinas, passa a ser obrigatório o ensino elementar, secundário e superior da língua portuguesa. Além disso, em 1808, a transferência da corte portuguesa intensifica uma sucessão de processos imigratórios no Brasil.

Pelo viés linguístico, alguns fenômenos amplamente estudados apresentam vestígios que podem justificar a hipótese de Ribeiro (2015 [1998]), como, por exemplo, a colocação dos clíticos, que evidencia as alterações nos padrões de distribuição ênclise/próclise em determinados contextos sintáticos nas diferentes sincronias.

O termo “clítico”, conforme Martins (2013), é utilizado para se referir ao vocábulo que depende fonologicamente de outro, ainda que seja dotado de certa independência morfossintática. Esse termo abarca algumas preposições, conjunções, pronomes interrogativos, pronomes relativos, quantificadores, os artigos e os pronomes pessoais que apresentam ausência de tonicidade. Assim, ao tratar do estudo da colocação dos clíticos, grande parte da bibliografia relaciona o termo diretamente aos pronomes pessoais de natureza átona. Na língua portuguesa atual, os clíticos pronominais estão comumente adjacentes às formas verbais e podem ocupar ora a posição à direita, em ênclise (V-cl), ora a posição à esquerda, em próclise (cl-V).

Estudos sobre a diacronia da colocação de clíticos em construções com verbo único, com *corpora* provenientes de portugueses em Portugal (cf. Martins, 1994), apresentam resultados que apontam que, do século XIII até meados do século XIV, os contextos sintáticos com verbo na segunda posição, antecedido por um constituinte não atrator de próclise, apresentavam a colocação dos clíticos com tendência à variação, com ênclise dominante. Entretanto, a partir do século XIV, a próclise passa a ganhar espaço e torna-se predominante no século XVI. Em dados posteriores, nota-se que o uso da ênclise volta a aparecer com maior frequência.

Martins (1994) e Galves, Britto e Paixão de Souza (2005) divergem quanto ao período em que o aumento na frequência da ênclise teria levado a mudanças que resultariam no PE, em que a dominância enclítica em contextos neutros cresce e ocasiona a generalização dessa colocação por volta do século XX. Utilizando dados de fontes literárias, Martins (1994) afirma que tal mudança teria ocorrido no século XVII. Galves, Britto e Paixão de Souza (2005), por sua vez, ao analisarem dados presentes no *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*, observam que a origem do PE pode ter ocorrido no século XVIII.

A adjacência do clítico pronominal aos verbos pode também ocorrer em sentenças constituídas por grupos verbais, compostas por um verbo finito e outro infinitivo. Nessas construções, é possível ocorrer, em alguns contextos sintáticos, o fenômeno denominado subida do clítico (*clitic climbing*), que consiste na adjacência do pronome — argumento do verbo temático ou principal — ao primeiro verbo da construção, do qual esse clítico não é complemento (cl V V ou V-cl V).

Os registros de pesquisas apontam que a subida do clítico com pronome adjacente pré-verbal (cl V V) é categórica em Portugal até o século XVI. A partir desse século, a ênclise ao segundo verbo passa a ser possível (V V-cl), embora se apresente de forma insólita. No século XVIII, a próclise ao primeiro verbo passou a ser observada apenas em sentenças cujos constituintes que antecedem o verbo ocasionam a colocação proclítica (X cl V V), como, por exemplo, itens negativos, focalizadores, quantificadores e alguns advérbios. Em contrapartida, a ênclise ao segundo verbo ganha espaço nas sentenças em que não se verificam contextos geradores de próclise nesse período.

Assim, ao se considerar o fenômeno da colocação dos clíticos, Ribeiro (2015 [1998]) descreve duas possibilidades de padrões que teriam sido trazidos para o Brasil no decorrer do período colonial, a saber:

- I. Português dos séculos XVI ao XVIII¹: caracteriza-se pelo uso da ênclise categórica em sentenças com verbo em posição inicial absoluta; colocação quase sistemática de próclise em sentenças raízes com verbo não inicial; variação com predominância da próclise em sentenças coordenadas com verbo em primeira posição antecedido por conjunções coordenativas; próclise predominante em sentenças principais com verbo antecedido por oração dependente — em acordo com os padrões a partir do século XVI — ou com ênclise dominante, considerando-se os períodos anteriores; a subida do clítico ocorre em construções formadas por grupos verbais, de modo que a próclise ao primeiro verbo aparece de forma quase categórica no século XVII e opcional no século XVIII².
- II. Português dos séculos XIX e XX: seria caracterizada pela ênclise obrigatória nas sentenças principais com verbo em posição inicial absoluta; ênclise quase categórica³ no século XIX e obrigatória no século XX; variação em estruturas de ordem SV com sujeito referencial; variação em sentenças principais raízes com verbo não inicial precedido de constituinte topicalizado (marcado ou não); próclise obrigatória com constituinte focalizado; ênclise em orações coordenadas com verbo em primeira posição antecedido por conjunções e em sentenças principais com verbo antecedido por oração dependente.

À vista disso, Ribeiro (2015 [1998]) propõe que pesquisas dedicadas ao estudo comparativo entre o PB e o PE sejam pautadas em amostras do sistema do português que serviram de modelo para a aquisição da língua por brasileiros, sendo fundamental considerar a ideia de que essa aquisição pode ter ocorrido por meio de diferentes sistemas. A pesquisadora questiona, então, qual português serviu de base para que o PB finalmente viesse a ser originado após passar por mudanças no Brasil

Hipóteses são apresentadas por diversos pesquisadores, que divergem ao defenderem que o português que chegou ao Brasil apresentaria os padrões do português quatrocentista, do quinhentista/português clássico (PCI), em acordo com a periodização de Lindley Cintra (Castro,

¹ Ribeiro (2015 [1998]) apresenta essas caracterizações de colocação de clíticos a partir dos resultados das pesquisas de Ali (1964), Salvi (1990), Pagotto (1992), Martins (1994), Morais (1995) e Lobo (1996).

² Ribeiro (2015 [1998]) acrescenta, com base nas pesquisas de Ali (1964), Martins (1994), Lobo (1996) e Ribeiro (1996), que outra característica dessa variedade é o uso, no século XVI, de diferentes tipos de constituintes interpolados entre o clítico e o verbo, sendo que, a partir do século XVII, permaneceu apenas a interpolação com negação e sujeito pronominal.

³ Ribeiro (2015 [1998]) destaca que, nos dados da grande maioria dos autores analisados por Morais (1995), esse contexto apresentou 100% de ênclise.

1999; 2004 [1945]), ou do português oitocentista. Galves (2007) defende que a língua das caravelas não é o PE, visto que este teria se originado em Portugal em período posterior à chegada do português ao Brasil. Segundo a pesquisadora, o português das caravelas seria o “português médio”, que, de acordo com a periodização proposta por Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2005), corresponderia ao português presente entre meados do século XIV e o final do XVII.

Cardoso (2020) também apresenta uma discussão a partir de dados sobre a colocação de clíticos no que ela chama de *português colonial brasileiro* — isto é, uma vertente intermediária do PB que se situaria entre o português europeu trazido para o Brasil e o PB em sua face culta e que corresponderia à variedade de brasileiros brancos, ou seja, descendentes de portugueses. Os dados de Cardoso (2020), datados dos séculos XVII e XVIII, apontam alguns traços que divergem dos padrões tradicionalmente atribuídos ao PCI, podendo indicar a possibilidade de uma tendência inovadora no PB.

Diante desse cenário, faz-se necessário verificar se a escrita do português efetivamente trazido ao Brasil reflete padrões de sincronias europeias ou apresenta características inovadoras. A presente pesquisa tem, portanto, o objetivo de descrever e interpretar dados de colocação de clíticos em sentenças finitas com verbo único e em grupos verbais, com base em *corpora* de natureza variada produzidos por portugueses de diferentes estratificações sociais que residiram no Brasil durante o período colonial, visando encontrar indícios que possam contribuir para a compreensão da seguinte questão: qual português chegou ao Brasil no período colonial? Para tanto, a pesquisa se norteia pelas seguintes questões:

1. Quais os padrões de colocação dos clíticos nas sentenças finitas formadas por verbo único e em construções com grupos verbais nos *corpora* produzidos por portugueses de diversas estratificações sociais e regiões de Portugal que residiram no Brasil no período colonial?
2. Considerando os padrões de colocação de clíticos, qual ou quais variedades do português chegaram ao Brasil no período correspondente aos séculos XVI e início do século XIX?

Tendo em vista que a colocação dos clíticos é um fenômeno bastante explorado em textos representativos das sincronias do português da Europa e do português do Brasil, observa-se ainda uma carência de estudos voltados ao português *no* Brasil, em conformidade com Barbosa (1999).

As hipóteses existentes acerca do português trazido para o Brasil são baseadas em resultados de pesquisas realizadas em *corpora* de portugueses em Portugal. Desse modo, este estudo é de grande relevância, uma vez que a descrição da colocação de clíticos em textos de portugueses que residiam no Brasil revela os padrões efetivamente utilizados por esses indivíduos em território brasileiro.

Deve-se acrescentar a importância da observação dos padrões de colocação de clíticos a partir da estratificação social e da região de nascimento dos *scriptores*⁴ dos *corpora*. O primeiro fator é justificado pela hipótese de Martins (2016), segundo a qual teria ocorrido, na Europa, o desenvolvimento concomitante de dois processos que resultariam em três possibilidades, a saber: i) uma variedade proclítica; ii) uma variedade caracterizada pela variação com maior produtividade de ênclise; iii) uma variedade fortemente enclítica.

Segundo Martins (2016), o português proclítico estaria presente em textos literários e burocráticos dos séculos XV ao XVII, produzidos pelas classes dominantes e por setores letrados, em contexto sociocultural e político relacionado à Espanha, ao passo que as outras duas resultariam de processos evolutivos do português medieval e teriam sido desenvolvidas por outros setores sociais.

A verificação do segundo fator, por sua vez, se justifica a partir da observação de Megale (1998), ao destacar a importância de se examinar a procedência dos portugueses que vieram para o Brasil, defendendo que não se deve tratar a origem desses indivíduos de forma genérica. Além disso, Ribeiro (2015 [1998]) reflete que diferentes configurações do português podem ter sido transplantadas por portugueses oriundos de diversas regiões, entre 1532 e o século XIX.

Os *corpora* estudados compreendem 233 documentos de natureza diversa, alguns da esfera pública (cartas oficiais, requerimentos e outros documentos oficiais) e outros da esfera privada (cartas particulares, cartas de comércio, notas pessoais e bilhetes), datados da segunda metade do século XVI ao primeiro quartel do século XIX. A escolha desses *corpora* teve como objetivo promover um balanceamento entre os dados, de forma que fosse possível obter documentação do período colonial, permitindo melhor distribuição temporal para responder às perguntas aqui colocadas.

A constituição de *corpora* de natureza variada, compostos por textos produzidos por portugueses de diferentes estratos sociais e de diversas regiões de Portugal que residiram no Brasil durante o período colonial. Essa formação de *corpora* seguiu uma prospecção orientada

⁴ O termo *scriptores*, utilizado em estudos paleográficos para se referir aos autores intelectuais ou mecânicos de documentos históricos, é empregado nesta tese como referência aos autores intelectuais/mecânicos dos textos autógrafos e aos autores intelectuais dos textos apógrafos.

por questões linguísticas discutidas no Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB), coordenado entre 1997 e 2019 pelo professor doutor Ataliba Castilho. A busca concentrou-se em fontes manuscritas editadas de forma conservadora ou inéditas, de natureza particular e/ou oriundas da administração privada e oficial.

Trata-se, assim, de quatro conjuntos de documentos, divididos entre *corpora* editados nesta pesquisa⁵ e *corpora* editados por outros pesquisadores⁶, a saber:

I. Documentos editados nesta pesquisa:

- i. A *Coleção Documental de Portugueses no Brasil Colônia* é composta por documentos oficiais — nove cartas oficiais e um requerimento — oriundos de um representante legal de Portugal na colônia, como o governador-geral Mem de Sá, e de pessoas comuns que ocupavam outros cargos na sociedade colonial, como o mestre de obras Luís Dias, o engenheiro militar Miguel Pereira da Costa, o clérigo jesuíta Simão de Vasconcelos, o eclesiástico secular e comissário do Santo Ofício Gaspar Marques Vieira, o provedor-mor da Fazenda Real do Brasil, Mateus Ferreira Vilas Boas, além do médico Jorge Fernandes. Essa documentação encontra-se em Portugal, no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), bem como em formato digital no Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Tais documentos irão compor o banco de *corpora* do *Projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão* (CE-DOHS) (Fapesb 5566/2010 – Consepe 202/2010), desenvolvido no âmbito do Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP) da Universidade Estadual de Feira de Santana e coordenado pelas professoras Dra. Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Dra. Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda.

II. Documentos editados por outros pesquisadores:

- i. O acervo de *Cartas particulares de portugueses envolvidos em processos da Inquisição ou outros tribunais eclesiásticos, civis ou militares* consiste em um conjunto oriundo de portugueses de diferentes proveniências sociais que, em sua

⁵ O conjunto de *corpora* editados nesta pesquisa constitui-se de documentos fac-similares avulsos, encontrados sem nenhum tratamento textual prévio, e que passaram, no âmbito deste estudo, por edição semidiplomática.

⁶ Este conjunto é composto por documentos que passaram por tratamento textual, por meio de edição e/ou estudo filológico, em pesquisas anteriores.

- maioria, responderam a processos da Inquisição. Esse conjunto de cartas pertence ao ANTT, armazenado no repositório referente ao Tribunal do Santo Ofício, e foi disponibilizado em edição crítica digital com anotação linguística no site do Projeto *P.S. (Post Scriptum)*, coordenado pela Profa. Dra. Rita Marquilhas, do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL);
- ii. O conjunto de *Cartas de comércio e documentos oficiais do Rio de Janeiro* é composto por cartas de comércio destinadas ao senhor Antônio Esteves Costa, um comerciante cujas atividades abrangiam a Europa e outras colônias (Barbosa, 1999), além de documentos oficiais expedidos do Rio de Janeiro para Lisboa. O conjunto é uma seleção de documentos pertencentes ao AHU e à Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), trabalhados em edição diplomático-interpretativa por Barbosa (1999);
 - iii. O acervo de *Cartas do Marquês de Lavradio* reúne correspondências de D. Luís de Almeida Portugal Soares Alarcão Eça Melo Pereira Aguiar Fiel de Lugo Mascarenhas Silva Mendonça e Lencastre — o 2º Marquês do Lavradio e 5º Conde de Avintes —, identificado neste trabalho apenas como Marquês do Lavradio, em conformidade com Marcotulio (2008). Tais documentos pertenciam ao historiador Marcos Carneiro de Mendonça e estão hoje disponíveis no *Fundo Marquês de Lavradio*, sob a guarda do Arquivo Nacional do Brasil. As cartas foram editadas por Marcotulio (2008) em edição semidiplomática facsimilar.

Apresenta-se, no Volume II desta tese, a edição fac-similar semidiplomática da *Coleção Documental de Portugueses no Brasil Colônia*. Além disso, esse conjunto de documentos foi submetido a um estudo paleográfico-diplomático, em caráter não exaustivo, com o objetivo de comprovar o período de produção e o caráter autógrafo ou apógrafo dos manuscritos, uma vez que tais informações são fundamentais para a confiabilidade dos dados.

A pesquisa segue os pressupostos da Linguística Histórica *stricto sensu*, de caráter sócio-histórico (Matos e Silva, 2008). Para obter os resultados quantitativos, os dados classificados foram codificados de acordo com os fatores apresentados e submetidos ao *Goldvarb-X* (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005), ferramenta computacional utilizada em pesquisas na área da linguística. O *Goldvarb-X* foi utilizado como instrumento para a obtenção de tabelas com quantitativos e percentuais de ênclise e próclise nas construções com verbo único, e da colocação com ou sem subida do clítico nos casos das sentenças formadas por grupos verbais.

Esta tese integra um conjunto de estudos empreendidos pelo Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP/ UEFS)⁷, mais especificamente relacionados ao *Projeto Guarda-Chuva CE-DOHS: um corpus para uma caracterização linguístico-gramatical do português brasileiro – fase colonial e fase pós- colonial*⁸, coordenado pelas Profas. Dras. Mariana Fagundes e Zenaide Carneiro, e ao *Projeto 25 ALFAL – Para a História Linguística do Brasil Colônia: gramáticas, sócio-história, paleografia e filologia*⁹, também coordenado pelas Profas. Dras. Mariana Fagundes e Zenaide Carneiro junto com a Profa. Dra. Alícia Duhá Lose.

A investigação sobre a colocação dos clíticos teve início na dissertação de mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL/UEFS), cujo objetivo foi verificar, em três conjuntos de documentos do sertão baiano do século XX, os padrões de colocação de clíticos em três vertentes do português brasileiro (culto, semiculto e popular), a fim de testar a hipótese de Lucchesi (1994), segundo a qual as normas vernáculas e cultas tenderiam a se aproximar ao longo do tempo. Os resultados obtidos atestaram a referida hipótese.

A observação do fenômeno com recuo temporal, e considerando *corpora* produzidos por portugueses no Brasil, resulta da parceria entre o Projeto CE-DOHS (UEFS) e o Grupo de Pesquisa *Modus Scribendi* – Grupo de Pesquisas Paleográficas, Filológicas e Históricas (CNPq/UFBA), no âmbito das séries de *corpora* e estudos linguísticos do português. Ambos trabalham em cooperação com o Programa para a História do Português (PROHPOR), que foi coordenado pela Profa. Dra. Rosa Virgínia Mattos e Silva.

A tese constitui-se de dois volumes. O Volume I é composto por quatro capítulos. No primeiro, são apresentadas as discussões sobre o português advindo no período colonial, além da definição do fenômeno linguístico, a partir da explanação de pesquisas antecedentes sobre o comportamento dos clíticos em *corpora* de portugueses na Europa e de portugueses no Brasil.

O segundo capítulo é destinado aos pressupostos teóricos que fundamentam a pesquisa, bem como aos aspectos metodológicos da investigação, como a prospecção, seleção e organização dos *corpora*, além do levantamento, organização, classificação, quantificação e identificação dos dados. Também é apresentada a descrição sócio-histórica dos *corpora*.

O terceiro capítulo é dedicado à descrição e interpretação dos dados de colocação de clíticos nas sentenças finitas com verbo único e nas construções com grupos verbais.

⁷ Conferir <https://nelp.uefs.br/>.

⁸ Conferir <https://www.uefs.br/cedohs/>.

⁹ Conferir <https://mundoalfal.org/sites/default/files/proyectos/Proj25.htm>.

Por fim, o quarto capítulo exhibe um panorama dos padrões de colocação do português no Brasil, além de um estudo contrastivo entre os dados desta pesquisa e os resultados obtidos sobre o português na Europa, o português colonial brasileiro e os percentuais do português brasileiro contemporâneo. O capítulo também evidencia a discussão acerca de qual ou quais variedades do português chegaram ao Brasil nos períodos que correspondem à segunda metade do século XVI até o primeiro quartel do século XIX.

O Volume II, por sua vez, apresenta os critérios de edição utilizados para a realização da edição semidiplomática da *Coleção Documental de Portugueses no Brasil Colônia*, os códigos de referência da documentação, os índices onomástico e analítico, a descrição extrínseca — de caráter não exaustivo — dos documentos, além da própria edição semidiplomática dos textos.



CAPÍTULO 1

Discussões sobre a língua d'além mar e definição do fenômeno
linguístico

1 DISCUSSÕES SOBRE A LÍNGUA D'ALÉM MAR E DEFINIÇÃO DO FENÔMENO LINGUÍSTICO

O capítulo aborda as discussões que abarcam a questão do português que teria sido trazido ao Brasil (Castro, 1996). Além disso, apresenta-se o fenômeno linguístico da colocação de clíticos em sentenças finitas com verbo único e grupos verbais, bem como os estudos antecedentes sobre esse fenômeno.

1.1 A LÍNGUA D'ALÉM MAR: DISCUSSÕES SOBRE O PORTUGUÊS TRAZIDO PARA O BRASIL

As discussões sobre o português trazido para o Brasil, bem como sobre a língua que teria originado o PB, ainda não se encerraram, uma vez que não há consenso em relação às perguntas elaboradas por Castro (1996) e Ribeiro (2015 [1998]). As hipóteses até então apresentadas são majoritariamente fundamentadas em aspectos sintáticos, lexicais e fonético-fonológicos de sincronias do português da Europa, com correlações às singularidades do PB. Inicialmente, essa discussão enfatizava as noções de conservação e inovação; assim, algumas pesquisas comumente associavam características do PB a traços de sincronias passadas do português, enquanto outras sustentavam que a vertente brasileira da língua decorre de processos inovadores.

A ideia de inovação na origem do PB, defendida por Coelho (1880), Guy (1989), Holm (1987) e Lucchesi (1994), põe em destaque o contato linguístico ocorrido no período colonial. Para esses pesquisadores, o sistema do português que teria chegado ao Brasil não teria sido o único protagonista na constituição do PB, já que seria relevante considerar as relações estabelecidas com outros sistemas linguísticos, especialmente com as línguas africanas. Um exemplo disso é a hipótese de que o PB pode ter surgido por meio de um processo de transmissão linguística irregular de tipo leve (Lucchesi, 2003).

Por outro lado, Silva Neto (1963), Melo (1971 [1946]), Câmara Jr. (1972), Tarallo (1993) e Naro e Scherre (1993) defendem a linha da conservação de traços. Nessa perspectiva, Naro e Scherre (1993) sistematizam a hipótese da *deriva secular*, segundo a qual as mudanças linguísticas que resultaram no PB teriam decorrido de tendências internas do sistema. De acordo com Naro e Scherre (1993; 2007), é possível que “a língua portuguesa já possuísse o embrião do novo sistema mais analítico, antes mesmo de sair da Europa” (Naro e Scherre, 2007, p. 32); desse modo, os aspectos do PB teriam sido predeterminados no sistema linguístico do português

européu trazido ao Brasil no primeiro século da colonização. Por essa visão, o contato linguístico não seria um fator preponderante; todavia, a convivência entre línguas poderia ter impulsionado e acelerado processos de mudança linguística já estabelecidos pelo sistema.

Estudos também defendem a possibilidade de o PB ter se originado do *português médio*, uma vertente intermediária situada entre o português arcaico e o português moderno (Paixão de Sousa, 2004; Galves, Namiuti e Paixão de Sousa, 2005; Galves, 2007). Segundo Paixão de Sousa (2011), a hipótese do nascimento do PB a partir do português médio considera, sobretudo, que foi antes de 1500 que a configuração linguística trazida para o Brasil pelos primeiros portugueses foi adquirida. Paixão de Sousa (2011) explica:

Numa primeira análise, a proposta do Português Médio como ponto de origem do PB parece alinhar-se à tese internalista, que tradicionalmente afirmou a identidade entre o português do século XVI e o PB. Não é necessariamente assim, entretanto. A ideia geral da proposta do Português Médio é a de que o português dos séculos XV a XVII apresenta certos fenômenos linguísticos que o distinguem tanto do PB como do PE. Assim, seja qual for a interpretação que se apresente para a emergência do PB (bem como do PE), o fundamental será notar que ela teve como base a língua dos séculos XV, XVI e XVII: é, portanto, nas características dessa língua – e não, por exemplo, nas do PE do século XIX – que a gênese das características do PB precisa ser examinada. (Paixão de Sousa, 2011, p. 10)

Moraes de Castilho (2001) investiga o português quatrocentista e quinhentista e mostra que o sistema linguístico dos anos quatrocentos era caracterizado pela ampla presença de distintas variantes, o que sinalizaria a ocorrência de profundos processos de mudança no período. A língua dos anos quinhentos, por sua vez, teria sido marcada por padrões mais similares, evidenciando a existência de um menor número de variantes. Moraes de Castilho (2001) assume que o português quatrocentista teria sido a base tanto para o surgimento do PE quanto do PB, e acrescenta que o PB não pode ter sido originado a partir do português europeu seiscentista, uma vez que, no início do povoamento do território, ele ainda não existia.

Houaiss (1988 [1985], p. 32) já defendia que o sistema gramatical do século XVI teria exercido papel importante tanto na língua de Portugal quanto na do Brasil. Galves (2007) reforça que a língua oriunda da estabilização dos processos em competição, observada por Moraes de Castilho (2001), se trata do sistema trazido para o Brasil no período colonial.

A verificação da língua trazida por portugueses para o Brasil, nesta pesquisa, é direcionada a partir da observação da colocação de clíticos nas sentenças finitas com verbo único e em grupos verbais. Com vistas à contextualização do fenômeno linguístico, as seções subsequentes apresentam os padrões de colocação, iniciando-se com a explanação da tipificação do fenômeno em distintas sincronias, fundamentadas em pesquisas anteriores que

são abordadas, posteriormente, em ordem cronológica, distinguindo panoramas sobre as diversas sincronias do português na Europa e sobre o português *no* Brasil¹⁰.

1.2 DO FENÔMENO LINGUÍSTICO

Ao longo da história da língua portuguesa em Portugal, o fenômeno da colocação de clíticos em sentenças finitas revela mudanças de comportamento que caracterizam diferentes sincronias do português. As construções com verbo único têm sido geralmente tratadas em termos de ambientes sintáticos com ênclise categórica, próclise obrigatória ou uso variável.

Segundo Lobo (1992), Martins (1994), Torres Morais (1995) e Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005), com base em dados de portugueses, a ênclise obrigatória ocorre quando o verbo está em posição inicial absoluta, conforme exemplos 1.1. A próclise, por sua vez, apresenta-se categoricamente nos contextos de orações dependentes (1.3a), interrogativas (1.3b) e nas orações principais cujo verbo é antecedido por elementos atratores, como palavras de valor negativo (1.3c), alguns advérbios (1.3d), focalizadores (1.3e) e quantificadores (1.3f). Por fim, o uso variável ocorre em orações segundas coordenadas (1.4i-j) e em coordenadas/principais com verbo precedido por elementos neutros, tais como os sintagmas preposicionais (1.4a-b), adverbiais (1.4c-d), sujeitos não focalizados (1.4e-f) e orações dependentes (1.4g-h).

Sentenças com verbo em posição inicial absoluta caracterizam-se, em toda a história do português da Europa, pela colocação enclítica.

(1.1) a. **pareçe_me** que *vosa alteza* devia de tomar esta terra a Vasco *fernandez e logo mandar*

(desta sua cidade do Salvador, 6 de Junho de 1558, MS-DPB-4)

b. **cazeime** em mil e setesentos e corenta e coatro a dozoito de maio ja vai corendo *por coatro anos*

(São Lourenço da Mata, Pernambuco 09 de junho de 1747, AFJ-PS-24)

Esse contexto estabelece uma das mais notáveis diferenças entre as sincronias do português da Europa e o PB, uma vez que, no PB, a próclise é possível. De acordo com Pagotto (1992) e Carneiro (2005), os primeiros dados de próclise em sentenças com verbo em posição inicial absoluta, na escrita de brasileiros, são registrados no século XIX. A colocação variável com próclise em escala mais ampla, todavia, é percebida a partir do século XX (Martins, 2009;

¹⁰ Conferir seção 1.2.1.2.

Lemos, 2019). Quanto à modalidade falada, Carneiro (2016) observa que, em situações de espontaneidade, a próclise é generalizada, mesmo entre indivíduos cultos.

(1.2) a. **te desejo** muita saúde, paz, [ilegível] e sucesso em tudo.

(Lemos, 2019, p. 83 ex. 97)

b. **Te gosto muito**.

(Lemos, 2019, p. 111 ex. 272)

Os exemplos exibidos em 1.2, comuns entre falantes brasileiros, são considerados agramaticais por portugueses. Não há registros do pronome clítico no início de sentenças em nenhum momento da história do português na Europa. Tobler (1875) e Mussafia (1888) observaram com profundidade esse ambiente sintático nas línguas italiana e francesa e perceberam que não havia ocorrência de clíticos em posição inicial na sentença. Posteriormente, Wackernagel (1892) acrescentou que, nas línguas indo-europeias, de modo geral, as palavras sem tonicidade dependiam fonologicamente do primeiro elemento acentuado da frase, levando-o a denominar esse impedimento como “Lei de Wackernagel”. A descoberta possibilita a explicação do comportamento do clítico pronominal no início de sentenças no PE.

Martins (1994) ressalta, entretanto, que a restrição à ocorrência de itens átonos no começo da sentença permanece apenas no PE e no galego contemporâneo, e sinaliza ter havido uma mudança comum nas demais línguas românicas, que passaram a admitir o uso de palavras átonas em posição inicial absoluta. O PB, por exemplo, é marcado pela ausência dessa restrição.

Os contextos de próclise categórica são bem definidos e apresentam padrões comuns a todas as vertentes do português, de qualquer tempo e região.

(1.3) a. ainda não desconfio da graça de noso *sennhor* ñẽ da esmola que vosa reverencia **me fara**

(Bahia 26 de julho de 1576, GE-PS-2)

b. Oh meu *Deus* que **vos darei** por tantas mizericórdias?

(Recife datação entre 1770 e 1772, BSA-PS-41)

c. eu a *vosmece* ñão **a trata** por comadre

(São Paulo 15 de julho de 1736, MFS-PS-12)

d. eu ja nesa carta **lhe escrevo** o que a de ser *que* he o meu gosto

(São Paulo ano de 1736, MFS-PS-13)

c. só **lhe digo** *que* grande coiza he viver imdependentemente sem precisar de ninguem

(Maranhã 06 de agosto de 1807, AVP-PS-48)

f. Ha muito tempo **me parece**, *que* não tenho noticias suas

(Recife datação entre 1770 e 1772, BSA-PS-36)

Sobre os contextos considerados variáveis, pode-se dizer que eles apresentam uma história complexa, marcada por variações e mudanças, o que levou a um renovado interesse dos pesquisadores pelo fenômeno. Os exemplos 1.4 expõem alguns dados desses contextos.

(1.4) a. e por esta ~~ma~~ minha carta me obriguo nisto

(Bahia 26 de julho de 1576, GE-PS-2)

b. e com efeito constame que o meu Procurador *promptamente mente* déra o *dinheiro*

(Rio Pardo 8 outubro 1792, JS-PS-47)

c. hoje meacho com Dinheiro 1:600 \$ Réis- no Saco do Navio Escrevo a *Vossa merce*

(Pernambuco, 15 de agosto de 1793, ARCV-CC-69)

d. e asim avizeme mais miudamente o *que quer*

(Maranhão, 30 de abril de 1798, MJA-CC-44)

e. Antonio Pereira lhe disse me mandaçe cavallos he menos verdade

(Rio de janeiro 19 de junho de 1759, FGL-PS-31)

f. eu cazei me nesta tera *por Deus* o ter prometido não *que* eu o coidase

(São Lourenço da Mata, Pernambuco 18 de abril de 1749, AFJ-PS-25)

g. quando me escrever escrevame reCatado as mais omrras que *vosmece* nas suas me puder dar e assim Como me asino me escreva bezo as maos a *vosmece*

(Capitania de São Vicente 10 de março de 1592, AVV-PS-4)

h. Depois que tive a honra de falar-lhe me recolhi a esta sua caza

(Maranhã 06 de agosto de 1807, AVP-PS-48)

i. e Jndo_me Ali Asentar pode ser que os enfadarei dali [‡] e esta cidade não ha mister por Agora mais fortaleza para se poder sustentar

(desta sua cidade do Salvador, 6 de Junho de 1558, MS-DPB-4)

j. Renüçiasse a Capitania e lhe manda na *per* iso procuração bastante os moradores estavã Jaa todos para Se hir

(Rio deJa-Neiro, 31 de Março de 1560, MS-DPB-5)

De acordo com Martins (1994), os séculos XIII e XIV apresentam variação com predominância da ênclise; no século XV, a próclise ascende e, no XVI, a colocação pré-verbal passa a ser amplamente majoritária. Em alguns anos do século XVI, a adjacência pré-verbal se apresenta como uso quase exclusivo. Posteriormente, outra mudança de padrão é registrada, com a ênclise sendo novamente a preferência entre os portugueses. Segundo Martins (1994), o retorno da dominância enclítica teria ocorrido no século XVII; todavia, Galves, Britto e Paixão de Souza (2005) defendem que essa mudança linguística aconteceu no início do século XVIII.

Deve-se destacar também que Galves, Britto e Paixão de Souza (2005) observam que alguns desses contextos sofrem influência de fatores que podem alterar o comportamento dos clíticos. As autoras afirmam que aspectos prosódicos podem interferir no comportamento dos clíticos em orações segundas coordenadas e nas principais com verbo precedido por oração dependente. Por esse motivo, é fundamental que esses contextos sejam observados separadamente dos demais ambientes sintáticos cuja variação é possível.

A colocação dos clíticos nas construções com grupos verbais relaciona-se ao fenômeno da subida do clítico (*clitic climbing*). Nesse tipo de construção, a sentença apresenta dois verbos, sendo o primeiro finito e o segundo não finito, e o clítico pode ocorrer com subida (1.5a-b) — ou seja, o objeto do verbo infinitivo aparece adjacente (em próclise ou ênclise) ao verbo finito — ou sem subida (1.5c e 1.6a), quando há colocação pré-verbal ou pós-verbal do clítico junto ao segundo verbo.

(1.5) a. e no dia que partia os navios **me forão tirar** a cadea em que me emBarquarão de que boi *para* Lisboa

(Pará 22 de dezembro 1743, JPR-PS-20)

b. **tem-me custado** gotas de sangue.

(Recife datação entre 1770 e 1772, BSA-PS-37)

c. **quero concederlhe** *que vosmece* tem razão de estarem agravados de mim

(Maranhã 06 de agosto de 1807, AVP-PS-48)

A adjacência direta do clítico em próclise ao segundo verbo não é registrada no português da Europa. Segundo Pagotto (1992), essa colocação é uma inovação do PB (1.6a).

(1.6) a. Sendo auxiliar de Fiscal de| Rendas do Estado aceitarei para| qualquer lugar, pois o ordenado| é maior e com o mesmo **poderei| me manter**.

(Lemos, 2019, p. 90 ex. 150)

Martins (2016) afirma que, em Portugal, a próclise ao primeiro verbo era o padrão de colocação em praticamente todos os contextos até o século XV. No século XVI, a ênclise ao segundo verbo passa a ser possível; porém, raras ocorrências são registradas. Já no século XVIII, as taxas dessas colocações infrequentes ascendem, a princípio variando com a próclise adjacente ao verbo finito e, depois, consolidando-se como a colocação padrão do período. No século XIX, a colocação sem subida aparece de forma quase categórica em dados de escrita em Portugal, e a próclise ao verbo finito é notada apenas em ambientes nos quais a subida é obrigatória. A ênclise ao primeiro verbo, por sua vez, é tipificada por Andrade (2010) como

uma colocação marginal, havendo poucos registros de uso dessa configuração em todos os períodos.

Após a apresentação das caracterizações referentes à colocação dos clíticos, a próxima seção traz uma abordagem cronológica de alguns dos principais estudos que contribuíram para a consolidação dos aspectos descritos.

1.2.1 Panorama de estudos antecedentes sobre a colocação dos clíticos

Como apresentado anteriormente, no decorrer da história da língua na Europa, o comportamento dos clíticos em sentenças finitas com verbo único tem sido, em geral, tratado em termos de ambientes sintáticos com uso de ênclise categórica, próclise categórica e contextos variáveis. Em se tratando da história da língua em Portugal, os ambientes de variação protagonizam as complexidades que abrangem o fenômeno e demarcam a origem de novas sincronias do português. O Quadro 1.1 revela os padrões gerais de colocação ao longo da história do português.

Quadro 1.1 – Padrões gerais de colocação dos clíticos ao longo da história do português

Colocação de clítico	Ambiente sintático
<i>Ênclise categórica</i>	Verbo em posição inicial absoluta;
<i>Próclise categórica</i>	Orações dependentes; Orações interrogativas; Orações não dependentes com verbo em segunda posição antecedido por: <ol style="list-style-type: none"> i. Focalizadores; ii. Quantificadores; iii. Advérbios focalizados; iv. Palavras de valor negativo.
<i>Variação ênclise e próclise</i>	Orações coordenadas; Orações não dependentes com verbo em segunda posição antecedido por: <ol style="list-style-type: none"> i. Sintagmas preposicionais; ii. Sintagmas adverbiais; iii. Sujeitos não focalizados; iv. Oração dependente.

Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados de Lobo (1992).

Para clareza de informações, o panorama dos estudos antecedentes, apresentado nas seções subsequentes, é organizado de forma a separar as pesquisas realizadas com base em

corpora produzidos por portugueses em Portugal das investigações baseadas em amostras da língua de portugueses no Brasil.

1.2.1.1 Colocação de clíticos na história do português em Portugal

Esta seção é dedicada às diferentes sincronias registradas no português, especialmente na Europa. Destacam-se os estudos realizados por Lobo (1992)¹¹, Martins (1994)¹², Torres Morais (1995)¹³, Galves, Britto e Paixão de Souza (2005)¹⁴, Martins (2016)¹⁵ e Andrade (2010)¹⁶. A seção aborda, inicialmente, resultados com base em dados de sentenças com verbo único e, na sequência, resultados obtidos a partir do estudo de construções com grupos verbais.

1.2.1.1.1 Construções com verbo único

Continuamente, estudos que abrangem a evolução e as mudanças linguísticas do português no continente europeu são apresentados por notáveis pesquisadores que, por meio de abordagens, objetivos e interpretações de dados que se aproximam ou divergem, revelam

¹¹ Lobo (1992) visa ao estudo comparativo do português quinhentista com o PB. Todavia, a intencionalidade da pesquisa proposta nesta tese é observar dados de colocação de clíticos em documentos portugueses. Assim, questões que enfatizam o comportamento dos clíticos no PB não serão abordadas neste capítulo. No que se refere ao português quinhentista, Lobo (1992) utilizou um conjunto de 160 documentos que fazem parte de uma coletânea maior de cartas familiares do rei D. João III e de membros da corte, além de um testamento e um memorando. Tal material é datado de 1524 a 1562 e trata-se de uma coletânea denominada *Letters of the Court of John III – King of Portugal*, que teve a edição crítica realizada por J. D. M. Ford e L. G. Moffatt.

¹² Martins (1994) observa a sintaxe dos clíticos pronominais, em perspectiva diacrônica, no período que abrange os séculos XIII ao XVI, em documentos notariais, e os séculos XVI ao XX, em textos literários.

¹³ Torres Morais (1995) realiza estudo sobre o século XVIII com base em duas novelas, uma peça teatral e alguns conjuntos de cartas. Os *corpora* utilizados por Torres Morais (1995) conta com: a novela *De Hora de Recreio*, do autor João Baptista de Castro (nascido em 1700); a novela *História Jocosa dos Três Corcovados de Setúbal: Lucrécio, Flávio e Juliano*, publicada segundo a edição de Lisboa de 1789, em opúsculo volante da oficina de Francisco Borges de Souza, de autoria desconhecida; a peça teatral *Esopaida, ou Vida de Esopo*, apresentada no Teatro do Bairro Alto de Lisboa em 1734, escrita por Antônio José da Silva, o Judeu; 56 cartas datadas de 1734 a 1746, do conjunto *Cartas de Alexandre de Gusmão* (nascido em 1695); cartas de 1736 do conjunto *As Cartas Familiares do Cavaleiro de Oliveira*, escritas por Francisco Xavier de Oliveira (nascido em 1702); cartas de Luís Antônio Verney (nascido em 1713), do conjunto *O Verdadeiro Método de Estudar*; cartas de amizade datadas de 1768 e 1770, de D. Luís de Almeida Portugal (2º Marquês de Lavradio); *As Cartas de Manique*, escritas por Diogo Inácio de Pina Manique (nascido em 1733); e as *Cartas da Marquesa de Alorna*, um conjunto de cartas familiares de D. Leonor de Almeida (nascida em 1750) – Marquesa de Alorna – escritas em duas fases diferentes. Uma parte delas representa o conjunto de cartas que a autora escreveu para seu pai durante a juventude no convento de Chelas; a segunda parte corresponde ao conjunto de cartas escritas para uma filha que se preparava para o casamento.

¹⁴ Galves, Britto e Paixão de Souza (2005) estudam 20 textos de autores portugueses nascidos entre 1542 e 1836, incluídos no *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*. As autoras trabalham com 24.974 dados de clíticos em sentenças finitas.

¹⁵ Martins (2016) apresenta uma contextualização diacrônica sobre a colocação dos clíticos, além de abordar outras possibilidades de interpretação para os resultados obtidos em Martins (1994).

¹⁶ Andrade (2010) faz uso de *corpora* oral e escrito. Os *corpora* orais são compostos por entrevistas de jornais ou de pesquisas sociolinguísticas do *Corpus do Português*; os *corpora* escritos, por sua vez, referem-se a quatro romances de autores portugueses nascidos no século XX.

contribuições significativas para os estudos dessa língua. Lobo (1992) realiza uma pesquisa comparativa do português quinhentista com o PB, em perspectiva diacrônica, recorrendo à observação de uma coletânea de cartas, um testamento e um memorando, datados dos anos de 1524 a 1562, oriundos de familiares do rei D. João III e de alguns membros da corte portuguesa.

Com metodologia e análise de resultados fundamentadas na Teoria Sociolinguística de Weinreich, Labov e Herzog (1968), Lobo (1992) considera o tipo de oração, os elementos que antecedem imediatamente o verbo, o tempo e modo verbal, o tipo de clítico e a tonicidade da forma verbal como fatores relevantes no comportamento dos clíticos em seus dados, que totalizam um quantitativo de 1.925 casos, dos quais 1.618 (84%) se apresentam em próclise, 261 (14%) são pós-verbais e 46 (2%) configuram casos de clítico em colocação intraverbal (mesóclise). O Quadro 1.2 retrata o comportamento dos clíticos nos dados do português quinhentista.

Quadro 1.2 – Padrões de colocação dos clíticos encontrados na pesquisa de Lobo (1992) em *corpora* do português quinhentista

Colocação de clítico		Ambiente sintático
<i>Ênclise categórica</i>		Verbo em posição inicial absoluta; Construções adversativas (com conjunção <i>mas</i>); Orações reduzidas de gerúndio e infinitivo (ambas sem preposição).
<i>Próclise categórica</i>		Orações desenvolvidas (tais como relativas e adverbiais); Orações não dependentes com verbo antecedido por: i) Sujeito nominal; ii) Sujeito pronominal pessoal; iii) Sintagma preposicional objeto indireto; iv) negação.
<i>Variação ênclise e próclise</i>	<i>Prevalência de ênclise</i>	Orações coordenadas aditivas (com conjunção <i>e</i>).
	<i>Prevalência de próclise</i>	Orações reduzidas de infinitivo regidas por preposição; Orações não dependentes com verbo antecedido por: i) Oração subordinada; ii) Sintagma adverbial (diferente de negação); iii) Sintagma preposicional circunstancial.

Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados de Lobo (1992).

A pesquisa de Lobo (1992) contribuiu para a visualização de padrões de colocação de clíticos apresentados por portugueses na sincronia estudada. Uma proposta mais abrangente é apresentada por Martins (1994), que observa o fenômeno sob uma perspectiva diacrônica, em *corpora* de documentos notariais (datados entre os séculos XIII e XVI) e literários (produzidos entre os séculos XVI e XIX). O Quadro 1.3 sistematiza os contextos categóricos e variáveis encontrados por Martins (1994) em *corpora* datados do primeiro período (séculos XIII ao XVI).

Quadro 1.3 – Padrões de colocação dos clíticos encontrados na pesquisa de Martins (1994) em *corpora* do português da Europa (séculos XIII ao XVI)

Colocação de clítico		Ambiente sintático
<i>Ênclise categórica</i> (em todos os tempos)		Verbo em posição inicial absoluta; Orações gerundivas afirmativas não iniciadas por preposição.
<i>Próclise categórica</i> (em todos os tempos)		Orações negativas; Orações interrogativas e exclamativas (QU-) Construções de focalização; Orações dependentes; Orações não dependentes com verbo antecedido por: <ul style="list-style-type: none"> i) Quantificadores; ii) Alguns advérbios (<i>assim; ainda; antes; aqui; ali;</i> item com sentido de também; <i>também; já; logo;</i> mais com acepção de também; <i>agora; ora; outrossy</i> interpretado como também; <i>sempre; bem; mal</i>); iii) Complemento direto anteposto não dobrado por um clítico; iv) Elementos focalizadores.
<i>Variação ênclise e próclise</i> (Século XIII)	<i>Prevalência de ênclise</i>	Orações não-dependentes com sujeito vazio ou sujeito lexical invertido; Orações não dependentes com verbo antecedido por: <ul style="list-style-type: none"> i) Alguns advérbios (que não constam na lista de condicionantes de próclise); ii) Sujeito lexical; iii) Sintagma preposicional; iv) Orações imperativas.
<i>Variação ênclise e próclise</i> (Século XIV)	<i>Variação livre</i>	Orações coordenadas; Orações não-dependentes com sujeito vazio ou sujeito lexical invertido.
	<i>Prevalência de ênclise</i>	Orações coordenadas copulativas e disjuntivas; Orações imperativas.
	<i>Prevalência de próclise</i>	Orações não dependentes com verbo antecedido por: <ul style="list-style-type: none"> i) Alguns advérbios (que não constam na lista de condicionantes de próclise); ii) Sujeito lexical; iii) Sintagma preposicional¹⁷.
<i>Variação ênclise e próclise</i> (Século XV)	<i>Variação livre</i>	Orações não-dependentes com sujeito vazio ou sujeito lexical invertido.
	<i>Prevalência de próclise</i>	Orações coordenadas copulativas e disjuntivas; Orações não dependentes com verbo antecedido por: <ul style="list-style-type: none"> i) Alguns advérbios (que não constam na lista de condicionantes de próclise); ii) Sujeito lexical; iii) Sintagma preposicional¹⁸; iv) Orações dependentes; v) Orações imperativas.

¹⁷ Martins (1992) chama a atenção para o fato de que, apesar de a colocação pré-verbal ser dominante no contexto de verbo antecedido por sintagma preposicional, em orações não dependentes e sem elementos condicionantes de próclise, seus dados apresentam um quantitativo pequeno, havendo, no século XIV, apenas três ocorrências (duas em colocação pré-verbal).

¹⁸ A pesquisadora registra, no século XV, um total de 10 ocorrências, todas com anteposição do clítico ao verbo.

<p><i>Variacão ˆenclise e próclise (Século XVI)</i></p>	<p><i>Prevalˆncia de próclise</i></p>	<p>Orações não-dependentes com sujeito vazio; Orações coordenadas copulativas e disjuntivas; Orações não dependentes com verbo antecedido por: i) Alguns advérbios (que não constam na lista de condicionantes de próclise); ii) Sujeito lexical; iii) Sintagma preposicional; iv) Orações dependentes; v) Orações imperativas; vi) Topicalizao em estrutura com deslocamento ˆ esquerda clítica.</p>
---	---	---

Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados de Martins (1994).

Martins (1994) verifica que a presença de quantificadores antes do verbo, nas sentenças afirmativas principais, condiciona a anteposição do clítico em todos os tempos. Entretanto, com base nos dados dos séculos XIII e XIV, percebe que o vocábulo *todos* não apresenta a próclise de forma obrigatória quando utilizado como referˆncia ˆ leitura de grupo (ex. 1.7a) e em casos em que *todos* se encontra em posição ps-nominal (ex. 1.7b).

(1.7) a. Todos aqueles beschos partiron-se do horto

(Mattos e Silva, 1989, p. 509)

b. E eles todos louvaram-no.

(Huber, 1986 [1933], p.334)

Desse modo, embora elementos quantificadores condicionem a anteposição do clítico ao verbo, deve-se observar casos em que tais constituintes exerçam funções não quantificadoras, uma vez que, nesses casos, a posposição ˆ admissível. Além disso, destaca-se na pesquisa que a identificação de advérbios desencadeadores do clítico pr-verbal s ˆ possível devido ˆ análise de dados dos séculos XIII e XIV, uma vez que, a partir do século XV, a dominância da próclise em orações não dependentes ocorre em quantitativo elevado, independentemente da presença ou ausˆncia de elementos que acarretem a colocação pr-verbal.

O estudo apresenta, ainda, uma discussão acerca da problemática classificação de construções de foco e tpico¹⁹ em dados do portuguˆs medieval e clássico, visto que essas construções possuem alto grau de semelhança, ausˆncia de critérios que as distingam no período

¹⁹ Em construções de tpico, o constituinte que antecede o conjunto verbo-clítico ˆ um adjunto frsico e, por isso, permite a variação entre ˆenclise e próclise. Em construções de foco, por sua vez, o constituinte ocupa posição interna na sentença e, nesse caso, a anteposição do clítico ao verbo ˆ obrigatória, uma vez que, de acordo com Martins (1994), elementos focalizados são considerados atratores de próclise.

e comportamentos distintos quanto à colocação dos clíticos. A discussão decorre da necessidade de categorizar um conjunto de dados em que o verbo é antecedido por um complemento verbal. Martins (1994) baseia-se em Huber (1986 [1933]) e Ogando (1980), os quais abordam que, no português antigo, a presença de um complemento anteposto ao verbo era possível, e a colocação do clítico, nesse caso, seguia duas possibilidades: i) ênclise, quando o complemento é duplicado por um pronome clítico (ex. 1.8a); ii) próclise, quando o complemento inicia a sentença sem que um pronome o duplique (ex. 1.8b).

(1.8) a. Teus comeres guarda-os pera ty

(Huber, 1986 [1933] *apud* Martins, 1994, p. 33)

b. A Dom Gomçalvo Meemdez se mudava cada vez mais a cara do rosto.

(Huber, 1986 [1933] *apud* Martins, 1994, p. 33)

Entre os dados analisados, a autora verifica a possibilidade de anteposição de complemento subcategorizado pelo verbo, com a posição argumental correspondente a esse complemento apresentando-se vazia (exs. 1.9a e 1.9b).

(1.9) a. E esta doaçõ lhy faço por muyto bẽ que ouuj desse Moesteiro.

(Martins, 1994, p. 40)

b. E estes ditos herdamẽtos e bees lhj deu e outorgou pera senpre pera prouemẽto de sas orrdees.

(Martins, 1994, p. 40)

A esse respeito, a autora afirma que a categorização do comportamento dos clíticos perpassa pela articulação entre sintaxe e interpretação, e acrescenta que diferentes interpretações podem levar à classificação desses casos como construções de tópico ou de foco. Sentenças como as dos exemplos (1.9a) e (1.9b), nos *corpora* de Martins (1994), revelam próclise categórica; por isso, ela as interpreta como construções de foco, argumentando que, no PE contemporâneo, a topicalização demanda ênclise e que os contextos de clítico pós-verbal no PE foram, em momentos anteriores, ambientes sintáticos variáveis. Desse modo, considerar tais construções como topicalização presumiria uma mudança radical de próclise em tópico para ênclise em tópico.

Além disso, com suporte nos estudos de Duarte (1987), a autora defende que a topicalização não existia no português medieval e, considerando a inexistência desse tipo de construção no galego (Campos, 1989), no espanhol (Torrego, 1984) e no italiano (Cinque, 1991), o português medieval não se apresentaria como caso isolado entre as línguas românicas.

Em suma, os resultados obtidos por Martins (1994) revelam que, no século XIII, sentenças principais afirmativas sem elementos de próclise apresentavam dominância da ênclise. Todavia, uma mudança em curso é percebida no século XIV e consolidada entre os séculos XV e XVI, visto que a colocação pós-verbal nesses contextos diminui, ocorrendo ampla variação seguida da preferência pela próclise no século XV. No século XVI, a dominância da anteposição do clítico ao verbo é evidente, chegando ao uso exclusivo nos textos não literários datados entre os anos de 1500 e 1550. A Tabela 1.1 ilustra tais resultados.

Tabela 1.1 – Variação ênclise/próclise do século XIII ao XVI: dados de Martins (1994) em textos notariais

	1250-99	1300-49	1350-99	1400-49	1450-99	1500-50
CI – V	6,7%	18,8%	37,8%	71,4%	94,4%	100%
	(3/45)	(9/48)	(14/37)	(20/28)	(34/36)	(61/61)
V – CI	93,3%	81,2%	62,2%	28,6%	5,6%	0%
	(42/45)	(39/48)	(23/37)	(8/28)	(2/36)	(0/61)

Fonte: Martins (1994, p. 56, quadro II).

Os dados verificados em textos notariais, expostos na Tabela 1.1, mostram proporção semelhante aos resultados de textos literários no que se refere ao alto nível de próclise. Contudo, Martins (1994) afirma que o quantitativo referente aos anos de 1500 a 1550 não permite declarar que houve a generalização da próclise, dado que, em *corpora* de textos literários do mesmo período, a pesquisadora registra variação com presença de ênclise — ainda que se ateste a dominância proclítica nos mesmos contextos desse século.

Os resultados do segundo período (séculos XVI ao XIX) revelam uma tendência contrária, na qual a ênclise volta a ser dominante nas orações não dependentes, sem atratores, com verbo em posição não inicial — tendência ainda hoje evidenciada no PE contemporâneo. Isso constata que os contextos de orações com verbo em forma finita apresentam relevância para a distinção entre o PE e as sincronias de tempos anteriores. A Tabela 1.2 exhibe os resultados, por autor, da colocação de clíticos em sentenças não dependentes e sem elementos definitivamente tipificados como condicionantes de próclise, bem como do fenômeno da interpolação²⁰.

²⁰ A interpolação consiste no fenômeno linguístico em que não há adjacência direta do clítico ao verbo, uma vez que é possível a interposição de outro constituinte da sentença entre eles (Martins, 1994). É importante ressaltar que o fenômeno da interpolação não é estudado nesta pesquisa e que sua menção nesta seção tem como objetivo esclarecer aspectos relativos às conclusões de Martins (1994).

Tabela 1.2 – Variação ênclise/próclise do século XVI ao XIX e presença/ausência de interpolação nos dados de Martins (1994)

	Próclise	Ênclise	Interpolação de <i>não</i>	Interpolação de outros constituintes
Afonso de Albuquerque (1462?–1515)	73,5% (119)	26,5% (43)	Sim	Sim
Damião de Góis (1502–1574)	97,1% (130)	2,9% (4)	Sim	Sim
Fernão Mendes Pinto (1510?–1583)	98,1% (102)	1,9% (2)	Sim	Sim
Diogo do Couto (1542–1616)	72,5% (74)	27,5% (28)	Sim	Sim
Francisco Manuel de Melo (1608–1666)	92,3% (36)	7,7% (3)	Sim	Sim
Antônio Vieira (1608–1697)	31,6% (117)	68,4% (248)	Sim	Não
Luís Antônio Verney (1713–1792)	27,3% (18)	72,7% (48)	Sim	Não
Almeida Garrett (1799–1854)	19,3% (11)	80,7% (46)	Sim	Não
Oliveira Martins (1845–1894)	2,4% (2)	97,6% (80)	Sim	Não

Fonte: Martins (1994, p. 273, quadro II).

Os percentuais ilustrados refletem o uso majoritário da próclise no século XVI, período representado com maior diferença quantitativa por Damião de Góis e Fernão Mendes Pinto e, com proporção inferior, por Afonso de Albuquerque e Diogo de Couto. Quanto ao século XVII, Francisco Manuel de Melo apresenta resultados compatíveis com os autores do século anterior; todavia, nos textos de Antônio Vieira, a ênclise é prevalente (68,4%), marcando, conforme Martins (1994), o início de uma inversão na colocação dos clíticos, com a ampliação progressiva da colocação pós-verbal nos textos de autores dos períodos subsequentes.

Outro fator destacado nesse estudo é a perda da possibilidade de interpolação de constituintes (com exceção da partícula negativa *não*). Os dados encontrados nos *corpora* utilizados mostram que é no século XVII, nos textos de Antônio Vieira, que a interpolação passa a ocorrer apenas com o advérbio de negação *não*. Com a união desses aspectos, Martins (1994) sugere que uma mudança radical ocasionou a inversão da colocação dos clíticos — da próclise para a ênclise — no século XVII, e que essa mudança, da qual os textos de Vieira seriam indício, teria originado PE moderno.

É importante retomar, neste ponto, a discussão sobre a problemática categorização das construções de foco e tópico, em virtude de o percentual de 31,6% de próclise apresentado nos textos de Vieira incluir, de maneira massiva, dados em que o constituinte pré-verbal pode estar hipoteticamente focalizado (114 dos 117 dados), sendo esse constituinte, majoritariamente, um

sujeito (Martins, 1994, p. 279). Baseando-se em Said Ali (1966 [1908]), para quem, em orações não dependentes afirmativas introduzidas por sujeito não quantificacional, a próclise decorre essencialmente da interpretação do sujeito como foco da sentença, Martins (1994) interpreta esses casos como construções de foco — ou seja, contextos de próclise obrigatória — e adverte para a possibilidade de o percentual inferior de próclise em contexto variável, nos dados de Vieira, decorrer desse fator.

A fim de buscar maior esclarecimento sobre essa possível mudança e a transição entre o PCI e o PE, Torres Morais (1995) apresenta um estudo pautado na observação da ordem das palavras, considerando o comportamento dos clíticos nas diferentes estruturas frásicas. A pesquisadora se atém às sentenças principais com verbo finito, em textos teatrais e cartas particulares dos séculos XVIII e XIX. O Quadro 1.4 evidencia as tendências de colocação encontradas.

Quadro 1.4 – Padrões de colocação dos clíticos encontrados na pesquisa de Torres Morais (1995) em *corpora* do português da Europa (séculos XVIII e XIX)

Colocação de clítico		Ambiente sintático
<i>Ênclise categórica (em todos os tempos)</i>		Verbo em posição inicial absoluta
<i>Próclise categórica (em todos os tempos)</i>		Construções de focalização; Orações não dependentes com verbo antecedido por: i) Operadores de foco; ii) Quantificadores; iii) Sintagmas negativos; iv) Alguns advérbios.
<i>Ênclise categórica (no século XVIII)</i>		Construções de deslocamento à esquerda clítica.
<i>Variação ênclise e próclise no século XVIII</i>	<i>Variação livre</i>	Orações coordenadas com conectivos (<i>e, mas, porém</i> etc.); Orações não dependentes com verbo antecedido por: i) Orações dependentes (gerundivas, completivas etc.) com sujeito realizado ou não lexicalmente;
	<i>Prevalência de próclise</i>	Orações não dependentes com verbo antecedido por: ii) Sintagma preposicional com sujeito realizado ou não lexicalmente; iii) Sintagma adverbial com sujeito realizado ou não lexicalmente; iv) Complementos; v) Construções SVO com sujeito lexical ou pronominal.
	<i>Prevalência de ênclise</i>	Construções de deslocamento à esquerda clítica sem elementos condicionantes de próclise.
<i>Ênclise categórica (no século XIX)</i>		Construções de deslocamento à esquerda clítica; Construções SV(X) com sujeito referencial sem elementos que condicionem a próclise.

<i>Variação ênclise e próclise no século XIX</i>	<i>Prevalência de ênclise</i>	Construções SXV com o constituinte interposto ao sujeito e verbo um advérbio temporal, sentencial etc.; Orações coordenadas com conectivos; Orações não dependentes com verbo antecedido por: <ol style="list-style-type: none"> i) Sintagma preposicional com sujeito realizado ou não lexicalmente; ii) Sintagma adverbial com sujeito realizado ou não lexicalmente; iii) Complementos; iv) Orações dependentes (gerundivas, completivas, adverbiais etc.).
--	-------------------------------	--

Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados de Torres Morais (1995).

De acordo com a sistematização dos padrões de colocação encontrados por Torres Morais (1995), nota-se que não houve, entre esse estudo e outras pesquisas mencionadas, disparidades no comportamento dos clíticos em ambientes sintáticos categóricos de ênclise, uma vez que não se verificou a violação da impossibilidade de o clítico iniciar uma sentença. Da mesma forma, os resultados mantêm-se equivalentes em contextos de próclise categórica, sobre os quais Torres Morais (1995) afirma que a restrição ao início de sentença sugere que é o constituinte imediatamente pré-verbal o responsável pela imposição da próclise nesses casos, já que a obrigatoriedade do clítico anteposto ao verbo ocorre, normalmente, em construções com sujeito nulo.

A variação em dados do século XVIII é verificada em orações coordenadas com conectivos, sentenças não dependentes com verbo antecedido por sintagmas adverbiais, adjuntos/complementos preposicionados e orações dependentes. Os resultados relativos às sentenças principais com orações dependentes antepostas ao verbo e às orações coordenadas com conectivos assemelham-se ao constatado por Martins (1994) no século XVII, em que a alternância próclise/ênclise decorre de variações individuais, com oscilação de autor para autor. Torres Morais (1995) interpreta que, nas orações coordenadas, a alternância na colocação pode estar relacionada à tendência de alguns falantes utilizarem os conectivos como partículas discursivas.

Em sentenças principais iniciadas por sintagmas adverbiais e adjuntos/complementos preposicionados sem elementos atratores de próclise, a prevalência da colocação proclítica ocorreu de forma majoritária entre os autores estudados por Torres Morais (1995), sendo Verney a única exceção. A situação se repete nas construções SVO com sujeito lexical ou pronominal, visto que a ênclise é registrada em maior número apenas nos escritos de dois autores: Verney e Marquesa de Alorna.

Na pesquisa de Martins (1994), estruturas do tipo SVO foram interpretadas como construções de obrigatoriedade proclítica, considerando-se a possível focalização do sujeito. Torres Morais (1995) retoma essa discussão e afirma que, ao se considerar uma análise isolada dos dados de próclise em construções SVO, é possível classificá-los como casos de focalização, entretanto, essa interpretação negaria a hipótese da variação nesse período, do qual a pesquisadora entende que o alto percentual de próclise por autores oitocentistas, comparando-os com autores modernos, seja reflexo de maior produtividade. Assim, ela assume a variação nesse contexto, com base na ideia de que, embora estruturalmente distintas, as construções de tópico e foco podem receber interpretações semelhantes, visto que a ênclise também aparece em seus dados.

A respeito dos dados correspondentes ao século XIX, Torres Morais (1995) verifica a tendência de prevalência da colocação enclítica em todos os contextos considerados variáveis no século anterior, inclusive nas construções SVO. Segundo a pesquisadora, o uso do clítico pós-verbal nesse tipo de estrutura cresce de forma a tornar-se categórico, o que demonstra que o aumento significativo da ênclise, em detrimento da próclise, não se constitui como uma questão de uso, mas sim como uma mudança gramatical na Língua-I (Torres Morais, 1995, p. 190). Quanto às estruturas do tipo XV(S), a autora explica que

De fato, vemos que, embora a maioria dos casos apresentem como elementos iniciais aqueles que têm comportamento de operador, outros ainda ocorrem com advérbios de tempo como *amanhã, hoje* etc., advérbios sentenciais como *imediatamente* etc., os quais, como é de nosso conhecimento, coexistem com a ênclise no PE. Deste modo, não parece haver nenhuma diferença entre o que foi computado para o século XVIII e o que encontramos nos autores do século XIX em relação à ordem XV(S). Apesar desta aparência, vamos argumentar que as estruturas são diferentes nos dois períodos, ou seja, enquanto no português oitocentista a ordem XV(S) foi interpretada como contexto de TopV2, no português moderno é indicativa de que os elementos fronteados estão agora sendo interpretados como elementos focalizados ou que recebem um acento focal. (Torres Morais, 1995, p.190).

Dessa forma, a autora defende que as construções XV(S) com clítico em próclise podem ter sido interpretadas como casos de focalização de forma unânime apenas no início do século XIX, não em períodos anteriores. Ela concorda com Salvi (1990) quanto à hipótese de que teria ocorrido uma reanálise, que começa a se manifestar no século XVIII, mas que se expressa efetivamente na língua escrita no século XIX. Torres Morais (1995) assume que a mesma

situação ocorre em sentenças SV(X) com sujeito referencial, sobre as quais a Tabela 1.3 ilustra os resultados.

Tabela 1.3 – Variação ênclise/próclise no século XIX em dados de Torres Morais (1995) em construções SV(X) com sujeitos referenciais

	Ênclise	Próclise	Total
Garrett	77% (47)	23% (14)	61
Camilo	92% (67)	8% (6)	73
Diniz	90% (70)	10% (8)	78
Câmara	90% (26)	10% (3)	29
Dantas	100% (20)	-	20
Patrício	83% (20)	17% (4)	24

Fonte: Torres Morais (1995, p. 192, quadro IV).

A pesquisadora afirma que há um quantitativo majoritário de dados em que os sujeitos dessas construções são compostos por pronomes pessoais (eu/ele/ela) e que, como no PE sujeitos pronominais só ocorrem em próclise se estiverem enfatizados, entende-se que, embora o percentual de ênclise não seja categórico, a próclise presente nas construções SV(X) com sujeito referencial, nos textos de alguns autores, está restrita a contextos de anteposição obrigatória do clítico ao verbo — ou seja, construções de foco.

As sentenças coordenadas com conectivos e as principais afirmativas com verbo antecedido por orações dependentes (gerundivas, completivas, adverbiais etc.) apresentam a ênclise como dominante no século XIX. No primeiro caso, apenas um autor (Garrett) não apresenta colocação pós-verbal categórica, sendo seus dados compostos majoritariamente por ocorrências de próclise. A situação se repete no segundo contexto, em que o alto predomínio da ênclise se manifesta na escrita de todos os autores, com próclise residual observada apenas nos textos de Garrett. A autora acrescenta, por fim, observações sobre as construções de deslocamento à esquerda clítica, em que, tanto no século XVIII quanto no XIX, há obrigatoriedade da ênclise.

A pesquisa de Torres Morais (1995) expressa uma nova visão acerca da definição temporal do surgimento do PE, indicando a possibilidade de que a mudança que originou essa vertente do português tenha ocorrido no século XVIII. À vista disso, Galves e Galves (1995) e Galves et al. (1998), com base em Torres Morais (1995) e Salvi (1990), pontuam o final do

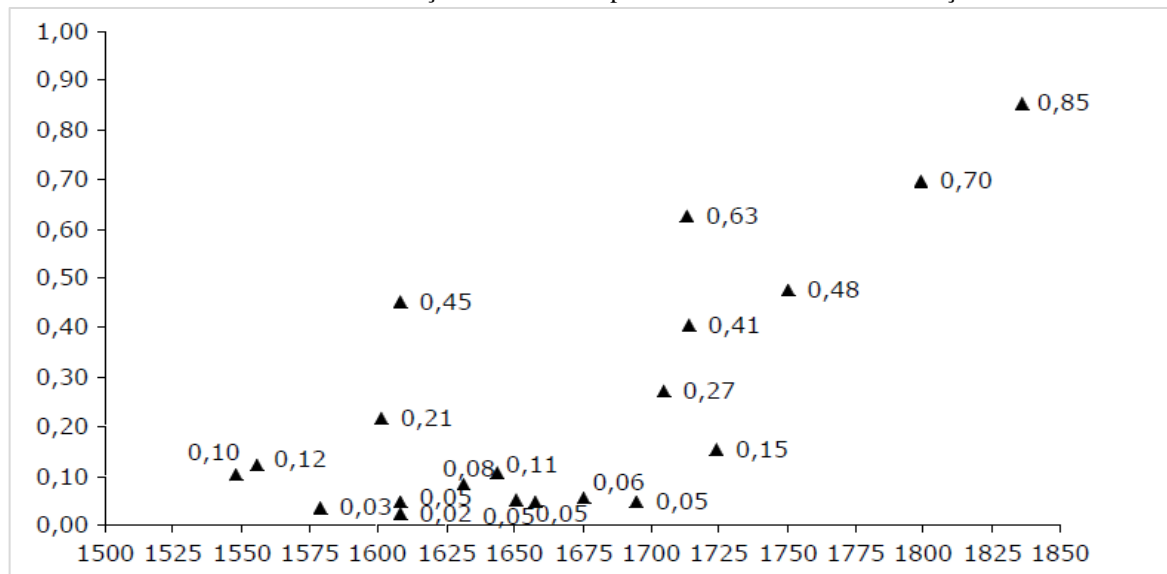
século XVIII como o momento em que se efetiva a alteração linguística do PCI para o PE. Tais conclusões incentivaram a busca por dados que explicassem os percentuais obtidos por Martins (1994) sobre a dominância da ênclise nos *Sermões* de Antônio Vieira como colocação representativa a partir do século XVII. Assim, Britto (1999) investiga a sintaxe dos clíticos em ambientes neutros nas cartas do mesmo autor, e os quantitativos resultantes desse estudo revelaram uma contradição em relação àqueles apresentados por Martins (1994), visto que, diferentemente dos *Sermões*, há, nas cartas de Vieira, expressiva dominância da próclise (81%).

Galves, Britto e Paixão de Souza (2005) realizam, então, a observação do fenômeno em 20 textos do *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*, oriundos de autores nascidos entre 1542 e 1836, e propõem que a mudança linguística teria ocorrido no início do século XVIII, e não no final. Nessa pesquisa, as autoras analisam 5.369 dados, separando os contextos sintáticos identificados por Martins (1994) em dois conjuntos, a saber:

- i. *Contexto de Variação I*: inclui os dados de sentenças principais afirmativas com verbo antecedido por um sujeito referencial não focalizado (1.233 dados), sintagma adverbial (365 dados) ou sintagma preposicional não argumental (935 dados);
- ii. *Contexto de Variação II*: formado por ambientes de sentenças segundas coordenadas (953 dados) e sentenças principais afirmativas com verbo precedido de oração dependente (907 dados).

A separação dos grupos deve-se à hipótese de que os ambientes sintáticos que constituem o *Contexto de Variação II* sofrem influência de fatores prosódicos.

Os resultados do *Contexto de Variação I* são exibidos no Gráfico 1.1.

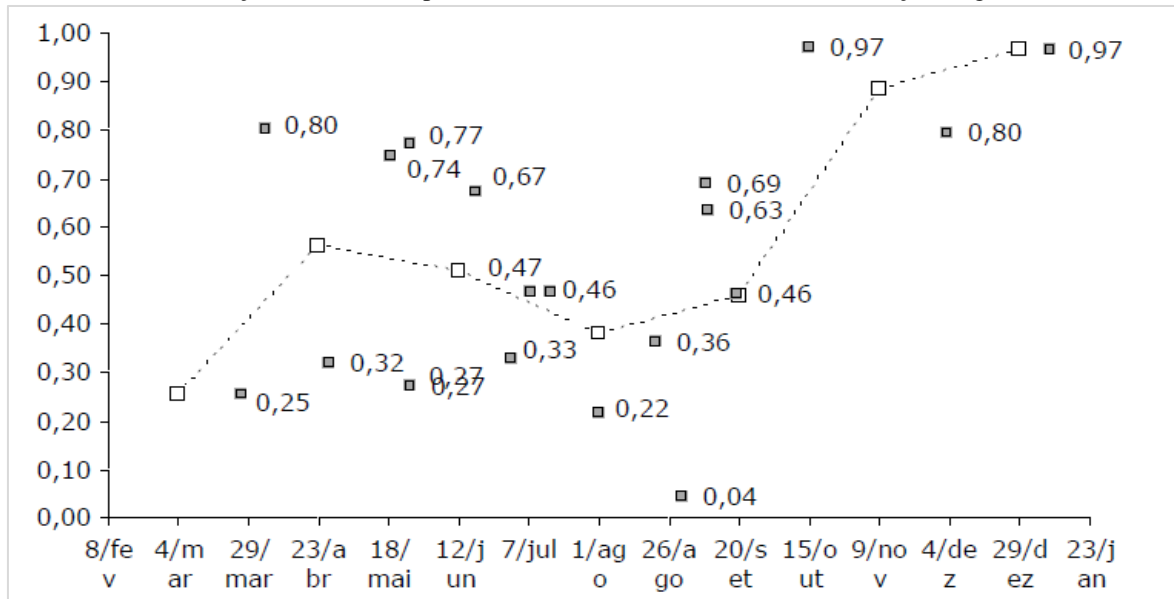
Gráfico 1.1 – Distribuição de ênclise vs próclise nos *Contextos de variação I*

Fonte: Galves, Britto e Paixão de Souza (2005, p. 6, Figura 1).

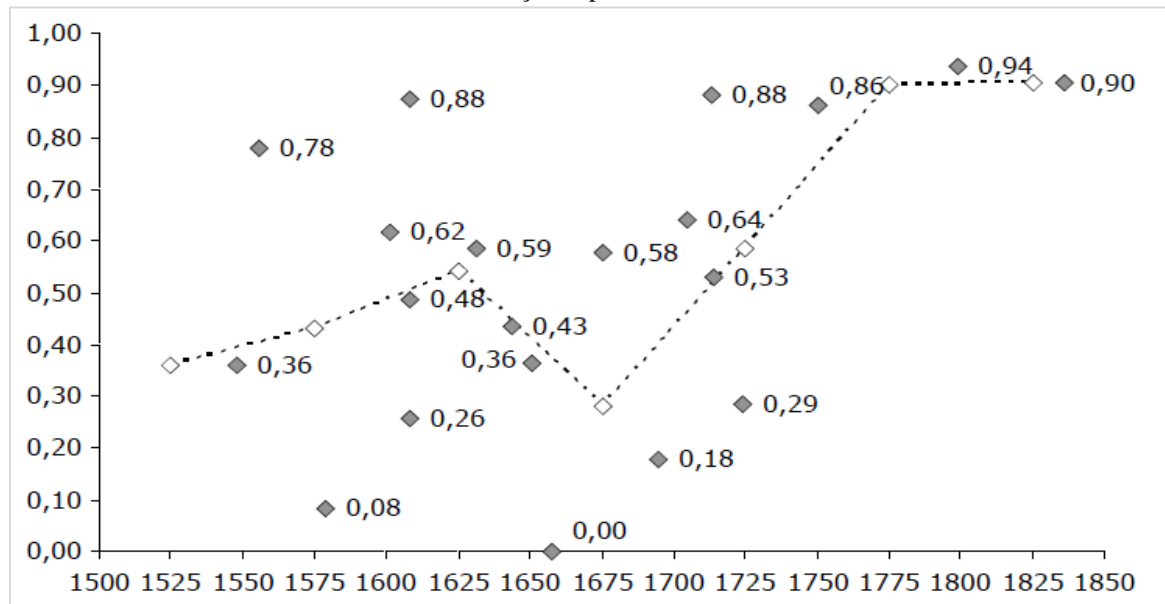
As autoras verificam a alternância com dominância da próclise em um número majoritário de autores nascidos até o último quartel do século XVII, de forma que, nos textos com maior discrepância entre os casos de próclise e ênclise, o percentual de posposição do clítico aparece em torno de 10% ou menos. A presença mais significativa da colocação pós-verbal nesse período foi verificada nos textos de M. da Costa (*A Arte de Furtar*), que apresentou 21%, e nos *Sermões* de Antônio Vieira, nos quais se registrou 45%. A partir de 1700, o crescimento da ênclise refletiu um percentual de 27% no texto *Reflexões sobre a vaidade dos homens*, de M. Aires, nascido em 1705, e, posteriormente, de 85% nas cartas de R. Ortigão, nascido em 1836. Elas enfatizam, ainda, que entre os últimos autores do século XVII e os primeiros do século XVIII há um aumento de 0% para 30% na taxa de ênclise.

Além disso, os dados da pesquisa apontam que, nos séculos XVI e XVII, em construções SV, a ênclise aparece fortemente relacionada ao uso do clítico *se* em praticamente todos os autores, com exceção dos *Sermões* de Antônio Vieira. Galves, Britto e Paixão de Souza (2005) não identificam esse comportamento nos séculos XVIII e XIX, uma vez que a distribuição da posposição do clítico ao verbo passa a ocorrer de forma mais equilibrada e preferencial entre todos os tipos de pronomes clíticos a partir dos textos oitocentistas.

Sobre o *Contexto de Variação II*, os Gráficos 1.2 e 1.3 exibem, por meio do quadrado cinza, os resultados encontrados em relação às sentenças coordenadas e às sentenças principais com verbo antecedido por oração dependente, respectivamente. O quadrado branco evidencia, nos dois gráficos, as médias alcançadas em períodos com intervalos de 50 anos.

Gráfico 1.2 – Distribuição de ênclise vs próclise em contexto de verbo inicial em orações segundas coordenadas

Fonte: Galves, Britto e Paixão de Souza (2005, p. 11, Figura 4).

Gráfico 1.3 – Distribuição de ênclise vs próclise em contexto de sentença principal com verbo antecedido por oração dependente

Fonte: Galves, Britto e Paixão de Souza (2005, p. 11, Figura 5).

Nesses contextos, as autoras notam um alto índice de ênclise desde o início do período estudado, além de uma inconstância nos percentuais dos autores dos séculos XVI e XVII, visto que, nas sentenças com verbo antecedido de orações dependentes, a ênclise varia de 0% a 88%, sendo que oito textos apresentam menos de 50% de colocação pós-verbal e cinco, mais de 50%. A mesma situação é verificada nos dados de segundas coordenadas, com variação de 22% a 80%, de modo que nove textos apresentam menos de 50% e quatro, mais de 50%.

Além disso, ao comparar os resultados dos *Contextos de Variação I e II* em textos de um mesmo autor, Galves, Britto e Paixão de Souza (2005) notam padrões discrepantes, com um alto percentual de ênclise no *Contexto de Variação II* e números muito baixos no *Contexto de Variação I*. Assim, as pesquisadoras afirmam que é necessário levar em conta, na interpretação dos resultados do *Contexto de Variação II*, aspectos prosódicos, considerando que questões como o comprimento da oração dependente interfiram no comportamento do clítico.

De modo geral, os dados dessa pesquisa evidenciam que autores nascidos a partir de 1700 expressam preferência pela ênclise em todos os contextos, o que leva à dominância da colocação pós-verbal, a qual, paulatinamente, se generaliza em todos os ambientes sintáticos antes considerados variáveis. Assim, Galves, Britto e Paixão de Souza (2005) argumentam que houve, neste período, uma mudança que pode ser explicada da seguinte forma:

We propose here that in Classical Portuguese enclisis surfaces exclusively in structures in which the verb is in the first position in CP. In all other contexts, proclisis is the only option [...]. This is rather straightforward to sustain as regards absolute verb-initial constructions – as we mentioned, enclisis is categorical in those contexts. But in order to maintain this analysis for enclitic XV constructions there must be an accessory hypothesis, by which all XV constructions that appear with enclisis are in fact Verb-initial structures. In other words, it must be argued that in this case, X is an adjunct [...]. (Galves, Britto e Paixão de Souza, 2005, p.12-13).

De acordo com as autoras, no português medieval e em outras línguas românicas, o uso de ênclise é limitado a contextos de posição inicial, conforme a Lei de Wackernagel. Assim, a diretriz é a colocação pré-verbal nessas línguas. Vale salientar que a proposta de que o elemento que antecede o verbo nas construções XV seja um adjunto não é inédita entre os estudos sobre línguas românicas, uma vez que foi apresentada por Salvi (1990) e Benincá (1995), por exemplo.

Nas estruturas SVO, as autoras afirmam que o que diferencia o PCI do PE está no domínio da posição não inicial. No PCI, a ênclise aparece apenas com verbo antecedido por sujeitos adjuntos e tópicos, ao passo que, no PE moderno, a colocação pós-verbal é possível mesmo com sujeitos não adjuntos. Com isso, Galves, Britto e Paixão de Souza (2005) supõem que a mudança linguística ocorrida no século XVIII envolve uma alteração na posição dos sujeitos pré-verbais, correlacionada com uma modificação no domínio em que a restrição do clítico em primeira posição se aplica. As autoras argumentam que seus dados mostram vários aspectos documentados em textos dos séculos XVI e XVII que deixam de ser detectados,

simultaneamente, em textos dos séculos XVIII e XIX, como, por exemplo: uma interpretação marcante (foco) para a construção SV-cl, um efeito fonológico na distribuição entre ênclise e próclise, além de uma alta proporção de inversões sujeito-verbo.

Refletindo sobre a alta taxa de ênclise encontrada por Martins (1994) nos *Sermões* de Vieira, Galves, Britto e Paixão de Souza (2005) defendem que os dados de construções SVO desses textos apresentam, em sua totalidade, a possibilidade de serem interpretados como tópicos contrastivos associados a questões entoacionais independentes, de modo que o sujeito seja um adjunto (exs. 1.10a e 1.10b), uma vez que, quando não há valor contrastivo relacionado ao sujeito, a colocação pré-verbal ocorre (exs. 1.10c e 1.10d).

(1.10) a. Eles **conheciam-se**, como homens, Christo **conhecia-os**, como Deus. [p. 125]
(Galves, Britto e Paixão de Souza, 2005, p. 15, exemplo 11a)

b. Deus **julga-nos** a nós por nós; os homens **judgam-nos** a nós por si. [p. 170]
(Galves, Britto e Paixão de Souza, 2005, p. 15, exemplo 11b)

c. ...porque ainda que a vida e os dias em que peccamos passam, os peccados que n'elles commetemos, não passam, mas ficam depositados nos thesouros da ira divina. *Falla o Apostolo por bocca do mesmo Deus, o qual diz no Deuteronomio: Nonne hæc condita sunt apud me, et signata in thesauris meis? Mea est ultio, et ego retribuam in tempore.* Estes thesouros, pois, que agora estão cerrados, **se abrirão** a seu tempo, e se descobrirão para a conta no dia do Juiso, *que isso quer dizer, in die iræ, et revelationis justi judicii Dei.* [p. 122]

(Galves, Britto e Paixão de Souza, 2005, p. 16, exemplo 12a)

d. *Esta differença dos signaes que então ha-de haver, e agora não ha, é a que faz a differença dos effeitos muito mais para temer no Juiso de cada dia, que no do fim do mundo. Que effeitos ha-de causar nos homens a vista d'aquelles signaes?* O Evangelhista **o refere** por bem extraordinarios termos: *Arescentibus hominibus præ timore, et expectatione, quæ superveniente universo orbi.* [p. 87]

(Galves, Britto e Paixão de Souza, 2005, p. 16, exemplo 12b)

Para Galves, Britto e Paixão de Souza (2005), então, o que motiva a elevada taxa de ênclise nos dados evidenciados é a questão estilística atrelada ao movimento artístico barroco, em que a oposição entre termos caracteriza um recurso comum da oratória e das obras do período, atribuindo valor entoacional relacionado ao tópico contrastante. Assim, o percentual de colocação enclítica nesses textos não seria proveniente de uma mudança linguística.

Com base nos dados de Martins (1994), Martins (2016) aponta que, entre os séculos XIII e XVI, o português estava, aparentemente, evoluindo na mesma direção que o espanhol e o catalão, no que tange à preferência pela anteposição de clíticos pronominais em sentenças

finitas. Contudo, no século XVII, emergem os primeiros indícios da inversão dessa tendência, que, no século XVIII, torna-se definitiva, marcando a preferência e posterior generalização da ênclise em contextos antes variáveis — o que caracteriza o modelo atual do PE. O Gráfico 1.4 retrata esse percurso.

Gráfico 1.4 – Evolução da ênclise nas frases finitas com verbo antecedido por itens neutros (séc. XIII a XX)



Fonte: Martins (2016, p. 418, Figura 1).

Martins (2016) aponta duas possibilidades de interpretação dessa linha evolutiva, a saber:

- i. evidência de que houve uma mudança linguística radical (hipótese que, como visto, é alvo de distintas interpretações entre os pesquisadores);
- ii. representação da sequência de dois processos evolutivos em direções opostas.

De acordo com Martins (2016), o primeiro processo se relacionaria com o desenvolvimento de uma vertente caracterizada pela variação, com maior produtividade da ênclise em sentenças finitas sem elementos atratores de próclise, e de outra fortemente enclítica. O segundo processo, em paralelo, teria sido pautado no desenvolvimento de um português marcadamente proclítico, consonante com outras línguas panibéricas.

A pesquisadora lança a hipótese de que o português proclítico está representado na maioria dos textos datados dos séculos XV ao XVII, sendo restrito às classes dominantes e setores letrados e, por isso, modelo da escrita literária e burocrática de um período caracterizado pela forte influência sociocultural e política da Espanha. Martins (2016) afirma que há indícios

linguísticos em outros fenômenos que apontam para a possibilidade de um efeito significativo do contato entre o português e o espanhol na esfera da corte, da aristocracia e de escritores literários.

Concomitantemente, outros setores da sociedade poderiam estar desenvolvendo um percurso evolutivo mais direto, em continuidade com a ênclise prevalente do português medieval e com a ênclise generalizada do PE. Nesse caso, a linha evolutiva expressa no Gráfico 1.4 poderia ocultar um quadro mais complexo, devido à dificuldade de percepção do trajeto, decorrente da marcada manifestação, em fontes textuais, da vertente proclítica — socialmente prestigiada e dominante na produção textual portuguesa —, que, hipoteticamente, teria perdido espaço para uma mais enclítica.

1.2.1.1.2 Construções com grupo verbal

A colocação de clíticos em construções com grupos verbais, formadas por um verbo finito e outro infinitivo, revela também importantes indícios para a compreensão das sincronias do português, uma vez que está diretamente relacionada a outro fenômeno, denominado *clitic climbing* ou subida do clítico, caracterizado pela adjacência do clítico — argumento do segundo verbo — ao primeiro verbo. A ausência da subida do clítico em orações não dependentes, sem elementos que atraem a próclise, particulariza o PE contemporâneo e não foi uma colocação produtiva em sincronias anteriores da língua.

Martins (1994) observa o fenômeno em textos dos séculos XIII ao XX, cujos resultados evidenciam que a adjacência em ênclise ao segundo verbo (V V-cl) era marginal até o século XVIII. De acordo com os resultados, em sentenças dependentes, orações negativas e orações principais com elementos atratores de próclise, a subida do clítico — com sua posição antes do verbo (cl V V) — é categórica em todos os períodos. No caso das orações não dependentes e sem elementos proclisadores, a subida é majoritária, de modo que, no século XIII, a adjacência em ênclise é uma colocação comum e, a partir da segunda metade do século XIV até o século XVI, a próclise passa a ser dominante. Os exemplos 1.11 mostram sentenças em que ocorre a subida do clítico.

(1.11) a. **Non se ousaron chegar.**

(Mattos e Silva, 1989, p. 463 *apud* Martins, 1994, p.129, exemplo 19)

b. **Ouvi-a contar** a don venancio.

(Mattos e Silva, 1989, p. 462 *apud* Martins, 1994, p.129, exemplo 24)

Em casos de oração não dependente sem subida de clítico, a colocação é sempre enclítica (V V-cl), não sendo registrada a próclise ao segundo verbo (V cl-V) nas sincronias do português europeu. Martins (1994) salienta, todavia, que no português medieval e clássico a subida do clítico é utilizada de modo generalizado e que registros em que o clítico se apresenta interligado ao segundo verbo são considerados raros nesses períodos. Somente entre os séculos XVII e XVIII a ausência da subida do clítico passa a ser opcional. A pesquisadora acrescenta ainda que, aparentemente, essa mudança não teria relação de interdependência com a mudança da direção proclítica para enclítica nos dados de sentenças com verbo único.

Os resultados de Salvi (1990) já apontavam que a dominância da subida do clítico permanece até o século XVIII e que, a partir desse momento, dados de ênclise ao segundo verbo passam a ser registrados com frequência. Torres Morais (1995) nota que a alta produtividade da próclise ao primeiro verbo é constante ao longo do século XVIII; contudo, esse período também apresenta, de maneira mais ampla, a possibilidade de alternância entre a subida em próclise e a colocação da ênclise ao segundo verbo. Além disso, ela observa que a ênclise ao verbo infinito revela um quantitativo superior ao da próclise ao verbo finito nas construções formadas por verbos modais (*dever, poder* etc.) seguidos de infinitivo.

Um estudo específico sobre as construções com grupos verbais no PCI e PE foi realizado por Andrade (2010), cuja análise se baseou em 25 textos do *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*, datados do período correspondente ao PCI conforme a periodização tradicional, além de *corpora* orais e escritos de períodos posteriores. Fundamentado nas pesquisas de Rizzi (1982) e Aissen & Perlmutter (1983 [1976]), Andrade (2010) classifica as construções com grupos verbais, também nomeada por predicados complexos, em união de orações e construções de reestruturação. Andrade (2010b) explica:

A razão de se manter a distinção entre esses tipos de predicados complexos se deve especialmente à presença de um argumento externo não-correferente no predicado encaixado na construção de “união de orações”. Como esse termo sugere, é em geral necessário demover o argumento externo encaixado para uma posição posterior aos demais argumentos, onde receberá Caso acusativo ou dativo determinado pela transitividade do verbo encaixado. Isso cria um efeito de adjacência e uma estrutura argumental única para os dois verbos. Outras características têm sido apontadas para diferenciar os verbos que permitem um sujeito encaixado não-correferente dos demais verbos formadores de predicado complexo: a impossibilidade de passivas encaixadas; a restrição à cliticização do objeto indireto do verbo encaixado e a possibilidade de uso do infinitivo flexionado, fatos somente encontrados com os verbos que permitem “união de orações”. (Andrade, 2010b, p. 85).

O autor afirma que, em construções de união de orações, os clíticos do sujeito encaixado ocorrem adjacentes ao verbo finito, ao passo que clíticos argumentos de outros elementos podem ou não apresentar subida. Assim, Andrade (2010) prioriza a análise do fenômeno em construções de reestruturação.

Em *corpora* datados de 1500 a 1850, Andrade (2010) ressalta a presença majoritária da subida de clítico até o século XVII. Posteriormente, a colocação sem a subida amplia os percentuais, de modo que um período de maior variação é notado entre os anos de 1701 e 1850. A Tabela 1.4 mostra esses resultados.

Tabela 1.4 – A subida de clítico por período em dados de reestruturação de Andrade (2010)

	Subida do clítico Dados / Percentual	Não subida do clítico Dados / Percentual	TOTAL
T1: 1500 – 1550	337 / 94.1%	21 / 5.9%	358
T2: 1551 – 1625	606 / 84.1%	117 / 15.9	723
T3: 1626 – 1700	341 / 62.6%	204 / 37.4%	545
T4: 1701 – 1775	372 / 57.4%	276 / 42.6%	648
T5: 1776 – 1850	110 / 48.7%	116 / 51.3%	226
Total	1766	734	2500

Fonte: Adaptada de Andrade (2010, p. 212, tabela 19).

Nos resultados acerca do período subsequente, a subida de clítico se apresenta em 366 dos 1.014 dados analisados pelo pesquisador. Dos fatores estruturais por ele selecionados, a relevância foi evidenciada:

- i. na função do clítico, em que os dados apresentam a subida em 88,9% das construções com grupos clíticos, 51,6% com clíticos éticos, 50,7% com dativos, 32,6% com acusativos e em apenas 18,9% das sentenças com clíticos reflexivos e *se*;
- ii. no contexto sintático, cuja subida é definida, principalmente, pela presença de elementos atratores de próclise, tal como evidenciado em pesquisas anteriores;
- iii. nos elementos intervenientes, sendo os advérbios os que mais desfavorecem a subida;
- iv. na frequência verbal²¹, evidenciando que os verbos que exibem maior percentagem de subida são os mais frequentes nos *corpora* (*querer, poder, dever, ter de, ir, vir a, começar a, estar a*), responsáveis por 40% dos casos de subida de clíticos, contra 20% nos verbos infrequentes (*tentar, desejar, esperar, pretender, procurar, conseguir*,

²¹ Andrade (2010) baseia-se em Bybee (2003) e nos preceitos da gramaticalização para incluir esse fator, afirmando que a frequência do verbo pode estar relacionada ao nível de gramaticalização que esse verbo sofre. Desse modo, o uso elevado de determinados verbos poderia ocasionar a perda semântica desses verbos e, conseqüentemente, o aumento da subida do clítico, visto que verbos mais frequentes favorecem esse fenômeno.

saber, haver de, tornar a, voltar a, costumar a, chegar a, acabar de, deixar de, ficar a, continuar a, andar a, precisar).

Ao concluir, Andrade (2010, p. 225) afirma que “é notável a variação do fenômeno entre os autores, iniciada mais claramente a partir do início do século XVII e tornando-se mais elevada no século XVIII”, e que, no século XIX, notou-se uma menor porcentagem de subida dos clíticos.

Apresentado o panorama dos resultados de pesquisas anteriores sobre a colocação dos clíticos em *corpora* produzidos por portugueses em Portugal, a próxima seção se pautará na abordagem de investigações acerca do fenômeno em documentos de portugueses no Brasil.

1.2.1.2 Colocação de clíticos no português no Brasil Colonial

A realidade que fez do português uma língua hegemônica no Brasil é perpassada por uma história marcada por alta complexidade linguística, decorrente de situações sócio-históricas que fizeram do país um ponto de encontro de centenas de línguas indígenas, africanas, de imigrantes, além de outras que podem ter se originado por meio desse contato diverso de povos — ainda que não tenham sobrevivido a todos os acontecimentos ocorridos em território nacional. A história linguística do Brasil contribui para que diversos pesquisadores interpretem o período marcado pelo contato linguístico como a chave para uma possível explicação das discrepâncias tão bem delimitadas entre o PE e o PB.

A colocação dos clíticos é um dos fenômenos linguísticos que evidencia não apenas discrepâncias entre o PB e o PE, como também esclarece aspectos de versões anteriores do português. Por isso, para compreender as dinâmicas dessa língua em território brasileiro, é fundamental enxergá-la em suas múltiplas facetas. Barbosa (1999) aponta a necessidade de diferenciar o que poderia ser designado como português *do* Brasil e português *no* Brasil. Segundo ele, o estudo da sociedade americana falante da língua portuguesa enquadra-se na noção de português *do* Brasil; em contrapartida, o estudo da língua da comunidade europeia no Brasil equivale à ideia de português *no* Brasil.

Pode-se dizer, então, que este estudo, pautado em textos oriundos de portugueses residentes no Brasil em diferentes fases do período colonial, situa-se entre os trabalhos acerca do português *no* Brasil. À vista disso, a seção que segue traça o panorama de pesquisas

anteriores sobre o tema. Serão explanadas as pesquisas produzidas por Lobo (1996)²², sobre a sincronia de 1500, e por Lobo (2001)²³, a respeito de dados do século XIX.

1.2.1.2.1 Construções com verbo único

Em estudo de documento autógrafo datado de 1500, Lobo (1996) desenvolve uma abordagem descritivo-quantitativa da ordem dos clíticos em 321 sentenças verbais finitas e não finitas da *Carta de Pero Vaz de Caminha*, documento de relevância histórica considerado também um registro da norma culta proveniente do norte de Portugal. O objetivo é descrever o fenômeno linguístico e identificar se os traços da variedade diacrônica presentes no documento caracterizam padrões do português arcaico ou clássico. O Quadro 1.5 mostra os padrões de colocação dos clíticos em sentenças finitas²⁴.

Quadro 1.5 – Padrões de colocação dos clíticos encontrados na pesquisa de Lobo (1996) com base na *Carta de Pero Vaz de Caminha*

Colocação de clítico		Ambiente sintático
<i>Ênclise categórica</i>		Verbo em posição inicial absoluta;
<i>Próclise categórica</i>		Orações desenvolvidas (tais como relativas e adverbiais); Sentenças principais/coordenadas com verbo antecedido por: i) SN objeto direto; ii) SN objeto indireto; iii) Negação; iv) Orações subordinadas substantivas, adjetivas ou adverbiais.
<i>Variação ênclise e próclise</i>	<i>Prevalência de ênclise</i>	Orações coordenadas aditivas (com conjunção <i>e</i>); Orações não dependentes com verbo antecedido por: i) Oração dependente.
	<i>Prevalência de próclise</i>	Orações coordenadas explicativas, adversativas (com conjunção <i>mas</i>) e aditivas (com conjunção <i>nem</i>); Orações não dependentes com verbo antecedido por: i) Sujeito nominal; ii) Sujeito pronominal (incluindo pronomes pessoais, demonstrativos e indefinidos); iii) Sintagma adverbial; iv) Sintagma preposicional de valor adverbial (adjunto).

Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados de Lobo (1996).

²² Lobo (1996) faz a observação da colocação dos clíticos em sentenças com verbo único na Carta de Pero Vaz de Caminha, datada de 1500.

²³ A pesquisa de Lobo (2001) pauta-se em 158 cartas não oficiais e não íntimas, datadas de 1818 a 1886, e tem como objetivo a descrição da sintaxe brasileira e portuguesa. Os *corpora* de portugueses são compostos por cartas autógrafas de um negociante cuja linguagem representa a elite da comunidade de imigrantes portugueses no Brasil, além de cartas autógrafas e apógrafas de outros *scriptores*, majoritariamente oriundos de localidades rurais onde se falavam os dialetos setentrionais. Todos desempenhavam atividades comerciais.

²⁴ Lobo (1996) analisa dados de sentenças finitas e não finitas. Nesta seção, entretanto, são abordados apenas os resultados obtidos a partir das sentenças finitas, uma vez que esse é o contexto de interesse desta pesquisa.

Ao observar o quadro e compará-lo com pesquisas anteriores baseadas em dados extraídos da língua escrita de portugueses na Europa, notam-se semelhanças no comportamento dos clíticos nesses contextos.

A pesquisadora destaca as ocorrências de orações coordenadas, pois, apesar de haver variação de forma geral, não foi encontrada alternância entre ênclise e próclise dentro de um mesmo tipo. Assim, a preferência pela ênclise ocorre em coordenadas aditivas introduzidas por *e*, ao passo que, em coordenadas explicativas e no único caso de coordenada adversativa introduzida por *mas*, a colocação é proclítica. Os dados de orações aditivas iniciadas pela conjunção *nem*, que apresentam próclise categórica, são interpretados por Lobo (1996) como resultantes de uma relação semântica entre a conjunção *nem* e itens de valor negativo, considerados desencadeadores da próclise.

Os resultados oriundos de contextos sintáticos caracterizados pela alternância entre ênclise e próclise são exibidos na Tabela 1.5.

Tabela 1.5 – Resultados de colocação ênclise/próclise em contextos variáveis obtidos por Lobo (1996)

Ambiente sintático	Ênclise	Próclise
SN Sujeito nominal	2 (33.4)	4 (66.6%)
SN Sujeito pronominal	8 (36.4%)	14 (63.6%)
<i>pronomes pessoais</i>	4 (44.4%)	5 (55.6%)
<i>pronomes demonstrativos</i>	1 (50%)	1 (50%)
<i>pronomes indefinidos</i>	3 (27.3%)	8 (72.7%)
SADVs	8 (38.1%)	13 (61.9%)
SP Adverbial	1 (8.4%)	10 (91.6%)
Verbo antecedido de oração dependente	19 (90.5%)	2 (9.5%)
Orações coordenadas		
Coordenadas aditivas introduzidas por <i>e</i>	5 (100%)	-
Coordenadas aditivas introduzidas por <i>nem</i>	-	2 (100%)
Coordenadas explicativas	-	3 (100%)
Coordenadas adversativas introduzidas por <i>mas</i>	1 (100%)	-
Total	52	62

Fonte: adaptado de Lobo (1996).

Para analisar esses contextos, Lobo (1996) apresenta um estudo contrastivo entre os percentuais obtidos na *Carta de Caminha* e dados do conjunto de *Cartas da Corte do Rei D. João III*, datadas de 1524 a 1562. Os resultados mostram que, em contextos variáveis, a próclise foi implementada com maior frequência nas *Cartas da Corte*. Além disso, orações coordenadas aditivas introduzidas por *e* — ambiente de ênclise na amostra de 1500 — apresentam a possibilidade de próclise no *corpus* de 1524 a 1562. Em razão disso, Lobo (1996) conclui que, no século XVI, a colocação pré-verbal se estabelece no sistema do português após um longo

período de variação. No entanto, a mudança não ocorre na passagem dos séculos XV para XVI. Assim, a pesquisadora conclui que a *Carta de Caminha* apresenta padrões do português medieval.

Lobo (2001) realiza uma nova observação da sintaxe dos clíticos, desta vez em manuscritos provenientes de brasileiros e portugueses radicados ou domiciliados no Recôncavo da Bahia no século XIX. O estudo dos padrões de colocação em textos de portugueses pautou-se em 56 cartas autógrafas e apógrafas de cinco homens que desempenhavam atividades comerciais, majoritariamente oriundos de localidades rurais da região de Braga, Porto e Viseu. Destas, 51 eram autógrafas de João Pinto Leite, um negociante português nascido no Porto, cuja linguagem é representativa da elite da comunidade de imigrantes portugueses no Brasil.

Lobo (2001) separa os dados em três grupos, a saber:

- i. dados extraídos de cartas autógrafas de João Pinto Leite;
- ii. dados extraídos de cartas autógrafas de outros portugueses;
- iii. dados extraídos de cartas apógrafas de outros portugueses.

Os resultados das cartas autógrafas de João Pinto Leite não atestam nenhuma divergência em relação aos obtidos nas cartas autógrafas de outros remetentes portugueses. Já nas cartas apógrafas, percebeu-se uma única divergência: a colocação enclítica em oração relativa. O Quadro 1.6 apresenta os padrões de colocação encontrados nessa pesquisa.

Quadro 1.6 – Padrões de colocação dos clíticos encontrados na pesquisa de Lobo (2001) no século XIX

Colocação de clítico		Ambiente sintático
<i>Ênclise categórica</i>		Verbo em posição inicial absoluta;
<i>Próclise categórica</i>		Orações desenvolvidas (tais como relativas e adverbiais); Sentenças principais e coordenadas com verbo antecedido por: i) Negação; ii) Sintagma quantificado em posição de sujeito; iii) Sintagma focalizado; iv) Alguns objetos.
<i>Variação ênclise e próclise</i>	<i>Variação livre</i>	Sintagma preposicional com função adverbial/com função de oblíquo.
	<i>Prevalência de ênclise</i>	Orações coordenadas; Orações não dependentes com verbo antecedido por: i) Oração dependente.
	<i>Prevalência de próclise</i>	Orações não dependentes com verbo antecedido por: i) Sujeito neutro.

Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados de Lobo (2001).

Sobre os casos extraídos de cartas apógrafas, Lobo (2001) conclui que não há dados suficientes para afirmar se há mão brasileira, mas afirma que o *corpus* referente aos imigrantes portugueses representa um estrato da comunidade de comerciantes e negociantes com maior prestígio socioeconômico e sociocultural. Assim, considerando que essa não era a realidade de todos os imigrantes — que, em sua maioria, chegavam muito jovens à Colônia, alguns sendo analfabetos ou com baixo grau de letramento —, a pesquisadora considerou plausível supor haver, na língua dos imigrantes, um aumento progressivo da influência do PB.

1.2.1.2.2 Construções com grupo verbal

O estudo da colocação dos clíticos em construções com grupos verbais, com base em *corpora* produzidos por portugueses no Brasil, foi realizado por Lobo (2001), por meio da análise de dados referentes ao século XIX.

Lobo (2001) atesta que, nesse tipo de estrutura, o *corpus* de portugueses apresentou predomínio da subida do clítico (71,8%), em detrimento das sentenças sem subida. A pesquisadora identificou cinco variantes de colocação do clítico, sendo que a próclise ao primeiro verbo (cl-V V) ocorreu em 61,2% dos casos, a ênclise ao primeiro verbo (V-cl V) em 10,7% e a ênclise ao segundo verbo (V V-cl) em 25,2%.

Além disso, foi encontrado um caso de colocação com ambiguidade — assim denominado por não haver elemento gráfico que indique a adjacência do clítico nem ao primeiro nem ao segundo verbo (V cl V) —, correspondendo a 1% do total. Lobo (2001) também identificou duas ocorrências de próclise ao segundo verbo, motivadas pela presença da preposição *de* (V P cl V), o que não representa, portanto, casos da colocação de inovação brasileira (V cl-V).

Os resultados expostos acerca da colocação de clíticos em *corpora* de portugueses no Brasil evidenciam a necessidade de ampliar e aprofundar os estudos nessa perspectiva, visto que ainda há carência de investigação, o que reafirma a relevância deste estudo.

1.3 SÍNTESE

O capítulo foi destinado à abordagem das discussões sobre o português trazido de Portugal, que teria exercido importante papel na formação do português brasileiro (PB), mais especificamente em sua face culta. Inicialmente, foi abordada a caracterização do fenômeno, ressaltando os padrões de colocação dos clíticos verificados ao longo das pesquisas, a saber:

- **Ênclise categórica:** historicamente encontrada em sentenças com verbo em posição inicial absoluta, em diferentes sincronias do português europeu. Trata-se de um traço que distingue o PB, uma vez que este não apresenta a restrição de que o clítico não possa iniciar uma sentença.
- **Próclise categórica:** manifesta-se em todas as vertentes do português nas orações dependentes, interrogativas e coordenadas/principais com verbo precedido por elemento atrator de próclise — focalizadores, quantificadores, alguns advérbios e itens negativos.
- **Contextos variáveis:** considerados ambientes sintáticos neutros, permitem a possibilidade de colocação tanto da ênclise quanto da próclise. Esses contextos desempenham um papel relevante na história das mudanças sintáticas que delineiam discrepâncias entre as sincronias do português europeu, bem como distinções em relação ao PB. São formados por orações segundas coordenadas em posição inicial e por coordenadas/principais com verbo antecedido por elemento neutro — sujeitos não focalizados, sintagmas preposicionais, adverbiais ou orações dependentes.

Além disso, a adjacência do clítico pronominal aos verbos em sentenças constituídas por grupos verbais — compostos por um verbo finito e outro não finito — apresenta relação com o fenômeno denominado *subida do clítico* (*clitic climbing*), que consiste na adjacência do pronome — argumento do verbo temático ou principal — ao primeiro verbo da construção, do qual esse clítico não é complemento. Assim, o clítico pode ligar-se a um dos verbos no português, exibindo a subida do clítico (*cl-V V* ou *V-cl V*) ou não (*V V-cl* ou *V cl-V*), sendo importante ressaltar que a próclise ao segundo verbo é registrada somente em fontes documentais da língua escrita de brasileiros.

Depois, o capítulo mostrou, em ordem cronológica, os resultados e discussões de pesquisas antecedentes sobre o comportamento da colocação dos clíticos em construções com verbo único e com grupos verbais, abrangendo as sincronias do português em Portugal e da língua dos portugueses no Brasil. Vale ressaltar que, no caso dos ambientes formados por um único verbo, a discussão mais ampla se atém especificamente às sentenças que permitem o uso variável de ênclise e próclise, visto que esses contextos protagonizam, no decorrer do tempo, mudanças linguísticas que distinguem padrões de colocação e sinalizam distintas variedades dessa língua.



Capítulo 2

Fundamentação teórica e metodologia da pesquisa

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo apresenta os fundamentos teóricos e metodológicos que orientam o estudo da colocação dos clíticos em manuscritos de falantes portugueses no Brasil colonial. Inicialmente, discute-se o referencial teórico que sustenta a pesquisa; em seguida, abordam-se os procedimentos metodológicos adotados.

2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente pesquisa fundamenta-se em pressupostos oriundos dos campos da linguística, da paleografia, da diplomática e da filologia, tendo em vista que a análise do fenômeno da colocação de clíticos em sentenças finitas se apoia em fontes documentais de natureza histórica. Tal abordagem exige respaldo paleográfico e diplomático para a prospecção e constituição de *corpora* fidedignos, bem como aporte filológico para a elaboração de edições críticas coerentes dos manuscritos. As seções subsequentes detalham os referenciais teóricos utilizados.

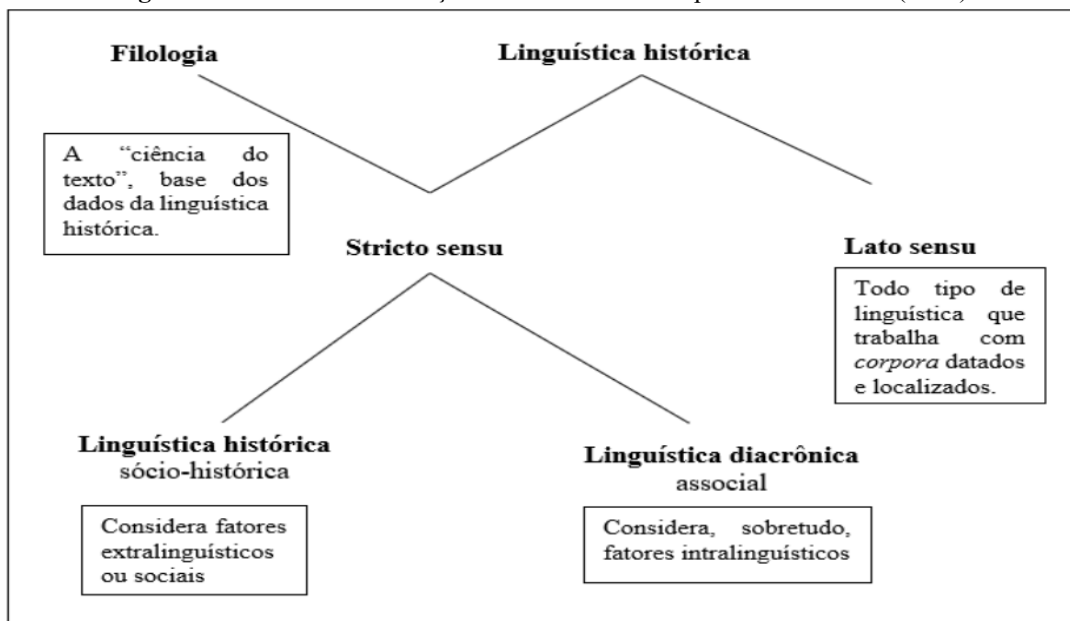
2.1.1 Campo linguístico

O desenvolvimento do campo linguístico desta pesquisa fundamenta-se nos pressupostos da Linguística Histórica, a qual Mattos e Silva (2008) define, tradicionalmente, como a área da Linguística que se dedica à interpretação da mudança nos níveis fônico, mórfico, sintático e semântico-lexical, ao longo do tempo e em determinado espaço geográfico. A autora distingue Linguística Histórica de Linguística Diacrônica, enfatizando que a primeira tem como objetivo desvelar a constituição histórica de uma língua ao longo do tempo, ao passo que a segunda busca explicar mudanças sintáticas ocorridas em um dado período histórico, com destaque para o sistema linguístico.

Segundo Mattos e Silva (2008), os estudos em Linguística Histórica abarcam a multiplicidade temporal e a não linearidade que caracteriza a história das línguas e das famílias linguísticas, podendo ser conduzidos sob duas perspectivas: *lato sensu* e *stricto sensu*. Em caráter *lato sensu*, esse campo de estudo compreende descrições sincrônicas de dados obrigatoriamente datados e localizados, baseados em *corpora* constituídos de forma fidedigna. Em sentido *stricto*, o foco recai sobre a observação das mudanças linguísticas, bem como das motivações que as desencadearam.

A pesquisa em Linguística Histórica, em seu sentido *stricto*, pode ser conduzida sob uma orientação histórico-social ou sob uma perspectiva diacrônica associial. Nos estudos de cunho histórico-social, consideram-se relevantes tanto os fatores estruturais quanto os de natureza social para a compreensão da mudança linguística. Por sua vez, a linguística diacrônica associial adota um viés imanentista, conferindo protagonismo aos aspectos intralinguísticos (cf. Figura 2.1).

Figura 2.1 – Síntese de definições teóricas abordadas por Mattos e Silva (2008)



Fonte: Mattos e Silva (2008, p.10).

A Linguística Histórica de orientação sócio-histórica fundamenta esta investigação, que reconhece a importância de compreender as dinâmicas de difusão do português trazido da Europa, bem como os cenários de multilinguismo nos quais o português brasileiro se formou, para a reconstituição da história do PB — mais especificamente, de sua vertente culta. As seções seguintes abordam aspectos teóricos da Linguística Histórica, sob as perspectiva sócio-histórica.

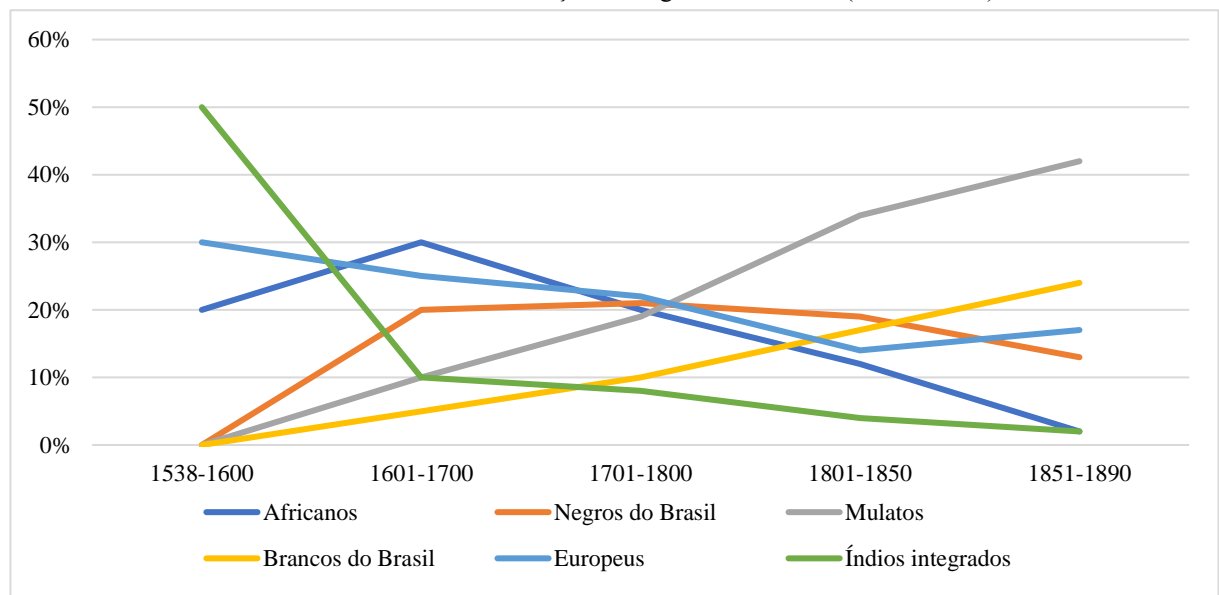
2.1.1.1 *Linguística Histórica Sócio-histórica*

O desenvolvimento de pesquisas em Linguística Histórica, sob o viés sócio-histórico, no Brasil, tem buscado compreender as dinâmicas linguísticas ocorridas durante a formação do país, a fim de rastrear, em *corpora* de língua escrita e falada, indícios das influências do contato linguístico na constituição do português brasileiro.

De acordo com Lucchesi (2015), o PB apresenta uma realidade social marcada pela polarização decorrente dos contrastes entre o português do colonizador e o português adquirido como segunda língua pelas classes subalternas no período colonial. Mattos e Silva (2004) já associava essa polarização a uma realidade caracterizada por um multilinguismo/multidialealismo generalizados, resultantes do intenso contato entre línguas ocorrido durante a colonização.

Mattos e Silva (2004), com base nos estudos de Mussa (1991, p. 11) sobre a história da distribuição demográfica do Brasil, destaca as línguas africanas como as de maior relevância no processo de formação do PB, seguidas das línguas dos imigrantes. Segundo ela, essas contribuições “tornaram a área americana, multilíngue de origem, ainda mais complexa linguisticamente”. O Gráfico 2.1 ilustra a distribuição populacional entre os anos de 1538 e 1890.

Gráfico 2.1 – Distribuição demográfica do Brasil (1538 – 1890)



Fonte: elaborado com base em Mussa (1991, p. 163).

De acordo com Mattos e Silva (2004), os dados populacionais apontam que estava concomitantemente presente no Brasil

- a. O português europeu na sua dialeção diatópica, diastrática e diacrônica, que teria ao longo do período colonial um contingente médio de 30% da população brasileira [...];
- b. As línguas gerais indígenas, que, plurais e dialetalizadas, poderiam até confundir-se com o português geral brasileiro nas áreas geográficas delimitáveis em que se difundiram;

c. O português geral brasileiro, antecedente histórico do português popular brasileiro que, adquirido na oralidade e em situações de aquisição imperfeita, é difundido pelo geral do Brasil, sobretudo pela presença maciça da população africana e dos afrodescendentes que perfizeram uma média de mais de 60% da população por todo o período colonial. (Mattos e Silva, 2004, p. 90).

Esses estudos resultaram em profundas reflexões, originando propostas e agendas de investigação que têm fundamentado e direcionado as produções em Linguística Histórica Sócio-histórica no Brasil. As proposições de Mattos e Silva são sumariamente apresentadas por Lobo (2015), conforme os itens listados a seguir:

- i. a história linguística do Brasil não se restringe à história da língua portuguesa no Brasil, nem a história do português brasileiro;
- ii. o português brasileiro emerge em contexto multilíngue: o contato linguístico é, pois, elemento constitutivo da sua formação;
- iii. na cena linguística do Brasil colonial, destacam-se três atores principais: o português europeu, as línguas gerais indígenas e o português geral brasileiro;
- iv. africanos e afrodescendentes foram os principais difusores da língua portuguesa no Brasil e os principais formadores do português brasileiro em sua variante social majoritária — o português popular brasileiro;
- v. o passado socio-histórico-linguístico do Brasil deverá ser interpretado para a compreensão do português brasileiro (heterogêneo e variável, plural e polarizado) da atualidade.

Além de conceber direcionamentos investigativos, as proposições aprofundam as perspectivas a respeito do PB. Mattos e Silva (2008b, p. 13) ressalta que a “designação *português brasileiro* abrange-se correntemente o chamado português popular ou vernáculo brasileiro e o português culto brasileiro, ou seja, as normas vernaculares e as normas cultas”; desse modo, deve-se ter ciência da importância do rompimento com a ideia generalizante e homogênea do PB, uma vez que ele se caracteriza por ser heterogêneo, polarizado e plural.

Para a pesquisadora, o *português europeu* advindo para o Brasil seria o antecedente histórico do *português culto brasileiro*, que teria se definido na segunda metade do século XVIII, em decorrência das diretrizes político-culturais estabelecidas pelo Marquês de Pombal. O *português popular brasileiro*, por sua vez, se originaria do *português geral brasileiro*, vertente que resultou do multilinguismo produzido pelo contato entre a língua dos portugueses, as línguas indígenas e as africanas no século XVI.

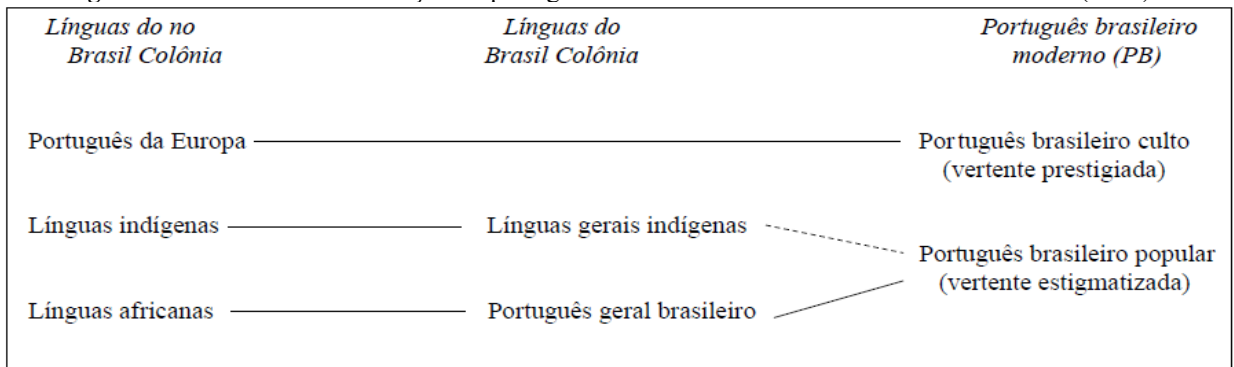
Os desdobramentos da próxima seção aprofundam a discussão sobre a formação do português brasileiro em sua face culta.

2.1.1.1.1 *Reflexões sobre a vertente culta do Português Brasileiro*

Ao ressaltar a importância da demarcação das vertentes cultas e populares do português brasileiro nas investigações, Mattos e Silva (2008b) detalha as vias de compreensão da formação do PB, uma vez que as duas formas foram inicialmente constituídas por caminhos que se diferem. Em concordância com essa ideia, Lucchesi (2017) acrescenta a relevância de observar a língua da camada privilegiada na Colônia e sua evolução, posto que essa língua foi a utilizada não só pelos portugueses recém-chegados em diversos períodos, mas também foi a língua transmitida para seus descendentes, em processo de transmissão linguística regular.

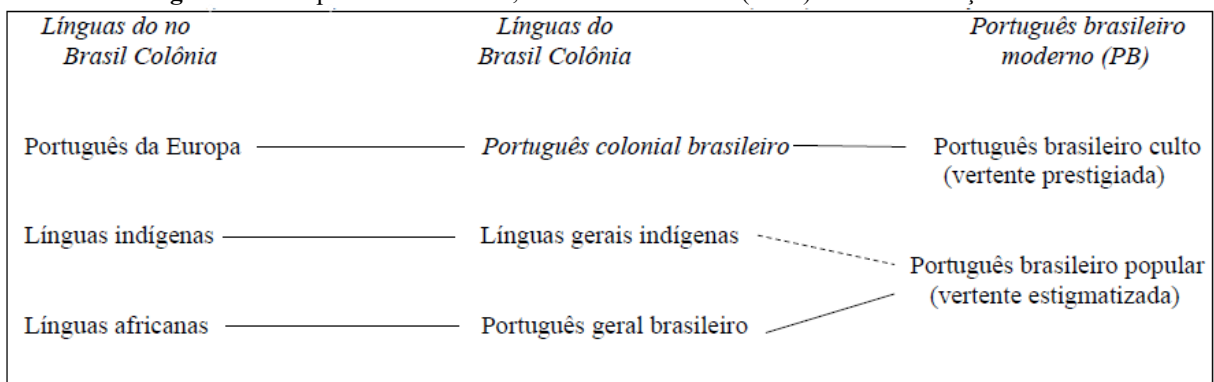
Nesse sentido, o pesquisador salienta que a transmissão linguística regular de uma língua não é um impeditivo para que mudanças afetem sua estrutura, principalmente porque os falantes em questão correspondiam a cerca de um terço da população do Brasil até o século XIX, sendo a maior parte da população a que utilizava o português como segunda ou terceira língua. Assim, o pesquisador enfatiza que, para entender a realidade linguística do Brasil, não se pode ignorar a possibilidade de que mudanças induzidas pela transmissão linguística irregular das camadas desprivilegiadas possam ter afetado a língua da camada dominante, posto que esses dois universos coexistiam frequentemente em estreita relação, como nas figuras de senhores, capatazes e escravizados (Lucchesi, 2017).

Amparados pelas ideias de Lucchesi (2017) e alicerçados nos dados de Cardoso (2020), Cardoso, Andrade e Carneiro (2021) propõem a hipótese de que haveria uma vertente do português entre o *português europeu* conduzido para o Brasil e o *português culto brasileiro*, adquirido pelos brancos nascidos no Brasil, que seria o *português colonial brasileiro*. Cardoso, Andrade e Carneiro (2021) apresentam elementos para o aprofundamento da agenda de pesquisa proposta por Mattos e Silva (2004) sobre a constituição do PB em sua vertente culta. A Figura 2.2 mostra a dinâmica de formação do PB, conforme Mattos e Silva (2004).

Figura 2.2 – Dinâmica da formação do português brasileiro moderno conforme Mattos e Silva (2004)

Fonte: Mattos e Silva (2004, p. 90) com adaptações de Cardoso, Andrade e Carneiro (2021, p. 4).

Cardoso, Andrade e Carneiro (2021) chamam a atenção para a ideia de que conceber o português advindo da Europa como antecedente histórico direto do *português culto brasileiro* não aprofunda a possibilidade de se pensar o percurso histórico que poderia ter ocorrido entre a língua dos portugueses e a vertente culta do PB. À vista disso, os autores ampliam a proposta, inserindo a hipótese da existência do *português colonial brasileiro*, que seria o português adquirido via transmissão linguística regular pelos brancos brasileiros, com possíveis alterações decorrentes do contato linguístico com a população que adquiriu o português de forma precária, em conformidade com o que destaca Lucchesi (2017). A ilustração da proposta de ampliação é representada na Figura 2.3.

Figura 2.3 – Hipótese de Cardoso, Andrade e Carneiro (2021) sobre a formação do PB

Fonte: Cardoso, Andrade e Carneiro (2021, p. 6).

A justificativa para a proposta de aprofundamento da agenda de Mattos e Silva (2004) se pauta na hipótese da existência do *português colonial brasileiro*, que se apoia em indícios linguísticos encontrados em dados de colocação dos clíticos em documentos oriundos de brancos brasileiros nascidos entre os séculos XVII e XVIII, observados por Cardoso (2020). Os resultados, em contextos de sentenças principais afirmativas com verbo antecedido por oração dependente e orações segundas coordenadas, do século XVII, apontam o uso ligeiramente maior

da próclise em relação aos números obtidos em dados do PCI nesses ambientes sintáticos. Assim, para Cardoso (2020), o português do Brasil no século XVII é ligeiramente diferente daquele difundido na Europa, ao passo que, no século XVIII, o português presente em textos de brasileiros seria o PCI.

Cardoso, Andrade e Carneiro (2021) analisam os percentuais que correspondem aos resultados de Cardoso (2020) e afirmam que a próclise preferencial, em contextos de sentenças principais com verbo antecedido por oração dependente e nas segundas coordenadas, é comum no português brasileiro. Todavia, acrescentam que

[...] por ser, também, uma possibilidade do sistema gramatical do PCI – embora não seja a opção preferencial no período –, não se deve considerar a preferência pela colocação pré-verbal no contexto de variação II²⁵ presente em textos coloniais brasileiros como uma inovação no sentido pleno da palavra. Não obstante isso, não se pode ignorar a preferência proclítica presente nos textos coloniais investigados por Cardoso (2020), que diferem da característica geral dos textos portugueses do período clássico, cuja colocação majoritária no contexto de variação II é a ênclise. (Cardoso, Andrade e Carneiro, 2021, p. 11-12).

Cardoso, Andrade e Carneiro (2021), portanto, afirmam que o *português colonial brasileiro* não se difere drasticamente do PCI e o colocam como uma variedade que se segue à chegada do português trazido da Europa²⁶ e antecede a formação da vertente privilegiada do PB, apresentando diferenças em relação à vertente europeia, porém com modificações menores se comparadas às alterações do PB. Os autores ressaltam a necessidade de estudos que comparem a o português de portugueses com a língua de brancos nascidos no Brasil, com a finalidade de se buscar, particularidades que possam comprovar ou refutar a existência do *português colonial brasileiro*.

Para a compreensão de todo esse contexto, assume-se, nesta pesquisa, a importância de se entender as dinâmicas de difusão do português trazido da Europa. Dessa forma, a próxima seção apresenta informações que visam agregar à compreensão sobre o ambiente onde os

²⁵ Galves, Britto e Paixão de Souza (2005) chamam de *contexto de variação II* os contextos de colocação de clíticos com possibilidade de variação e com possível influência de questões prosódicas. Tais contextos são: orações segundas coordenadas e sentenças principais afirmativas com verbo antecedido por oração dependente.

²⁶ Cardoso, Andrade e Carneiro (2021), por meio da discussão de Cardoso (2020) sobre as propostas de periodização do português na Europa, decidem utilizar a periodização do português formulada por Lindley Cintra (Castro, 1999; 2004 [1945]), porém com ajustes temporais, considerando o início do PCI e do PE com base na proposta de Galves (2007). Assim, partem da ideia de que o PCI foi o português trazido pelos portugueses para o Brasil durante a colonização.

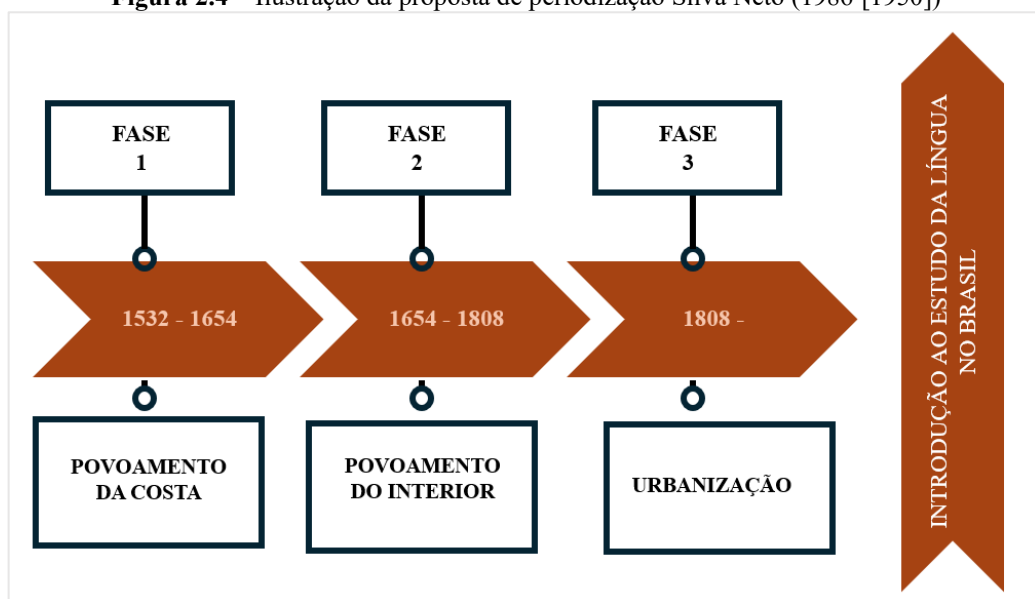
portugueses desembarcaram, bem como sobre o cenário em que o PB foi constituído a partir da apresentação das propostas de periodização da história linguística do Brasil.

2.1.1.1.2 *A realidade multilíngue do Brasil Colônia e as propostas de periodização*

Ponderar o contexto social que se formou no país durante o período da colonização é fundamental para a compreensão das dinâmicas nas quais a língua portuguesa esteve inserida no Brasil, bem como dos processos de difusão do português trazido da Europa. Essa compreensão requer o desenvolvimento de estudos linguísticos que abordem a formação da sociedade brasileira da época, uma vez que isso apresenta relevância para a contextualização do cenário de constituição do PB. Alguns pesquisadores têm se dedicado à elaboração de propostas de periodização que possam sistematizar a complexa realidade que permeou o português desde o Brasil Colônia.

As propostas de periodização são constituídas com base em critérios variáveis, comumente atrelados a fatores internos da língua, como as mudanças linguísticas sofridas pelo sistema, ou a fatores externos, que visam propor correlações entre mudanças linguísticas e eventos sócio-históricos. No que se refere à periodização no Brasil, Serafim da Silva Neto (1986 [1950]) foi pioneiro ao refletir sobre possíveis estágios da língua, fundamentando-se, sobretudo, em fatos políticos. Para ele, as etapas que marcam os estágios da língua em território brasileiro se dão por meio de três fases, conforme mostra a Figura 2.4.

Figura 2.4 – Ilustração da proposta de periodização Silva Neto (1986 [1950])



Fonte: ilustração elaborada com base em Silva Neto (1986 [1950]).

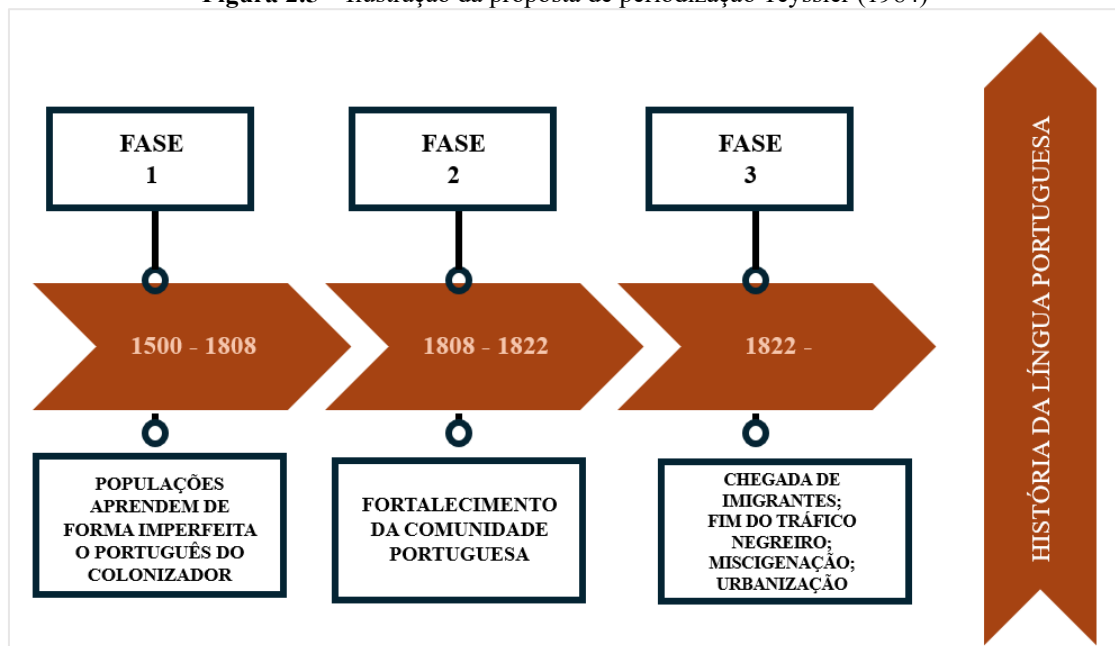
De acordo com Serafim da Silva Neto (1986 [1950]), a primeira fase é marcada pela efetiva expulsão dos holandeses e caracteriza-se, majoritariamente, pela presença de indígenas e africanos em detrimento dos europeus. Nesse período, a língua geral é necessária e o bilinguismo é generalizado. A segunda fase vai do fim da ameaça holandesa até a chegada da família real, momento em que a população indígena passa a ter menor proporção, devido a uma série de conflitos com os europeus. Assim, a língua geral é menos utilizada, restringindo-se às povoações do interior e aos aldeamentos dos jesuítas. Além disso, o povoamento do interior, composto por mestiços, negros, indígenas e brancos “decaídos”, expressaria, entre os séculos XVII e XVIII, um crioulo ou semicrioulo.

Por fim, a terceira fase tem início anos após a chegada da família real, período em que o português se torna hegemônico, ainda que persista certa dualidade entre a fala da população de prestígio e a das comunidades de descendentes de negros e indígenas, além dos mestiços da colônia.

Para Pessoa (1997) e Lobo (2003), a primeira fase da proposta de Serafim da Silva Neto (1986 [1950]) não é consonante com a realidade, uma vez que os vinte e quatro anos de presença holandesa no país não deixaram consequências linguísticas relevantes. Portanto, não haveria fundamento para considerar a expulsão dos holandeses como um marco temporal.

A segunda proposta, elaborada por Teyssier (1984), considera, assim como Serafim da Silva Neto (1986 [1950]), os fatos da história política do Brasil como critério fundamental para distinguir três fases (cf. Figura 2.5).

Figura 2.5 – Ilustração da proposta de periodização Teyssier (1984)



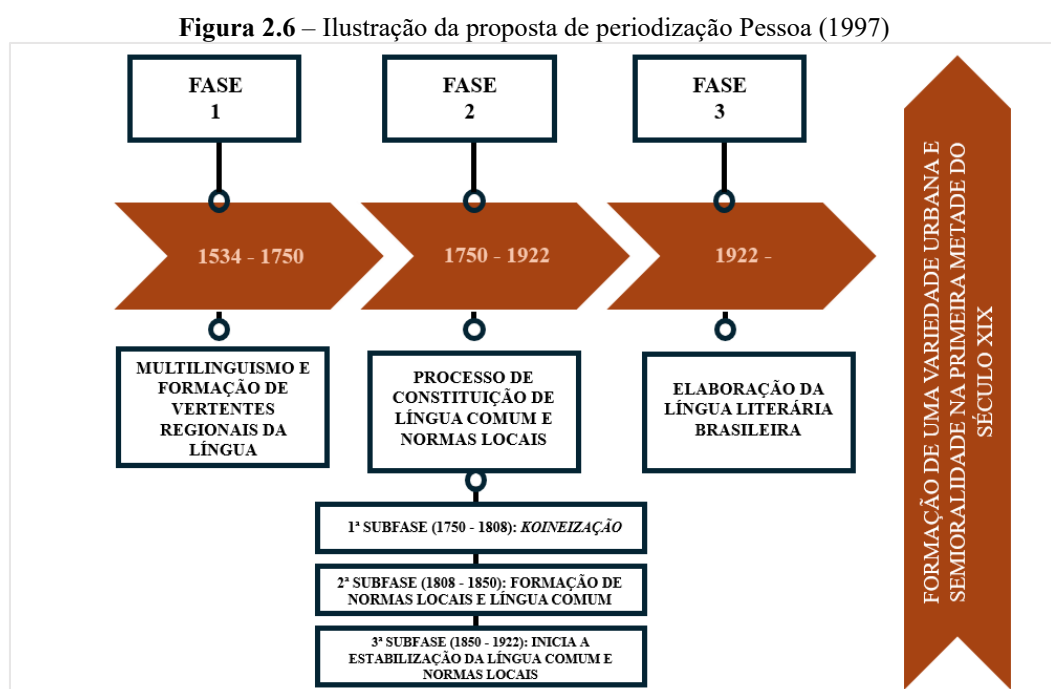
Fonte: ilustração elaborada com base em Teyssier (1984).

Teyssier (1984) defende que a primeira fase começa no período colonial e vai até a chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro, sendo marcada pelo português falado pelos colonizadores, que adquire traços específicos. Nessa fase, a população indígena, africana e outros imigrantes aprendem o português de forma imperfeita, e a língua geral — um tupi simplificado — coexiste com a língua portuguesa. A chegada da Coroa, em 1808, marca o início da segunda fase dessa proposta, caracterizada pelo fortalecimento da comunidade portuguesa após o desembarque de 15.000 pessoas no Rio de Janeiro. Essa fase perdura até a independência do Brasil.

A terceira fase tem início após a independência e é marcada pela chegada de imigrantes europeus, pela extinção do tráfico negreiro, pelo processo de “embranquecimento” do Brasil por meio da miscigenação e pela urbanização — momentos que teriam contribuído para a formação do PB.

Para Lobo (2003), a periodização proposta por Teyssier (1984) falha pela concisão com que os acontecimentos foram distribuídos, uma vez que tal divisão minimiza uma série de processos complexos, principalmente no que diz respeito à participação do contingente negro na constituição do PB. Além disso, a segunda fase abrange uma multiplicidade de fatos históricos que não se restringem aos eventos ocorridos no Rio de Janeiro.

Uma terceira proposta, elaborada por Pessoa (1997), tem como objetivo abarcar a formação das vertentes regionais e da língua literária. O autor destaca três fases, subdividindo a segunda em outras três etapas (cf. Figura 2.6).



Fonte: ilustração elaborada com base em Pessoa (1997).

Para Pessoa (1997), a primeira fase ocorre desde a divisão do país em capitânicas hereditárias até a descoberta de ouro e a modernização do Estado português pelas reformas pombalinas, caracterizando-se pelo multilinguismo e pela formação de vertentes regionais da língua. A segunda fase é dividida em três subfases:

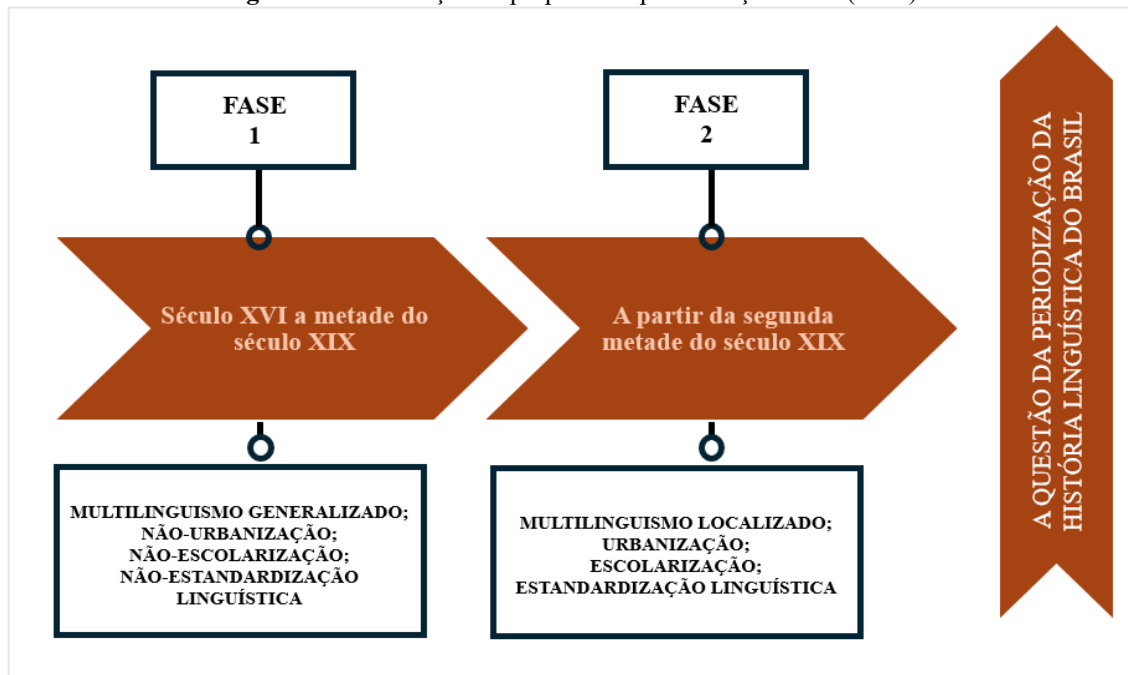
- i. A primeira subfase abrange o período que vai da descoberta de ouro e da modernização do Estado português pelas reformas pombalinas até a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro e o início da urbanização da sociedade. É marcada por um estágio anterior à *koineização* da língua, em que ocorre a *koineização* das diferentes línguas e vertentes;
- ii. A segunda subfase compreende o período entre a chegada da família real e o processo de urbanização até o fim do tráfico negreiro. Caracteriza-se pela formação concomitante de normas locais e representa um estágio de constituição da língua comum.
- iii. A terceira subfase cobre o intervalo que vai do fim do tráfico negreiro até o fim da dominância das oligarquias, o processo de industrialização e a eclosão do movimento modernista no Brasil. É assinalada pelo início de um processo de estabilização da língua comum e das normas locais.

Por fim, a terceira fase corresponde ao período de elaboração da língua literária.

Críticas a essa proposta perpassam pela fusão entre a história da língua falada e da língua literária em uma mesma periodização (Lobo, 2003), uma vez que cada modalidade envolve processos de formação de alta complexidade. Além disso, a restrição temporal do período de multilinguismo aos anos entre 1534 e 1750 desconsidera dados demográficos que apontam os séculos XVIII e XIX como o intervalo que concentra 85% do total de africanos desembarcados no Brasil.

Uma outra proposta é elaborada por Lobo (2003), fundamentada na história demográfico-linguística brasileira, no crescimento populacional associado ao processo de urbanização do país e na escolarização vinculada ao processo de estandardização linguística. Lobo (2003) distingue duas grandes fases, conforme a Figura 2.7.

Figura 2.7 – Ilustração da proposta de periodização Lobo (2003)



Fonte: ilustração elaborada com base em Lobo (2003).

A primeira fase dessa proposta define-se como o período de contato entre línguas indígenas, africanas e a portuguesa. Essa fase também se subordina à identificação das distintas formas locais de contato linguístico que caracterizaram o processo de aprendizagem informal do português como segunda língua, sem desconsiderar que, no século XVI, a fixação era litorânea; no século XVII, houve a expansão territorial com o início da posse das terras do interior; e, no século XVIII, consolidou-se o projeto de colonização portuguesa. Assim, Lobo (2003) enfatiza que a diversidade linguística, nessa fase, caracteriza-se por oposições entre distintas vertentes rurais, uma vez que o país era, majoritariamente, rural.

Na segunda etapa, por sua vez, o país já teria atingido níveis mais elevados de urbanização e, por isso, as diferenciações diatópicas dão espaço, de forma paulatina, a distinções diastráticas, opondo falantes de diferentes camadas socioculturais. Desse modo, as classes baixas urbanas são, progressivamente, integradas à população de origem rural e aos seus descendentes.

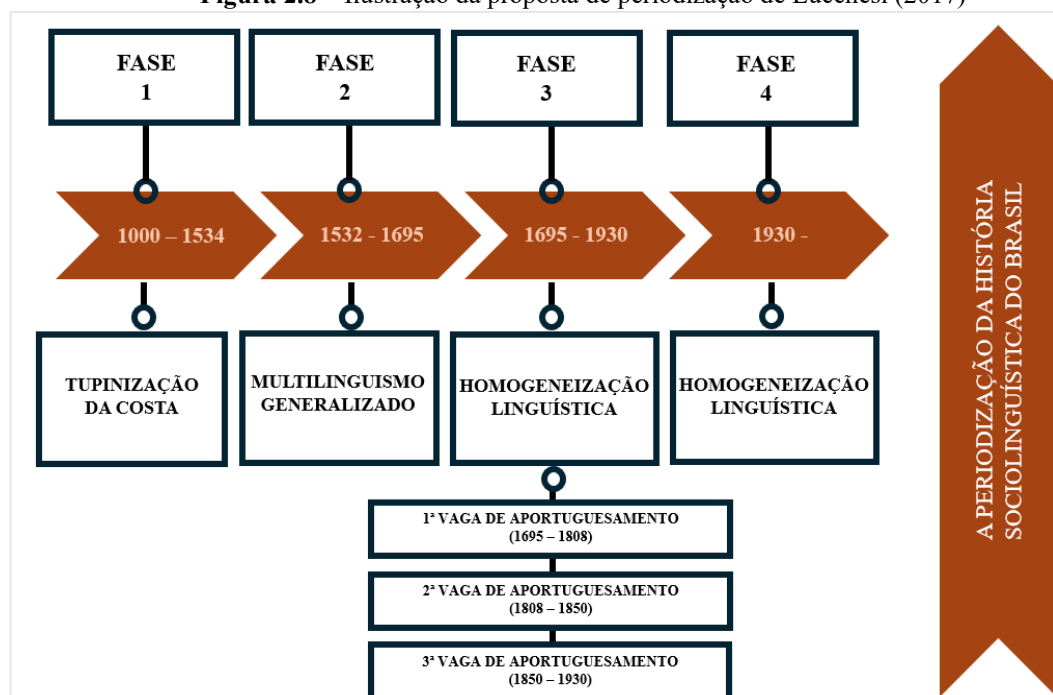
Lobo (2003) ressalta a necessidade de se subdividir cada fase à medida que novas pesquisas sobre histórias linguísticas regionais forem sendo realizadas e difundidas. Para a autora, devem-se considerar três fatos essenciais para compreender a história linguística brasileira:

- i. a passagem de um contexto de país generalizadamente multilíngue a um contexto de país generalizadamente unilíngue e localizadamente multilíngue;
- ii. o crescimento populacional associado à transformação do país da condição de eminentemente rural à condição de eminentemente urbano;
- iii. o crescimento dos índices de escolarização, retirando o país da condição de iletrado e inserindo-o em um contexto de país com baixos índices de letramento.

Com base nessa discussão e, em especial, na proposta de Pessoa (1997), Lucchesi (2017) elabora uma periodização, partindo do pressuposto de que é indispensável incluir aspectos que justifiquem a intensa contribuição das línguas indígenas no léxico nacional. O autor alega ser necessário considerar que o início da colonização portuguesa não abarca todos os processos que contribuíram para a configuração atual da língua.

Lucchesi (2017) ressalta a importância de se dissociar dos modelos de periodização formulados com base na história europeia, uma vez que a história linguística do Brasil é significativamente distinta daquela ocorrida em Portugal, seja pela longa duração do processo que levou à hegemonia da língua portuguesa, seja pela escassez de acervo escrito do período colonial brasileiro. Essa escassez decorre do baixo nível de letramento e da existência de políticas deliberadas do Estado português, que proibiu qualquer instalação tipográfica até 1808. A proposta de Lucchesi (2017) é ilustrada na Figura 2.8.

Figura 2.8 – Ilustração da proposta de periodização de Lucchesi (2017)



Fonte: ilustração elaborada com base em Lucchesi (2017).

A primeira fase dessa proposição antecede a chegada dos portugueses e busca explicar a ampla inserção de palavras de origem indígena no PB, que, conforme Lucchesi (2017), resulta da dominação da costa do Brasil por povos que falavam línguas aparentadas, com designação geral de tupi²⁷, oriundos de regiões entre os rios Madeira e Xingu, ao sul do rio Amazonas. Urban (1992) aponta que a dispersão dessa população pode ter se iniciado entre 3 e 5 mil anos antes, o que, para Lucchesi (2017), elucida a difusão do tronco tupi em diversas outras línguas nas regiões da Amazônia, Centro-Oeste brasileiro, Sul do Brasil, bem como em partes do Paraguai e da Bolívia. Lucchesi (2017) destaca que o processo de expansão desses povos pela costa estava em curso no período do desembarque dos portugueses no território²⁸.

O período que tem início com o povoamento de portugueses na costa do Brasil, a partir da fundação da Vila de São Vicente, no litoral de São Paulo, em 1532, e se encerra com a destruição do Quilombo dos Palmares, na região do atual estado de Alagoas, e com a descoberta das primeiras pedras preciosas na região de Minas Gerais, por volta de 1695, é caracterizado pelo que Mattos e Silva (2004) chama de "multilinguismo generalizado", no qual o português se faz presente de forma minoritária, devido a questões demográficas. Na proposta de periodização de Lucchesi (2017), tais acontecimentos marcam a segunda fase da história linguística brasileira, uma vez que o autor observa diferentes dinâmicas sociais em diversas regiões do país, resultando em distintas realidades linguísticas.

Lucchesi (2017) propõe que a terceira fase da história sociolinguística do Brasil teve início em 1695, perdurando até a Revolução Industrial, em 1930. Para ele, essa fase é caracterizada por um violento processo de homogeneização linguística, podendo ser dividida em três momentos distintos, que contribuíram para consolidar o português como língua materna da imensa maioria da população brasileira. Assim, o fortalecimento do português no Brasil tem início com o ciclo econômico do ouro (1695), é intensificado com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil (1808) e com o fim do tráfico negreiro, considerado uma das principais fontes do multilinguismo. Essa fase encerra-se em 1930, com o início de um sistemático processo de industrialização no país.

²⁷ Lucchesi (2017) chama a atenção para o fato de que há pesquisadores, como Aryon Rodrigues (2010), que distinguem a língua falada na região de São Paulo (tupi) daquela utilizada entre o Rio de Janeiro e a foz do Rio Amazonas (tupinambá). De todo modo, os povos que falavam essas línguas integravam o grande grupo tupi.

²⁸ Lucchesi (2017) aponta a importância de se inserir a dominação do litoral pelos povos tupis, por este fato ter acarretado consequências nos dois primeiros séculos de colonização, uma vez que o tupinambá foi a língua escolhida para executar o plano de catequização.

O processo de hegemonia da língua portuguesa, conforme Lucchesi (2017), é inicialmente alicerçado em movimentos de violência resultantes da escravização. Todavia, em geral, a dominação da língua portuguesa no Brasil tem como principais fatores:

- i. as atividades pecuárias, iniciadas no século XVII e intensificadas no século XVIII com o impulso do ciclo do ouro;
- ii. o aumento da imigração portuguesa, tanto no período do ciclo do ouro quanto na transferência da Corte portuguesa para o Brasil;
- iii. o fim do tráfico negreiro;
- iv. a chegada de imigrantes europeus e asiáticos, em decorrência do fim do tráfico negreiro;
- v. o progresso econômico alcançado em todas as regiões, ainda que de forma desigual²⁹.

Ainda na terceira fase, ocorre, em regiões urbanas do Brasil, o aprofundamento da normatização linguística por meio da criação da cátedra de língua portuguesa no Colégio Pedro II (1871), a proliferação de gramáticas normativas (1880) e a criação da Academia Brasileira de Letras (1897)³⁰. Além disso, Lucchesi (2017) cita a influência literária do Parnasianismo sobre a elite brasileira, que tende a seguir uma norma gramatical portuguesa.

Por fim, a quarta e última fase dessa proposição é assinalada por volta de 1930 e se estende até os dias atuais. Nesse período, o processo de nivelamento linguístico, que atinge a norma popular e o afastamento da norma culta dos padrões portugueses, particulariza essa etapa. Para Lucchesi (2017), o fim das oligarquias rurais de São Paulo e Minas Gerais, o desencadeamento do processo de industrialização no país, além de importantes mudanças sociais iniciadas pela regulamentação das relações trabalhistas, desencadearam os processos que marcam a quarta fase. O período de grande movimento industrial favoreceu um intenso êxodo rural, uma vez que, em pouco mais de meio século, a população rural do Brasil passou de 80% para 20% (Faraco, 2016). Para Lucchesi (2017), tais acontecimentos determinam o processo de nivelamento linguístico, com a difusão de normas urbanas para as diversas camadas sociais, por meio da contribuição de meios de comunicação como o rádio, a televisão e a expansão da rede escolar de ensino a partir de 1970.

²⁹ Lucchesi (2017) cita alguns acontecimentos que marcam esse progresso econômico, ressaltando o ciclo da borracha na Amazônia (1872-1840), que atraiu trabalhadores nordestinos para a região e que, conseqüentemente, contribuiu para a difusão da língua na região.

³⁰ Lucchesi (2017) argumenta o aprofundamento da norma com base em Faraco (2008; 2016).

As discussões para uma periodização da língua do Brasil evidenciam a realidade caracterizada pela polarização (Lucchesi, 2015; 2017), decorrente de contrastes em que, de um lado, está a língua dominante dos portugueses e de seus descendentes; e de outro, situa-se o português adquirido em circunstâncias precárias como segunda língua pelas populações indígenas e africanas presentes no contexto do Brasil colonial. Para Mattos e Silva (2004), a compreensão da formação do PB exige a imprescindível reconstrução do processo de encontro politicamente assimétrico entre a língua portuguesa – língua-alvo – e as demais línguas presentes no referido espaço. Assim, a proposta de periodização de Lucchesi (2017) é, nesta pesquisa, utilizada como direcionamento para a compreensão desse encontro a partir da análise do cenário encontrado pelo português da Europa em sua chegada no Brasil.

Na próxima seção, será abordado o campo paleográfico e diplomático, que abrange esta pesquisa.

2.1.2 Campo paleográfico-diplomático

Documentos históricos são importantes fontes de pesquisa para variadas áreas, todavia, o trabalho com o texto histórico exige cuidados para evitar que compreensões inadequadas sejam repassadas de estudo para estudo. Pesquisas e discussões acerca das ciências que se debruçam sobre textos históricos têm destacado a importância de o pesquisador não realizar apenas uma leitura superficial e nem considerar as informações textuais, nomes, locais e datas presentes no texto como irrefutáveis, pois o trabalho com documentos históricos exige uma observação em perspectiva crítica.

Para Lose e Santos (2019), o contato com manuscritos não deve se restringir à leitura feita de maneira empírica. Envolver documentação manuscrita antiga como objeto de pesquisa requer do pesquisador conhecimentos aprofundados das ciências basilares do trato com os manuscritos — a Paleografia e a Diplomática — para que se possa atingir informações que estão além da leitura superficial dos textos.

Tradicionalmente posta em posição de subalternidade, a Paleografia é, muitas vezes, considerada uma ciência auxiliar, normalmente subordinada à História. Entretanto, Lose (2025b, no prelo) afirma que a Paleografia é uma ciência autônoma que, como tal, tem suas teorias, objetos e métodos próprios, e se debruça sobre uma matéria escrita para estudá-la, compreendê-la e analisá-la com profundidade, a fim de extrair dela dados variados, dependendo do ponto de vista do qual se parte. Assim, Lose (2025b, no prelo) afirma que a Paleografia é, portanto, a ciência do escrito, do manuscrito, em toda a sua magnitude.

De acordo com Lose (2025b, no prelo), para a Paleografia as materialidades da escrita são de grande importância. A pesquisadora aborda que o conceito de materialidade abrange: i. os suportes sobre os quais se lançam as escritas, suas matérias-primas, métodos de confecção, circulação, uso e valores; ii. os instrumentos usados para produzir as escritas e suas histórias — de que são feitos e como o são, de que formas são usados e para que fins, sobre quais suportes, com quais tintas (ou sem elas); iii. as variadas formas de apresentação dos escritos e as funções de cada uma delas — desde o *volumen* até o *codex*, passando pelo maço, o diploma ou o bifólio avulso; iv. as formas da escrita — considerando seus tipos e modelos caligráficos ensinados e largamente usados em determinados períodos e regiões, idiomas ou funções textuais; v. os agentes da escrita — quem escrevia, de próprio punho ou por delegação — e os destinatários dela — para quem se escrevia —, fossem eles leitores ou não.

Portanto, saber onde, quando e o motivo pelo qual se escrevia é tema de grande relevância para a Paleografia. Do mesmo modo, a essa ciência interessa entender onde e como se guardavam esses escritos, quais eram produzidos com a intenção e consciência da permanência e quais eram produzidos com o objetivo de serem posteriormente descartados, mas que, por algum motivo, foram preservados. Assim, Lose (2025b, no prelo) aponta que, a partir dos métodos da Paleografia, é possível “ler” para além do texto, interpretá-lo na sua exata medida e situá-lo em sua localização espacial e temporal.

Tal qual a Paleografia, a Diplomática era, muitas vezes, considerada uma ciência auxiliar. Segundo Gomes (2001), a Diplomática é uma ciência cujo objetivo é, a partir de metodologias e questões específicas, proceder ao estudo científico do documento escrito em sua forma e conteúdo, definindo sua autenticidade e valor probatório enquanto testemunha de dados e fatos históricos e linguísticos. Nesse sentido, a Diplomática pressupõe um discurso científico plural, recorrendo a ciências como a Paleografia, a Codicologia, a Sigilografia, a Linguística e a própria História. Gomes (2001) destaca que

Pela crítica da autenticidade diplomática, assente em elementos de análise sólidos e demonstrados, se pode comprovar a sinceridade ou falsidade de um documento. À partida, todos os documentos se enquadram numa autenticidade histórica, verdadeiros e apócrifos, mas nem todos se contam entre os diplomaticamente autênticos ou sinceros. (Gomes, 2001, p. 62).

Dessa forma, uma das atividades que caracterizam a Diplomática é a verificação da autenticidade dos textos a partir da identificação de características, alterações, falsificações, falseamentos e da aferição de aspectos acerca da fidedignidade. Na Diplomática, a crítica é

centrada no aspecto formal, compreendendo a dimensão intrínseca — que diz respeito à língua e ao teor do texto, observando sua estrutura formulaica — e a dimensão material, que considera os suportes e instrumentos, a escrita em si e os elementos de validação. Assim, Lose (2025b, no prelo) enfatiza que a autoria de documentos manuscritos, por exemplo, constitui um problema diplomático, contudo, diversos aspectos essenciais para a Diplomática também são centrais para a Paleografia, que, em sua dimensão crítica, reflete no exercício filológico, o qual, repercute na qualidade do material analisado sob a perspectiva da Linguística Histórica.

Lose e Santos (2019) abordam a necessidade de se compreender a escrita como uma parte importante da história social, que acompanha os movimentos das sociedades, sendo influenciada por eles e, ao mesmo tempo, influenciando-os. Com isso, Lose e Santos (2019) afirmam que, para essa ciência, interessa a compreensão de aspectos gerais e individuais da escrita, do traçado e da linguagem, tendo em vista seu caráter arbitrário, aprendido e ensinado dentro de fórmulas e padrões que acompanham as sociedades. Além disso, os pesquisadores chamam a atenção para a personalização, que se torna cada vez mais latente nas escritas a partir do século XVIII. Ou seja, os aspectos que definem a estrutura das letras — morfologia, ângulo, ductus, módulo, peso, presença ou não de ligaduras e nexos — precisam ser identificados e analisados no todo e em cada caso.

Caracterizar uma mão e identificar os elementos constitutivos de uma escrita ajuda a compreender que toda escrita se situa em um espaço geográfico e temporal, carregando características sociais, e que toda escrita é formada por traços resultantes de posturas e movimentos conscientes e inconscientes (Lose e Santos, 2019). Essa compreensão leva o pesquisador a ampliar o olhar sobre o escrito, considerando uma série de elementos que devem ser postos sob análise.

Lose (2025b, no prelo) afirma que, no Brasil, em especial no Nordeste, as atividades relacionadas ao trato com os manuscritos antigos muitas vezes estão diretamente associadas às pesquisas filológicas, com um número significativo de profissionais preocupados com estudos de língua a partir de documentação antiga e com o preparo de edições de qualidade para subsidiar esses estudos. Apesar desse objetivo linguístico principal, os textos editados são comumente referentes a documentos de caráter histórico e de interesse para historiadores, aos quais também são indispensáveis as garantias de fidelidade histórica das fontes.

Além disso, a autora acrescenta que, se a Diplomática, em Portugal, é aplicada de forma empírica, no Brasil os estudos nessa área são pouco aprofundados e assistemáticos, na maioria das vezes vinculados a práticas jurídicas e à documentação moderna — como a grafoscopia e a documentoscopia. Logo, o desenvolvimento das pesquisas de cunho diplomático e paleográfico

sobre documentos antigos é de grande importância para complementar, de modo indispensável, a qualidade das edições a serem apresentadas por filólogos e analisadas por linguistas e historiadores.

Vale ressaltar que, nesta pesquisa, os conhecimentos e as metodologias da Paleografia e da Diplomática são utilizados fundamentalmente para a seleção dos documentos aqui editados, com o objetivo de garantir, em especial, sua autoridade e datação.

Na próxima seção, apresenta-se uma abordagem acerca de aspectos do campo filológico que abrangem esta pesquisa.

2.1.3 Campo filológico

O trabalho com fontes de documentos históricos demanda a fundamentação da filologia para fins de compreensão mais ampla do texto e para a escolha da melhor forma de sua apresentação, com critérios adequados e coerentemente aplicados de edição.

A filologia é uma ciência que surge, inicialmente, com o objetivo de preservar textos; porém, no decorrer de sua constituição ao longo do tempo, as discussões sobre os objetivos da filologia se aprofundaram, levando ao surgimento de diversas correntes teóricas relacionadas a esse campo. Para Spina (1994, p. 82), “não tem sido fácil determinar com precisão o âmbito da Filologia, cujos objetivos têm variado conforme as épocas em que se praticou a atividade filológica, conforme os autores que a exerceram e até os lugares em que ela floresceu”.

Neste estudo, o principal interesse é apresentar uma discussão que tangencia a relação entre a filologia e as pesquisas em Linguística Histórica.

2.1.3.1 *A filologia e o trabalho com corpora na pesquisa em Linguística Histórica*

A presença da filologia portuguesa nos estudos acadêmicos brasileiros caracterizou-se, conforme Megale e Cambraia (1999), pela perda de espaço decorrente da disseminação das ideias estruturalistas na década de 1960, o que culminou no protagonismo das investigações de cunho descritivo e sincrônico. Esse acontecimento levou a filologia e demais estudos históricos da língua a uma espécie de período de inércia produtiva, com investigações desenvolvidas em menor escala. Segundo Maia (2012), a formulação das dicotomias saussurianas “língua/fala” e “sincronia/diacronia” repercutiu no predomínio das pesquisas sincrônicas durante grande parte do século XX.

Maia (2012) afirma que o cenário se altera devido às mudanças no modo de perspectivar a mudança linguística, o que possibilitou o desenvolvimento de disciplinas voltadas ao fenômeno da variação e da mudança linguística com um olhar mais histórico. Dessa forma

[...] a integração do princípio da variação linguística sincrônica nas análises diacrônicas significou a ruptura da dicotomia saussuriana «sincronia/diacronia» e permitiu compreender a dinâmica social e contextual da mudança linguística e afirmar a relação de implicação entre a variação e a mudança linguística. (Maia, 2012, p. 534).

Assim, nas décadas finais do século XX, os interesses em atividades filológicas ressurgem como consequência, principalmente, da relação da pesquisa descritiva com a necessidade de revisão de textos e edição de documentação confiável (Megale e Cambraia, 1999). De acordo com Tejada Caller (1999)

[...] para a investigação em perspectiva diacrônica, é absolutamente necessária uma consistente infraestrutura filológica e uma sólida preparação por parte do investigador que lhe permita uma interpretação dos textos escritos que constituem seu *corpus* de análise adequada à ‘nova sensibilidade para com o documento histórico’ (Tejada Caller, 1999, p. 65).

Esses fatos contribuíram para o estreitamento de laços entre a Linguística Histórica e a Filologia, cuja aliança, de acordo com Maia (2012), decorre do caráter interpretativo dos dois campos de estudo. A Filologia se centra na investigação dos textos escritos, ao passo que a Linguística Histórica está ligada ao estudo das línguas com base em dados registrados nesses textos. Maia (2012) acrescenta, ainda, que no estudo da história da língua é essencial a abordagem acerca da história do texto como apoio às fontes textuais, uma vez que a constituição de *corpora* é uma exigência da pesquisa em perspectiva histórica.

Telles e Gama (2016) salientam que a filologia textual tem se consolidado como importante instrumento para o estudo linguístico, dado que o texto dispõe dos fatos da língua e, em virtude disso, o método filológico se apresenta como fonte de apoio para a análise linguística, já que proporciona critérios que conferem fidedignidade ao texto.

Telles (2016) aprofunda a discussão e lembra a importância de o filólogo ter conhecimento de fatos da língua para a compreensão do texto e, do mesmo modo, considera indispensável que o pesquisador em Linguística Histórica tenha conhecimentos filológicos. Com isso, a ideia do trabalho filológico restrito ao apoio material para a análise linguística

torna-se questionável, uma vez que reduz as várias possibilidades de reconstituição histórica presentes no texto, o que amplia a compreensão histórica do contexto e, conseqüentemente, do passado linguístico.

Pensando acerca dessa questão, Lose e Sacramento (2020, p. 12) destacam que “a filologia não é apenas uma ciência ancilar, auxiliar, um suporte para o estudo linguístico, mas, de modo contumaz, as condições de produção para proposição de variáveis sociais e históricas para a pesquisa”. Desse modo, eles defendem que, para além de retratar a Filologia enquanto suporte nas investigações de Linguística Histórica, deve-se destacar, nos estudos da língua, questões acerca das condições de produção de sentido do texto em determinado contexto histórico, havendo a necessidade de enfatizar a historicidade dos dados.

É inegável que o trabalho filológico é indispensável para a Linguística Histórica, visto que a produção de uma edição de caráter conservador, com o menor grau possível de interferência do editor, transmite maior confiança na preservação dos dados. Entretanto, há discussões que indicam que as edições de um texto, de uma forma ou de outra, sempre trazem alterações de sentido. Tanto Chartier (2009) quanto Lose e Sacramento (2020) chamam atenção para a ideia de que há, no texto, elementos não verbais que contribuem para sua produção de sentidos, e que o uso de letras maiúsculas, letras capitulares, sinais de pontuação e sinais especiais são importantes elementos para a identificação das mãos que produziram o texto, além de possibilitarem a constatação do período de escrita do documento, alterações de registro e observação dos processos de produção e circulação do texto.

2.1.3.2 *A edição semidiplomática*

De acordo com Lose (2017), os tipos de edição se diferenciam pelo grau de intervenção do editor, havendo duas possibilidades que podem ser utilizadas ao se determinar uma edição com mediação moderada do editor: a diplomática e a semidiplomática. A edição diplomática tem caráter mais conservador, pois preserva o texto original com a máxima fidelidade, incluindo grafias que particularizam o período de produção, *lapsus calami* e peculiaridades do *scriptor*. Assim, nessa edição, são feitas apenas atualizações de caracteres tipográficos/informatizados, mantendo abreviaturas e fronteiras entre palavras conforme se encontram no original (Lose, 2017).

A edição semidiplomática, por sua vez, visa manter a integridade do documento, mas permite algumas adequações com o intuito de facilitar a leitura e a compreensão por um público mais abrangente. Essa abordagem busca equilibrar a conservação dos aspectos linguísticos do

texto com a acessibilidade de leitura e compreensão. Assim, o editor deve preservar as principais características que particularizam a amostra; contudo, o desenvolvimento de abreviaturas, com a inclusão de elementos que sinalizem a expansão, e/ou atualizações de acentuação e pontuação (Marcotulio e Lopes, 2018) são usuais nesse tipo de edição. Além disso, Lose (2017) afirma que o editor pode tomar decisões acerca da possibilidade de manter ou não a disposição da mancha escrita do texto editado, estabelecer ou não as fronteiras de palavras, além de padronizar ou não o uso de letras maiúsculas e minúsculas.

Uma edição com maior grau de interferência do editor, como a edição modernizada, permite a substituição de palavras em desuso, a supressão de partes e adaptações para padrões contemporâneos da língua nos níveis sintáticos, lexicais e de conteúdo, apresentando, comumente, alterações que podem comprometer a fiabilidade de dados linguísticos de períodos anteriores. À vista disso, a edição semidiplomática tem sido a opção ideal na forma de apresentação de documentos para fins de estudos linguísticos e históricos, uma vez que viabiliza a leitura e a compreensão do texto sem prejudicar sua autenticidade.

2.2 METODOLOGIA DE PESQUISA

A investigação do fenômeno linguístico foi realizada com base em quatro conjuntos de documentos, sendo três já editados em outras pesquisas e/ou por filólogos, e um editado nesta pesquisa. As próximas seções destacam as metodologias utilizadas no tratamento dos *corpora* e dos dados linguísticos. Além disso, apresenta-se uma descrição de aspectos socio-históricos relacionados aos documentos e aos *scriptores*.

2.2.1 Os *corpora*: critérios metodológicos

A seleção dos *corpora* de textos produzidos por portugueses no Brasil, que compõem a base de estudo desta pesquisa, seguiu um trabalho de prospecção guiado por perguntas linguísticas discutidas no âmbito do Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB), coordenado de 1997 a 2019 pelo Prof. Dr. Ataliba Castilho. Assim, buscou-se por fontes manuscritas editadas em caráter conservador ou não editadas, de natureza particular e/ou da administração privada e oficial. Tal prospecção exigiu:

- i. identificação dos sujeitos (de autoria mecânica ou por delegação) por meio do aprofundamento no estudo da história do Brasil, a partir de dados historiográficos, para

- o levantamento de possíveis personagens portugueses cujas informações sócio-históricas fossem acessíveis, independentemente de terem, na historiografia consagrada, perfil público (conhecidos) e/ou anônimo (pessoas que não entraram para a historiografia, mas que pudessem ser caracterizadas através dos dados dos próprios textos), desde que tivessem residido no Brasil entre o século XVI e o primeiro quartel do século XIX;
- ii. consulta a dissertações e teses das áreas de Filologia, Linguística e História, com o objetivo de encontrar possíveis *corpora* de portugueses no Brasil já editados, com bons critérios de edição, para que fossem submetidos ao estudo linguístico aqui proposto;
 - iii. consulta a acervos digitais³¹ e projetos de constituição de *corpora*³².

Os *corpora* encontrados passaram por seleção e refinamento, sendo divididos em: *corpora* editados por outros pesquisadores, que já haviam passado por tratamento de edição conservadora e/ou estudo filológico em pesquisas anteriores, e *corpora* editados nesta pesquisa, disponibilizados em fac-símiles de documentos avulsos encontrados nas bases de dados dos arquivos, mas sem qualquer tratamento textual ou editorial prévio. Além disso, os *corpora* editados nesta pesquisa passaram por um novo processo de seleção, permanecendo apenas os manuscritos em boas condições para o trabalho de edição semidiplomática, preferencialmente autógrafos ou apógrafos, desde que produzidos no período determinado e com relevância histórica.

Segundo Barbosa (1999), as pesquisas na área de Linguística com base em *corpora* do período colonial devem considerar a grande possibilidade de o documento não ter sido efetivamente redigido pelo indivíduo que o assinou, visto que, comumente, profissionais que atuavam como escreventes públicos ou particulares produziam manuscritos e/ou cópias de materiais dos quais não eram os autores intelectuais. Lobo (2001) utiliza definições peculiares de autógrafo e apógrafo a fim de orientar questões metodológicas que auxiliam na resolução

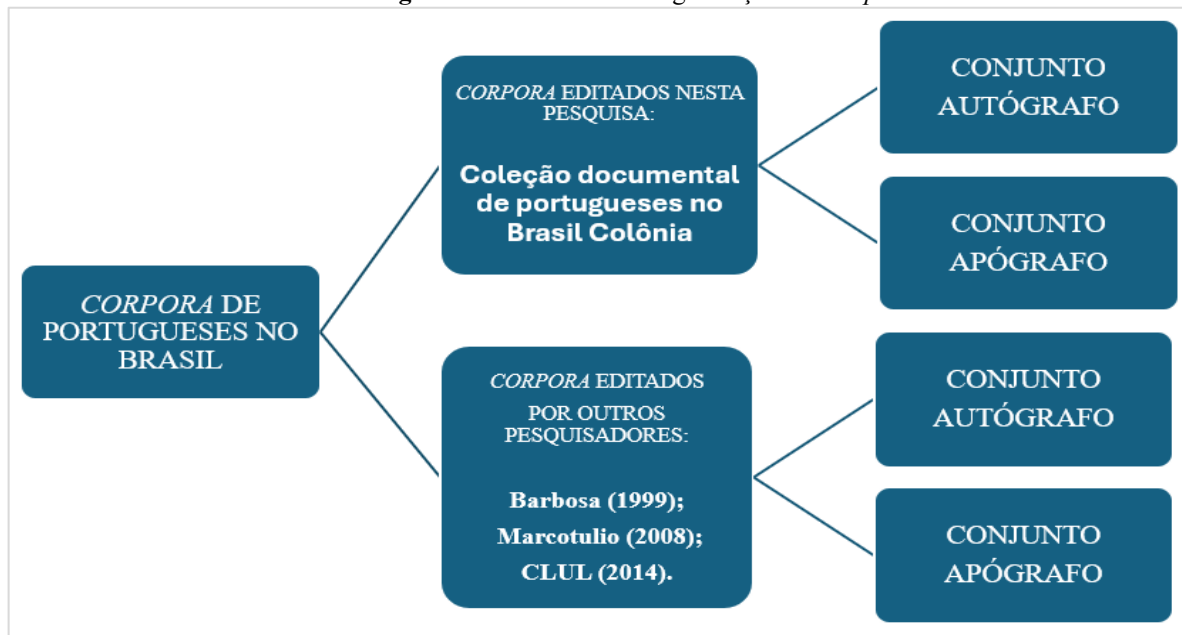
³¹ O trabalho de prospecção ocorreu durante a pandemia mundial de COVID-19, sendo necessário recorrer aos acervos digitais brasileiros e portugueses. Em 2024, a Profa. Dra. Alícia Duhá Lose, coorientadora desta pesquisa, foi pessoalmente aos arquivos para verificar os documentos selecionados e fazer os registros necessários. Assim, são aqui ressaltados os agradecimentos à Profa. Dra. Alícia, bem como a Natália Casagrande Salvador — brasileira, historiadora e paleógrafa — que, morando em Lisboa, tem retornado aos arquivos para revisar, pessoalmente, questões necessárias nos manuscritos.

³² Essas consultas foram realizadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), na BNDigital – Fundação Biblioteca Nacional, na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (USP), além dos sites do Projeto Resgate Barão do Rio Branco e do Projeto *P.S. Post Scriptum – Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna*, do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

dessa problemática. Tais definições, em conjunto com os conceitos da paleografia-diplomática, foram incorporadas na etapa de seleção dos materiais a serem estudados nesta tese.

Assim, os *corpora* foram subdivididos em documentos autógrafos e apógrafos, com a finalidade de manter, na medida do possível, um acervo genuinamente produzido por portugueses no Brasil. A Figura 2.9 resume essas subdivisões.

Figura 2.9 – Critérios de organização dos *corpora*



Fonte: autoria própria.

Nos manuscritos editados nesta pesquisa, essa classificação foi realizada a partir da observação das mãos presentes nos documentos, em comparação com as mãos que assinavam os documentos, com base em critérios paleográficos indicados por Lose e Santos (2021). Nos *corpora* editados por outros pesquisadores, a classificação seguiu os critérios apontados pelos próprios pesquisadores e pelos respectivos projetos responsáveis pela edição (Barbosa, 1999; Marcotulio, 2008; CLUL, 2014). Assim, levou-se em consideração a competência paleográfico-diplomática e filológica de cada um.

Os aspectos da história social dos *scriptores* foram coletados por meio de uma extensa pesquisa em dissertações e teses com temáticas relacionadas aos indivíduos, em especial àqueles de perfil público. As informações sobre *scriptores* anônimos, constantes nos documentos coletados no Projeto *Post Scriptum* (CLUL, 2014), contaram com a disponibilização de processos judiciais e/ou administrativos contendo dados relevantes desses indivíduos. O ordenamento desses dados resultou na produção de fichas biográficas dos *scriptores*, conforme modelo elaborado por Carneiro (2005), com o objetivo de sistematizar

informações relevantes para a contextualização e constituição de *corpora* apropriados para o estudo linguístico (Mattos e Silva, 2002).

Assim, a Figura 2.10 exemplifica o modelo de ficha biográfica de *scriptores*.

Figura 2.10 – Ficha biográfica de Luís Dias, mestre de obras da cidade de Salvador

<i>SCRIPTOR</i> N° 01	
DADOS PESSOAIS	
Nome (conforme a carta): Luyz Dyaz	
Nome completo: Luís Dias	
Filiação:	
Avós paternos/maternos:	
Naturalidade:	
Data de nascimento:	Nacionalidade: português
Idade do remetente (quando da escrita da carta):	Data de falecimento:
Estado civil: casado	
Instituição de ensino:	
Profissão por formação: Arquiteto militar	
Principais atividades: mestre das obras da cidade do Salvador e decano dos arquitetos brasileiros	
Títulos:	
Observações: Miguel Arruda, arquiteto-mor das obras da Coroa em Portugal e no império foi quem influenciou para que Luís Dias, também chamado de “mestre pedreiro”, fosse nomeado para a Bahia. Luís Dias vivia na cidade de Batalha, em Portugal. Segundo Moreau (2011), há informações seguras, por meio de cartas, que Luís Dias também viveu na cidade de Batalha (Portugal). Há indícios de que ele também pode ter morado na cidade de Çafim (Safim - África) e teria sido nomeado mestre de obras desta cidade em 1524. Além de executar o plano da cidade, Luís Dias construiu e foi talvez o projetista de alguns edifícios institucionais importantes.	
Fontes: MOREAU, Filipe Eduardo. <i>Arquitetura militar em Salvador da Bahia séculos XVI a XVIII</i> . [Tese de Doutorado]. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.	
VALLO, Margarida. <i>O papel dos arquitectos e engenheiros-militares na transmissão das formas urbanas portuguesas</i> . Comunicação apresentada no IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Rio de Janeiro, 1996. Disponível: https://web.archive.org/web/20120427105431/http://revistas.ceurban.com/numero1/margarida.htm . Último acesso em: 29 set. 2020.	

Fonte: ilustração elaborada com base em modelo de Carneiro (2005).

A próxima seção tem como foco a apresentação dos *corpora* da pesquisa.

2.2.1.1 *Dos corpora de pesquisa: apresentação*

Conforme Mattos e Silva (2004), a linguística brasileira tem demonstrado interesse pela Linguística Histórica em acepção mais ampla, rastreando aspectos para além da história interna das línguas. Ou seja, tem buscado analisar os contextos sociais e históricos que permeiam a história externa. Inspirada pelas ideias de Houaiss (1985), que apresenta orientações para a compreensão de questões sincrônicas e diacrônicas do PB, Mattos e Silva (2004) destaca alguns fatores que necessitam ser explorados nos estudos da língua, por terem atuado historicamente na configuração estrutural do PB. Um desses fatores é a realização imprescindível do levantamento exaustivo de depoimentos diretos e indiretos a respeito de todos os processos de linguagem desde os primórdios da colonização.

Seguindo os direcionamentos apontados por Mattos e Silva (2002), a presente pesquisa, que visa contribuir para a reconstrução da história do PB em sua vertente culta, reúne 233 documentos (90.417 palavras) de natureza diversa — alguns pertencentes à esfera pública (cartas de autoridade, requerimentos e documentos oficiais), outros à esfera privada (cartas particulares, cartas de comércio, notas pessoais e bilhetes) — produzidos por portugueses residentes ou domiciliados no Brasil durante o período colonial, abrangendo produções escritas de 1551 a 1821.

Os *corpora* que integram a pesquisa são compostos por quatro conjuntos de documentos:

I. Documentos editados nesta pesquisa:

- i. *Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia* (cf. Quadro 2.1).

II. Documentos editados por outros pesquisadores:

- i. Cartas particulares de portugueses envolvidos em processos da inquisição ou outros tribunais eclesiásticos, civis ou militares (CLUL, 2014);
- ii. Cartas de comércio e documentos oficiais do Rio de Janeiro (Barbosa, 1999);
- iii. Cartas do Marquês de Lavradio (Marcotulio, 2008).

O Quadro 2.1 apresenta informações gerais sobre os *corpora* (tanto os editados nesta pesquisa quanto os editados por outros pesquisadores).

Quadro 2.1 – Apresentação geral dos *corpora* de pesquisa considerando data de produção dos documentos

PERÍODO ABRANGIDO		ACERVO	Nº DE DOCUMENTOS	Nº DE PALAVRAS	FONTE
SÉCULO XVI	1550 – 1599	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia	5	5207	Corpora editados nesta pesquisa
		Cartas particulares de portugueses envolvidos em processos da inquisição ou outros tribunais eclesiásticos, civis ou militares	4	1474	<i>P.S. Post Scriptum</i> CLUL (2014)
SÉCULO XVII	1600 – 1649	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia	2	283	Corpora editados nesta pesquisa
		Cartas particulares de portugueses envolvidos em processos da inquisição ou outros tribunais eclesiásticos, civis ou militares	5	4435	<i>P.S. Post Scriptum</i> CLUL (2014)

		Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia	1	1654	Corpora editados nesta pesquisa
SÉCULO XVIII	1700 – 1749	Cartas particulares de portugueses envolvidos em processos da inquisição ou outros tribunais eclesiásticos, civis ou militares	17	7483	<i>P.S. Post Scriptum</i> CLUL (2014)
		Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia	2	535	Corpora editados nesta pesquisa
	Cartas do Marquês de Lavradio	70	22870	Marcotulio (2008)	
	1750 – 1799	Cartas particulares de portugueses envolvidos em processos da inquisição ou outros tribunais eclesiásticos, civis ou militares	23	10166	<i>P.S. Post Scriptum</i> CLUL (2014)
		Cartas de comércio e documentos oficiais do Rio de Janeiro	99	32135	Barbosa (1999)
SÉCULO XIX	1800 – 1821	Cartas particulares de portugueses envolvidos em processos da inquisição ³³ ou outros tribunais eclesiásticos, civis ou militares	5	4175	<i>P.S. Post Scriptum</i> CLUL (2014)
	Total		233	90417	

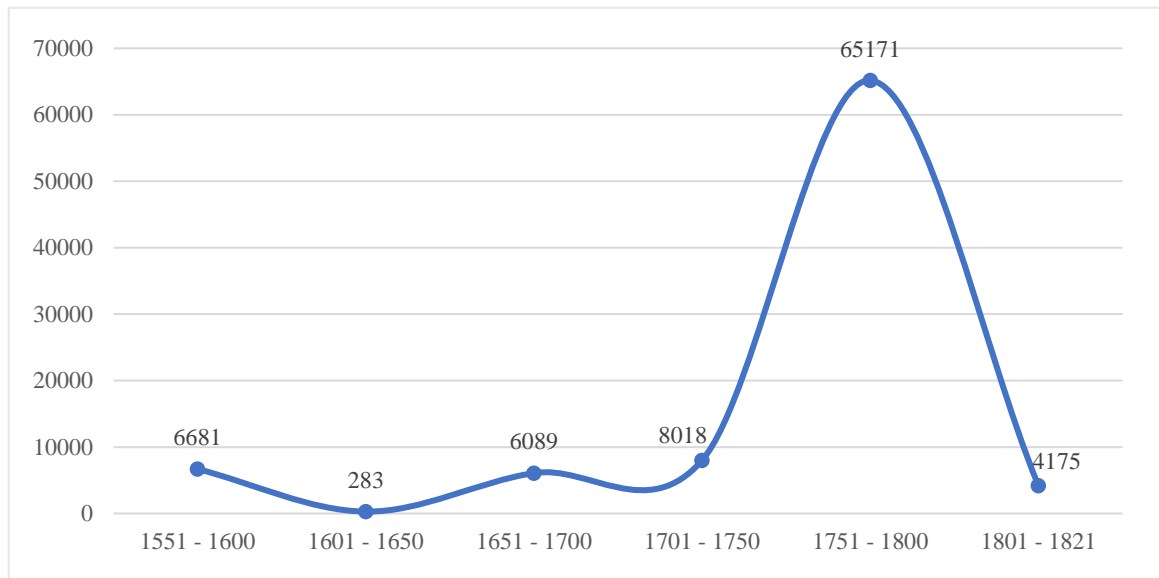
Fonte: autoria própria.

A escolha desses *corpora* teve como objetivo promover um balanceamento, buscando obter documentação de todo o período em questão (séculos XVI ao XIX), a fim de possibilitar que os dados da pesquisa pudessem responder, com melhor distribuição temporal, às perguntas aqui apresentadas. No Gráfico 5, apresenta-se um panorama da distribuição temporal dos *corpora*, considerando a quantidade de palavras ao longo dos anos de 1551³⁴ a 1821, sendo que a data de produção dos manuscritos orienta essa divisão (cf. Gráfico 2.2).

³³ Criado em Portugal em 1536, o Tribunal do Santo Ofício, também conhecido como Tribunal da Inquisição, funcionou até 1821.

³⁴ Ano do primeiro documento editado.

Gráfico 2.2 - Distribuição da quantidade de palavras dos *corpora* no decorrer do tempo, considerando data de produção material de cada documento



Fonte: autoria própria.

O Gráfico 2.2 mostra que os *corpora* abrangem todo o período proposto para a pesquisa; entretanto, a distribuição não se dá de forma equilibrada, uma vez que se observa um quantitativo menor de documentos entre os anos de 1601 e 1650, ao passo que há um volume consideravelmente alto por volta de 1750 a 1800³⁵. Problemas como esse são comuns em pesquisas em Linguística Histórica, em função da dificuldade de encontrar determinados perfis de materiais em períodos mais remotos. Mattos e Silva (2008), ao delimitar o trabalho em Linguística Histórica e ponderar os problemas relativos ao campo de pesquisa, cita Labov (1972, p. 20), indicando que se deve exercer “a arte de fazer o melhor uso dos maus dados”, uma vez que o pesquisador de estágios anteriores da língua, normalmente, terá acesso a um conjunto de documentação fragmentária.

Vale ressaltar que, com o intuito de contribuir para o estudo comparativo entre os resultados dos padrões de colocação de clíticos de portugueses no Brasil e os de portugueses em Portugal, alguns dados foram coletados, em caráter não exaustivo, do conjunto intitulado *Letters of John III – King of Portugal*, que reúne 372 cartas do rei D. João III, datadas de 13 de outubro de 1523 a 20 de fevereiro de 1557, editadas por Ford (1931). De acordo com Carneiro (1996), há indícios de que duas cartas foram redigidas pelo próprio rei, ao passo que todas as demais foram produzidas por delegação, tendo como autores mecânicos diversos portugueses. Carneiro (1996) acrescenta que a edição realizada por Ford (1931) envolveu: manutenção da

³⁵ Tem-se consciência de que essa concentração de documentos no século XVIII se refletirá, conseqüentemente, no volume de ocorrências de colocação de clíticos, de forma mais acentuada nesse período.

grafia original, introdução de pontuação, marcação de maiúsculas e desmembramento de algumas sentenças muito longas, com o intuito de uniformizá-las.

Dito isso, a descrição da natureza social e histórica relativa aos conjuntos dos *corpora* de portugueses no Brasil, bem como dos *scriptores*, é apresentada nas próximas seções.

2.2.1.1.1 *Da contextualização dos documentos e dos scriptores: aspectos sócio-históricos*

Considerando a importância de se realizar uma descrição mais ampla da natureza social e histórica dos *corpora* e de seus *scriptores*, as seções seguintes são norteadas pelo conjunto de perguntas formuladas pelo paleógrafo italiano Armando Petrucci (2003), a saber:

Qué? En qué consiste el texto escrito, qué hace falta transferir al código gráfico habitual para nosotros, mediante la doble operación de lectura y transcripción. Cuándo? Época en que el texto en sí fue escrito en el testimonio que estamos estudiando. Donde? Zona o lugar en que se llevó a cabo la obra de transcripción. Cómo? Con qué técnicas, con qué instrumentos, sobre qué materiales, según qué modelos fue escrito ese texto. Quién? A qué ambiente sociocultural pertenecía el ejecutor y cuál era en su tiempo y ambiente la difusión social de la escritura. Para qué?Cuál era la finalidad específica de ese testimonio en particular y, además, cuál podía ser en su época y en su lugar de producción la finalidad ideológica y social de escribir. (PETRUCCI, 2003, p. 7-8).

As seções a seguir apresentam a descrição das fontes documentais utilizadas na pesquisa. Inicialmente, são abordados aspectos relacionados aos documentos editados no âmbito desta investigação; em seguida, são apresentados os contextos das fontes já editadas em outras pesquisas.

2.2.1.1.1.1 **Fontes documentais editadas nesta pesquisa: aspectos sobre os manuscritos**

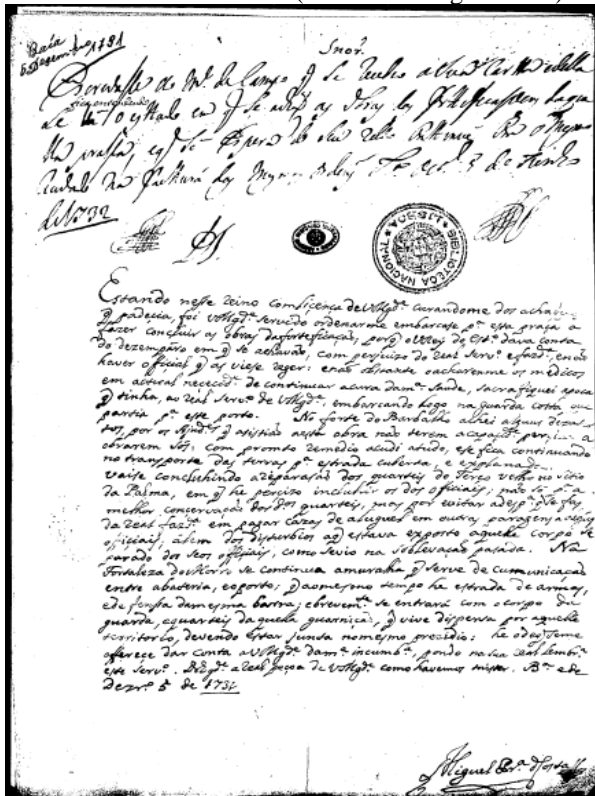
A *Coleção Documental de Portugueses no Brasil Colônia*, aqui apresentada por meio de edição semidiplomática e análises, abarca um conjunto de 10 manuscritos de cunho oficial e natureza pública, sendo nove cartas e um requerimento, que somam aproximadamente 6.964 palavras. Tais manuscritos são datados da segunda metade do século XVI à primeira metade do século XVIII.

Em um primeiro momento, os manuscritos foram coletados por meio de sites de arquivos públicos, como o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e o Arquivo Histórico

Ultramarino (AHU). A versão digitalizada dos microfilmes produzidos inicialmente também pode ser encontrada na plataforma digital do Projeto Resgate Barão do Rio Branco³⁶.

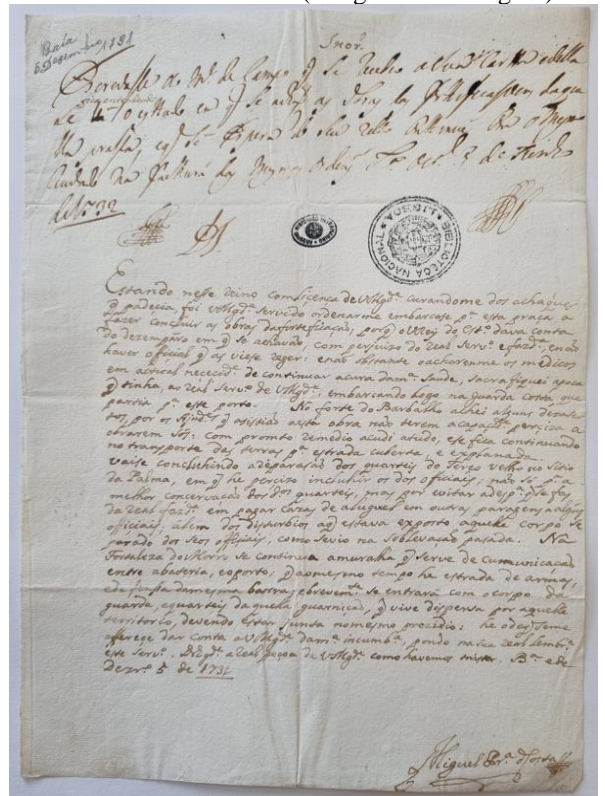
Posteriormente, a Profa. Dra. Alcía Duhá Lose, coorientadora desta pesquisa, teve a oportunidade de visitar pessoalmente os arquivos em Portugal e realizar registros de documentos já disponibilizados, por meio de registro fotográfico nato-digital efetuado no próprio arquivo físico³⁷. O material proveniente de digitalizações de microfilmes não permite uma percepção detalhada dos manuscritos. A Figura 2.11 ilustra a imagem obtida via digitalização de microfilme de um manuscrito disponível nos sites dos arquivos, ao passo que a Figura 2.12 apresenta o mesmo fac-símile, a partir de novo registro fotográfico nato-digital realizado no arquivo físico.

Figura 2.11 – Carta autógrafa de Miguel Pereira da Costa ao rei D. João V (microfilme digitalizado)



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), através de <https://digitarq.ahu.arquivos.pt/>.

Figura 2.12 – Carta autógrafa de Miguel Pereira da Costa ao rei D. João V (fotografia nato-digital)



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), acesso físico ao documento.

A Figura 2.12 apresenta um maior nível de detalhamento das materialidades que compõem o documento, como, por exemplo, as características do suporte em relação às

³⁶ O link de acesso ao Projeto Resgate Barão do Rio Branco é:

<https://bndigital.bn.gov.br/dossies/projetoresgate/sobre-o-projeto-resgate-barao-do-rio-branco/>

³⁷ Infelizmente, não foi possível acessar a totalidade dos documentos aqui analisados devido a restrições na agenda da professora e à limitação diária de consulta imposta pelos acervos.

texturas, dobraduras, sujidades, regiões amassadas ou dobradas; coloração do papel; espécies de tintas das manchas escritas principal e secundária; e instrumentos de escrita. Tais elementos são fundamentais para verificar, sobretudo, a datação do manuscrito. No Volume 2, são apresentadas a descrição extrínseca dos manuscritos, bem como a caracterização das mãos dos *scriptores*.

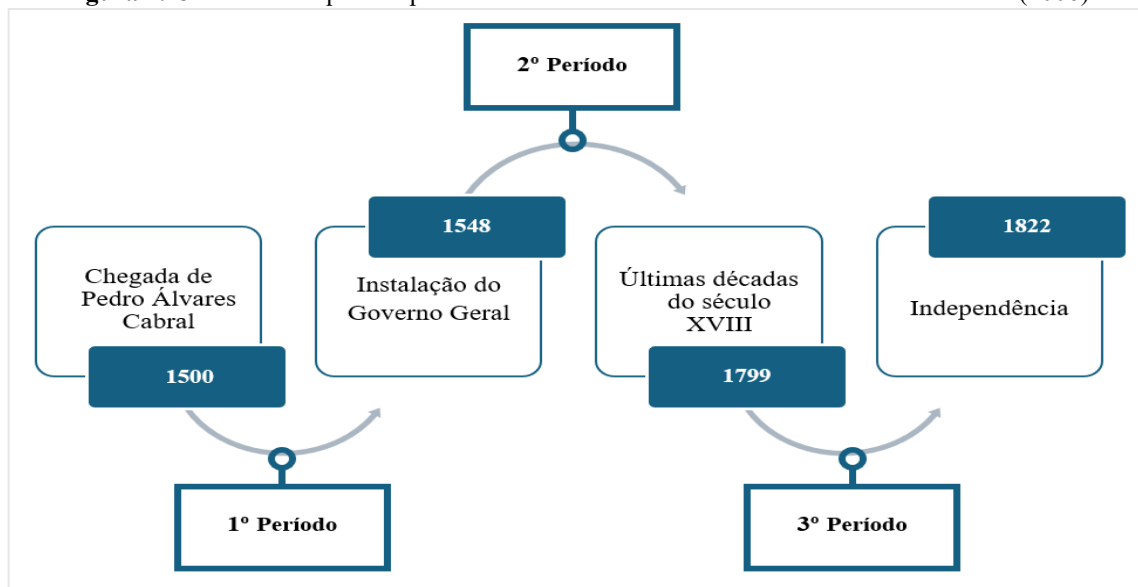
Dados de cunho sócio-históricos desse conjunto serão apresentados nas próximas seções.

2.2.1.1.1.1.1 Localização temporal da escrita

Os documentos desse grupo são datados entre 1551 e 1731, intervalo abarcado pelo período de colonização do Brasil. Para compreender as dinâmicas da língua portuguesa no país, é importante apresentar uma contextualização acerca da produção dos documentos a partir de periodizações de acontecimentos, tanto na perspectiva histórica (Fausto, 2006) quanto na perspectiva linguística (Lucchesi, 2017).

De acordo com Fausto (2006), a história da colonização brasileira se divide em três períodos cronológicos desiguais, conforme expostos na Figura 2.13.

Figura 2.13 – Períodos que compõem a história do Brasil colonial de acordo com Fausto (2006)



Fonte: ilustração elaborada com base em Fausto (2006).

Fausto (2006) destaca que a importância da divisão desses períodos não está diretamente ligada ao fato histórico em si, mas ao que eles expressam. O primeiro período é caracterizado pela tomada de posse das terras e um comércio em escassez; o segundo se particulariza pela

criação do Governo Geral, ou seja, pelo momento em que o sistema de colonização propriamente dito se consolida e permanece ao longo dos séculos XVII e XVIII; e o terceiro, embora marque um momento em que a colonização ainda ocorria de forma efetiva, apresenta um conjunto de transformações na ordem mundial e nas colônias que originam a crise do sistema colonial e o início de movimentos de independência.

Do ponto de vista histórico, os documentos dos *corpora* editados nesta pesquisa se encaixam no período de instalação e efetivação do Governo Geral. De acordo com Santos (2009), o Governo Geral foi um sistema instalado em 1548, pautado na centralização administrativa da Colônia, a partir da presença de um representante da corte para governar todo o território colonizado. Esse representante, chamado de Governador Geral, tinha como principais funções a exploração das terras, a promoção do povoamento territorial, além de evitar invasões estrangeiras e nomear nobres a cargos administrativos, com a finalidade de auxiliá-lo na gestão.

Além disso, os representantes de Portugal na Colônia tinham o dever de manter a comunicação com o rei, para que a administração do território ocorresse à distância. Essa comunicação foi efetivada por meio da escrita de cartas e outros documentos de cunho oficial, como traslados com fé pública de documentos que circulavam na colônia, ofícios, requerimentos, alvarás, registros de finanças, cartas-patentes, entre outros. Tal modelo de comunicação e administração foi inicialmente incentivado por Felipe II e, depois, passou a constar como parte das obrigações que cabiam aos governadores gerais, provedores-mor, ouvidores-mor, capitães-mor e outros ocupantes de cargos diversos da administração portuguesa no Brasil (Santos, 2007). Isso explica a natureza de grande parte dos *corpora* desta pesquisa.

A periodização linguística utilizada como referência é a elaborada por Lucchesi (2017). A distribuição temporal dos documentos, considerando o cenário social e linguístico (Lucchesi, 2017), é expressa no Quadro 2.2.

Quadro 2.2 – Distribuição temporal dos *corpora* editados nesta pesquisa considerando periodização de Lucchesi (2017)

PERIODIZAÇÃO (Lucchesi, 2017)	ACERVO	ANO DE PRODUÇÃO	Nº DE DOCUMENTOS
2ª FASE: MULTILINGUISMO GENERALIZADO (1532 – 1695)	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia	1551	2
		1555	1
		1558	1
		1560	1
		1643	1
		1655	1

3ª FASE: HOMOGEINIZAÇÃO LINGUÍSTICA (1695 – 1930)	1ª Vaga de aportuguesamento (1695 – 1808)	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia	1699 1731 1736	1 1 1
TOTAL				10

Fonte: autoria própria.

De acordo com o exposto, sete documentos desses *corpora* foram produzidos no contexto de multilinguismo generalizado, enquanto três são provenientes do período demarcado como a 1ª onda de aportuguesamento da fase de homogeneização linguística.

2.2.1.1.1.2 Localização espacial da escrita

À exceção de um manuscrito, a identificação do local de escrita (a parte tópica da data de produção) é apresentada majoritariamente de forma explícita nos documentos. Dos nove manuscritos com localização espacial explícita, oito foram produzidos na Bahia e um no Rio de Janeiro. Informações verificadas no contexto da documentação cuja localização não é apresentada permitem a inferência de que se trata de uma produção realizada em Salvador (à época, chamada apenas de Bahia). O Quadro 2.3 mostra a distribuição dos documentos por local de produção.

Quadro 2.3 – Distribuição dos *corpora* editados nesta pesquisa por local de produção

COLEÇÃO DOCUMENTAL DE PORTUGUESES NO BRASIL COLÔNIA	LOCAL DE PRODUÇÃO ESCRITA	Nº DE DOCUMENTOS
	Bahia	7
Rio de Janeiro	1	
Salvador/Bahia	2	
Total	10	

Fonte: autoria própria.

O documento sem a identificação explícita de local é uma carta de Luís Dias, mestre de obras da cidade do Salvador/da cidade da Bahia, ou apenas Bahia, e decano dos arquitetos brasileiros, destinada a Miguel de Arruda, mestre de obras régias e autor da arquitetura de Salvador. A carta é datada de julho de 1551, um mês antes de outra, encaminhada pelo mesmo *scriptor* ao rei D. João III, com a localização expressa: “Destá sua cidade do Salvador Baya de todolos Santos”. Esse dado, juntamente com informações oriundas do conteúdo do documento, possibilita a inferência de que sua escrita tenha ocorrido em Salvador.

A abordagem a seguir atém-se a elementos relacionados aos *scriptores* desse conjunto.

2.2.1.1.1.2 Fontes documentais editadas nesta pesquisa: aspectos sobre os *scriptores*

Os documentos deste grupo foram produzidos por sete homens portugueses que atuaram no processo de colonização do Brasil, majoritariamente por meio de funções que demandavam considerável grau de escolaridade e/ou pertenciam às classes consideradas privilegiadas.

Por se tratar de figuras públicas, as informações sobre os *scriptores* foram encontradas em artigos de revistas acadêmicas (Santos Filho, 1952; Vallo, 1996; Marques Filho, 2014; Sá e Fernandes, 2018), em teses (Souza, 2009; Moreau, 2011), além de outras produções voltadas para aspectos da história colonial (Domingues, 2010; Smith, 2010; Quaresma e Garcia, 2021). As informações encontradas são apresentadas nas próximas seções, a fim de prover uma contextualização sobre quem eram os *scriptores* dos manuscritos aqui editados e analisados.

2.2.1.1.1.2.1 Período de nascimento

Impasses quanto ao acesso às informações do período de escrita dos *scriptores* são comuns em pesquisas de cunho histórico. Quando se têm *corpora* formados por *scriptores* de perfil público, há possibilidade de acesso às informações de forma integral ou parcial, ao passo que, se o quadro de indivíduos apresenta perfil anônimo, poucos ou até mesmo nenhum aspecto sobre eles pode ser encontrado.

Ainda que não tenha sido possível chegar à exatidão das referências do período de nascimento de alguns indivíduos, elementos presentes nos manuscritos ou aspectos históricos acerca de imigrantes portugueses no Brasil permitem a inferência aproximada da datação. O Quadro 2.4 apresenta as informações coletadas.

Quadro 2.4 – Período de nascimento de *scriptores* dos *corpora* editados nesta pesquisa

ACERVO	PERÍODO ABRANGIDO	SCRIPTOR	ANO DE NASCIMENTO	POR INFERÊNCIA
COLEÇÃO DOCUMENTAL DE PORTUGUESES NO BRASIL COLÔNIA	1500 – 1549	Mém de Sá	1504	NÃO
		Jorge Fernandes	Entre 1500 e 1515	SIM
		Luís Dias	Entre 1500 e 1515	SIM
		Simão de Vasconcelos	1597	NÃO
	1600 – 1649	Mateus Ferreira Vilas Boas	Entre 1600 e 1610	SIM
		Gaspar Marques Vieira	Entre 1630 e 1649	SIM
	1650 – 1699	Miguel Pereira da Costa	Entre 1670 e 1690	SIM

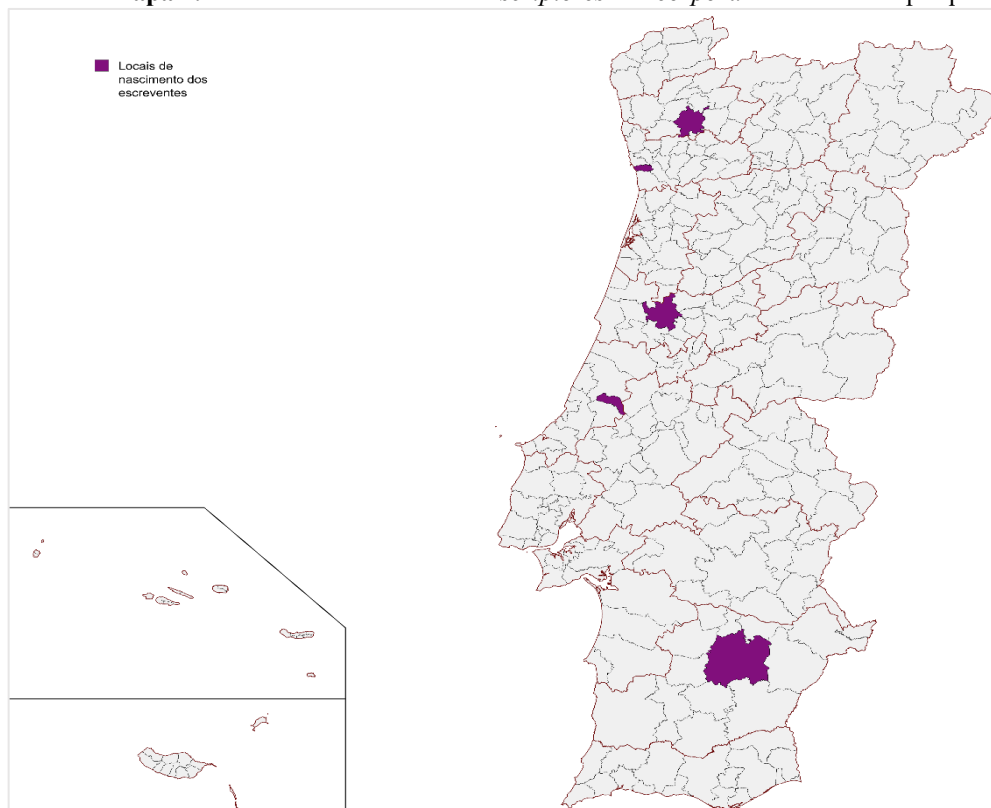
Fonte: autoria própria.

Dos sete *scriptores*, foi possível obter informações sobre dois. O período de nascimento dos demais é identificado por inferência obtida a partir de informações contidas nos documentos e considerando a data de escrita.

2.2.1.1.1.2.2 Local de nascimento

No que se refere a localização de nascimento dos *scriptores*, cinco, dos sete, tiveram a informação identificada. Quanto aos outros dois *scriptores*, foi possível obter confirmação relativa à nacionalidade, atestando a origem portuguesa. O Mapa 2.1 mostra as localidades de nascimento dos indivíduos cuja identificação foi possível.

Mapa 2.1 – Local de nascimento de *scriptores* dos *corpora* editados nesta pesquisa



Fonte: autoria própria (criado via mapchart.net).

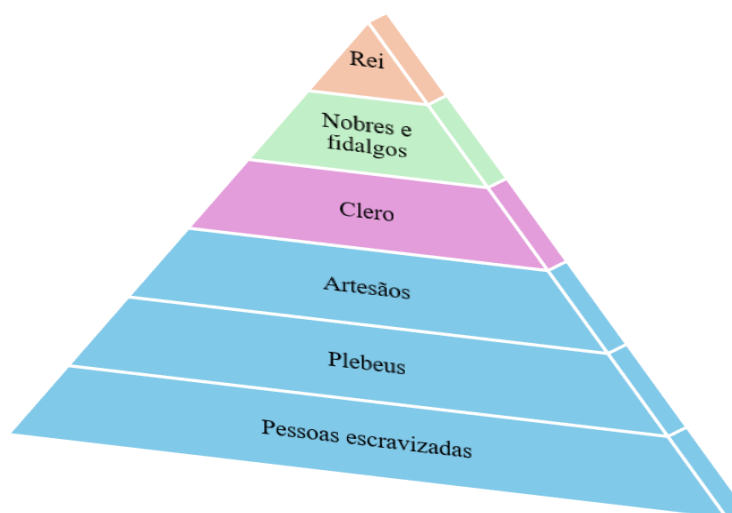
Os *corpora* compostos por um número reduzido de *scriptores* revelam, apesar disso, uma variedade de localidades. Há um *scriptor* natural de Coimbra (Mém de Sá), um de Guimarães (Gaspar Marques Vieira), um do Porto (Simão de Vasconcelos), um de Batalha (Luís Dias) e um da região do Alentejo (Miguel Pereira da Costa). Jorge Fernandes e Mateus Ferreira Vilas Boas foram os dois *scriptores* cujas informações sobre o local de nascimento não puderam ser identificadas.

2.2.1.1.1.2.3 Estratificação social

Para Hanson (1981), entre os séculos XVI e XVIII, a sociedade portuguesa é resumida em nobreza, clero e povo. A nobreza, camada de maior prestígio abaixo do rei, era composta por nobres e fidalgos, proprietários de terras e detentores de privilégios por dispor de poder socioeconômico e por não se envolverem diretamente com as atividades produtivas e/ou comerciais. O clero, por sua vez, consistia na classe que designava o conjunto de indivíduos que exerciam funções religiosas. Na sequência, estavam as classes populares, comumente formadas por pessoas que desempenhavam trabalhos manuais.

A faixa popular apresentava subdivisões que atribuíram certo prestígio social aos artesãos, que passaram a ter alguma influência política a partir da criação de corporações ou guildas. Do outro lado, estavam os camponeses e demais trabalhadores manuais, que desempenhavam atividades desvalorizadas e não detinham prestígio social. Por fim, a base da sociedade era composta por pessoas escravizadas (Hanson, 1981). A Figura 2.14 representa os estratos sociais da sociedade portuguesa, sobretudo nos anos quinhentistas e seiscentistas, conforme Hanson (1981).

Figura 2.14 – Estratificação da sociedade portuguesa



Fonte: elaborada com base em Hanson (1981).

Durães (2013) parte do princípio de que a estratificação da sociedade portuguesa, no modelo medieval tripartido (nobreza, clero e povo), não exprime a realidade social, especialmente dos séculos XVII e XVIII, e ressalta diferentes níveis de privilégios entre as

classes intermediárias, nobre e popular³⁸, ampliando a visão historiográfica sobre essas estratificações. Além disso, ela aborda concepções acerca da classe média do século XIX.

Embora esta pesquisa não demande uma observação profunda da estrutura social portuguesa, entende-se a relevância de considerar as distintas camadas inseridas nas faixas intermediárias a fim de verificar a possibilidade de padrões linguísticos divergentes entre esses estratos. Optou-se por abarcar níveis sociais dos períodos estudados, considerando as observações de Hanson (1981) e Durães (2013). O Quadro 2.5 expõe a base da categorização.

Quadro 2.5 – A estratificação da sociedade portuguesa entre o século XVI e o início do século XIX com base em Hanson (1981) e Durães (2013)³⁹

SÉCULO XVI	SÉCULO XVII	SÉCULO XVIII	SÉCULO XIX
Nobreza e fidalgos: proprietários de terras e senhores (Hanson, 1981);	Nobreza e fidalgos: 1. nobres proprietários de terras e senhores (Hanson, 1981); 2. fidalgos – pessoas sem títulos herdados pela família, mas sim concedidos pelo rei devido a algum feito, militar (Durães, 2013).	Nobreza e fidalgos: 1. proprietários de terras e senhores (Hanson, 1981); 2. pessoas sem títulos herdados pela família, mas sim concedidos pelo rei devido a algum feito, militar (Durães, 2013).	Aristocracia de nascimento (Durães, 2013).
Clero/membros da igreja (Hanson, 1981).	Clero/membros da igreja (Hanson, 1981).	Clero/membros da igreja (Hanson, 1981).	Membros da igreja (Hanson, 1981).
Artesãos: tinham certo destaque com a criação das corporações ou guildas com influência política. (Hanson, 1981).	Outros integrantes da nobreza: tinham privilégios como, por exemplo, andavam a cavalo, tinham servos, eram vistos como pessoas educadas, mas não vinham de nobreza familiar. Estão nesse grupo os pintores, cirurgiões, boticários, escultores, impressores e livreiros, ourives do ouro e da prata. (Hanson, 1981)	Outros integrantes da nobreza: tinham privilégios como, por exemplo, andavam a cavalo, tinham servos, eram vistos como pessoas educadas, mas não vinham de nobreza familiar. Estão nesse grupo os pintores, cirurgiões, boticários, escultores, impressores e livreiros, ourives do ouro e da prata. (Hanson, 1981)	Classe média: agricultores, proprietários, lojistas, comerciantes, artesãos e industriais e aqueles que exercem profissões científicas. A classe média distingue-se assim das demais pela sua relação com a propriedade, nível de rendimento, ilustração e costumes (Durães, 2013)
Plebeus: trabalhadores manuais e trabalhadores em geral, como comerciantes, camponeses, agricultores etc. Pagavam impostos. (Hanson, 1981).	Outros integrantes da nobreza mais inferiores: cavaleiros, escudeiros com honras simples de cavalaria que não eram vistos como peões e nem exerciam atividades mecânicas.	Outros integrantes da nobreza mais inferiores: cavaleiros, escudeiros com honras simples de cavalaria que não eram vistos como	Plebeus: proletários - homens sem posses; trabalhador operário (Durães, 2013)

³⁸ Durães (2013) apresenta um estudo não exaustivo de escritos de natureza jurídica a fim de observar a organização da sociedade portuguesa dos séculos XVII e XVIII, bem como a visão de classe média no início do século XIX. O estudo se pauta na investigação conceitual de classificações produzidas pelo Estado e por juristas do período para se referir às camadas definidas tradicionalmente como nobreza e plebe. As expressões verificadas em documentos históricos são: *homens do meio* e *estado do meio*. Em suma, a expressão *homens do meio* foi utilizada em documentos para se referir a um grupo socioeconômico superior (composto por desembargadores e cidadãos ou mercadores ricos); a expressão *estado do meio*, por sua vez, se estende à diversidade de classes de nível intermediário. Durães (2013) aborda distintas interpretações de juristas e genealogistas relativas à segunda expressão e destaca a falta de consenso quanto à designação exata de qual grupo social estaria abarcado nessa expressão.

³⁹ A estratificação da nobreza e da classe popular dos séculos XVII e XVIII, apresentada no Quadro 2.5, resulta de um compilado realizado a partir das interpretações de juristas e genealogistas abordadas por Durães (2013). Uma vez que não se tem uma definição exata de quais grupos sociais estariam diretamente relacionados ao termo *estado do meio*, considerou-se aqui a diversidade de compreensões apresentada por Durães (2013), em acordo com a hipótese de que tais camadas eram internamente estratificadas.

	(Durães, 2013)	peões e nem exerciam atividades mecânicas. (Durães, 2013)	
	Integrantes do povo economicamente privilegiados: burgueses (pagavam impostos, mas poderiam receber privilégios a partir de troca de favores com o rei, além de casamentos com pessoas nobres). (Durães, 2013)	Integrantes do povo economicamente mais privilegiados: burgueses (pagavam impostos, mas poderiam receber privilégios a partir de troca de favores com o rei, além de casamentos com pessoas nobres). (Durães, 2013)	
	Artesãos: tinham certo destaque com a criação das corporações ou guildas com influência política. (Hanson, 1981).	Artesãos: tinham certo destaque com a criação das corporações ou guildas com influência política. (Hanson, 1981).	
	Plebeus: trabalhadores manuais e trabalhadores em geral, como comerciantes, camponeses, agricultores etc. Pagavam impostos. (Hanson, 1981).	Plebeus: trabalhadores manuais e trabalhadores em geral, como comerciantes, camponeses, agricultores etc. Pagavam impostos. (Hanson, 1981).	

Fonte: elaborada com adaptações a partir de Hanson (1981) e Durães (2013).

Para a categorização dos *scriptores* quanto às camadas sociais, consideraram-se as atividades profissionais exercidas. O Quadro 2.6 ilustra as funções desempenhadas pelos *scriptores*, bem como o estrato social a que pertencem, conforme as camadas exibidas no Quadro 2.5.

Quadro 2.6 – Atividades profissionais dos *scriptores* dos *corpora*

ACERVO	PERÍODO	SCRIPTOR	ATIVIDADES PROFISSIONAIS	ESTRATO SOCIAL
COLEÇÃO DOCUMENTAL DE PORTUGUESES NO BRASIL COLÔNIA	SÉCULO XVI	Mém de Sá	Desembargador da Suplicação Corregedor dos feitos civis da corte Desembargador dos agravos Governador Geral do Brasil (Formado em Leis pela Universidade de Salamanca, na Espanha)	Nobre (alta nobreza)
		Jorge Fernandes	Médico Físico-mor da cidade de São Salvador	Fidalgo (alta nobreza)
		Luís Dias	Arquiteto Mestre das obras da cidade do Salvador Decano dos arquitetos brasileiros	Fidalgo (alta nobreza)
	SÉCULO XVII	Simão de Vascelos	Clérigo jesuíta	Clero/membros da igreja
		Mateus Ferreira Vilas Boas	Provedor-mor da Real Fazenda do Brasil	Nobre ou Fidalgo (alta nobreza)
		Gaspar Marques Vieira	Eclesiástico secular – cônego prebendado da Sé da Bahia Comissário do Santo Ofício	Clero/membros da igreja
	SÉCULO XVIII	Miguel Pereira da Costa	Engenheiro militar Mestre de Campo de Engenheiros	Nobre ou Fidalgo (alta nobreza)

Fonte: autoria própria.

O Quadro 2.6 mostra que os *scriptores* dos *corpora* editados nesta pesquisa pertencem às altas camadas da sociedade portuguesa. Um dos *scriptores*, Mém de Sá, foi governador-geral do Brasil. Estudou na Universidade de Salamanca (Espanha), onde obteve diploma em Leis, ingressou na magistratura e, a partir de 1532, exerceu cargos como desembargador da Casa da Suplicação, corregedor dos feitos civis da corte e desembargador dos agravos. Em 1556, foi nomeado o terceiro governador-geral do Brasil por D. João III, sendo encarregado de promover o aproveitamento das terras e de interferir na presença de franceses no Rio de Janeiro. Mém de Sá também foi responsável pela instalação do Colégio dos Jesuítas na Bahia.

Luís Dias e Miguel Pereira da Costa eram militares e ocupavam cargos importantes na construção civil. O primeiro, Luís Dias, foi arquiteto militar do século XVI e homem de confiança do mestre de obras régias, Miguel de Arruda, que influenciou sua vinda ao Brasil com a nomeação para o cargo de mestre de obras da cidade de Salvador, sendo posteriormente reconhecido como decano dos arquitetos brasileiros por D. João III. Segundo Moreau (2011), Luís Dias tinha a função de executar os projetos elaborados por Miguel de Arruda, embora haja evidências de que também tenha projetado edifícios importantes na cidade.

O segundo, Miguel Pereira da Costa, também militar ligado à construção civil, foi sargento-mor, tenente-general, mestre de campo e engenheiro. Foi nomeado por D. João V em dezembro de 1708 e inaugurou uma nova fase de fortificações em Salvador, participando dos primeiros trabalhos de defesa da cidade no século XVIII.

Gaspar Marques Vieira e Simão de Vasconcelos eram religiosos. Não foi possível encontrar informações mais detalhadas sobre Gaspar Marques Vieira. Já Simão de Vasconcelos é citado por Domingues (2010), que apresenta informações de que o clérigo jesuíta nasceu em Porto, em 1597, estudou humanidades, filosofia e teologia na mesma cidade e veio para o Brasil aos dezenove anos, em 1615, quando ingressou na Companhia de Jesus. Ainda segundo Domingues (2010), Simão de Vasconcelos acompanhou o padre Antônio Vieira na primeira embaixada da Restauração Portuguesa, em 1641, e retornou ao Brasil em 1642. Ocupou quase todos os cargos da Companhia de Jesus no Brasil, sendo reitor dos colégios da Bahia e do Rio de Janeiro, além de provincial.

Jorge Fernandes foi licenciado em Medicina e nomeado Físico-mor da cidade de Salvador pelo rei D. João III em abril de 1553. Tinha grande prestígio, apesar de ter sido perseguido pela Inquisição sob acusação de praticar a religião judaica.

Por fim, Mateus Ferreira Vilas Boas exerceu a função de provedor-mor da Real Fazenda do Brasil, desembarcando na Bahia em 1655.

As próximas seções dedicam-se à apresentação dos aspectos que envolvem os documentos e os *scriptores* dos *corpora* editados por outros pesquisadores.

2.2.1.1.1.3 Fontes documentais editadas por outros pesquisadores: aspectos sobre os manuscritos

Dos conjuntos de documentos trabalhados nesta pesquisa, três foram editados em trabalhos anteriores ou disponibilizados em bancos de *corpora* com tratamento textual já realizado. A descrição dos aspectos dos *corpora* e de seus *scriptores* é desenvolvida por grupo de documento, na ordem indicada a seguir:

- i. Cartas particulares de portugueses envolvidos em processos da inquisição ou outros tribunais eclesiásticos, civis ou militares;
- ii. Cartas de comércio e documentos oficiais do Rio de Janeiro;
- iii. Cartas do Marquês de Lavradio.

O acervo de *Cartas particulares de portugueses envolvidos em processos da Inquisição ou outros tribunais eclesiásticos, civis ou militares* é composto por um conjunto de cartas e registros particulares de portugueses de perfil anônimo e de proveniências sociais diversas. Esse conjunto é formado por 52 cartas, 1 bilhete e 1 arquivo com notas pessoais, totalizando 27.733 palavras. O acervo inclui 7 cartas apógrafas, além de 45 cartas, 1 bilhete e 1 nota pessoal autógrafos.

Esse conjunto de cartas pode ser considerado raro, uma vez que é majoritariamente oriundo de indivíduos comuns, de perfil anônimo, e, normalmente, em *corpora* dessa natureza, dificilmente são aplicadas ações de preservação. São documentos que, na maioria das vezes, são conservados muito mais pelo esquecimento de “descarta-los” do que por um propósito deliberado de guarda. Ou, como é o caso destes, por estarem anexados a processos criminais relacionados à Inquisição ou a operações de tribunais civis, eclesiásticos e/ou militares.

Os documentos aqui mencionados pertencem a um conjunto ainda maior de cartas do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), no repositório referente ao Tribunal do Santo Ofício. A documentação selecionada foi coletada no site do Projeto *P.S. Post Scriptum – Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna*, do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL, 2014). O projeto, coordenado pela professora Rita Marquilhas, não só reúne uma ampla coleção de cartas privadas, como também as

apresenta em dois formatos viáveis para pesquisas no âmbito linguístico: em edição crítica digital e em *corpus* linguisticamente anotado.

Todos os documentos selecionados apresentam informações explícitas quanto à nacionalidade dos *scriptores* e ao local de produção da escrita. As Figuras 2.15 e 2.16 mostram imagens da edição e do fac-símile de uma carta de português residente/domiciliado no Brasil.

Figura 2.15 – Edição da carta de João Pereira da Rocha Paris disponível no site do Projeto *P.S. Post Scriptum* Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna⁴⁰

Sentence view
1743. Carta de João Pereira da Rocha Paris, capitão, para António José do Santo Teodoro, vigário.

Author(s)
 João Pereira da Rocha Paris

Addressee(s)
 António José do Santo Teodoro

Summary
 O autor, preso, pede ao destinatário que o ajude a repor a verdade no caso do seu primeiro casamento.
 > more header data

Text | Transcription | **Edição** | Standardization | Colors

[1] Muito meu *Senhar* depois de ter escrito a vmce no Para e no ultimo capitullo lhe dezia que ficava no Para por me mandar dizer o commissario do *santo* ofiço que não vinha este anno a Lisboa

[2] e no dia que partia os navios me forão tirar a cadea em que me emBarquarão de que boi *para* Lisboa

[3] e não escreva a vmce ao Para nem ao maranhão pois lhe dezia ficava estou em Lisboa

[4] pesso a vmce muito de favor e pello Amor de Deos fáca o que lhe pesso nas outra que lhe escrevo com muita verBidade que em saindo hirei porme aos pes de vmce renderlhe as gracias da muita honrra que me fes da bervidade com que andou com os meus negocio pois eu não pesso mais que a verbidade e a verdade do cazo como pesso nas outras que lhe escrevo

[5] pois o que rellato nas que lhe escrevo he a mesma verdade e neste particular esta Toda a minha liBeração

[6] e não o molesto mais a vmce neste particular porque Bem sei que ha de oBrar como Pay espiritual

[7] eu escrevo esta com vinte dias de viage do Mar

[8] Partimos do Para a tres de dezembro de 1743 @

[9] he o que se me offerçe a dizer a vmce cuja a pessoa o ceo *guard*e por muitos annos

[10]hoje 22 de dezembro de 1743 @

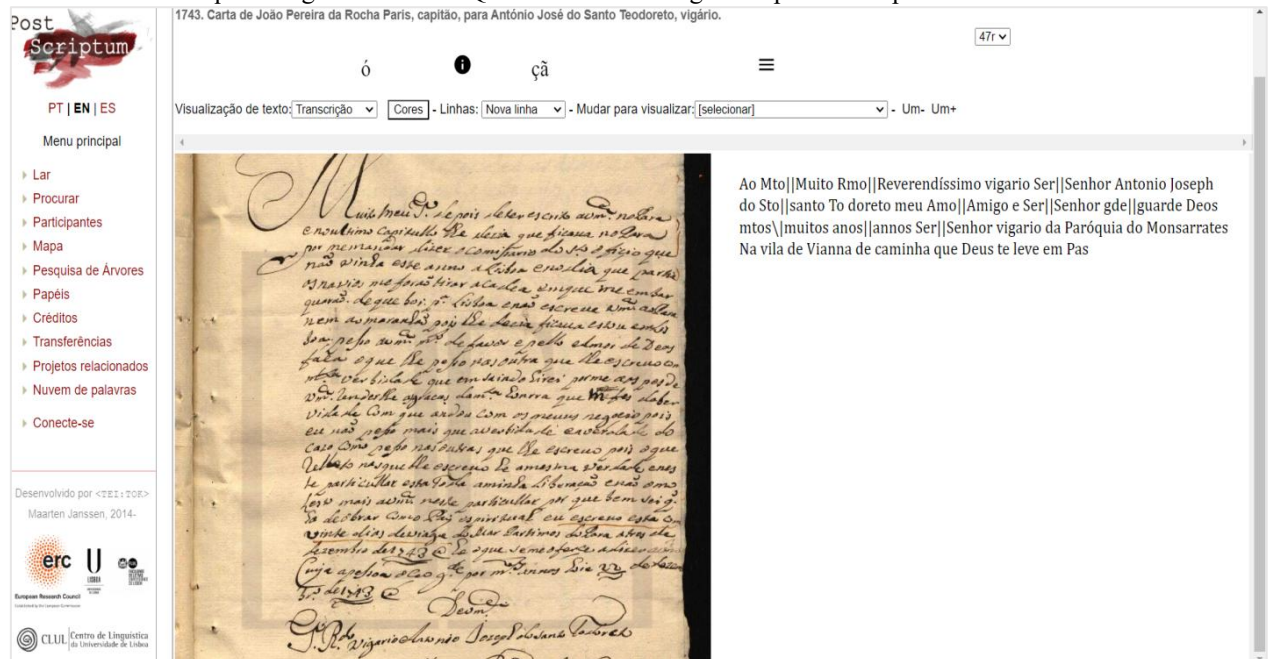
[11]De vmce *Senhar* Reverendo vigario Antonio Jozeph do Santo Todoreto Muito Seu venerador Amigo e Criado *Senhar* João Pereira da Rocha Paris Cavallam

Edit as list • Text view • Wordcloud • Facsimile view • Manuscript line view • Pageflow view

Fonte: CLUL (Ed.). 2014. *P.S. Post Scriptum. Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna*. Disponível em: URL: <http://ps.clul.ul.pt>.

⁴⁰ Algumas edições disponibilizadas no site do Projeto *Post Scriptum* aparentam aspectos passíveis de questionamento quanto à aplicação dos critérios de edição. Por exemplo, observa-se o desenvolvimento de algumas abreviaturas, enquanto outras permanecem inalteradas. É possível que a edição ainda passe por revisão. Apesar disso, os materiais são considerados válidos para análises linguísticas, uma vez que se manteve o conservadorismo que preserva traços gramaticais do manuscrito.

Figura 2.16 – Fac-símile da carta de João Pereira da Rocha Paris disponível no site do Projeto *P.S. Post Scriptum* Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna



Fonte: CLUL (Ed.). 2014. *P.S. Post Scriptum. Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna*. Disponível em: URL: <http://ps.clul.ul.pt>.

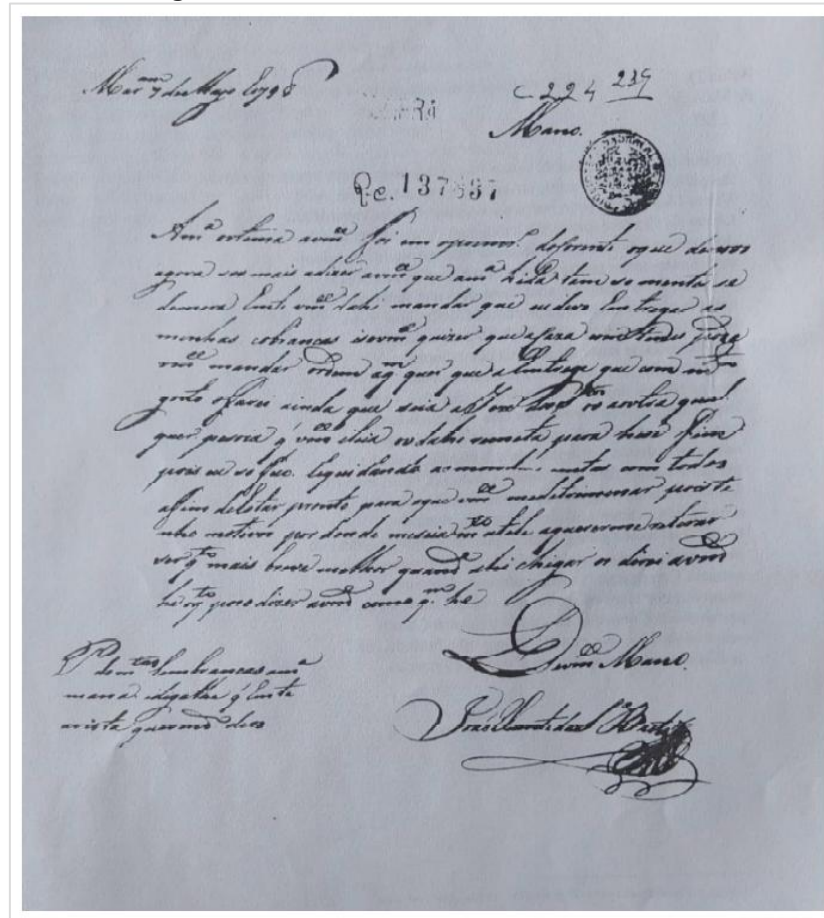
As *Cartas de comércio e documentos oficiais do Rio de Janeiro* compõem-se de 84 cartas e 1 lista — todos documentos produzidos por mercadores — além de 15 documentos oficiais. Ambos os conjuntos somam aproximadamente 32.135 palavras.

As cartas e a lista são autógrafas e de circulação privada, ao passo que os documentos oficiais são apógrafos de circulação pública. Esse acervo pertence ao Arquivo Histórico Ultramarino e à Biblioteca Nacional de Lisboa e foi trabalhado em edição diplomático-interpretativa por Barbosa (1999), que também realizou um estudo contrastivo entre a escrita da documentação privada e a dos documentos oficiais. Os resultados obtidos por Barbosa (1999) indicaram que as cartas de comércio foram produzidas por mãos pouco hábeis, ou seja, tais *scriptores* estariam em um nível intermediário ao se considerarem aspectos que denotam a habilidade de escrita.

Na Figura 2.17, tem-se um fac-símile apresentado por Barbosa (1999), e a Figura 2.18 ilustra a edição dessa carta (Documento 35)⁴¹.

⁴¹ Barbosa (1999) não apresenta os fac-símiles de todos os documentos que edita. Todavia, inicia o volume II de sua tese com o fac-símile do Documento 35.

Figura 2.17 – Carta de João Vicente da Silva Basto



Fonte: Barbosa (1999, p. 302).

Figura 2.18 – Edição da carta de João Vicente da Silva Basto

Documento 35

BNL - mss. 224/239. Carta de João Vicente da Silva Basto a A.E.C. Maranhão, 7 de maio de 1798. Marca d'água: vêem, parcialmente, as letras D & CBLAUW.

Maranhão 7 de Maio 1798

Mano

Aminha outima avossa merce foi em oprimeiro do Corente oque denovo
 agora sou mais adizer avossa merce que aminha hida tam so mentes se
 demora Emte vossa merce dahi mandar que eu devo Em tregar as 5
 minhas cobranças izevossa merce quizer que aCaza com tudo pode
 vossa merce mandar ordem aquem quer que a Entregue que com muito
 gosto o farei ainda que seia a Joze dos Santos ou aoutra qual
 quer pesoia que vossa merce ileia ou dahi remeta para hese fim 65
 pois eu so fico liquidando as minhas contas com todos 10
 afim deEstar pronto para oque vossa merce medetreminar pois te
 nho motivos por donde meseia muito utile aquerer me retirar
 ser quanto mais breve melhor quando ahi chegar chigar os direi avossa merce
 he quanto poso dizer avossa merce como quem he

[Post] de muitas lembranças aminha
 mana idigalhe que Em te
 avista querendo deos

Devossa merce Mano

João Vicente daSilva Basto

Fonte: Barbosa (1999, p. 348).

As 84 cartas de comércio e a lista produzidas por mercadores podem também ser consideradas amostras raras, uma vez que fazem parte de um grupo limitado de documentação histórica oriunda de circulação privada, com uma escrita menos vigiada e estilizada. De acordo com Barbosa (1999), apesar de apresentarem aspectos de uma escrita menos atenta, não se deve classificá-las como documentos populares da época. Segundo o pesquisador:

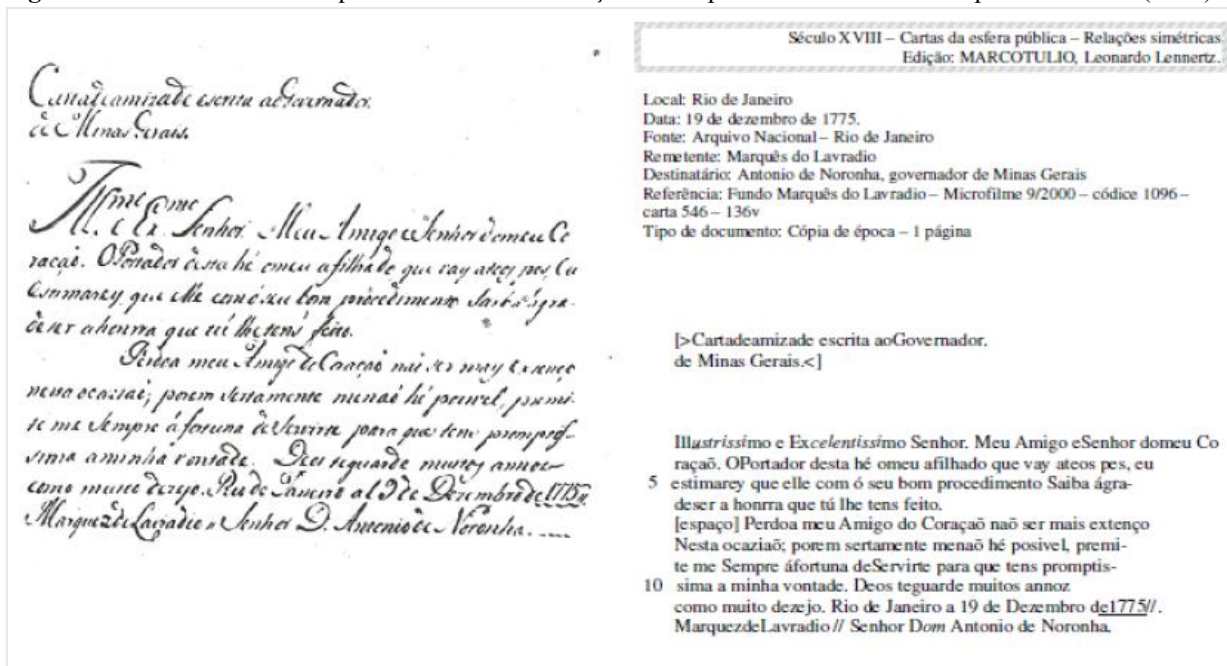
Não se pode, ainda, considerá-los *textos populares* naquela sociedade sem imprensa porque, no estado em que se encontra a pesquisa histórica, não se descreveu nem se analisou exaustivamente a grande massa de material encerrado nos arquivos públicos e pessoais para saber-se se há outro conjunto de escritos que fosse, dentro da dita *literacidade* da sociedade colonial, encarado como produto da *gente do povo*. (Barbosa, 1999, p. 203-204).

Por fim, o acervo das *Cartas do Marquês de Lavradio* é composto por um conjunto de 70 cartas apógrafas produzidas por intermédio de um escrivão culto, de mão hábil (Marcotulio, 2008). Dessas cartas, 40 são classificadas por Marcotulio (2008) como pertencentes à esfera pública, e 30 à esfera privada. Todos os documentos estão assinados em nome de D. Luís de Almeida Portugal Soares Alarcão Eça Melo Pereira Aguilar Fiel de Lugo Mascarenhas Silva Mendonça e Lencastre, o 2º Marquês de Lavradio e 5º Conde de Avintes, e, conforme Marcotulio (2008), são amostras de "textos pertencentes ao que se denomina português no Brasil" (Marcotulio, 2008, p. 97).

Os documentos que pertencem ao Fundo Marquês de Lavradio foram inventariados pelo Arquivo Nacional do Brasil e, inicialmente, estavam sob a propriedade do historiador Marcos Carneiro de Mendonça. De acordo com Marcotulio (2008), as cartas da esfera privada haviam sido transcritas, editadas e publicadas pelo Arquivo Nacional do Brasil e pelo Instituto Nacional do Livro em 1975, em edição não conservadora, pois visavam a um público-leitor mais abrangente, o que permitia elevado grau de interferência do editor nos aspectos da língua. Dessa forma, essas cartas passaram por uma nova edição, com critérios conservadores — semidiplomática e fac-similar — realizada por Marcotulio (2008).

Na Figura 2.19, tem-se a visualização de uma carta editada por Marcotulio (2008).

Figura 2.19 – Carta do 2º Marquês de Lavradio em edição semidiplomática fac-similar de por Marcotulio (2008)



Fonte: Marcotulio (2008).

Nas próximas seções, encontram-se informações acerca da autoria, localização temporal e espacial da escrita desses documentos, além de aspectos sobre os *scriptores*, como o período e o local de nascimento, bem como a estratificação social.

2.2.1.1.1.3.1 Da autoria

Os *corpora* editados por outros pesquisadores foram classificados como autógrafos ou apógrafos pelos editores⁴¹. O Quadro 2.7 apresenta a distribuição dos documentos quanto à autoria.

Quadro 2.7 – Distribuição de *corpora* editados por outros pesquisadores considerando a autoria

ACERVO	Nº DE DOCUMENTOS AUTÓGRAFOS	Nº DE DOCUMENTOS APÓGRAFOS	FONTE
Cartas particulares de portugueses envolvidos em processos da inquisição ou outros tribunais eclesiásticos, civis ou militares	47 Autógrafos	7 Apógrafos	P.S. Post Scriptum CLUL (2014)
Cartas de comércio e documentos oficiais do Rio de Janeiro	84 Autógrafos	15 Apógrafos	Barbosa (1999)
Cartas do Marquês de Lavradio	-	70 Apógrafos	Marcotulio (2008)
Total	131	92	-

Fonte: autoria própria.

⁴¹ Cf. Barbosa (1999), Marcotulio (2008) e P.S CLUL (2014).

Entre as cartas de comércio, há quatro cópias autógrafas⁴² que foram agregadas por apresentarem diferentes construções de escrita e casos de colocação de clíticos em orações finitas que se distinguem.

2.2.1.1.1.3.2 Localização temporal da escrita

Os documentos desse grupo são datados entre os anos de 1569 e 1821. De acordo com a periodização dos acontecimentos históricos elaborada por Fausto (2006)⁴³, é possível afirmar que os documentos do conjunto editado por outros pesquisadores englobam majoritariamente o período de instalação e efetivação do Governo-Geral (218 documentos), ao passo que uma pequena parcela foi produzida durante os anos em que ocorreram movimentos de independência (5 documentos).

Quanto à contextualização dos documentos diante do cenário linguístico, o Quadro 2.8 expressa a distribuição conforme a periodização de Lucchesi (2017).

Quadro 2.8 – Distribuição temporal dos *corpora* editados por outros pesquisadores considerando a periodização de Lucchesi (2017)

PERIODIZAÇÃO (Lucchesi, 2017)		ACERVO	ANO DE PRODUÇÃO	Nº DE DOCUMENTOS
2ª FASE: MULTILINGUISMO GENERALIZADO (1532 – 1695)		Cartas particulares de portugueses envolvidos em processos da inquisição ou outros tribunais eclesiásticos, civis ou militares	1569	1
			1576	1
			1591	1
			1592	1
			1657	2
			1659	1
			1671	1
			1679	1
3ª FASE: HOMOGEINIZAÇÃO LINGUÍSTICA (1695 – 1930)	1ª Vaga de aportuguesamento (1695 – 1808)	Cartas particulares de portugueses envolvidos em processos da inquisição ou outros tribunais eclesiásticos, civis ou militares	1717	1
			1718	1
			1736	4
			1737	2
			1740	1
			1741	1
			1743	2
			1744/1745	1
			1747	2
			1749	2
1755	1			

⁴² Barbosa (1999) aponta que é comum os arquivos sinalizarem alguns documentos como cópia; todavia, o termo possui significação distinta da noção de cópia na crítica textual. Ele explica que, para garantir que as mensagens não se extraviassem, os mercadores enviavam duas ou três vias de uma mesma carta, produzidas por mãos próprias, por navios distintos. Essa situação pode ser comprovada em citações contidas em algumas cartas, como, por exemplo, no Documento 2 — carta de Antônio Rodrigues da Cunha Viana para Antônio Esteves Costa — que apresenta o seguinte trecho: “[espaço]Desta querem Sahir os Navios Caretas 2, Canoa, eAmizade, neles Remeto primeiras segundas Vias de letras Siguras, [...]; aCompanha as ditas hum avizo, e outro ficacomigo e terceiras Vias Creio estas Cartas não levem descaminho [...]”

⁴³ Cf. Figura 2.13.

3ª FASE: HOMOGEINIZAÇÃO LINGUÍSTICA (1695 – 1930)	1ª Vaga de aportuguesamento (1695 – 1808)		1758	1
			1759	3
			1760	1
			1766	1
			1770/1772	11
			1779	1
			1780	1
			1781	3
			1807	1
		Cartas do Marquês de Lavradio	1769	2
		1770	24	
		1771	4	
		1772	11	
		1773	3	
		1774	4	
	1775	16		
	1776	6		
Cartas de comércio e documentos oficiais do Rio de Janeiro	1793	26		
	1794	8		
	1795	4		
	1798	70		
2ª Vaga de aportuguesamento (1808 – 1850)	Cartas particulares de portugueses envolvidos em processos da inquisição ou outros tribunais eclesiásticos, civis ou militares	1809	2	
		1821	2	
SEM IDENTIFICAÇÃO TEMPORAL	Cartas de comércio e documentos oficiais do Rio de Janeiro	-	1	
TOTAL				233

Fonte: autoria própria.

Conforme o Quadro 2.8, os *corpora* editados por outros pesquisadores estão distribuídos entre a fase de multilinguismo generalizado (9 documentos) e a fase de homogeneização linguística, incluindo a 1ª vaga de aportuguesamento (220 documentos) e a 2ª vaga (4 documentos). Além disso, 1 documento não apresenta marcação temporal de escrita.

2.2.1.1.1.3.3 Localização espacial da escrita

Os documentos em questão possuem, em sua totalidade, a localização de escrita de forma explícita. O Quadro 2.9 evidencia a distribuição dos documentos conforme o local de produção.

Quadro 2.9 – Distribuição de *corpora* editados por outros pesquisadores considerando localização espacial da escrita

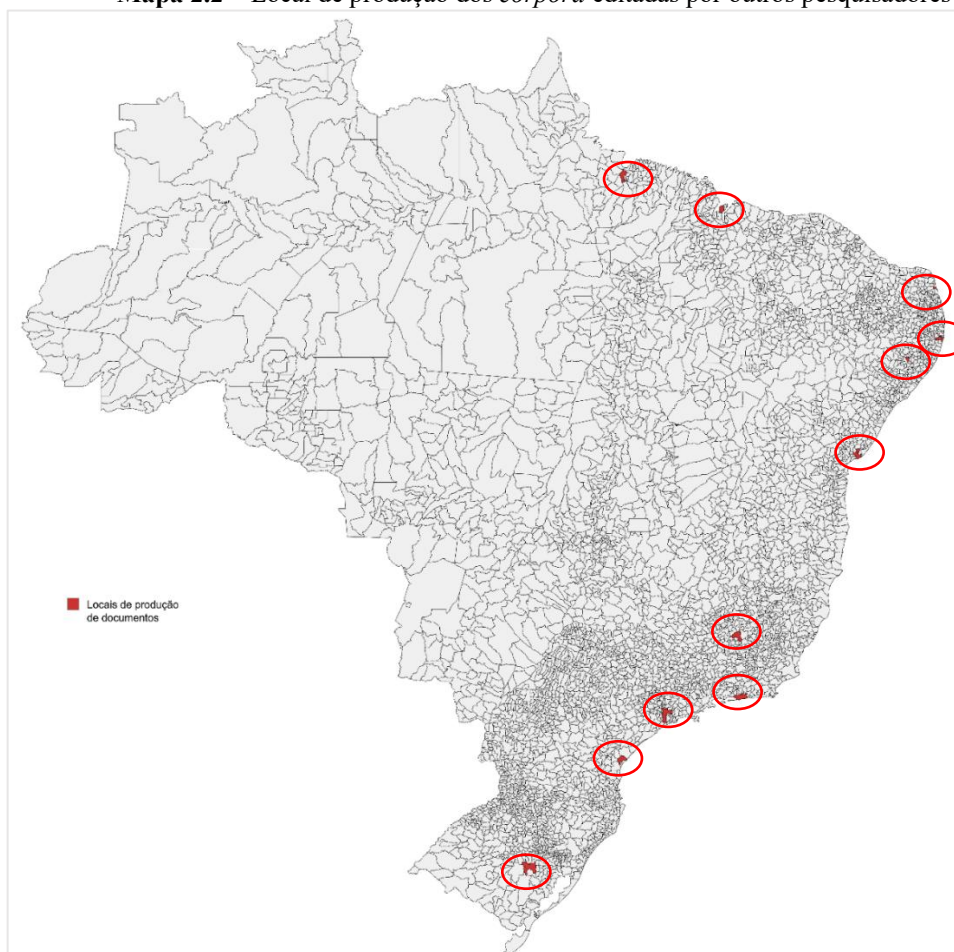
ACERVO	LOCAL DE PRODUÇÃO	Nº DE DOCUMENTOS
Cartas particulares de portugueses envolvidos em processos da inquisição ou outros tribunais eclesiásticos, civis ou militares	Salvador	3
	Bahia	7
	Capitania de São Vicente	1
	Cadeias, Bahia	1
	São Paulo	2
	Parnamirim	3
	Belém do Pará	2
	São João, Pernambuco	1
	São Lourenço da Mata, Pernambuco	3
	Vila Rica, Minas Gerais ⁴⁴	1
	Rio Pardo, Rio Grande do Sul	2
	Paranaguá, Paraná	1
	Recife	14
	Maranhão	1
	Rio de Janeiro	8
Brasil	3	
Navio a caminho de Lisboa	1	
Cartas de comércio e documentos oficiais do Rio de Janeiro	Bahia	15
	Pará	7
	Pernambuco	30
	Recife	2
	Maranhão	25
Rio de Janeiro	20	
Cartas do Marquês de Lavradio	Rio de Janeiro	70
TOTAL		223

Fonte: autoria própria.

O quadro expressa a diversidade de locais de produção, sendo encontrados em regiões que atualmente correspondem ao Norte, Nordeste, Sul e Sudeste. O Mapa 2.2 ilustra as cidades brasileiras onde houve registros de produção de documentos.

⁴⁴ A cidade de Vila Rica (MG) corresponde à cidade hoje chamada de Ouro Preto.

Mapa 2.2 – Local de produção dos *corpora* editadas por outros pesquisadores



Fonte: autoria própria (criado via mapchart.net).

Apesar da diversidade regional, os documentos foram majoritariamente produzidos na costa litorânea, visto que apenas três municípios estão localizados em áreas mais interioranas. Esse resultado era esperado, uma vez que a colonização brasileira ocorreu com maior intensidade na costa.

As próximas seções apresentam informações sociais que contextualizam os *scriptores* dos documentos dos *corpora* editados por outros pesquisadores.

2.2.1.1.1.3 Fontes documentais editadas por outros pesquisadores: aspectos sobre os *scriptores*

O acervo de *Cartas particulares de portugueses envolvidos em processos da Inquisição ou de outros tribunais eclesiásticos, civis ou militares* é composto por vinte e cinco homens e uma mulher. As *Cartas de comércio e documentos oficiais do Rio de Janeiro* contêm cartas de comércio produzidas por trinta homens e uma mulher, além de documentos oficiais atribuídos

a nove homens. Por fim, as *Cartas do Marquês de Lavradio* são de um homem, considerado o autor intelectual.

As mulheres presentes nos *corpora* são Maria Filipa Borges de Goes, provável comerciante que produziu uma das cartas de comércio do Pará (Barbosa, 1999), e Ana Conceição, nascida em Coimbra, cuja carta consta em um dos processos da Inquisição, por ter sido casada com o médico do Rio de Janeiro, Teodoro Pereira da Costa, o qual foi preso por acusação de realizar práticas da religião judaica (CLUL, 2014).

Nas próximas seções, serão apresentadas informações acerca do período e do local de nascimento dos *scriptores*, além de dados sobre a estratificação social.

2.2.1.1.1.3.1 Período de nascimento

Conforme salientado na seção que descreve o período de nascimento dos *scriptores* dos *corpora* editados nesta pesquisa, não foi possível obter informações sobre o nascimento de todos os indivíduos desse conjunto de documentos. O Quadro 2.10 apresenta tais informações.

Quadro 2.10 – Distribuição de *corpora* editados por período de nascimento de *scriptores* dos *corpora* editados por outros pesquisadores

PERÍODO ABRANGIDO	ACERVO	NOME DO SCRIPTOR	ANO	POR INFERÊNCIA
1500 – 1549	Cartas particulares de portugueses envolvidos em processos da inquisição ou outros tribunais eclesiásticos, civis ou militares	António do Vale de Vasconcelos	1537 a 1549	SIM
		Bartolomeu Frago	1536 a 1549	SIM
		Gonçalo Eneas	1521 a 1546	SIM
		Pedro Leitão	1514 e 1539	SIM
1600 – 1649	Cartas particulares de portugueses envolvidos em processos da inquisição ou outros tribunais eclesiásticos, civis ou militares	António de Araújo	1621 a 1641	SIM
		António Figueira de Jesus	1607 a 1627	SIM
1650 – 1699	Cartas particulares de portugueses envolvidos em processos da inquisição ou outros tribunais eclesiásticos, civis ou militares	Ana da Conceição	1668 a 1688	SIM
		Francisco Afonso Barbosa	1681 a 1696	SIM
		Francisco Carnoto Vilas Boas	1681 a 1699	SIM
		Ivo Pinheiro	1678	NÃO
		João Pereira da Rocha Paris	1691	NÃO
		Manuel Ferreira da Silva	1681 a 1699	SIM
1700 – 1749		António Figueira de Jesus	1713	NÃO

1700 – 1749	Cartas particulares de portugueses envolvidos em processos da inquisição ou outros tribunais eclesiásticos, civis ou militares	Bernardo da Silva Amaral	1720	NÃO
		Domingos Ferreira	1725 a 1749	SIM
		Francisco Álvares	1705	NÃO
		Francisco Gonçalves Lopes	1707 a 1729	SIM
		José Baptista Carvalho	1724 a 1749	SIM
		João Correia de Araújo	1704 a 1729	SIM
		José de Saldanha	1726 a 1749	SIM
		Luís dos Santos	1700 a 1710	SIM
		Manuel C. dos Querubins Meireles	1716	NÃO
		Pedro Barboza Pereira	1700 a 1725	SIM
	Cartas do Marquês de Lavradio	Marquês de Lavradio	1729	NÃO
Cartas de comércio e documentos oficiais do Rio de Janeiro	Francisco Luis Alvares da Rocha	1733 a 1749	SIM	
	Joze Feliciano da Rocha Gameiro	1735 a 1749	SIM	
	Luiz Pinto de Souza	1744 a 1749	SIM	
1750 – 1799	Cartas particulares de portugueses envolvidos em processos da inquisição ou outros tribunais eclesiásticos, civis ou militares	Antônio Vidal Ferreira Pinto	1757 a 1777	SIM
		Lourenço Caleppi	1754 a 1779	SIM
		Luís do Rego Barreto	1777	NÃO
	Cartas de comércio e documentos oficiais do Rio de Janeiro	D. Diogo de Souza	1755	NÃO
		Manoel da Cunha Sotto Mayor	1750 a 1765	SIM
		Paulo José da Silva Gama	1750 a 1765	SIM
		Rodrigo Pinto	1750 a 1765	SIM
		Rodrigo de Souza Coutinho	1755	NÃO
		Sebastião Xavier Couto	1750 a 1765	SIM
		Agostinho Inácio Rodrigues Torres	1750 a 1765	SIM
		Antônio José Bastos	1750 a 1765	SIM
		Antônio Rodrigues da Cunha Viana	1750 a 1765	SIM
		Antonio de Souza Barros	1750 a 1765	SIM
		Bento Leite Bastos	1750 a 1765	SIM
		Dionísio da Silva	1750 a 1765	SIM
Domingos Antonio da Cruz Portugal	1750 a 1765	SIM		

1750 – 1799	Domingos Luis das Neves	1750 a 1765	SIM
	Domingos Ribeiro Guimarães	1750 a 1765	SIM
	Felipe Ribeiro Filgueiras	1750 a 1765	SIM
	Francisco Miguel Pais	1750 a 1765	SIM
	João Antunes Ribeiro	1750 a 1765	SIM
	João Pereira de Sá	1750 a 1765	SIM
	João Vicente da Silva Basto	1750 a 1765	SIM
	Joaquim Bernardo Dias	1750 a 1765	SIM
	Joaquim Afonso de Oliveira	1750 a 1765	SIM
	José Aires de Miranda Henriques	1750 a 1765	SIM
	José de Almeida Lobo	1750 a 1765	SIM
	José Marques	1750 a 1765	SIM
	José da Silva Rodrigues	1750 a 1765	SIM
	José da Silva Roque	1750 a 1765	SIM
	José V. de Carvalho	1750 a 1765	SIM
	Miguel Alves da Costa	1750 a 1765	SIM
	Matias Alves da Silva	1750 a 1765	SIM
	Manuel Joaquim do Cabo	1750 a 1765	SIM
	Manoel José de Avellino	1750 a 1765	SIM
	Manoel Moniz de Sampedro	1750 a 1765	SIM
	Manuel da Silva Porto	1750 a 1765	SIM
	Maria Filipa Borges de Goes	1750 a 1765	SIM
	Pedro Gonçalves de Andrade	1750 a 1765	SIM
Sabino José Antonio	1750 a 1765	SIM	

Fonte: autoria própria.

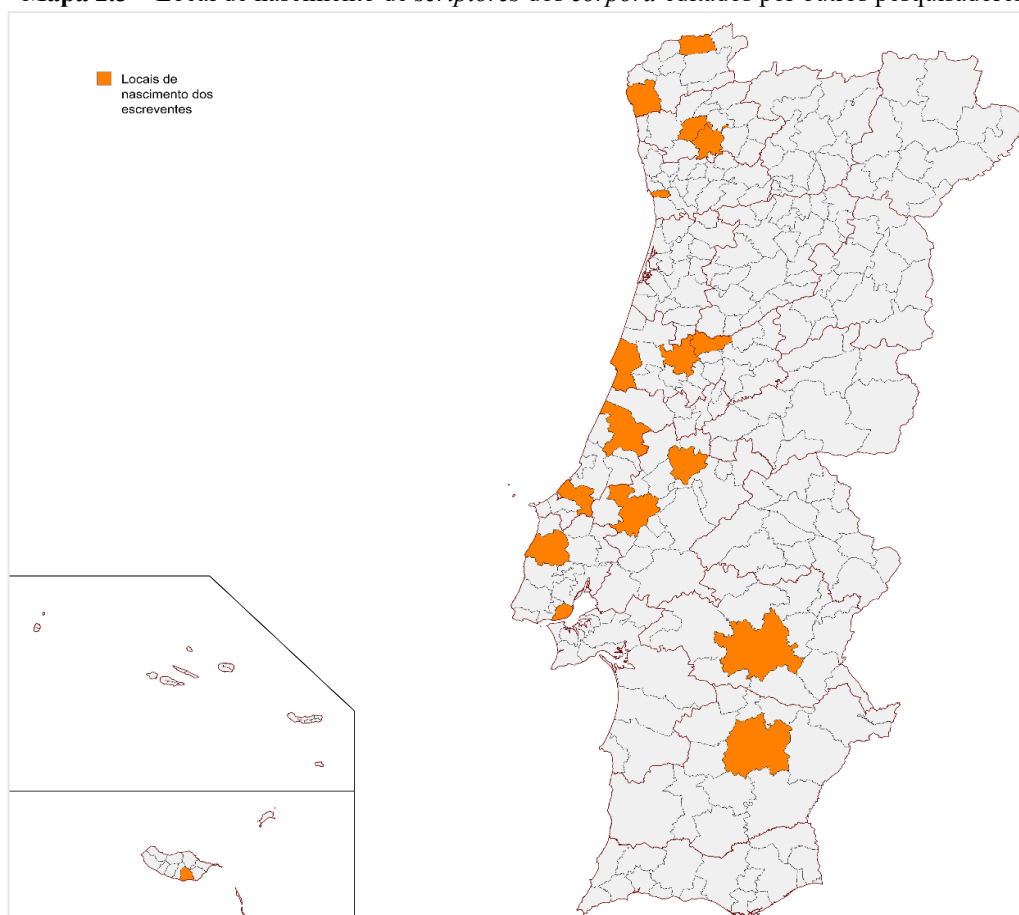
Dos 67 *scriptores*, o período de nascimento foi identificado, por meio de cálculo aproximado ou inferência, em 57 casos. Em decorrência disso, e visando garantir um estudo linguístico com resultados fidedignos e o mais coerente possível com a realidade, a data de produção escrita foi definida como critério de marcação temporal na descrição dos dados, uma

vez que, com exceção de uma carta, a data de produção está presente de forma majoritária nos *corpora* editados por outros pesquisadores e, também, nos editados nesta pesquisa.

2.2.1.1.1.3.2 Local de nascimento

A localização de nascimento de 27 *scriptores* foi identificada. As informações de nascimento relativas aos outros 40 indivíduos apresentam apenas dados de nacionalidade, confirmando a origem portuguesa. O Mapa 2.3 mostra as localidades de nascimento dos indivíduos cuja identificação foi possível.

Mapa 2.3 – Local de nascimento de *scriptores* dos *corpora* editados por outros pesquisadores



Fonte: autoria própria (criado via mapchart.net).

O Mapa 2.3 revela a diversidade de regiões portuguesas onde nasceram os *scriptores* com informações localizáveis. Percebe-se que esses indivíduos são oriundos tanto de Portugal Continental quanto do território insular, mais especificamente da Ilha da Madeira. O Quadro 2.11 detalha a quantidade de *scriptores* por acervo nas diferentes regiões portuguesas.

Quadro 2.11 – Local de nascimento de *scriptores* dos *corpora* editados por outros pesquisadores

ACERVO	REGIÕES DE PORTUGAL	Nº DE <i>SCRIPTORES</i>
Cartas particulares de portugueses envolvidos em processos da inquisição ou outros tribunais eclesiásticos, civis ou militares	Norte	10
	Centro	4
	Alentejo	2
	Área Metropolitana de Lisboa	6
	Madeira	1
	Não identificado	3
Cartas de comércio e documentos oficiais do Rio de Janeiro	Norte	1
	Área Metropolitana de Lisboa	2
	Não identificado	37
Cartas do Marquês de Lavradio	Área Metropolitana de Lisboa	1

Fonte: autoria própria.

O quadro mostra que os documentos com maior número de *scriptores* cuja localização de nascimento não foi identificada pertencem ao acervo das *Cartas de comércio e documentos oficiais do Rio de Janeiro*, o qual é majoritariamente formado por cartas de mercadores portugueses anônimos, o que dificulta o acesso a informações detalhadas sobre os indivíduos. Sabe-se apenas que o conjunto de cartas em questão foi enviado a Antônio Esteves Costa, um comerciante cujas atividades abrangiam a Europa e outras colônias (Barbosa, 1999).

Considerando os *scriptores* com essa informação identificada, percebe-se um maior número de indivíduos provenientes do Norte e da Área Metropolitana de Lisboa.

2.2.1.1.1.3.3 Estratificação social

Os critérios para a categorização da estratificação social dos *scriptores* dos *corpora* editados por outros pesquisadores baseiam-se na apresentação do Quadro 2.5⁴⁵. As atividades profissionais e o quantitativo de *scriptores* que atuaram em determinadas atribuições estão exibidos no Quadro 2.12.

⁴⁵ Conferir seção 2.2.1.1.1.2.3.

Quadro 2.12 – Atividades profissionais dos *scriptores* dos *corpora* editados por outros pesquisadores

ACERVO	ATIVIDADES PROFISSIONAIS	Nº DE <i>SCRIPTORES</i>	
Cartas particulares de portugueses envolvidos em processos da inquisição ou outros tribunais eclesiásticos, civis ou militares	Mulher de médico	1	
	Barbeiro	1	
	Sapateiro	1	
	Produtor de açúcar	1	
	Mercador	2	
	Mestre das artes	1	
	Padre confessor / Presbítero secular	1	
	Eclesiástico / Presbítero secular	1	
	Capelão / Presbítero secular	1	
	Eclesiástico / Arcebispo	1	
	Soldado	1	
	Comerciante / Homem de negócios	1	
	Cirurgião	1	
	Serrador	1	
	Carpinteiro de navios	1	
	Mestre entalhador	2	
	Capitão militar	1	
	Sargento mor de engenharia / geógrafo	1	
		<i>Cartas de comércio</i>	
	Cartas de comércio e documentos oficiais do Rio de Janeiro	Acionista da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba	1
Alferes da Companhia de Cavalaria		1	
Lavrador de açúcar no engenho de Araripe		1	
Capitão do navio Nossa Senhora do Carmo e Vitória		1	
Mercador / comerciante		24	
Comerciante exportador		1	
Comerciante sócio de Antônio Esteves Costa		2	
		<i>Documentos oficiais do Rio de Janeiro</i>	
		Governador e Capitão-General do Maranhão e Piauí (1798-1804)	1
		Desembargador da justiça do Rio de Janeiro	3
	Governador da capitania de Mato Grosso (1769-1772)	1	
	Capitão de mar e guerra	2	
	Capitão de fragata e comércio	1	
	Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos	1	
Cartas do Marquês de Lavradio	Militar, 45º governador e capitão-general da Bahia de todos os Santos e 11º vice-rei do Brasil	1	

Fonte: autoria própria.

Em geral, os *corpora* editados por outros pesquisadores são caracterizados por abarcar certa diversidade no perfil dos *scriptores*, especialmente no que diz respeito à estratificação

social. O Quadro 2.12 atesta esse caráter diverso. A categorização dos *scriptores* resultou no quantitativo apresentado no Quadro 2.13.

Quadro 2.13 – Quantidade de *scriptores* por estratificação social dos *corpora* editados por outros pesquisadores

PERÍODO	ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL	CARTAS PARTICULARES DE PORTUGUESES ENVOLVIDOS EM PROCESSOS DA INQUISIÇÃO OU OUTROS TRIBUNAIS ECLESIAÍSTICOS, CIVIS OU MILITARES	CARTAS DE COMÉRCIO E DOCUMENTOS OFICIAIS DO RIO DE JANEIRO	CARTAS DO MARQUÊS DE LAVRADIO
SÉCULO XVI	Clero/membros da igreja	Pedro Leitão	-	-
	Artesãos	Bartolomeu Fragoso	-	-
	Plebeus	Antônio do Vale Vasconcelos Gonçalo Eneas	-	-
SÉCULO XVII	Integrantes do povo economicamente privilegiados: burguesia	Antônio Fernandes da Mata	-	-
	Plebeus	Antônio de Araújo	-	-
SÉCULO XVIII	Nobres e fidalgos (alta nobreza)	José Baptista João Pereira da Rocha José de Saldanha	D. Diogo de Souza Francisco Luís Alvares Joze Feliciano da Rocha Luiz Pinto de Souza Manoel da Cunha Solto Paulo José da Silva Rodrigo Pinto Rodrigo de Souza Coutinho Sebastião Xavier Couto	Marquês de Lavradio
	Clero/membros da igreja	Bernardo da Silva Amaral Francisco Gonçalves Lopes	-	-
	Outros integrantes da nobreza (mediana)	Ana da Conceição Francisco Afonso Barbosa Francisco Álvares Francisco Carnoto	-	-
	Outros integrantes da nobreza vistos como mais inferiores (baixa nobreza)	Domingos Ferreira	-	-
	Integrantes do povo economicamente privilegiados: burguesia	-	Agostinho Inácio Rodrigues Antônio José Bastos Antônio Rodrigues da Cunha Antônio Souza Barros Francisco Miguel Pais José Aires de Miranda Antônio de Souza Barros Bento Leite Bastos	-

			Dionísio da Silva Domingos Antônio Domingos Luís Domingos Ribeiro Felipe Ribeiro João Antunes João Pereira Sá João Vicente da Silva Joaquim Bernardo Joaquim Afonso José de Almeida José Marques José da Silva Rodrigues José Roque José V. de Carvalho Miguel Alves da Costa Matias Alves da Costa Manuel Joaquim do Cabo Manoel Moniz de Sampedro Manuel da Silva Porto Maria Felipa Borges de Goes Pedro Gonçalves de Andrade Sabino José Antônio	
	Artesãos	João Correia de Araújo Pedro Barboza Pereira	-	-
	Plebeus	António Figueira de Jesus Ivo Pinheiro Luís dos Santos Manuel Ferreira da Silva	-	-
SÉCULO XIX	Aristocracia de nascimento	Luís do Rego	-	-
	Membros da igreja	Lourenço Caleppi António Vidal Ferreira	-	-

Fonte: autoria própria.

É no século XVIII que se observa a maior pluralidade de atividades profissionais, decorrente da produção mais robusta de documentos nesse período. É o acervo das *Cartas particulares de portugueses envolvidos em processos da Inquisição ou de outros tribunais eclesiásticos, civis ou militares* que integra uma mais ampla diversidade de estratos sociais, uma vez que abrange, em todos os períodos, indivíduos oriundos desde classes privilegiadas até aquelas de menor prestígio.

As *Cartas de comércio e documentos oficiais do Rio de Janeiro* foram produzidas, principalmente, por mercadores/comerciantes que, apesar de não disporem de notoriedade social por herança familiar, faziam parte da chamada burguesia portuguesa e, por isso, apresentavam relativa distinção social, de acordo com a visão da época. Os documentos oficiais

do Rio de Janeiro, por sua vez, apresentam uma concentração de *scriptores* da alta nobreza, que exerciam cargos públicos e/ou de confiança da corte portuguesa.

Por fim, as *Cartas do Marquês de Lavradio* encontram-se assinadas por um representante da alta sociedade portuguesa que, no Brasil, ocupou a função de governador e capitão-general da Bahia, além de ter sido o 11º vice-rei.

2.2.2 Os dados: critérios metodológicos

As seções que seguem concentram a apresentação de aspectos metodológicos relacionados ao levantamento, à classificação, à descrição e à identificação dos dados.

2.2.2.1 Do levantamento dos dados

O levantamento dos dados foi realizado manualmente ao longo da leitura dos documentos. A coleta se deu de forma exaustiva em manuscritos de portugueses no Brasil e de forma não exaustiva no conjunto de *Cartas da Corte de D. João III*, uma vez que esse conjunto foi utilizado apenas para fins comparativos. O critério de levantamento consistiu na seleção de sentenças finitas cuja colocação de clíticos ocorre em construções formadas por um único verbo ou por grupos verbais compostos por dois verbos — sendo um finito e outro no infinitivo.

Nos dados com verbo único, foram consideradas as colocações do clítico em adjacência enclítica (ex. 2.1a) e proclítica (ex. 2.1b) à forma verbal.

(2.1) a. e com efeito **constame** *que* o meu Procurador *promptamente mente* déra o *dinheiro*

(Rio Pardo, 8 outubro 1792, JS-PS-47)

b. minha mulher **se xama** *Dona* Firmiana Luiza Gomes das mercês

(São Lourenço da Mata-Pernambuco, 18 de abril de 1749, AFJ-PS-25)

No caso das construções com grupos verbais, foram consideradas estruturas em que o primeiro verbo é categorizado como auxiliar/temporal, modal, aspectual ou volitivo, além das construções passivas. Nesse tipo de sentença, a verificação observa se a colocação do clítico ocorre com subida (exs. 2.2a e 2.2b) ou sem subida (ex. 2.2c).

(2.2) a. deste modo hé que **te quero confundir**

(Rio de Janeiro, 7 de abril 1781, JS-PS-45)

b. para eu executar isto **tem-me sido** necessario recorrer innumeraveis Leguas d'esta nossa Fron-teira

(Rio Pardo, 12 de março de 1791, JS-PS-46)

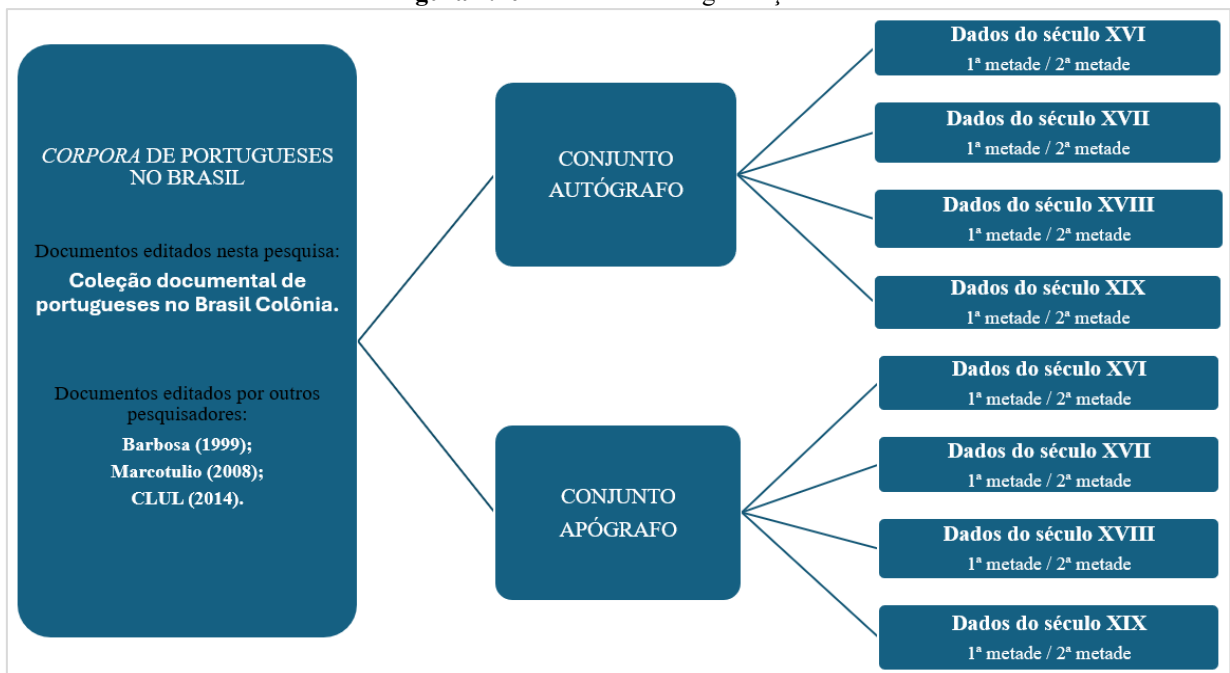
c. **quero concederlhe** *que vosmece* tem razão de estarem agravados de mim

(Maranhão, 06 de agosto de 1807, AVP-PS-48)

2.2.2.2 Da organização e identificação dos dados

Para a obtenção de resultados quantitativos, os dados totais obtidos na coleta de todos os *corpora* foram reunidos e reagrupados em dois grandes grupos: dados oriundos de documentos autógrafos e dados de documentos apógrafos. Cada conjunto foi subdividido em outros quatro grupos, considerando o período de escrita. A Figura 2.20 ilustra a organização dos dados.

Figura 2.20 – Critérios de organização dos dados

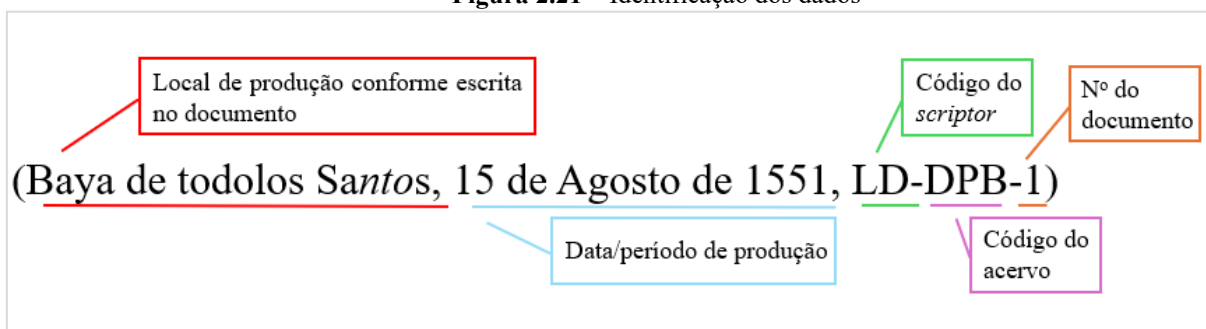


Fonte: autoria própria.

Conforme exposto no Quadro 2.1, os documentos da *Coleção Documental de Portugueses no Brasil* estão distribuídos entre os séculos XVI e XVIII. As *Cartas particulares de portugueses envolvidos em processos da Inquisição ou de outros tribunais eclesiásticos, civis ou militares* (CLUL, 2014) abrangem todo o período contemplado por esta pesquisa; já as *Cartas de comércio e documentos oficiais do Rio de Janeiro* (Barbosa, 1999) e as *Cartas do Marquês de Lavradio* (Marcotulio, 2008) concentram-se ao longo do século XVIII.

As informações que identificam os dados são apresentadas entre parênteses, contendo o local de escrita (conforme registrado no documento), a data de produção, o código do *scriptor*, o código do acervo e o número do documento. A Figura 2.21 ilustra esse sistema de identificação.

Figura 2.21 – Identificação dos dados



Fonte: autoria própria.

O Quadro 2.14 mostra os códigos dos acervos e dos *scriptores* dos *corpora*⁴⁶.

Quadro 2.14 – Códigos de acervos e *scriptores*

ACERVO	CÓDIGO DO ACERVO	SCRIPTORES	CÓDIGO DO SCRIPTOR
Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia	DPB	Gaspar Marques Vieira	GMV
		Jorge Fernandes	JF
		Luís Dias	LD
		Mateus Ferreira Vilas Boas	MFVB
		Mém de Sá	MS
		Miguel Pereira da Costa	MPC
		Simão de Vasconcelos	SV
Cartas particulares de portugueses envolvidos em processos da inquisição ou outros tribunais eclesiásticos, civis ou militares	PS	Ana da Conceição	AC
		António de Araújo	AA
		António Figueira de Jesus	AFJ
		António Fernandes da Mata	AFM
		António do Vale de Vasconcelos (“Lebracho”)	AVV
		António Vidal Ferreira Pinto	AVP
		Bartolomeu Fragoso	BF
		Bernardo da Silva Amaral	BSA
		Domingos Ferreira	DF
		Francisco Afonso Barbosa	FAB
		Francisco Álvares	FA
		Francisco Carnoto Vilas Boas	FCVB
		Francisco Gonçalves Lopes (“o Xota-Diabos”)	FGL
		Gonçalo Eneas	GE
Ivo Pinheiro	IP		

⁴⁶ O modelo de código de identificação dos dados apresentado no Quadro 2.14 é também utilizado na identificação das ocorrências coletadas em documentos do português em Portugal, para fins de comparação. Assim, o código *CDJ* corresponde ao acervo das *Cartas da Corte de D. João III*, e o código *DJ* refere-se ao *scriptor* D. João III.

		José Baptista Carvalho João Correia de Araújo Santiago João Pereira da Rocha Paris José de Saldanha Lourenço Caleppi Luís do Rego Barreto Luís dos Santos Manuel Cardoso dos Querubins Meireles Manuel Ferreira da Silva Pedro Barboza Pereira Pedro Leitão	JBC JCS JPR JS LC LR LS MCQ MFS PBP PL
Cartas de comércio e documentos oficiais do Rio de Janeiro <u>(Cartas de comércio)</u>	CC	Agostinho Inácio Rodrigues Torres Antônio José Bastos Antônio Rodrigues da Cunha Viana Antonio de Souza Barros Bento Leite Bastos Dionísio da Silva Domingos Antonio da Cruz Portugal Domingos Luis das Neves Domingos Ribeiro Guimarães Felipe Ribeiro Filgueiras Francisco Miguel Pais João Antunes Ribeiro João Pereira de Sá João Vicente da Silva Basto Joaquim Bernardo Dias Joaquim Afonso de Oliveira José Aires de Miranda Henriques José de Almeida Lobo José Marques José da Silva Rodrigues José da Silva Roque José V. de Carvalho Miguel Alves da Costa Matias Alves da Silva Manuel Joaquim do Cabo Manoel José de Avellino Manoel Moniz de Sampedro Manuel da Silva Porto Maria Filipa Borges de Goes Pedro Gonçalves de Andrade Sabino José Antônio	AIRT AJB ARCV ASB BLB DS DACP DLN DRG FRF FMP JAR JPS JVSJ JBD JAO JÁ JAL JM JDR JSR JVC MAC MAS MJC MJA MMS MSP MFB PGA SJA
Cartas de comércio e documentos oficiais do Rio de Janeiro <u>(Documentos oficiais)</u>	DO	D. Diogo de Souza Francisco Luis Alvares da Rocha Joze Feliciano da Rocha Gameiro Luiz Pinto de Souza Manoel da Cunha Sotto Mayor Paulo José da Silva Gama Rodrigo Pinto Rodrigo de Souza Coutinho Sebastião Xavier Couto	DDS FLA JFR LPS MCS JSG RP RSC SXC
Cartas do Marquês de Lavradio <u>(Cartas da esfera pública)</u>	EP	Marquês de Lavradio	ML
Cartas do Marquês de Lavradio <u>(Cartas da esfera privada)</u>	ER		

Fonte: autoria própria.

A seção seguinte traz informações metodológicas para a quantificação dos dados, incluindo fatores utilizados para categorização e descrição dos dados.

2.2.2.3 *Da classificação, quantificação e descrição dos dados*

A classificação dos dados seguiu critérios de relevância destacados em pesquisas antecedentes acerca da colocação dos clíticos em sentenças finitas nas construções com verbo único (Lobo, 1992; Pagotto, 1992; Martins, 1994; Galves, Britto; Paixão de Souza, 2005; Carneiro, 2005) e com grupos verbais (Pagotto, 1992; Martins, 1994; Carneiro, 2005; Andrade, 2010). Os mesmos critérios foram utilizados na descrição dos resultados obtidos.

Em construções com verbo único, os dados foram classificados considerando contextos categóricos e variáveis de próclise e ênclise, a saber:

1. Ênclise categórica: verbo em posição inicial absoluta ou precedido de saudações e/ou vocativos;
2. Próclise categórica: sentenças principais com verbo em segunda posição e precedido por focalizadores, quantificadores, advérbios atratores de próclise, itens de negação e complementos diretos, além das orações dependentes, orações segundas coordenadas dependentes, subordinadas e coordenadas com “porque” e interrogativas;
3. Variação próclise/ênclise: sentenças principais com verbo em segunda posição e precedido por sujeito não focalizado, sintagma preposicional, sintagma adverbial formado por advérbios não atratores e oração dependente, além das orações segundas coordenadas com ou sem conectivos conjuntivos.

Os ambientes sintáticos de ênclise, próclise ou variação são definidos por meio do tipo de sentença, da posição do verbo e dos elementos que o precedem. Tais fatores são detalhados a seguir.

i. Tipo de sentença

Inicialmente, os dados foram divididos em dois grupos: de um lado, as sentenças raízes principais (ex. 2.3a) e as segundas coordenadas (ex. 2.3b); do outro, orações dependentes (ex. 2.3c), interrogativas (ex. 2.3d), subordinadas e coordenadas com “porque” (ex. 2.3e), além das orações segundas coordenadas dependentes (ex. 2.3f). A presença desse fator se justifica devido

ao fato de as orações dependentes e interrogativas apresentarem um histórico de colocação categórica de próclise (Martins, 1994; Lobo, 1992, 2001; Pagotto, 1992; Carneiro, 2005 etc.). As orações subordinadas e coordenadas com “porque”, apesar de evidenciarem certa variação em algumas pesquisas, se encaixam majoritariamente entre os contextos em que a próclise prevalece (Carneiro, 2005). Já as sentenças matrizes principais e segundas coordenadas podem desencadear ênclise, próclise ou possibilidade de variação, a depender de outros fatores.

(2.3) a. eu **a mão** laa com os papeis do governa [...]va avelo e ordenara ho *que* seu serviço for poolo [...] portador *que* se perdeo [†];

(Baya de todos Santos, 15 de Agosto de 1551, LD-DPB-1)

b. e **ficame** o sintimto de vosmece partrir deste seu sitio com omeis estranhos

(São Paulo, 15 de julho de 1736, MFS-PS-12)

c. Estimarei *que* estas regras **vos ache** com perfeita saúde

(Rio de Janeiro, 13 de março de 1718, AC-PS-11)

d. por eu vos agravar com malde infinita **me daes** agora luz?

(Recife, datação entre 1770 e 1772, BSA-PS-41)

e. o que elle tudo fêz pello cõtrairo descobrindo tudo ao padre Reverendo de freitas porque assi **o escreveo** qual cõfio en nosso senhor que me levara laa cedo pera pagar estas boas obras e outros muitos

(Salvador, 20 de agosto de 1569, PL-PS-1)

f. e que deos **me via** mas dar por este beneficio tam grande como me dise frei bento nas minas

(São Paulo, 15 de julho de 1736, MFS-PS-12)

ii. Posição do verbo

A posição do verbo é relevante, pois pode desencadear ênclise, quando no início da sentença; próclise, quando em segunda posição com elemento atrator; ou ainda estabelecer possibilidade de variação, quando em segunda posição sem elementos atratores de próclise antecedendo o verbo (Lobo, 1992, 2001; Pagotto, 1992; Martins, 1994; Galves, Britto; Paixão de Souza, 2005; Carneiro, 2005). Esse fator é observado apenas no grupo composto por orações principais e segundas coordenadas.

Os dados foram subdivididos em três grupos: o primeiro, constituído por sentenças principais com verbo em posição inicial absoluta ou precedido de vocativos e/ou saudações (ex. 2.4a); o segundo, formado por orações segundas coordenadas com verbo em posição inicial absoluta (ex. 2.4b) ou precedido de conectivos conjuntivos (ex. 2.4c); e o terceiro, composto

por sentenças matrizes principais e segundas coordenadas com verbo em segunda posição (ex. 2.4d).

(2.4) a. **acheime** com duzentos mil reis

(Brasil, 3 de fevereiro 1717, IP-PS-10)

b. meu sogro ja he morto **xamavaçe** Domingos Gomes Xaviel

(São Lourenço da Mata, Pernambuco 18 de abril de 1749, AFJ-PS-25)

c. Nosso filho se recomenda em vossas memorias e **vos tem** sempre presente emcomendando todos os dias a *Deus*

(Rio de Janeiro, 13 de março de 1718, AC-PS-11)

d. eu **o confeço**, mas ja me arrepeño,

(Recife, datação entre 1770 e 1772, BSA-PS-41)

iii. Elementos precedentes ao verbo

Esse fator é observado nas sentenças matrizes principais e nas segundas coordenadas com verbo antecedido por um ou mais itens. É importante observar a natureza do elemento que precede imediatamente o verbo, uma vez que itens de negação (ex. 2.5a), alguns advérbios (ex. 2.5b), focalizadores (ex. 2.5c), quantificadores (ex. 2.5d) e complementos diretos retomados (ex. 2.5e) ocasionam a colocação proclítica.

Além disso, outros elementos, como sujeitos não focalizados — podendo ser pronominal (ex. 2.5f), lexical (ex. 2.5g) ou com oração relativa (ex. 2.5h) —, sintagma preposicional (ex. 2.5i), sintagma adverbial sem advérbio atrator de próclise (ex. 2.5j) e oração dependente (ex. 2.5k), quando apresentados antes do verbo na sentença, não causam próclise de modo exclusivo, pois geram a possibilidade de variação e podem demarcar padrões de distintas sincronias do português (Lobo, 1992, 2001; Pagotto, 1992; Martins, 1994; Galves, Britto; Paixão de Souza, 2005; Carneiro, 2005).

(2.5) a. não **me espelico** no sintimto *que* teive que so a vista me poderei espelicar

(São Paulo, 15 de julho de 1736, MFS-PS-12)

b. tambem **me falais** em hũas coartas de tabaco

(Rio de Janeiro, 13 de março de 1718, AC-PS-11)

c. e irei mui sedo feito mercador a essas partes donde me leva os desejos de ver a *vosomece* e so estes e estas esperansas **me sustentão**

(Capitania de São Vicente 10 de março de 1592, AVV-PS-4)

d. quaes todos os dias **lhe peço**, e eu sempre **lhe perdoei**

(Recife datação entre 1770 e 1772, BSA-PS-42)

e. este favor me fes hum compadre nosso Jozeph Ribeiro salvado o qual he padrinho de Crisma do nosso Antonio

(Rio de Janeiro, 13 de março de 1718, AC-PS-11)

f. eu lhe pormeto saber a serteza do rumo *que* levou

(Rio de Janeiro, 9 de julho de 1741, FA-PS-19)

g. A memoria ocupase em se estar lembrado de algũ mysterio, ou doutrina espiritual

(Recife, datação entre 1770 e 1772, BSA-PS-41)

h. Senhor Dom João 6o o meu estado de saude que de cada vez se torna mais perigozo me tolhe absolutamente eu continuar a viver neste Paiz

(Recife, 6 de agosto de 1821, LR-PS-51)

i. e por esta ~~ma~~ minha carta me obriguo nisto

(Bahia, 26 de julho de 1576, GE-PS-2)

j. Agora parece me, que basta *Senhor* Antonio, ese-Voce quer mais Conversa, ouvenha para Cá, ou espere, que eu possa estar na sua Companhia.

(Rio de Janeiro, 12 de maio de 1776, ML-EP-30)

k. se suas sobrinhas fazem coizas de seda lhe mandẽ tambẽ

(Rio de Janeiro, 16 de Julho 1657, AFM-PS-6)

A classificação das construções com grupos verbais considerou: o tipo de verbo finito flexionado, o contexto sintático, o tipo de clítico e os elementos intervenientes.

i. Tipo de verbo finito flexionado

Estudos sobre a subida de clíticos indicam que o tipo de verbo utilizado na posição superior é fator condicionante no comportamento desses elementos. Além disso, a combinação das formas verbais flexionadas com o tipo de verbo infinitivo é destacada em estudos da sintaxe dos clíticos em construções com grupos verbais (Pagotto, 1992; Martins, 1994; Carneiro, 2005; Andrade, 2010; Reis, 2011).

Andrade (2010) afirma que sentenças com auxiliares que selecionam verbo no particípio (ex. 2.6a) ou gerúndio (ex. 2.6b) apresentam subida de clítico obrigatória. Construções com auxiliares temporais e aspectuais (ex. 2.6c), acompanhadas de infinitivo, possibilitam variação, com próclise ao primeiro verbo e ênclise ao segundo. Verbos modais (ex. 2.6d) e volitivos (ex. 2.6e) apresentam variação do século XVI ao XVIII e tendência enclítica ao segundo verbo no português europeu (PE). Por fim, as construções passivas (ex. 2.6f) favorecem a subida, permanecendo com essa possibilidade no português brasileiro (PB) (Pagotto, 1992).

(2.6) a. *Você metemdevido humgrandissimo cuidado afalta demedizerem com miudeza ocomoVocêsetemachado depois dasua degreção metemtido embastanteSusto, queiraVocê Levrar me deste dizendome muito mudamente comoseacha*

(Rio de janeiro, 23 de junho de 1770, ML-ER-24)

b. **Vaise concluhindo** aréparação dos quarteis do terço velho no sitio da Palma, em *que* he preciso incluir os dos oficiaís

(Baía, 5 de Dezembro de 1731, MPC-DPB-9)

c. Orapas não hé inabel, porem tem aquela mácriação que seacostuma dar emMinaz

(Rio de janeiro, 14 de dezembro de 1771, ML-ER-23)

d. **devo obedecer-lhe**; devo defender-lhe os Estadoz, que aSua Grande- za confiou da minha inutilidade

(Rio de janeiro, 12 de maio de 1776, ML-EP-30)

e. **quero concederlhe** *que vosmece* tem razão de estarem agravados de mim

(Maranhã, 06 de agosto de 1807, AVP-PS-48)

f. depois *que* atua Carta **mefoi entregue** ninguem maiz meveyo falar em dependenciaz delle

(Rio de janeiro, 23 de junho de 1770, ML-ER-9)

ii. Contexto sintático

Para Andrade (2010), o contexto linguístico é um fator determinante em dados do PCI e do PE, uma vez que, em construções com o primeiro verbo antecedido por elementos atratores (focalizadores, quantificadores, alguns advérbios, itens negativos etc.), há maior favorecimento da subida do clítico, mais especificamente, em próclise (ex. 2.7a), se comparado às sentenças em que tais elementos não estão presentes (ex. 2.7b).

(2.7) a. Eu tenho demorado oteu Soldado mais tempo doque elle, e eu dezejava; porem eu não metenho podido dezembarracar como queria, e ainda agora não **posso escreverte** taõ extenço como tinha tençaõ.

(Rio de janeiro, 9 de janeiro de 1776, ML-EP-27)

b. Estas, e outras *muitas* notas *que* por falta de *tempo* vos não relato, **me tem ferido** os ouvidos, e magoado o coração

(Maranhã, 25 de janeiro de 1809, AVP-PS-49)

iii. Tipo de clítico

Andrade (2010) destaca a relevância da função do clítico no fenômeno da subida. Sentenças com grupos clíticos (ex. 2.8a) e dativos (ex. 2.8b) ampliam os percentuais de subida. Estruturas com clíticos acusativos (ex. 2.8c) apresentam menor proporção de subida. A subida

ocorre com menor frequência em construções com clíticos reflexivos e com o clítico *se* (ex. 2.8d).

(2.8) a. anossa filha **semetem chorado** mui cuidadoza, echeya deSaudade, enaõ sei sequando Li asua Carta osmeus olhos ficaraõ *muito* enchutoz

(Rio de janeiro, 23 de junho de 1770, ML-ER-17)

b. a. se quizer remetter-me huã Boyada, pa eu nella ganhar alguã couza (pois as tem de Dizimo) **lhe saberey agradecer**

(Bahia, 3 de abril de 1759, JCS-PS-31)

c. se tivesse a serteza, fixa de que Vosmece tinha cazado, sem aquela devida averiguação, **o havia denunsiar**, pela obrigação de christao que todos temos de asim o fazer

(Bahia, 6 de setembro de 1760, PBP-PS-33)

d. Ao que me respondeo, que os Comandantes **podião recolher-se** abordo, ficando os Cofres em terra confiados a hu'a guarda, ou passarem estes para bordo, onde a exemplo do que já em ou-tro tempo se tinha praticado, irião as partes entregar as suas remessas.

(Rio de Janeiro, ano de 1795, LPS-DO-94)

iv. Elementos intervenientes

Outro fator linguístico considerado relevante no comportamento dos clíticos em sentenças com grupos verbais é a presença de fatores intervenientes no conjunto verbo-clítico. Segundo Andrade (2010, p. 4), “a presença de uma partícula selecionada pelo verbo finito, e sua constituição fonológica determinam as opções de colocação”. A preposição *a* (ex. 2.9a) apresenta possibilidade de variação, ao passo que a preposição *de* (ex. 2.9b) pode ampliar a possibilidade de adjacência do clítico ao segundo verbo. Sintagmas adverbiais (ex. 2.9c), por sua vez, tendem a desfavorecer a subida do clítico.

(2.9) a. e **trono lhe a pedir** pellas chagas de christo não descansse neste particular

(Pará, 29 de novembro 1743, JPR-PS-21)

b. muitos recados a meu irman joão de araujo adonde quer *que* elle estiver e a minha irman maria de araujo e a meu primo joão frendes na cr crs da pedra mais **espero de me mandar** a minha bencam

(Brasil, 10 de agosto de 1679, AA-PS-9)

c. por ter sido pesima **me quereis agora salvar**, e *para* iso me daes Guia, me alumiaes, me chamaes a vos?

(Recife, datação entre 1770 e 1772, BSA-PS-41)

Além dos aspectos linguísticos mencionados, os padrões de colocação dos clíticos foram classificados a partir da estratificação social e da região de nascimento dos *scriptores*.

Para obter os resultados quantitativos, os dados classificados foram codificados de acordo com os fatores apresentados e submetidos ao *Goldvarb-X* (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005), ferramenta computacional utilizada em pesquisas na área da linguística. O *Goldvarb-X* foi utilizado como instrumento para obtenção de tabelas com quantitativos e percentuais de ênclise e próclise nas construções com verbo único, e da colocação com ou sem subida do clítico nos casos das sentenças formadas por grupos verbais.

A descrição dos resultados seguiu a mesma lógica de apresentação utilizada na explanação dos fatores.

2.3 SÍNTESE

O capítulo apresentou os fundamentos teóricos da pesquisa, a saber: a Linguística Histórica de orientação sócio-histórica (Mattos e Silva, 2004), com ênfase nas discussões acerca da formação do português brasileiro em sua vertente culta, bem como nas propostas de periodização para a Linguística Histórica no Brasil. Além disso, foram abordadas questões relativas à Paleografia-Diplomática — imprescindível para a seleção criteriosa dos documentos — e à Filologia, com reflexões sobre sua relação com a Linguística Histórica, especialmente no que tange à edição semidiplomática.

A descrição sócio-histórica dos *corpora* editados nesta pesquisa, assim como daqueles editados por outros pesquisadores, e de seus respectivos *scriptores*, também foi abordada neste capítulo. Ademais, foram apresentados os procedimentos metodológicos adotados, que envolvem os *corpora* e os dados da pesquisa, com destaque para os critérios de levantamento das ocorrências, bem como para sua classificação, quantificação e descrição.



CAPÍTULO 3

**Descrição dos dados: a colocação dos clíticos na escrita
de portugueses no Brasil**

3 DESCRIÇÃO DOS DADOS: A COLOCAÇÃO DOS CLÍTICOS NA ESCRITA DE PORTUGUESES NO BRASIL

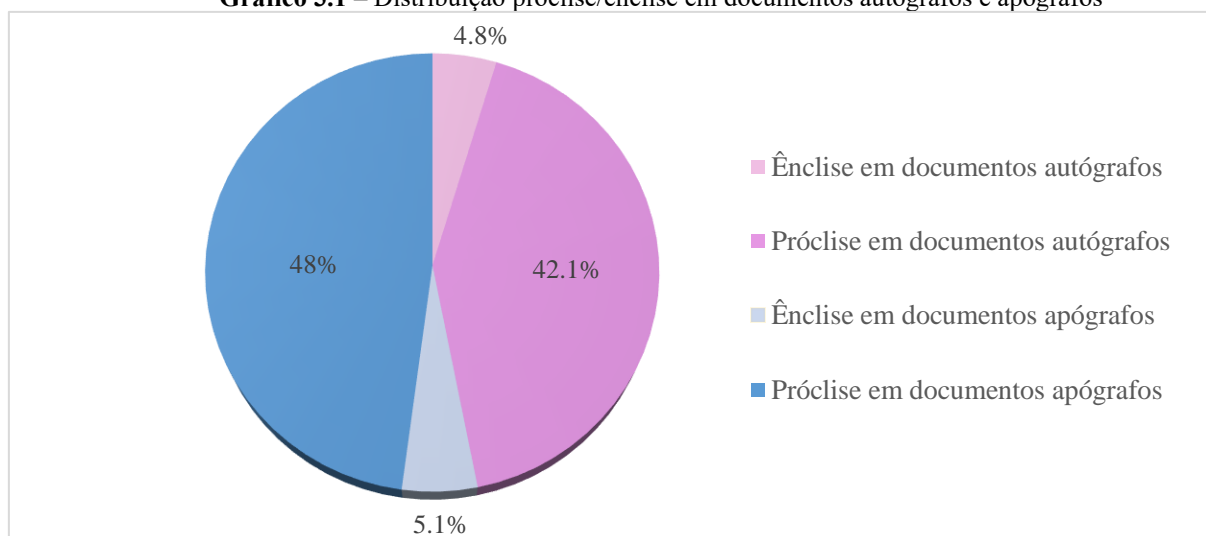
O Capítulo 3 destina-se à descrição dos dados de colocação dos clíticos em construções finitas com verbo único e grupos verbais, encontrados nos *corpora* estudados nesta pesquisa. A apresentação dos resultados se aprofunda à medida que são explanadas as taxas nos contextos linguísticos, em um intervalo de tempo de 50 anos, sempre separando os dados de documentos autógrafos daqueles oriundos de documentação apógrafa.

Apresenta-se, primeiramente, uma abordagem geral acerca do total de dados em construções com verbo único; em seguida, a descrição é detalhada de acordo com as configurações sintáticas que revelam tendências de colocação nesse tipo de construção. Além disso, apresenta-se uma abordagem que considera a estratificação social e o local de nascimento dos *scriptores*, fatores fundamentados na hipótese proposta por Martins (2016), segundo a qual distintas variedades do português podem ter sido desenvolvidas por falantes de diferentes setores em Portugal. Posteriormente, a lógica de apresentação se repete, com as adaptações necessárias, para as construções com grupos verbais.

3.1 CONSTRUÇÕES COM VERBO ÚNICO

Foram encontradas 1.758 sentenças com verbo único nos *corpora* estudados: 823 dados são de documentos autógrafos e 935, do conjunto apógrafo. O Gráfico 3.1 evidencia as taxas de próclise e ênclise nos dois conjuntos.

Gráfico 3.1 – Distribuição próclise/ênclise em documentos autógrafos e apógrafos



Fonte: autoria própria.

A Tabela 3.1 detalha a distribuição entre ênclise e próclise nos documentos autógrafos e apógrafos, separadamente.

Tabela 3.1 – Distribuição de clíticos em documentos autógrafos e apógrafos

AUTORIA	PRÓCLISE	ÊNCLISE	TOTAL
Autógrafos	741/ 90%	82/ 10%	823/ 47 %
Apógrafos	845/ 90.4%	90/ 9.6%	935/ 53%
Total	1586/ 90.2%	172/ 9.8%	1758

Fonte: autoria própria.

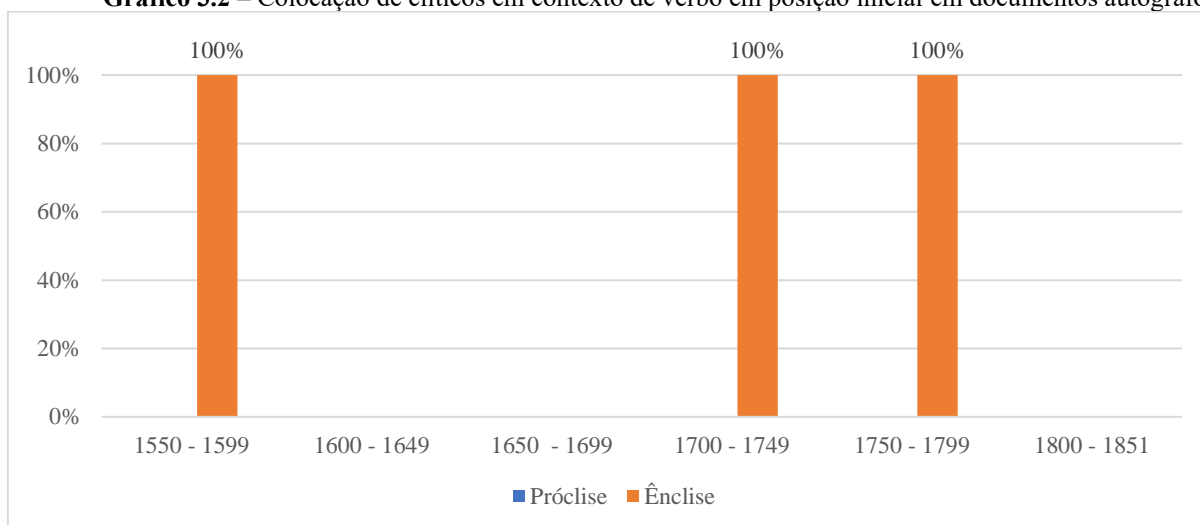
Percebe-se uma grande aproximação entre as taxas de ênclise e próclise nos dados de ambos os conjuntos (textos autógrafos e apógrafos). Como abordado na descrição sócio-histórica dos documentos, os manuscritos apógrafos desta pesquisa se encaixam predominantemente em textos de gêneros oficiais no contexto de colonização territorial. Assim, governadores, desembargadores e outros representantes da Coroa portuguesa no Brasil geralmente contavam com a escrita delegada, proveniente do auxílio de profissionais comumente chamados de escrivães, para o cumprimento do dever de enviar notícias da administração da Colônia ao rei.

Apesar da proximidade nos resultados linguísticos e do fato de esta pesquisa contar com informações relativas à identidade do autor intelectual desses documentos, a separação dos conjuntos é primordial e justificada pela falta de identificação dos autores mecânicos e, conseqüentemente, de sua nacionalidade, uma vez que pode haver interferência desses indivíduos na produção escrita, bem como na colocação dos clíticos. Assim, prioriza-se aqui a transparência dos resultados.

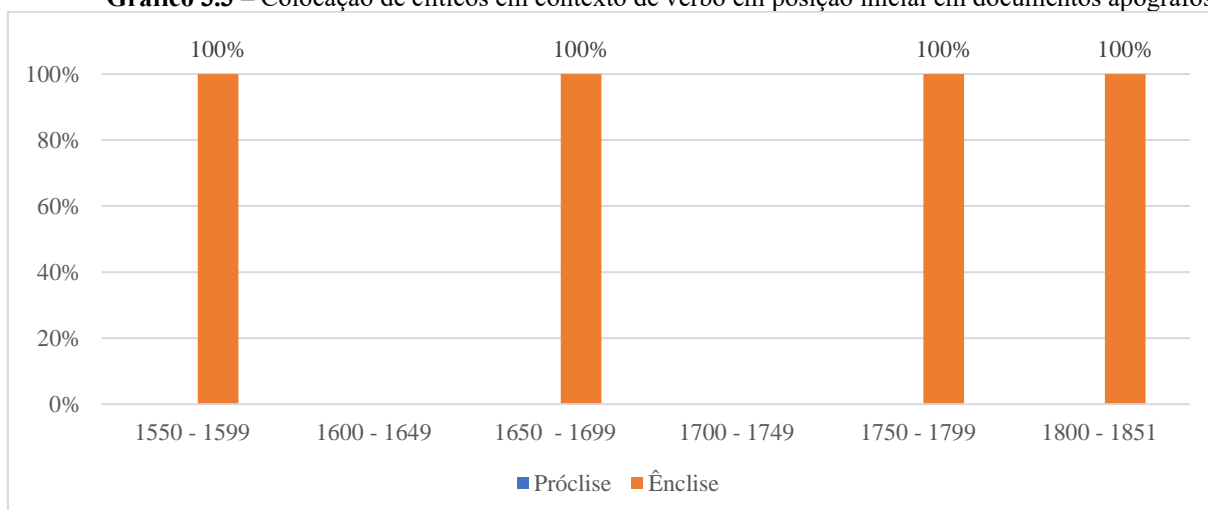
A descrição nas próximas seções ocorrerá em conformidade com os contextos de colocação.

3.1.1 Contexto de ênclise: verbo em posição inicial

Os estudos sobre o comportamento dos clíticos ao longo do tempo (Lobo, 1992; Martins, 1994; Torres Morais, 1995; Galves, Britto e Paixão de Souza, 2005) mostram que a ênclise categórica em sentenças com verbo em posição inicial absoluta é um traço não contrariado em dados do português. Nesta pesquisa, as 88 ocorrências, oriundas tanto de documentos autógrafos quanto apógrafos, apresentaram a manutenção dessa restrição quanto à colocação do clítico no início das sentenças (cf. Gráficos 3.2 e 3.3).

Gráfico 3.2 – Colocação de clíticos em contexto de verbo em posição inicial em documentos autógrafos

Fonte: autoria própria.

Gráfico 3.3 – Colocação de clíticos em contexto de verbo em posição inicial em documentos apógrafos

Fonte: autoria própria.

Para o controle dos dados neste contexto, foram separadas as ocorrências de clítico em sentenças com verbo em posição inicial absoluta daquelas em que a forma verbal é antecedida por vocativo e/ou saudação, que, conforme Carneiro (2005), são elementos que não exercem influência no comportamento dos clíticos. Os resultados em documentos autógrafos e apógrafos são expostos nas Tabelas 3.2 e 3.3, respectivamente.

Tabela 3.2 – Colocação de clíticos em contexto de verbo em posição inicial em documentos autógrafos

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	DOCUMENTOS AUTÓGRAFOS					
	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia CLUL (2014)		Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia Barbosa (1999) CLUL (2014)			
	SÉCULO XVI		SÉCULO XVIII			
	1550 – 1599		1700 – 1749		1750 – 1799	
	P	E	P	E	P	E
Posição inicial absoluta	-	4/100%	-	10/100%	-	30/100%
Total	-	4	-	10	-	30

Fonte: autoria própria.

Tabela 3.3 – Colocação de clíticos em contexto de verbo em posição inicial em documentos apógrafos

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	DOCUMENTOS APÓGRAFOS							
	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia CLUL (2014)		CLUL (2014)		Marcotulio (2008) Barbosa (1999)		CLUL (2014)	
	SÉCULO XVI		SÉCULO XVII		SÉCULO XVIII		SÉCULO XIX	
	1550 – 1599		1650 – 1699		1750 – 1799		1800 – 1851	
	P	E	P	E	P	E	P	E
Posição inicial absoluta	-	1/100%	-	6/100%	-	25/100%	-	11/100%
Verbo precedido de saudação e/ou vocativo	-	-	-	1/100%	-	-	-	-
Total	-	1	-	7	-	25	-	11

Fonte: autoria própria.

Conforme o exibido nesses gráficos e tabelas, o padrão enclítico se manteve em todos os períodos dos *corpora* desta pesquisa. A impossibilidade de itens átonos antecederem um verbo em posição inicial na sentença não é uma exclusividade das diferentes fases do português europeu. Entretanto, alterações linguísticas, ocorridas de forma majoritária entre as línguas românicas, passaram a permitir a próclise adjacente a verbos em posição inicial absoluta. Dessa forma, a limitação definida pela “Lei de Wackernagel” permanece apenas no PE e no galego contemporâneo (Martins, 1994).

Em 3.1 e 3.2, apresentam-se algumas amostras de dados⁴⁷ de colocação em sentenças com verbo em posição inicial absoluta e com verbo precedido por vocativo/saudação.

Dados autógrafos

(3.1) a. **afasto-me** [ji] dar aos homens Bicos quepara Ca querẽ um as armas *que* pedem [ji] Embarcação

(desta sua cidade do Salvador, 6 de Junho de 1558, MS-DPB-4)

⁴⁷ Uma apresentação com nível mais profundo de detalhamento é exibida no Apêndice A, em que os dados são expressos, em sua totalidade, no formato da edição textual realizada. Além disso, tais dados são majoritariamente exibidos em destaque no trecho em que aparecem no fac-símile do manuscrito, com exceção dos dados de Barbosa (1999), uma vez que não foi possível ao pesquisador registrar todos os manuscritos utilizados.

b. **Retireime** *para* ca por não estar amencebado

(Pará 29 de novembro 1743, JPR-PS-21)

Dados apógrafos

(3.2) a. **desculpeme** Vosa mercê *porque* lhe quiz [...]

(Sem local [Bahia], 13 de Julho de 1551, LD-DPB-2)

b. **Livreime** *VossaExcelência* deste tormento, *eenquanto* aSuaSaude não estiver inteiramente Restabelecidas; por nenhuã forma consinta noseu ajuntamento.

(Rio de Janeiro 23 de junho de 1770, ML-ER-17)

c. Izabel da costa **dalhe** Deos saude, *para* poder soportar a carga

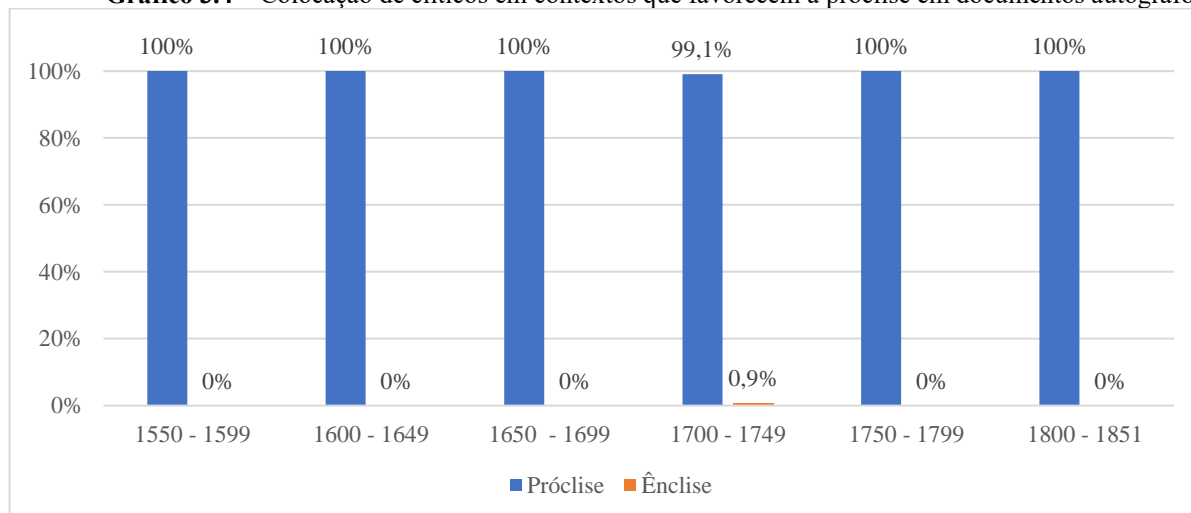
(Rio de Janeiro 16 de Julho 1657, AFM-PS-6)

3.1.2 Contextos de próclise

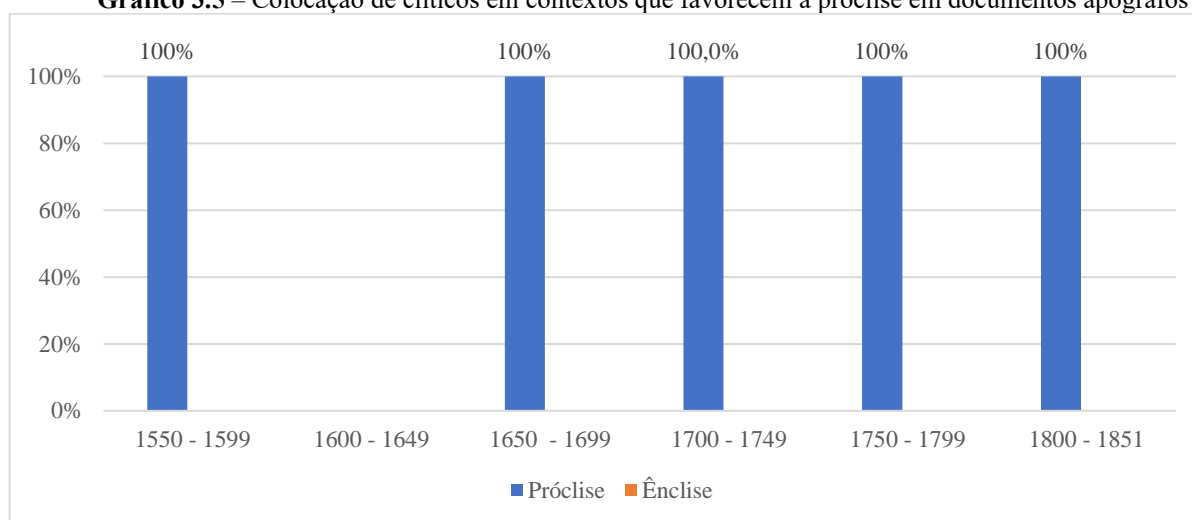
Nas pesquisas acerca da colocação dos clíticos em sincronias do português em Portugal (Lobo, 1992; Martins, 1994; Torres Morais, 1995; Galves, Britto e Paixão de Souza, 2005), as sentenças principais ou coordenadas com verbo em posição não inicial e forma verbal precedida por focalizadores, quantificadores, alguns advérbios e itens negativos, além das orações dependentes e interrogativas, apresentaram a próclise categórica. As orações subordinadas e coordenadas com “porque”, além de orações principais com verbo antecedido de complemento direto, evidenciam, no decorrer das pesquisas, uma tendência à colocação pré-verbal.

Nos *corpora* desta pesquisa, foram encontrados 1.219 dados nesses contextos (cf. Gráficos 3.4 e 3.5). De forma predominante, os resultados foram convergentes com o esperado.

Gráfico 3.4 – Colocação de clíticos em contextos que favorecem a próclise em documentos autógrafos



Fonte: autoria própria.

Gráfico 3.5 – Colocação de clíticos em contextos que favorecem a próclise em documentos apógrafos

Fonte: autoria própria.

Nota-se que, em documentos apógrafos, a próclise foi a colocação categórica. Nos dados oriundos de textos autógrafos, há um caso de ênclise. O detalhamento dos resultados por contexto de colocação é ilustrado na Tabela 3.4, referente aos dados de textos autógrafos, e na Tabela 3.5, relativa às ocorrências de textos apógrafos.

Tabela 3.4 – Colocação de clíticos em contextos que favorecem a próclise em documentos autógrafos

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	DOCUMENTOS AUTÓGRAFOS												
	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia CLUL (2014)		Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia CLUL (2014)				Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia CLUL (2014) Barbosa (1999)				CLUL (2014)		
	SÉCULO XVI		SÉCULO XVII				SÉCULO XVIII				SÉCULO XIX		
	1550 – 1599		1600 – 1649		1650 – 1699		1700 – 1749		1750 – 1799		1800 – 1851		
	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	
Focalizadores	1/100%	-	-	-	-	-	-	-	-	11/100%	-	1/100%	-
Quantificadores	-	-	-	-	1/100%	-	3/100%	-	17/100%	-	-	-	
Advérbios atratores	3/100%	-	-	-	2/100%	-	14/100%	-	29/100%	-	-	-	
Complementos diretos	1/100%	-	-	-	-	-	1/100%	-	-	-	-	-	
O. negativas	1/100%	-	3/100%	-	-	-	8/88.9%	1/11.1%	25/100%	-	-	-	
O. completivas	9/100%	-	1/100%	-	5/100%	-	25/100%	-	77/100%	-	3/100%	-	
O. relativas	18/100%	-	6/100%	-	8/100%	-	37/100%	-	99/100%	-	4/100%	-	
O. adjuntas	7/100%	-	4/100%	-	3/100%	-	22/100%	-	67/100%	-	2/100%	-	
O. clivadas	-	-	-	-	-	-	3/100%	-	4/100%	-	-	-	
O. com “porque”	3/100%	-	-	-	-	-	5/100%	-	11/100%	-	-	-	
O. interrogativas	-	-	-	-	-	-	-	-	4/100%	-	-	-	
2ª coordenadas dependentes	1/100%	-	-	-	-	-	2/100%	-	15/100%	-	-	-	
Total	44	-	14	-	19	-	120	1	358	-	10	-	

Fonte: autoria própria.

Tabela 3.5 – Colocação de clíticos em contextos que favorecem a próclise em documentos autógrafos

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	DOCUMENTOS APÓGRAFOS									
	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia		CLUL (2014)		Barbosa (1999) Marcotulio (2008) CLUL (2014)				CLUL (2014)	
	SÉCULO XVI		SÉCULO XVII		SÉCULO XVIII				SÉCULO XIX	
	1550 – 1599		1650 – 1699		1700 – 1749		1750 – 1799		1800 – 1851	
	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E
Focalizadores	1/100%	-	1/100%	-	-	-	10/100%	-	1/100%	-
Quantificadores	3/100%	-	2/100%	-	-	-	20/100%	-	1/100%	-
Advérbios atratores	-	-	4/100%	-	-	-	23/100%	-	-	-
Complementos diretos	-	-	-	-	-	-	1/100%	-	-	-
O. negativas	1/100%	-	4/100%	-	-	-	22/100%	-	9/100%	-
O. completivas	3/100%	-	9/100%	-	1/100%	-	114/100%	-	7/100%	-
O. relativas	16/100%	-	15/100%	-	-	-	193/100%	-	24/100%	-
O. adjuntas	8/100%	-	10/100%	-	-	-	96/100%	-	5/100%	-
O. com “porque”	4/100%	-	2/100%	-	1/100%	-	10/100%	-	2/100%	-
O. interrogativas	-	-	-	-	-	-	1/100%	-	-	-
2ª coordenadas dependentes	-	-	2/100%	-	-	-	22/100%	-	5/100%	-
Total	36	-	49	-	2	-	512	-	54	-

Fonte: autoria própria.

Como mencionado, os dados da Tabela 3.5 evidenciam a próclise categórica em todos os tempos e contextos elencados. Em relação aos dados extraídos dos textos autógrafos, nota-se um caso de ênclise em oração negativa (ex. 3.3a).

(3.3) a. não **cazeime** com fazenda mais pior podera ser *que* ainda tenho quem me sirva
(São Lourenço da Mata, Pernambuco 02 de junho de 1747, AFJ-PS-23)

A ocorrência foi encontrada em texto autógrafo datado de 1747, primeira metade do século XVIII, produzido por António Figueira de Jesus, nascido na Ilha da Madeira e, no Brasil, residente em Pernambuco. Tratava-se de um sapateiro, provavelmente com baixo grau de escolaridade. Ao se considerarem fatores relativos ao período de produção e ao nascimento do *scriptor*, além da classe social à qual António Figueira pertencia, duas possibilidades de interpretação para a ocorrência da ênclise em oração negativa são possíveis.

Uma das interpretações perpassa pela discussão acerca do período de ascensão da ênclise em Portugal. Martins (1994) e Galves, Britto e Paixão de Souza (2005) defendem que a mudança que originou o PE contemporâneo pode ter ocorrido no século XVII, segundo Martins (1994), ou no início do século XVIII, conforme Galves, Britto e Paixão de Souza (2005). Para essas afirmações, as pesquisadoras consideram o período de nascimento dos autores dos textos estudados como referência temporal. Apesar de não haver um consenso

sobre o momento exato dessa mudança, ao trazer essa discussão para a interpretação do caso em questão, e considerando que a carta foi produzida na primeira metade do século XVIII, o que supõe um recuo no período de nascimento do autor. Assim, a ocorrência está situada entre os limites temporais estabelecidos nas hipóteses de Martins (1994) e de Galves, Britto e Paixão de Souza (2005). Isso permite interpretar que esse dado pode ser decorrente de uma hipercorreção realizada pelo *scriptor*, que poderia estar percebendo uma ascensão da ênclise em Portugal, motivada pela mudança linguística que teria gerado o PE, o que lhe causaria alguma dificuldade no uso do clítico.

A outra interpretação possível permeia a hipótese de Martins (2016), segundo a qual um português predominantemente enclítico teria se desenvolvido concomitantemente a uma variedade proclítica, de modo que a alta produtividade da próclise, especialmente na modalidade escrita, estaria diretamente relacionada aos setores sociais mais letrados. Considerando essa ideia, a hipercorreção realizada por António Figueira de Jesus poderia ter ocorrido em decorrência da dificuldade no uso do clítico, oriunda da alta frequência da ênclise entre indivíduos pertencentes à estratificação social da qual ele fazia parte. Os exemplos a seguir são algumas amostras de dados que se encaixam nessa classificação.

Dados autógrafos

Focalizador

(3.4) a. só **lhe explico** o engano, *que vosmece teve para se cazar*
(Bahia 3 de abril de 1759, JCS-PS-30)

Quantificador

(3.5) a. deste rendimento se fas a despesa ordinaria das [...]lhas eclesiastica e secular, que agora cõ á Rellação çhega á perto de 32\$ *cruzados* o mais se aplica as depesas extraordinarias
(Bahia, 23 de Janeiro de 1655, MFVB-DPB-7)

Advérbio “atrator”

(3.6) a. Elles lá **lheaSignara** Conhecimento pois Cá não há tempo de nada tudos Seestão fazendo a Vella
(Pará, 10 de Agosto de 1793, JAL-CC-47)

Item negativo

(3.7) a. Esta terra naõ se deue nẽ pode Regular polas leis e estilos do Reino se *Vosa Alteza* naõ for muito fácil ã perdoar naõ tera gente no brasil
(Rio deJa-Neiro, 31 de Março de 1560, MS-DPB-5)

Oração dependente

(3.8) a. peço vos muito que **me escrevais** muitas novas de vos e da terra se se acha algũu ouro, ou prata nella

(Salvador 20 de agosto de 1569, PL-PS-1)

Dados apógrafos

Focalizador

(3.9) a. e cõ histo levaua alguã pouqua provezã *que* nũqua pude apanhar emprestado ajmda *per* que del-Rey do soldo diguo hũ so çyiltill **me deraaõ** nem paguaraõ

(Sem local [Bahia], 13 de Julho de 1551, LD-DPB-2)

Quantificador

(3.10) a. agravissima molestia comque meu Tio fi-cava notempo da minha partida, pouco **meesperançava** dequeetor naçe aterogosto develo

(Rio de janeiro 20 de fevereiro de 1770, ML-ER-1)

Advérbio atrator

(3.11) a. Tambem **me Lembro** haveria hu' maior numero de negros se a agoa ardente, ou Caxaça *que* forma o gene-ro principal da permuta na Costa d'Afri-ca, se applicasse toda em Remeças *para* aquelle Continente, enão ficassem aqui tantas mil pipas, infestando os Nacionais

(Rio de Janeiro, 28 de abril de 1798, JFR-DO-106)

Item negativo

(3.12) a. E ninguem **me da** huma pequena molestia E la, não sei o *que* sera.

(Rio de Janeiro 16 de julho de 1657, AFM-PS-5)

Oração dependente

(3.13) a. Eograndissimo gosto comque Recebi todas héhuã evidente prova do *muito* que mesaõ estimavel eoquanto eumereço aVossa**Excelência** acontinuaçaõ destefavor emque tanto **meintereço**

(Rio de janeiro 20 de fevereiro de 1770, ML-ER-1)

3.1.3 Contextos de variação

Os contextos que possibilitam a alternância ênclise entre próclise são de grande relevância nos estudos sobre a colocação de clíticos, por marcarem diferentes padrões que definem variedades do português. A variação ocorre em orações principais afirmativas ou

coordenadas com verbo em segunda posição, antecedido por sujeito não focalizado, sintagma preposicional, sintagma adverbial ou sintagmas sem itens que provocam a próclise, além de sentenças principais com verbo precedido de oração dependente e orações segundas coordenadas (com conectivos ou com verbo inicial).

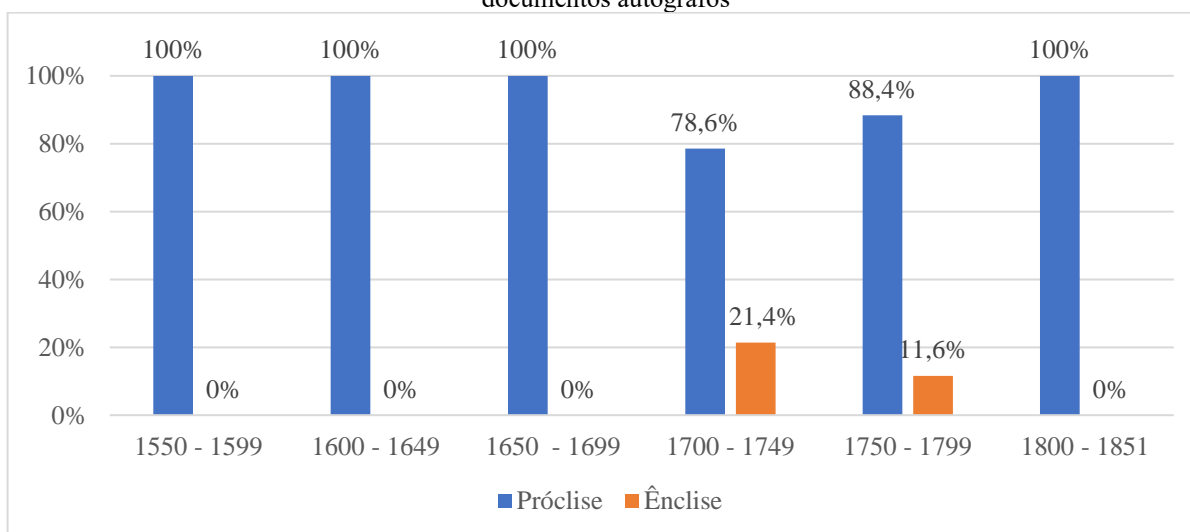
De acordo com Galves, Britto e Paixão de Souza (2005), em construções de segundas coordenadas e sentenças principais com verbo antecedido de oração dependente, aspectos prosódicos podem exercer influência no comportamento dos clíticos. Por esse motivo, é importante que esses contextos sejam estudados de forma separada.

No geral, encontram-se, nos *corpora* desta pesquisa, 451 dados cuja variação é permitida, sendo 366 casos proclíticos e 85 enclíticos. O detalhamento desses resultados será apresentado nas próximas seções.

3.1.3.1 Sentenças principais/coordenadas com verbo precedido de sujeito não focalizado, sintagma preposicional, sintagma adverbial

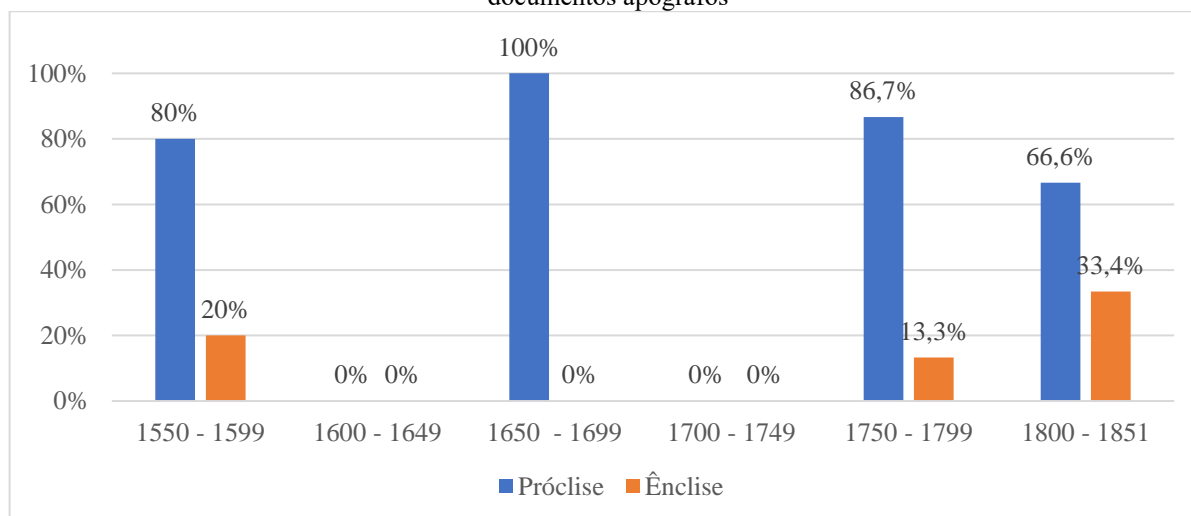
Foram encontrados 215 casos de clíticos em construções com verbo em segunda posição, precedido por elementos não atratores de próclise, nos *corpora*. A distribuição geral da colocação ênclise/próclise nos dois conjuntos de documentos é exposta nos Gráficos 3.6 e 3.7.

Gráfico 3.6 – Colocação de clíticos em sentenças principais com verbo precedido elementos neutros em documentos autógrafos



Fonte: autoria própria.

Gráfico 3.7 – Colocação de clíticos em sentenças principais com verbo precedido elementos neutros em documentos apógrafos



Fonte: autoria própria.

Neste contexto, os gráficos evidenciam distinções entre os resultados em documentos autógrafos e apógrafos. No primeiro caso, nota-se a colocação pré-verbal categórica em períodos situados entre a segunda metade do século XVI e a segunda metade do século XVII. A ênclise aparece nos *corpora* apenas no decorrer do século XVIII e, no século XIX, a próclise volta a ser a colocação predominante nos documentos.

No que se refere aos dados em textos apógrafos, observa-se 20% de ênclise entre 1550 e 1599, além da próclise categórica na segunda metade do século XVII e um aumento da ênclise entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX. Mais informações são exibidas nas Tabelas 3.6 e 3.7.

Tabela 3.6 – Colocação de clíticos em sentenças principais com verbo precedido elementos neutros em documentos autógrafos

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	DOCUMENTOS AUTÓGRAFOS											
	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia CLUL (2014)		Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia CLUL (2014)				Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia Barbosa (1999) CLUL (2014)				CLUL (2014)	
	SÉCULO XVI		SÉCULO XVII				SÉCULO XVIII				SÉCULO XIX	
	1550 – 1599		1600 – 1649		1650 – 1699		1700 – 1749		1750 – 1799		1800 – 1851	
	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E
Sujeito pronominal	2/100%	-	-	-	-	-	2/66.6%	1/34.4%	28/96.6%	1/3.4%	2/100%	-
Sujeito sintagma nominal	1/100%	-	1/100%	-	-	-	2/100%	-	11/100%	-	-	-
Sujeito com O. relativa	-	-	-	-	-	-	-	-	1/100%	-	-	-
Sintagma preposicional	1/100%	-	-	-	6/100%	-	7/77.8%	2/22.2%	14/70%	6/30%	-	-
Sintagma adverbial	1/100%	-	-	-	-	-	-	-	6/85.7%	1/14.3%	-	-
Sintagma adjetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	1/100%	-	-	-
Total	5	-	1	-	6	-	11	3	61	8	2	-

Fonte: autoria própria.

Tabela 3.7 – Colocação de clíticos em sentenças principais com verbo precedido elementos neutros em documentos apógrafos

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	DOCUMENTOS APÓGRAFOS							
	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia		CLUL (2014)		Barbosa (1999) Marcotulio (2008) CLUL (2014)		CLUL (2014)	
	SÉCULO XVI		SÉCULO XVII		SÉCULO XVIII		SÉCULO XIX	
	1550 – 1599		1650 – 1699		1750 – 1799		1800 – 1851	
	P	E	P	E	P	E	P	E
Sujeito pronominal	2/100%	-	1/100%	-	31/93.9%	2/6.1%	6/60%	4/40%
Sujeito sintagma nominal	-	1/100%	6/100%	-	12/80%	3/14.3%	6/66.7%	3/33.3%
Sujeito com O. relativa	-	-	1/100%	-	8/100%	-	2/100%	-
Sintagma preposicional	2/100%	-	-	-	18/85.7%	3/14.3%	-	-
Sintagma adverbial	-	-	1/100%	-	3/50%	3/50%	-	-
Total	4	1	9	-	72	11	14	7

Fonte: autoria própria.

De acordo com os resultados apresentados, na segunda metade do século XVI, documentos autógrafos e apógrafos apresentam 10 dados nos contextos em questão, sendo uma ocorrência de ênclise oriunda de texto apógrafo, cuja sentença é constituída por verbo antecedido por sujeito em forma de sintagma nominal. Estudos revelam que o século XVI, em Portugal, é fortemente marcado pela próclise nesses contextos. Em algumas pesquisas, os dados apresentam resultados categóricos da colocação pré-verbal. Entretanto, é sabido que a colocação pós-verbal pode ser encontrada, ainda que em menor proporção (Martins, 1994).

A próclise categórica é notada em dados do século XVII. Contudo, na primeira metade desse século, somente 1 dado é encontrado em textos autógrafos cujo contexto ocorre em sentença com sujeito em forma de sintagma nominal precedendo a forma verbal. Esse resultado não permite afirmar que a próclise categórica caracterize necessariamente os padrões de colocação dos portugueses no Brasil. Entretanto, possibilita inferir que a predominância proclítica no período dialoga com os resultados da Europa, uma vez que, na maioria dos estudos sobre o comportamento dos clíticos em *corpora* de portugueses europeus, a dominância da próclise é ressaltada no período — sendo os registros de ênclise, em mais ampla ascensão, ligados aos *Sermões* do Padre Antônio Vieira, analisados por Martins (1994).

O século XVIII concentra o mais extenso quantitativo de dados desses contextos nos *corpora*. A próclise prevalece em todas as configurações sintáticas do período. Entretanto, dados de ênclise são notados em praticamente todos os ambientes, tanto em textos autógrafos quanto em apógrafos. Na primeira metade desse século, observam-se apenas 3 (21,4%) ocorrências de ênclise, contra 11 (78,6%) de próclise. Na segunda metade, os percentuais proclíticos — 88,4% (61 ocorrências) em textos autógrafos e 86,7% (72 ocorrências) nos apógrafos — evidenciam a similaridade de padrão entre os conjuntos e a dominância

proclítica. Quanto ao século XIX, apenas 2 dados são encontrados em textos autógrafos, ao passo que, na documentação apógrafa, é visível o aumento da ênclise, ainda que a colocação pré-verbal continue sendo a preferência.

Apesar da presença de lacunas decorrentes da ausência ou baixa quantidade de dados em alguns períodos, os resultados obtidos em sentenças cuja forma verbal é precedida por elementos neutros mostram que, embora a ênclise seja permitida, a próclise prevalece em todos os tempos. Esse padrão se assemelha às tendências que caracterizam o PCI, cujo marco temporal está situado entre 1500 e 1699, conforme a periodização de Lindley Cintra (Castro, 2004 [1945]). Algumas amostras encontradas nos *corpora* são ilustradas nos exemplos.

Dados autógrafos

Sujeito neutro

(3.14) a. eu os escreui a *Vosa Alteza* o Anno pasado e lhe lembraua quam neçesareo era por nestas Capitánias Capitães onrrados e de boa Conçiência
(Rio deJa-Neiro, 31 de Março de 1560, MS-DPB-5)

b. eu cazei me nesta tera *por Deus* o ter prometido não *que* eu o coidase
(São Lourenço da Mata, Pernambuco 18 de abril de 1749, AFJ-PS-25)

Sintagma preposicional

(3.15) a. e vossa merce emSeu puder nos determinava
(Pernambuco, 17 de janeiro de 1798, JSR-CC-77)

b. e aos Herdros mande-mo a arrendamento por certa conveniência
(Bahia 3 de abril de 1759, JCS-PS-30)

Sintagma adverbial

(3.16) a. hoje meacho comDinheiro 1:600 \$ Réis- noSaco do Navio Escrevo a*Vossa merce*
(Pernambuco, 15 de agosto de 1793, ARCV-CC-69)

b. e asim avizeme mais miudamente o *que quer*
(Maranhão, 30 de abril de 1798, MJA-CC-44)

Dados apógrafos

Sujeito neutro

(3.17) a. elle seremeta em actividade, ou inacção
(Rio de Janeiro, 1 de março de 1798, RSC-DO-105)

b. eu julguei-me, e julgarão os facultativos que me virão, chegado ao ultimo instante da vida
(Recife 6 de agosto de 1821, LR-PS-51)

Sintagma preposicional

(3.18) a. eu lhequiz dar pose nomesmodia, oque não pude com seguir pornaõ chegar já
 ahoras competentes porem no- dia seguinte **lhedei**, edepoiz que sahi de *Lixboa*, foi a
 primeira noite que dormi comdescanso, não medemo- rey doisdas mais para fazer
 asprecizas despedidas heinda a estes dois dias meaproveitei dellez

(Rio de janeiro 20 de fevereiro de 1770, ML-ER-1)

b. aeste respeito **fas-me** necessario dizerte que anosa Corte meaviza que os
 Castelhanos, estaõ preparando emdi- ferentes portos huá formidável Esquadra deNaus

(Rio de janeiro 20 de junho de 1775, ML-EP-16)

Sintagma adverbial

(3.19) a. Eque maior *Excelentíssimos* que ver a*Vossa Excelência* elevado á=quelle
 mesmo Tribunal, aonde antes não obtendo nada, agora **me proponho** alcan= çar tudo.

(Rio de Janeiro, 1 de março de 1798, RSC-DO-105)

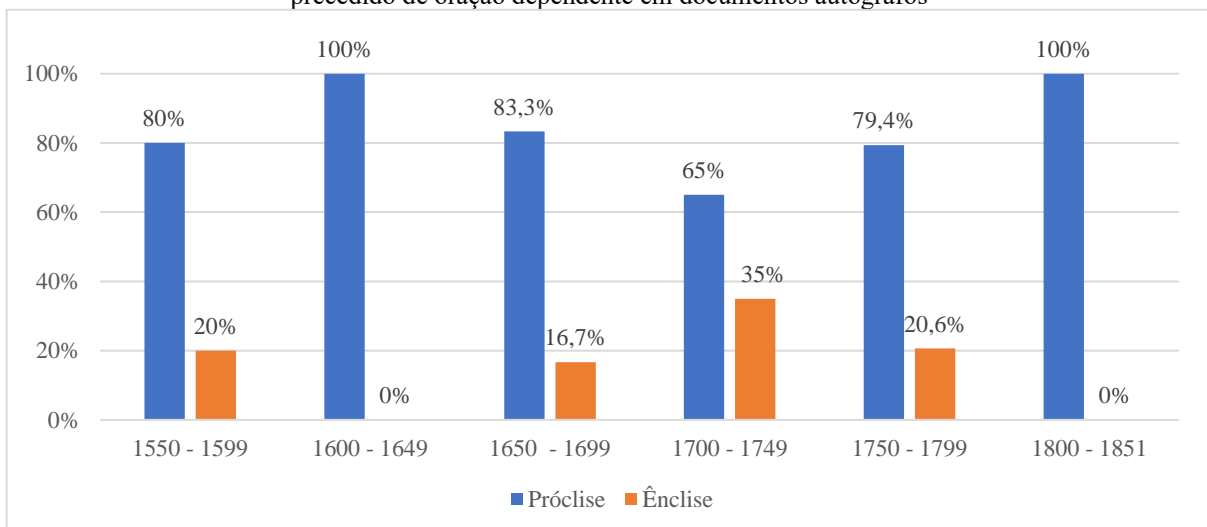
b. Agora **permitame** *Vossa Eminência*, depois deSegurar-lhe oquanto estimo aSerteza
 dacontinuaçaõ daboaSaude de*Vossa Eminência* que euhaja deportestar-lhe oquanto
 meintereça toda atençaõ que a Real Grandeza d'ELREY meu*Senhor* tem tido aos
 distentisi

(Rio de janeiro 23 dezembro de 1770, ML-ER-4)

3.1.3.2 Orações segundas coordenadas e verbo precedido de oração dependente

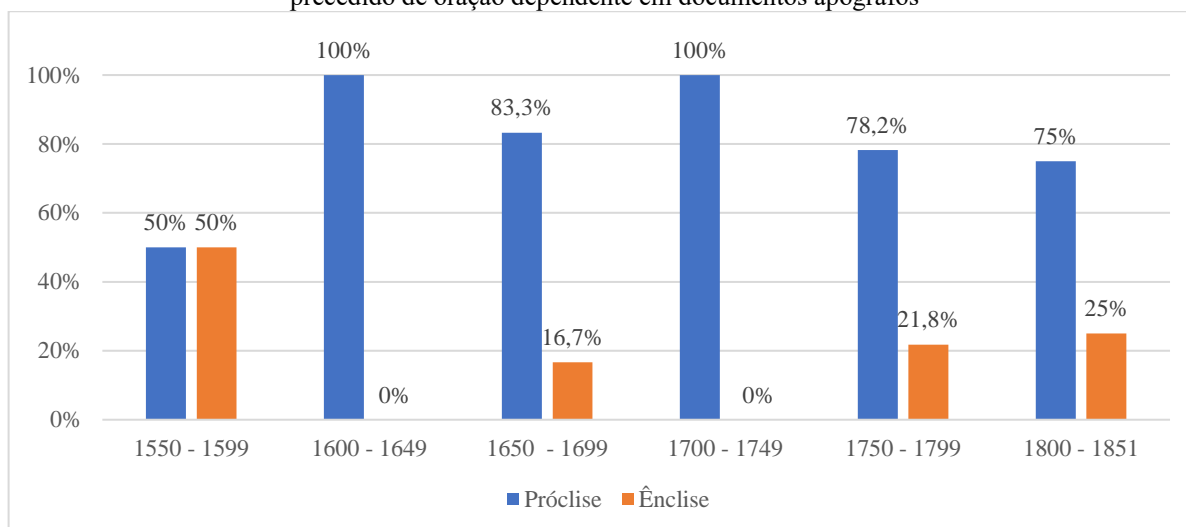
Os contextos variáveis constituídos por sentenças principais afirmativas, com verbo em segunda posição antecedido por oração dependente, e por segundas coordenadas (com ou sem conectivos) apresentaram 236 dados, distribuídos conforme os Gráficos 3.8 e 3.9.

Gráfico 3.8 – Colocação de clíticos em orações segundas coordenadas e sentenças principais com verbo precedido de oração dependente em documentos autógrafos



Fonte: autoria própria.

Gráfico 3.9 – Colocação de clíticos em orações segundas coordenadas e sentenças principais com verbo precedido de oração dependente em documentos apógrafos



Fonte: autoria própria.

Os gráficos mostram um quantitativo mais amplo de ocorrências de ênclise nesses contextos, se comparado aos ambientes sintáticos apresentados na seção anterior. Contudo, mesmo com a colocação pós-verbal sendo mais produtiva, uma variação equilibrada só é observada em textos apógrafos produzidos na segunda metade do século XVI, uma vez que a próclise é a colocação predominante em todos os períodos nos textos autógrafos e, a partir de 1600, também nos textos apógrafos. O detalhamento quantitativo está expresso nas Tabelas 3.8 e 3.9.

Tabela 3.8 – Colocação de clíticos em orações segundas coordenadas e sentenças principais com verbo precedido de oração dependente em documentos autógrafos

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	DOCUMENTOS AUTÓGRAFOS											
	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia CLUL (2014)		Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia CLUL (2014)				Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia Barbosa (1999) CLUL (2014)				CLUL (2014)	
	SÉCULO XVI		SÉCULO XVII				SÉCULO XVIII				SÉCULO XIX	
	1550 – 1599	1600 – 1649	1650 – 1699	1700 – 1749	1750 – 1799	1800 – 1851	P	E	P	E	P	E
2ª coordenadas c/ conectivos	4/80%	1/20%	-	-	2/100%	-	7/58.3%	5/41.7%	34/94.4%	2/5.6%	-	-
2ª coordenadas iniciais	-	-	-	-	-	2/100%	-	1/100%	-	2/100%	-	-
Verbo precedido de O. dependente	4/80%	1/20%	1/100%	-	2/100%	-	6/85.7%	1/14.3%	28/70%	12/30%	1/100%	-
Total	8	2	1	-	4	2	13	7	62	16	1	-

Fonte: autoria própria.

Tabela 3.9 – Colocação de clíticos em orações segundas coordenadas e sentenças principais com verbo precedido de oração dependente em documentos apógrafos

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	DOCUMENTOS APÓGRAFOS											
	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia		CLUL (2014)				Barbosa (1999) Marcotulio (2008) CLUL (2014)				CLUL (2014)	
	SÉCULO XVI		SÉCULO XVII				SÉCULO XVIII				SÉCULO XIX	
	1550–1599		1600–1649		1650–1699		1700–1749		1750–1799		1800–1851	
	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E
2ª coordenadas c/ conectivos	2/66.7%	1/33.3%	2/100%	-	11/84.6%	2/15.4%	-	-	20/74.1%	7/25.9%	-	1/100%
2ª coordenadas iniciais	1/50%	1/50%	-	-	-	1/100%	-	-	7/70%	3/30%	-	-
Verbo precedido de O. dependente	1/33.3%	2/66.7%	-	-	4/100%	-	1/100%	-	41/82%	9/18%	3/100%	-
Total	4	4	2	-	15	3	1	-	68	19	3	1

Fonte: autoria própria.

Enquanto, nos resultados referentes aos séculos XVI e XVII, nas sentenças principais com verbo precedido por elementos neutros, a ênclise aparece em apenas uma ocorrência oriunda de texto apógrafo, nas orações segundas coordenadas e nas sentenças principais com verbo precedido por oração dependente, o clítico em colocação pós-verbal é mais expressivo nesses períodos — embora a dominância proclítica seja evidente em majoritário período. A exceção dessa dominância é percebida apenas na segunda metade do século XVI, em textos apógrafos, nos quais a variação apresenta um percentual de 50% para cada colocação.

Nos dados de Martins (1994) sobre textos de autores nascidos no século XVI, as orações segundas coordenadas copulativas e disjuntivas, bem como as sentenças principais com verbo antecedido por oração dependente, apresentam a possibilidade da ênclise, ainda que com dominância proclítica. Já nos dados de alguns autores nascidos no século XVII, observa-se o início da ascensão enclítica. Galves, Britto e Paixão de Souza (2005) observam, nessas configurações sintáticas, um maior percentual de ênclise e taxas inconstantes na variação entre ênclise e próclise nos textos de autores dos séculos XVI e XVII. Tal inconstância se manifesta de modo que alguns textos apresentam percentuais superiores a 50% de ênclise, enquanto em outros os valores são inferiores a esse limiar. Autores nascidos a partir do século XVIII exibem a prevalência enclítica tanto nos dados de Galves, Britto e Paixão de Souza (2005) quanto nos de Martins (1994).

Assim como nos resultados de textos de portugueses na Europa, os *corpora* desta pesquisa mostram maior presença da ênclise nesse ambiente sintático. Entretanto, com exceção da variação equilibrada observada em textos apógrafos do século XVI, a prevalência proclítica é acentuada em ambos os conjuntos. As taxas correspondentes aos séculos XVIII e XIX, todavia, constituem o ponto de divergência entre os dados de portugueses no Brasil e os

apresentados em pesquisas baseadas em textos de portugueses europeus, uma vez que, no período marcado pela dominância da ênclise em Portugal, observam-se, no Brasil, altos percentuais (entre 70% e 94%) de preferência pela colocação pré-verbal. Os exemplos abaixo ilustram dados extraídos dos *corpora*.

Dados autógrafos

Segundas coordenadas com conectivo

(3.20) a. Nosso filho se recomenda em vossas memorias e **vos tem** sempre presente emcomendando todos os dias a *Deus*

(Rio de Janeiro 13 de março de 1718, AC-PS-11)

b. e **Jndo_me** Ali Asentar pode ser que_os enfadarei dali [‡] e esta cidade não ha mister por Agora mais fortaleza para se_poder sustentar

(desta sua cidade do Salvador, 6 de Junho de 1558, MS-DPB-4)

Segundas coordenadas sem conectivo

(3.21) a. *Senhor Do Parte A Vossa merce* que Vo Vendendo afazenda apouco poco pois tam Vindo munta [[munta]] mas ja Vendi **pareceme** que ametada dela não Comperca Com espera decorenta dias ahoira lheando fazendo adeligencia por Vendida

(Pernambuco, 30 de maio de 1798, JA-CC-60)

Verbo antecedido por oração dependente

(3.22) a. sabendo honde eu dormja **me deitaraõ** hũ sexo sobre mjnha [...] *que* toda esta cýdade vyo *que* pesava xxbij aratés e *quis deos* que me toman

(cydade dabaya, 10 de Junho de 1555, JF-DPB-3)

b. OSeu Caixeiro Antonio não mandou aqui mais nada; doque elle mandou **apureilhe** 100 \$ etantoz mil Reis *deque* Ja opartiçipei aelle enão he perçizo *vossa mercê* Recomendar-me nada

(Bahia, 14 de fevereiro de 1794, JSR-CC-11)

Dados apógrafos

Segundas coordenadas com conectivo

(3.23) a. E **se entreguem** en sua santissima Vontade

(Rio de Janeiro 16 de julho de 1657, AFM-PS-5)

b. E **tirêlhe** a malenconia porque la lhe vai hũa Ladainha *muito* bem composta

(Rio de Janeiro 16 de julho de 1657, AFM-PS-5)

Segundas coordenadas sem conectivo

(3.24) a. tú tens nosArmazenz deVilaRica bastante numaro deBarracas, que ahi não podem ser denenhuma serventia, **me-pareceu** que estava eu nostermoz depoder me-recerte

(Rio de janeiro 17 de agosto de 1775, ML-EP-17)

b. mandeilhe huã Carruage *minha* para andar, **doulhe** Lugar nomeu Camaro-te, franquiheilhe aentrada *naminha* Caza; efinalmente lhetenho feito todozomais abanicos quemetem Lembrado

(Rio de janeiro 17 de novembro de 1770, ML-ER-12)

Verbo antecedido por oração dependente

(3.25) a. eu espero em deos que vosa merce dando lhe deos sau[de] [fe] me fara em memdar histo e sendo cauzo que el-Rei me naõ queira paçar alvara *pera* que me _paguem [↑la]// tudo o que me deverẽ e Jornalua *que* me _pague Pernaõbuquo

(Sem local [Bahia], 13 de Julho de 1551, LD-DPB-2)

b. Tratando Manoel da Cunha na mesma ocasião de mandar recolher para bordo toda a gente, para obstar ás fermentações e progressos da indisciplina, **respon-di-lhe** que toda a Guarnição, e Tripulação estava embarcada havia mais de meza requerimento delle Comandante, que era o unico, que se achava em terra, não fa-lando dos Comandantes das outras embarcações

(Rio de Janeiro, ano de 1795, LPS-DO-94)

A propensão proclítica nos contextos variáveis, presente em textos de portugueses no Brasil, datados de períodos em que os registros sinalizam a prevalência enclítica em Portugal, exige a observação de como a colocação do clítico foi distribuída, considerando a estratificação social dos *scriptores*, bem como o local de nascimento, a fim de verificar se tais fatores são relevantes na explicação da distinção desses comportamentos.

Além disso, assume-se aqui que compreender o português advindo para o Brasil durante o período colonial pressupõe, também, entender as tendências de colocação de determinados grupos. Essas visões são fundamentadas por Martins (2016), ao lançar a hipótese de que distintos padrões de colocação de clíticos podem ser encontrados entre indivíduos de diferentes setores sociais, e por Megale (1998), que discute a proveniência dos portugueses que vieram para o Brasil como colonos e/ou imigrantes, bem como os reflexos das diferentes regionalidades portuguesas na formação de características do PE. Assim, as seções seguintes apresentam a descrição da colocação de clíticos por setores sociais e regiões de nascimento.

3.1.3.3 *Da estratificação social dos scriptores*

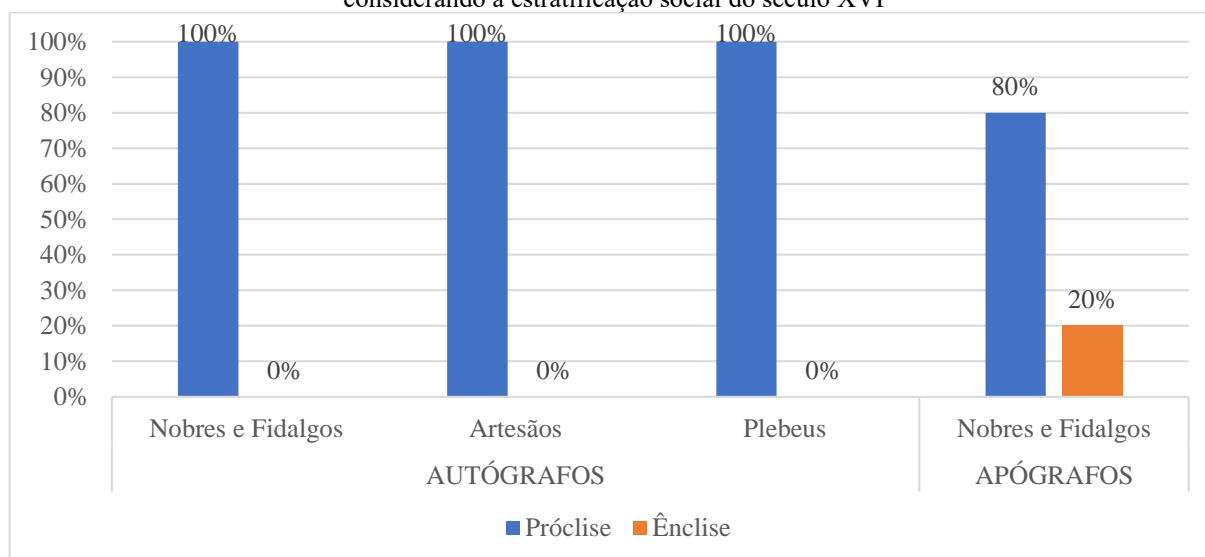
Considerando que a estratificação social de uma sociedade pode sofrer alterações ao longo do tempo, os dados são organizados por século. A Tabela 3.10 apresenta a distribuição entre ênclise e próclise nos contextos variáveis do século XVI.

Tabela 3.10 – Colocação de clíticos em contextos variáveis, considerando a estratificação social do século XVI

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	SÉCULO XVI							
	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia CLUL (2014)						Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia	
	AUTÓGRAFOS						APÓGRAFOS	
	Nobres e Fidalgos		Artesãos		Plebeus		Nobres e Fidalgos	
	P	E	P	E	P	E	P	E
Sujeito pronominal	1/100%	-	-	-	1/100%	-	2/100%	-
Sujeito sintagma nominal	-	-	1/100%	-	-	-	-	1/100%
Sintagma preposicional	-	-	-	-	1/100%	-	2/100%	-
Sintagma adverbial	1/100%	-	-	-	-	-	-	-
2ª coordenadas c/ conectivos	3/75%	1/25%	-	-	1/100%	-	2/66.7%	1/33.3%
2ª coordenadas iniciais	-	-	-	-	-	-	1/50%	1/50%
Verbo precedido de O. dependente	2/100%	-	-	-	2/66.7%	1/33.3%	1/33.3%	2/66.7%
Total	7	1	1	-	5	1	8	5

Fonte: autoria própria.

Percebe-se que as ocorrências em sentenças principais com verbo antecedido por elementos neutros (sujeito não focalizado, sintagma preposicional e sintagma adverbial) apresentam colocação pré-verbal categórica nos textos autógrafos de todas as estratificações sociais registradas no período. Nos textos apógrafos, há apenas uma ocorrência de ênclise em sentença com verbo antecedido por sujeito em forma de sintagma nominal (cf. Gráfico 3.10).

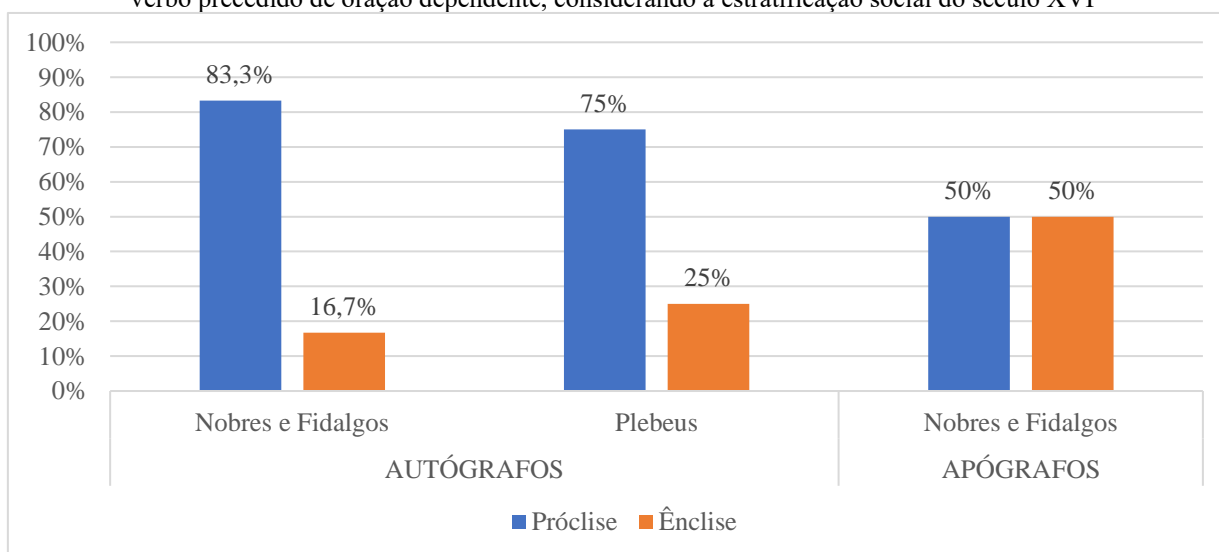
Gráfico 3.10 – Colocação de clíticos em sentenças principais com verbo precedido elementos neutros, considerando a estratificação social do século XVI

Fonte: autoria própria.

Nos contextos formados por orações coordenadas, com ou sem conectivos, e por sentenças principais com verbo antecedido por oração dependente, as taxas de ênclise são

mais elevadas do que nos ambientes sintáticos expostos anteriormente. De acordo com Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005), esses contextos expressam, em geral, a produtividade enclítica em todos os tempos. Todavia, a autora nota que a dominância da colocação pós-verbal em dados de portugueses em Portugal nesse contexto ocorre apenas a partir do século XVII. Nos *corpora* estudados, a próclise é majoritária em textos autógrafos da alta nobreza (nobres e fidalgos) e de plebeus, a variação equilibrada é vista apenas em textos apógrafos de *scriptores* classificados socialmente como nobres (cf. Gráfico 3.11).

Gráfico 3.11 – Colocação de clíticos em orações segundas coordenadas e sentenças principais com verbo precedido de oração dependente, considerando a estratificação social do século XVI



Fonte: autoria própria.

Os resultados que dizem respeito à distribuição ênclise/próclise, considerando a estratificação social, mostram que, no século XVI, os diferentes estatutos sociais não apresentaram discrepâncias significativas, uma vez que a próclise é dominante em todos os contextos sociais. A ênclise aparece com maior produtividade em documentos apógrafos; todavia, os *corpora* desse conjunto são formados por textos atribuídos a indivíduos de uma única classe social nesse período, o que inviabiliza a comparação com outros estatutos.

Em relação ao século XVII, a Tabela 3.11 evidencia a distribuição quantitativa dos dados.

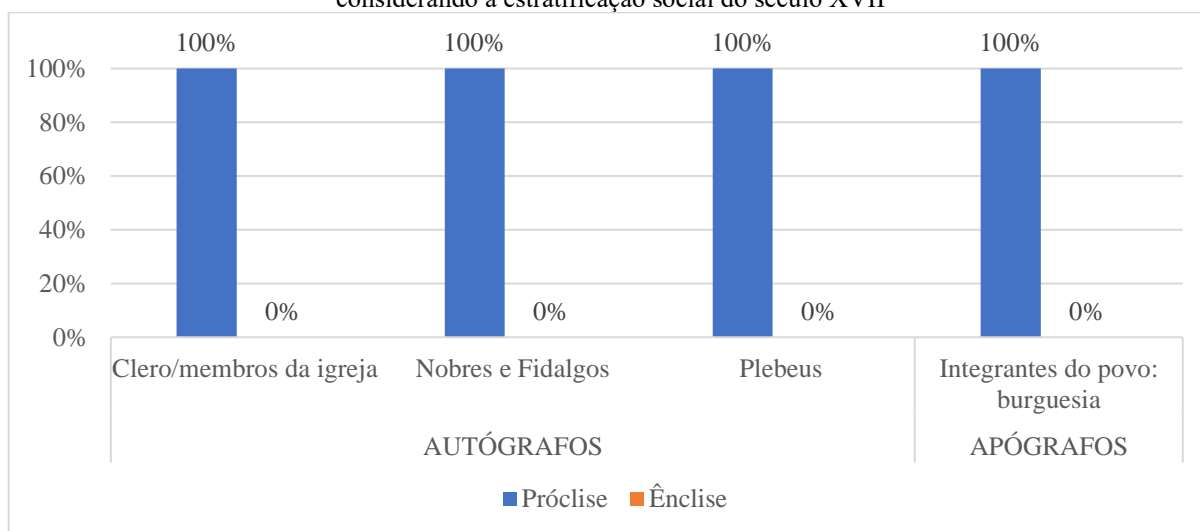
Tabela 3.11 – Colocação de clíticos em contextos variáveis, considerando a estratificação social do século XVII

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	SÉCULO XVII									
	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia CLUL (2014)						CLUL (2014)			
	AUTÓGRAFOS						APÓGRAFOS			
	Clero/membros da igreja		Nobres e Fidalgos		Plebeus		Nobres e Fidalgos		Integrantes do povo: burguesia	
P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	
Sujeito pronominal	-	-	-	-	-	-	-	-	1/100%	-
Sujeito sintagma nominal	-	-	-	-	1/100%	-	-	-	6/100%	-
Sujeito com O. relativa	-	-	-	-	-	-	-	-	1/100%	-
Sintagma preposicional	4/100%	-	2/100%	-	-	-	-	-	1/100%	-
2ª coordenadas c/ conectivos	2/100%	-	-	-	-	-	2/100%	-	11/84.6%	2/15.4%
2ª coordenadas iniciais	1/100%	1/100%	-	-	-	-	-	-	-	1/100%
Verbo precedido de O. dependente	-	-	2/100%	-	1/100%	-	-	-	4/100%	-
Total	7	1	4	-	2	-	2	-	23	3

Fonte: autoria própria.

Nota-se que, nas sentenças principais formadas por verbo em segunda posição, antecedido por elementos que não atraem a próclise, a colocação proclítica é categórica em todos os contextos sociais, tanto em manuscritos autógrafos quanto em apógrafos (cf. Gráfico 3.12).

Gráfico 3.12 – Colocação de clíticos em sentenças principais com verbo precedido elementos neutros, considerando a estratificação social do século XVII

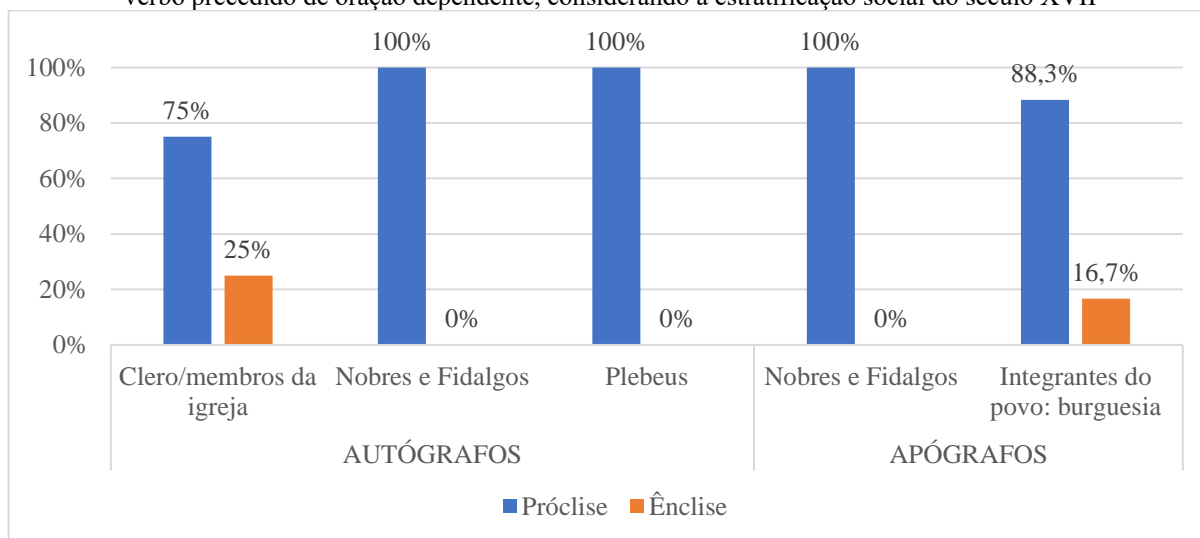


Fonte: autoria própria.

Nesse período, todas as ocorrências de colocação enclítica aparecem em orações coordenadas presentes na escrita autógrafa de membros religiosos e em material apógrafo

atribuído a indivíduos da burguesia. Todavia, os percentuais enclíticos são baixos em todas as camadas sociais nas quais a colocação pós-verbal aparece (cf. Gráfico 3.13).

Gráfico 3.13 – Colocação de clíticos em orações segundas coordenadas e sentenças principais com verbo precedido de oração dependente, considerando a estratificação social do século XVII



Fonte: autoria própria.

As taxas correspondentes ao século XVII evidenciam altos percentuais de próclise em todos os contextos linguísticos e sociais presentes nos conjuntos de documentos. A ênclise aparece, ainda que em número reduzido, nas sentenças principais com verbo precedido por oração dependente e nas orações coordenadas.

No século XVIII, nota-se maior concentração de dados linguísticos, bem como mais ampla diversidade de estratos sociais, sendo encontrados documentos autógrafos provenientes de membros da Igreja, burgueses, artesãos e plebeus, além das realidades diversas que envolvem os diferentes níveis da nobreza (Durães, 2013). No conjunto apógrafo, o quantitativo se distribui entre textos atribuídos à alta nobreza (nobres e fidalgos) e à plebe, de modo que a maior concentração de ocorrências está em documentação oriunda da nobreza. A Tabela 3.12 aponta os percentuais encontrados em textos autógrafos, e a Tabela 3.13, no conjunto de documentos apógrafos.

Tabela 3.12 – Colocação de clíticos em contextos variáveis, considerando a estratificação social do século XVIII (documentos autógrafos)

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	SÉCULO XVIII														
	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia Barbosa (1999) CLUL (2014)														
	AUTÓGRAFOS														
	Clero / membros da igreja		Nobres e Fidalgos		Nobres com menos privilégios		Nobreza mais inferior		Integrantes do povo: burguesia		Artesãos		Plebeus		
P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E		
Sujeito pronominal	10 90.9%	1 9.1%	2 100%	-	1 100%	-	-	-	-	10 100%	-	3 100%	-	4 80%	1 20%
Sujeito sintagma nominal	2 100%	-	-	-	1 100%	-	-	-	-	9 100%	-	-	-	1 100%	-
Sujeito com O. relativa	-	-	1 100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sintagma preposicional	2 66.7%	1 33.3%	5 62.5%	3 37.5%	4 100%	-	-	-	7 77.8%	2 22.2%	2 66.7%	1 33.3%	1 50%	1 50%	
Sintagma adverbial	1 100%	-	-	-	-	-	-	-	5 83.3%	1 16.7%	-	-	-	-	
Sintagma adjetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	1 100%	-	-	-	-	-	
2ª coordenadas c/ conectivos	2 100%	-	5 83.3%	1 16.7%	2 100%	-	-	-	19 90.5%	2 9.5%	5 100%	-	8 66.7%	4 33.3%	
2ª coordenadas iniciais	-	1 100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 100%	
Verbo precedido de O. dependente	2 33.3%	4 66.7%	4 80%	1 20%	3 100%	-	-	1 100%	20 80%	5 20%	4 80%	1 20%	1 50%	1 50%	
Total	19	7	17	5	11	-	-	1	71	10	14	2	15	9	

Fonte: autoria própria.

Tabela 3.13 – Colocação de clíticos em contextos variáveis, considerando a estratificação social do século XVIII (documentos apógrafos)

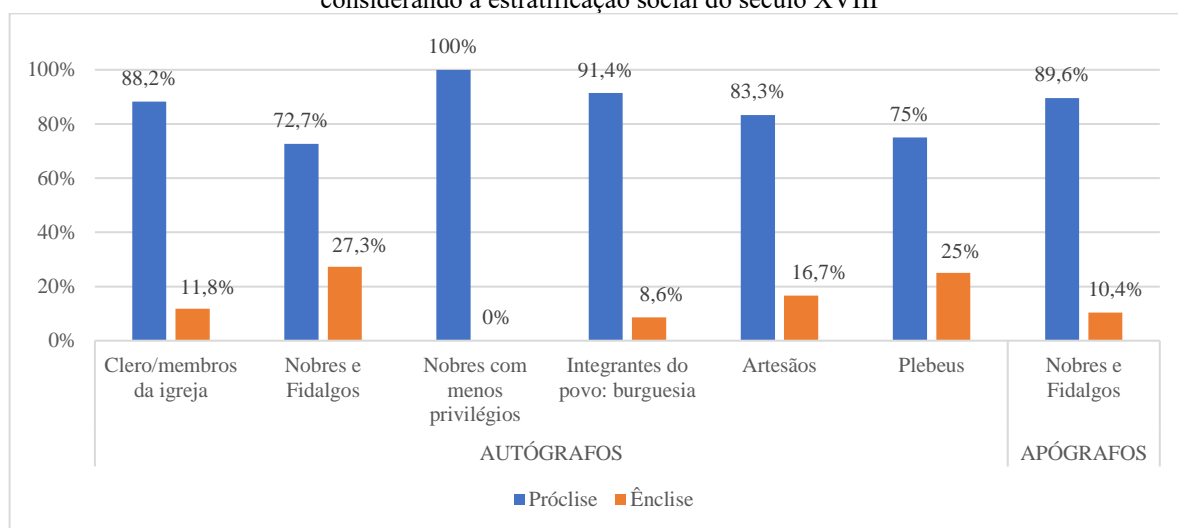
CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	SÉCULO XVIII			
	Barbosa (1999) Marcotulio (2008) CLUL (2014)			
	APÓGRAFOS			
	Nobres e Fidalgos		Plebeus	
P	E	P	E	
Sujeito pronominal	31/93.9%	2/6.1%	-	-
Sujeito sintagma nominal	12/80%	3/20%	-	-
Sujeito com O. relativa	8/100%	-	-	-
Sintagma preposicional	18/85.7%	3/14.3%	-	-
Sintagma adverbial	3/50%	3/50%	-	-
2ª coordenadas c/ conectivos	20/74.1%	7/25.9%	-	-
2ª coordenadas iniciais	7/70%	3/30%	-	-
Verbo precedido de O. dependente	41/82%	9/18%	1/100%	-
Total	137	27	1	-

Fonte: autoria própria.

Assim como nos períodos anteriores, a parcela dos *corpora* que corresponde ao século XVIII expressa dominância proclítica em todos os contextos linguísticos e sociais nos dois

conjuntos de documentos. Os valores mostram que esse período é marcado pela ascensão da ênclise nos diversos ambientes sintáticos e estratos da sociedade portuguesa, em comparação com fases anteriores desses *corpora*. Nas sentenças principais afirmativas com verbo antecedido por elemento neutro, os maiores percentuais de colocação pós-verbal encontram-se em textos autógrafos de camadas sociais situadas nos dois extremos hierárquicos da sociedade portuguesa: a alta nobreza (27,3%) e os plebeus (25%).

Gráfico 3.14 – Colocação de clíticos em sentenças principais com verbo precedido elementos neutros, considerando a estratificação social do século XVIII

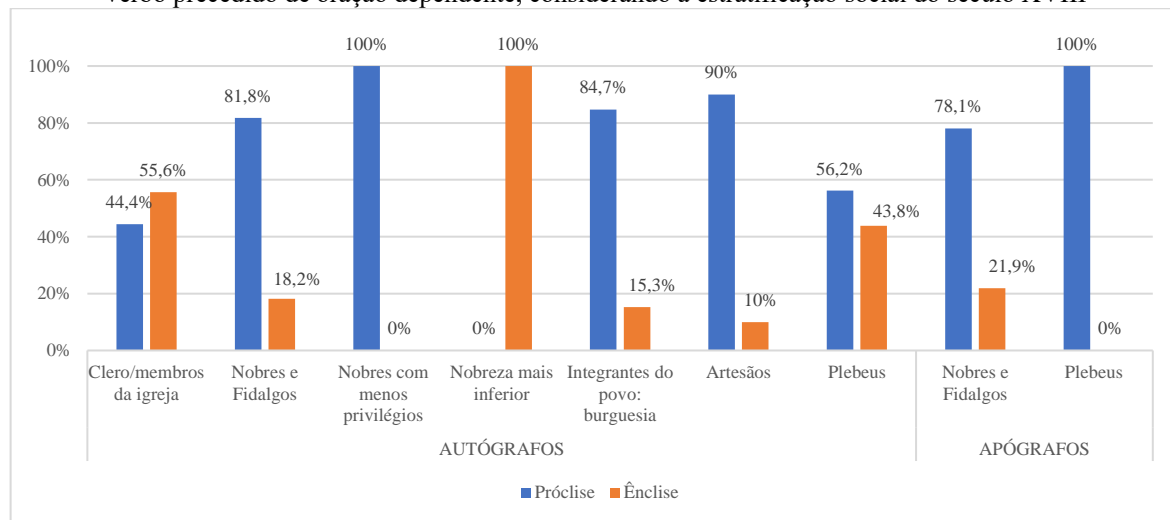


Fonte: autoria própria.

A colocação de clíticos, nos ambientes apresentados, evidencia que a ascensão enclítica ocorreu de forma similar nas diferentes estratificações sociais. Todavia, em relação ao contexto de orações coordenadas e sentenças principais com verbo antecedido por oração dependente, esse aumento parece ser mais intenso entre determinados estratos da sociedade.

Em geral, a próclise é prevalente, com altos índices, na grande maioria das estratificações sociais desses *corpora*. Contudo, nos textos autógrafos, a ênclise é majoritária em dados oriundos de membros de instituições religiosas (55,6%) e categórica entre integrantes da baixa nobreza (100%), comumente composta por cavaleiros e escudeiros com honras simples de cavalaria (Durães, 2013). Além disso, uma variação com número considerável de ocorrências em ênclise é percebida nos dados autógrafos oriundos de trabalhadores manuais (plebeus), nos quais a ênclise atinge 43,8%, contra 56,2% de próclise (cf. Gráfico 3.15).

Gráfico 3.15 – Colocação de clíticos em orações segundas coordenadas e sentenças principais com verbo precedido de oração dependente, considerando a estratificação social do século XVIII



Fonte: autoria própria.

Os resultados obtidos no século XVIII, nesses contextos, expressam dominância próclítica e uma leve ascensão da ênclise na maioria das estratificações sociais, principalmente no conjunto de textos autógrafos. Vale salientar que, apesar de os índices de ênclise apresentarem ascensão em todos os estratos sociais, os percentuais mais elevados estão em textos provenientes de membros religiosos e plebeus, uma vez que a posposição categórica entre a baixa nobreza decorre de um único dado. Esses resultados podem ser interpretados como indícios de que a colocação enclítica em orações segundas coordenadas e em sentenças principais com verbo antecedido por oração dependente, no século XVIII, se apresenta de forma mais intensa em determinados setores sociais, em conformidade com a hipótese de Martins (2016).

Além disso, os dados de portugueses no Brasil, no século XVIII, mostram percentuais significativamente altos de próclise em todos os ambientes sintáticos apresentados, o que chama a atenção, considerando que, na Europa, a ênclise já se apresentava em taxas elevadas nesse período. Assim, para melhor compreensão desses padrões, são necessários investimentos em investigações sobre a colocação de clíticos no período, considerando os diferentes estratos sociais, tanto no Brasil quanto em Portugal.

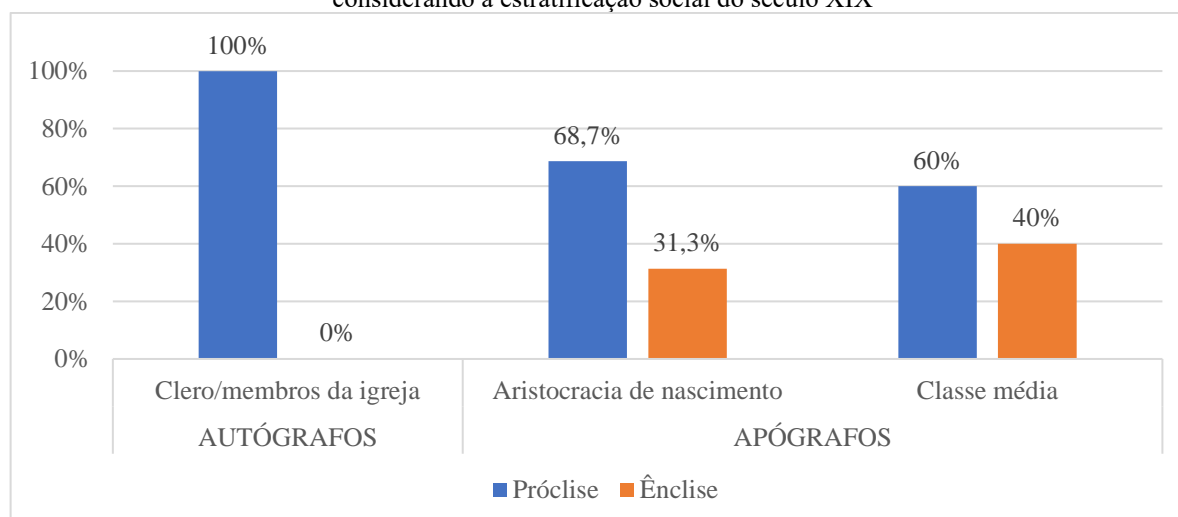
Por fim, as ocorrências de colocação de clíticos no século XIX aparecem em textos autógrafos de membros religiosos e em documentação apógrafa atribuída a *scriptores* pertencentes às famílias da alta nobreza e da classe média. Os resultados estão expostos na Tabela 3.14.

Tabela 3.14 – Colocação de clíticos em contextos variáveis, considerando a estratificação social do século XIX

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	SÉCULO XIX					
	CLUL (2014)		CLUL (2014)			
	AUTÓGRAFOS		APÓGRAFOS			
	Membros da igreja		Aristocracia de nascimento		Classe média	
	P	E	P	E	P	E
Sujeito pronominal	2/100%	-	3/60%	2/40%	3/60%	2/40%
Sujeito sintagma nominal	-	-	6/66.7%	3/33.3%	-	-
Sujeito com O. relativa	-	-	2/100%	-	-	-
Sintagma preposicional	-	-	-	-	-	-
2ª coordenadas c/ conectivos	-	-	-	1/100%	-	-
2ª coordenadas iniciais	-	-	-	-	-	-
Verbo precedido de O. dependente	1/100%	-	3/100%	-	-	-
Total	3	-	14	6	3	2

Fonte: autoria própria.

Os dados relativos ao século XIX concentram-se no conjunto apógrafo, mais especificamente em sentenças com verbo em segunda posição e precedido de elemento neutro. Nesses contextos, percebe-se a variação com preferência pela próclise tanto em textos cujos autores intelectuais são integrantes da aristocracia (68,7%) quanto da classe média (60%). Nos documentos autógrafos, a próclise categórica aparece na escrita de membros da Igreja; entretanto, a totalidade das ocorrências soma apenas 2 dados (cf. Gráfico 3.16).

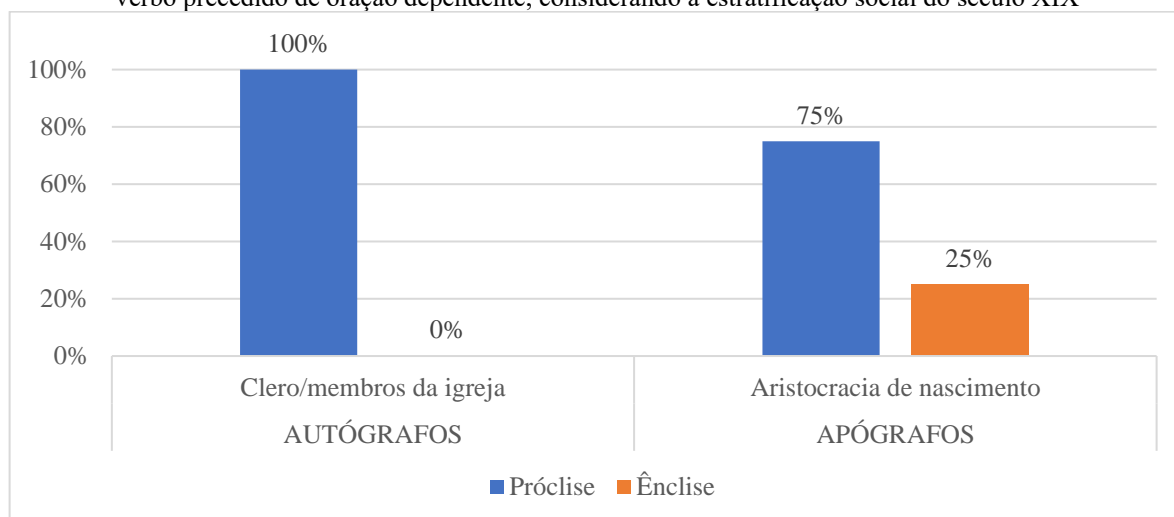
Gráfico 3.16 – Colocação de clíticos em sentenças principais com verbo precedido elementos neutros, considerando a estratificação social do século XIX

Fonte: autoria própria.

No que se refere ao ambiente de sentença com verbo precedido por oração dependente, os textos autógrafos exibem apenas 1 caso oriundo de membro da Igreja, sendo essa ocorrência proclítica. No conjunto apógrafo, a colocação de clíticos é observada tanto nesse

tipo de sentença quanto em oração segunda coordenada, em textos atribuídos a membros de famílias nobres. Nesse caso, há variação com próclise prevalente (75%). Esses resultados estão representados no Gráfico 3.17.

Gráfico 3.17 – Colocação de clíticos em orações segundas coordenadas e sentenças principais com verbo precedido de oração dependente, considerando a estratificação social do século XIX



Fonte: autoria própria.

Apesar do baixo número de dados, os *corpora* apontam uma tendência de colocação variável, com próclise majoritária, no século XIX.

3.1.3.4 Das regiões de nascimento dos *scriptores*

A classificação dos dados quanto ao local de nascimento considerou as regiões de Portugal, a saber: Norte, Centro, Alentejo, Área Metropolitana de Lisboa, Algarve, Açores e Madeira. Os dados oriundos de *scriptores* cuja naturalidade não foi possível classificar estão categorizados como “Sem identificação”.

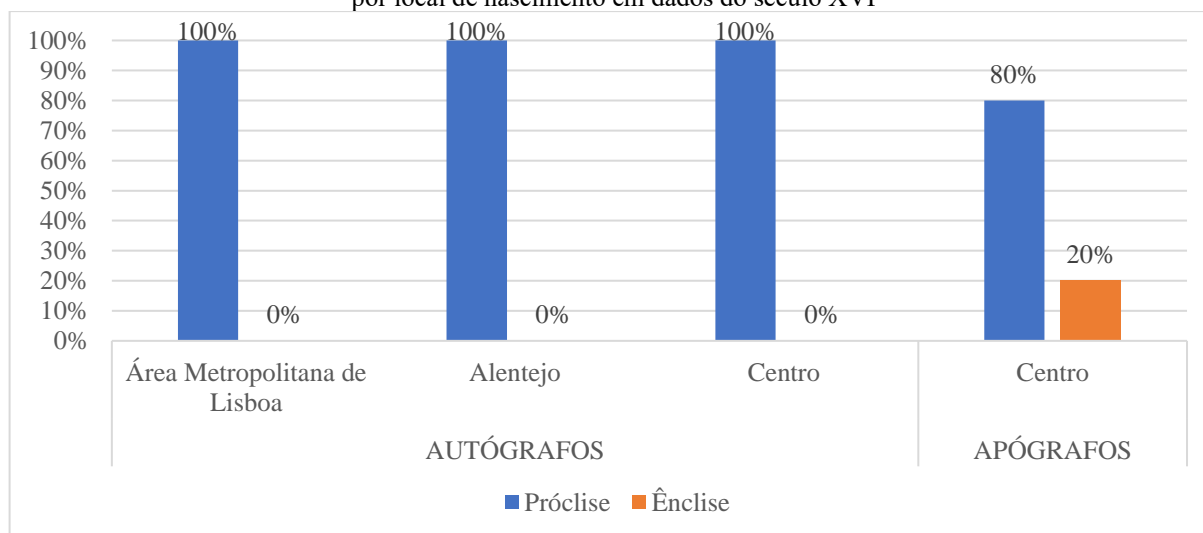
Em geral, as construções com verbo único encontradas em textos autógrafos apresentam maior número de ocorrências entre portugueses cujas informações sobre a região de origem não foram identificadas (355 dados), seguidos de *scriptores* do Norte (172 dados), da Área Metropolitana de Lisboa (162 dados), da região Centro (54 dados), da Ilha da Madeira (47 dados) e da região do Alentejo (33 dados). Os documentos apógrafos, por sua vez, apresentam maior quantitativo de dados atribuídos a indivíduos do Centro (602 dados), seguidos daqueles cuja informação não foi identificada (143 dados), do Alentejo (86 dados), do Norte (79 dados) e, por fim, da Área Metropolitana de Lisboa (25 dados). A Tabela 20 mostra a distribuição da colocação referente aos dados do século XVI.

Tabela 3.15 – Colocação de clíticos em contextos variáveis por local de nascimento em dados do século XVI

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	SÉCULO XVI									
	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia CLUL (2014)								Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia	
	AUTÓGRAFOS								APÓGRAFOS	
	Área metropolitana de Lisboa		Alentejo		Centro		Sem identificação		Centro	
	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E
Sujeito pronominal	-	-	1/100%	-	1/100%	-	-	-	2/100%	-
Sujeito sintagma nominal	1/100%	-	-	-	-	-	-	-	-	1/100%
Sintagma preposicional	1/100%	-	-	-	-	-	-	-	2/100%	-
Sintagma adverbial	-	-	-	-	1/100%	-	-	-	-	-
2ª coordenadas c/ conectivos	-	-	-	-	3/75%	1/25%	1/100%	-	2/66.7%	1/33.3%
2ª coordenadas iniciais	-	-	-	-	-	-	-	-	1/50%	1/50%
Verbo precedido de O. dependente	-	-	-	-	1/100%	-	3/75%	1/25%	1/33.3%	2/66.7%
Total	2	-	1	-	4	-	4	1	8	5

Fonte: autoria própria.

No século XVI, sentenças principais com verbo precedido por elementos neutros mostram a próclise categórica em textos autógrafos de *scriptores* oriundos de todas as regiões registradas. O único caso de ênclise provém de texto apógrafo atribuído a um indivíduo nascido na região central de Portugal (cf. Gráfico 3.18).

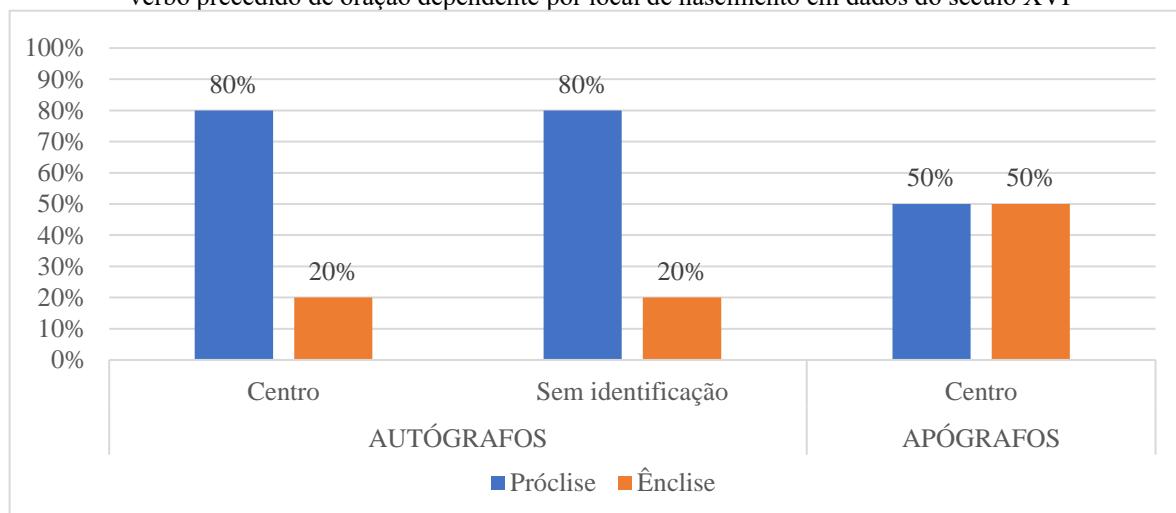
Gráfico 3.18 – Colocação de clíticos em sentenças principais com verbo precedido elementos neutros por local de nascimento em dados do século XVI

Fonte: autoria própria.

Nas orações segundas coordenadas e nas principais com verbo antecedido por oração dependente, percebe-se que a próclise domina os resultados de *scriptores* do Centro e

daqueles sem identificação da naturalidade, encontrados em textos autógrafos, sendo que, em ambos, a ênclise aparece em 20% das ocorrências. A variação equilibrada está presente em textos apógrafos atribuídos a indivíduos da região Centro (cf. Gráfico 3.19).

Gráfico 3.19 – Colocação de clíticos em orações segundas coordenadas e sentenças principais com verbo precedido de oração dependente por local de nascimento em dados do século XVI



Fonte: autoria própria.

Quanto ao século XVII, a próclise é categórica em todos os contextos que admitem variação em textos autógrafos sem identificação da região de origem dos *scriptores* e em textos apógrafos atribuídos a indivíduos do Norte. Alguns dados de ênclise são observados na escrita de portugueses oriundos do Norte e de autores intelectuais nascidos na região do Alentejo. A Tabela 3.16 expressa os quantitativos.

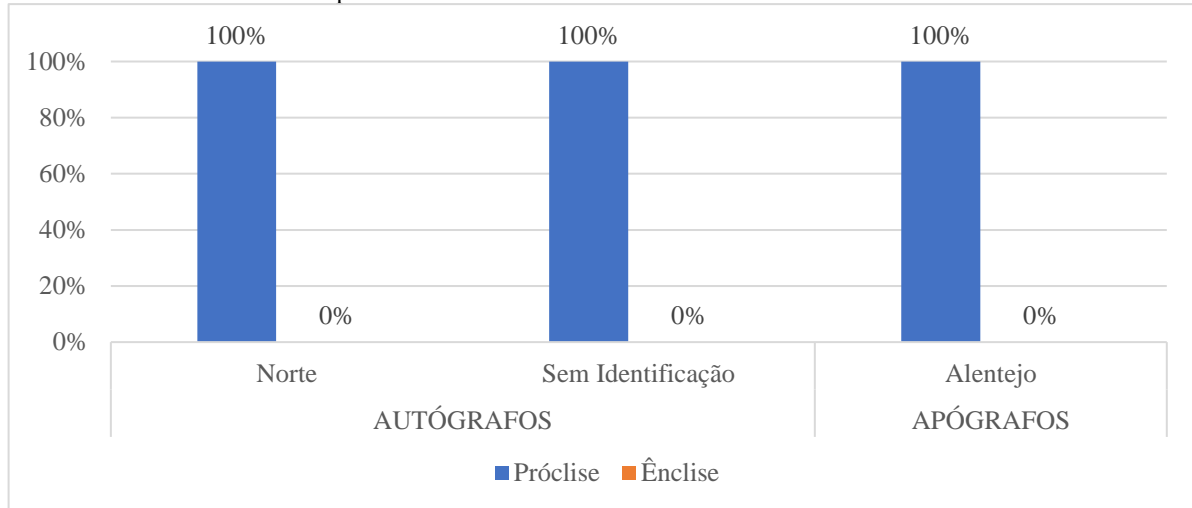
Tabela 3.16 – Colocação de clíticos em contextos variáveis por local de nascimento em dados do século XVII

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	SÉCULO XVII							
	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia CLUL (2014)				CLUL (2014)			
	AUTÓGRAFOS				APÓGRAFOS			
	Norte		Sem identificação		Norte		Alentejo	
P	E	P	E	P	E	P	E	
Sujeito pronominal	-	-	-	-	-	-	1/100%	-
Sujeito sintagma nominal	1/100%	-	-	-	-	-	6/100%	-
Sujeito com O. relativa	-	-	-	-	-	-	1/100%	-
Sintagma preposicional	4/100%	-	2/100%	-	-	-	-	-
Sintagma adverbial	-	-	-	-	-	-	1/100%	-
2ª coordenadas c/ conectivos	2/100%	-	-	-	2/100%	-	11/84.6%	2/15.4%
2ª coordenadas iniciais	1/50%	1/50%	-	-	-	-	-	1/100%
Verbo precedido de O. dependente	1/100%	-	2/100%	-	-	-	4/100%	-
Total	9	1	4	-	2	-	24	3

Fonte: autoria própria.

As sentenças principais com verbo antecedido por elementos neutros apresentam próclise definitiva em todas as regiões registradas nos *corpora* datados do século XVII (cf. Gráfico 3.20).

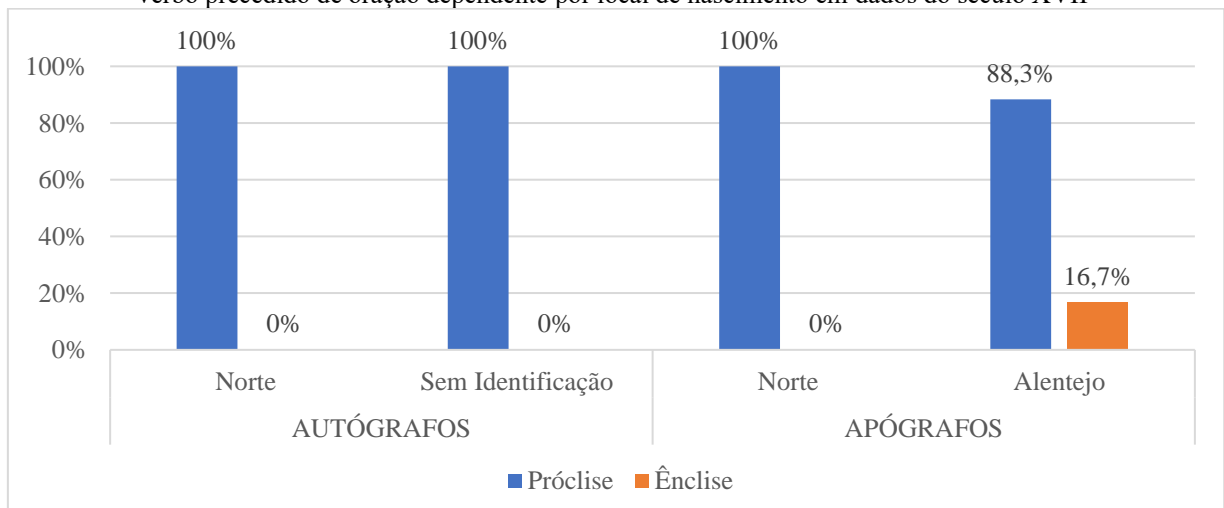
Gráfico 3.20 – Colocação de clíticos em sentenças principais com verbo precedido elementos neutros por local de nascimento em dados do século XVII



Fonte: autoria própria.

Nos contextos sintáticos em que o verbo está em sentença principal e precedido por oração dependente, além das segundas coordenadas, a próclise definitiva está presente em dados do Norte, de *scriptores* sem identificação de naturalidade (em textos autógrafos), bem como nas ocorrências atribuídas a portugueses do Norte (em textos apógrafos). A ênclise, com baixa proporção, é verificada em textos apógrafos de autores intelectuais da região do Alentejo (cf. Gráfico 3.21).

Gráfico 3.21 – Colocação de clíticos em orações segundas coordenadas e sentenças principais com verbo precedido de oração dependente por local de nascimento em dados do século XVII



Fonte: autoria própria.

Quanto aos dados do século XVIII, a distribuição da colocação, com indicação do número de ocorrências, pode ser verificada nas Tabelas 3.17 e 3.18.

Tabela 3.17 – Colocação de clíticos em contextos variáveis por local de nascimento em dados do século XVIII (em documentos autógrafos)

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	SÉCULO XVIII											
	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia Barbosa (1999) CLUL (2014)											
	AUTÓGRAFOS											
	Área metropolitana de Lisboa		Alentejo		Centro		Norte		Ilha da Madeira		Sem identificação	
P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	
Sujeito pronominal	8 88.9%	1 11.1%	-	-	1 100%	-	8 100%	-	1 50%	1 50%	12 100%	-
Sujeito sintagma nominal	1 100%	-	-	-	1 100%	-	1 100%	-	1 100%	-	9 100%	-
Sujeito com O. relativa	1 100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sintagma preposicional	4 57.1%	3 42.9%	-	-	2 100%	-	6 75%	2 25%	-	1 100%	9 81.8%	2 18.2%
Sintagma adverbial	1 100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5 83.3%	1 16.7%
Sintagma adjetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 100%	-
2ª coordenadas c/ conectivos	2 66.7%	1 33.3%	2 100%	-	1 100%	-	9 75%	3 25%	2 66.7%	1 33.3%	25 92.6%	2 7.4%
2ª coordenadas iniciais	-	1 100%	-	-	-	-	-	-	-	1 100%	-	1 100%
Verbo precedido de O. dependente	4 44.4%	5 55.6%	-	-	4 100%	-	6 85.7%	1 14.3%	-	1 100%	20 76.9%	6 23.1%
Total	21	11	2	-	9	-	30	6	4	5	81	12

Fonte: autoria própria.

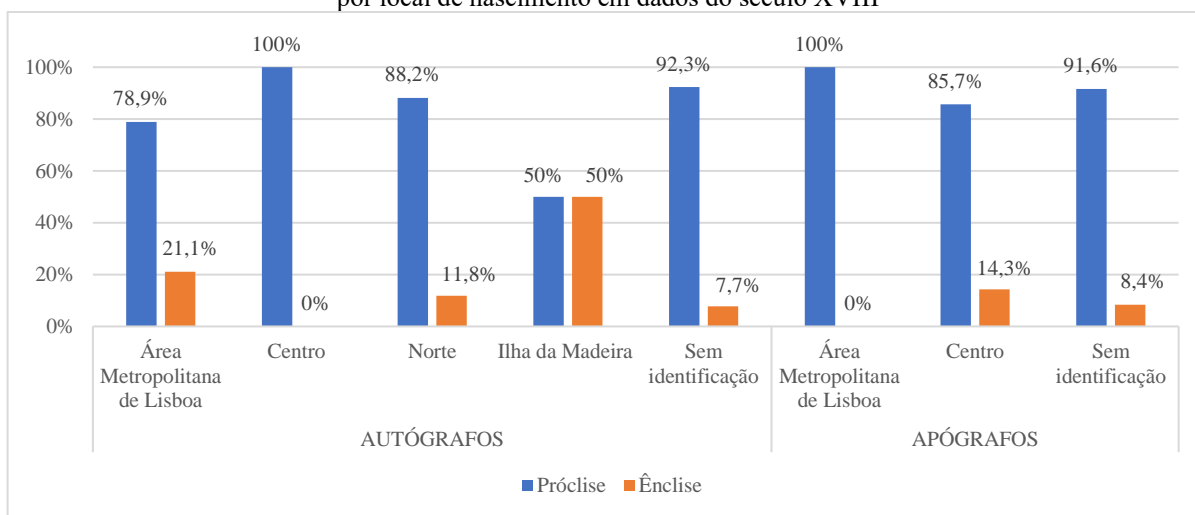
Tabela 3.18 – Colocação de clíticos em contextos variáveis por local de nascimento em dados do século XVIII (em documentos apógrafos)

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	SÉCULO XVIII					
	Barbosa (1999) Marcotulio (2008) CLUL (2014)					
	APÓGRAFOS					
	Área metropolitana de Lisboa		Centro		Sem identificação	
P	E	P	E	P	E	
Sujeito pronominal	-	-	30/93.8%	2/6.2%	1/100%	-
Sujeito sintagma nominal	-	-	9/75%	3/25%	3/100%	-
Sujeito com O. relativa	-	-	8/100%	-	-	-
Sintagma preposicional	-	-	12/85.7%	2/14.3%	6/85.7%	1/14.3%
Sintagma adverbial	1/100%	-	1/25%	3/75%	1/100%	-
2ª coordenadas c/ conectivos	-	-	15/71.4%	7/31.8%	5/100%	-
2ª coordenadas iniciais	1/100%	-	5/71.4%	2/28.6%	1/50%	1/50%
Verbo precedido de O. dependente	3/100%	-	25/80.6%	6/19.4%	14/82.4%	3/17.6%
Total	5	-	105	25	31	5

Fonte: autoria própria.

Em contextos com verbo precedido por elementos neutros, há próclise definitiva entre *scriptores* do Centro e nos documentos atribuídos a portugueses da Área Metropolitana de Lisboa. *Scriptores* da Ilha da Madeira apresentam variação equilibrada, 50% para cada tipo de colocação. Nas demais regiões, a colocação a próclise predomina (cf. Gráfico 3.22).

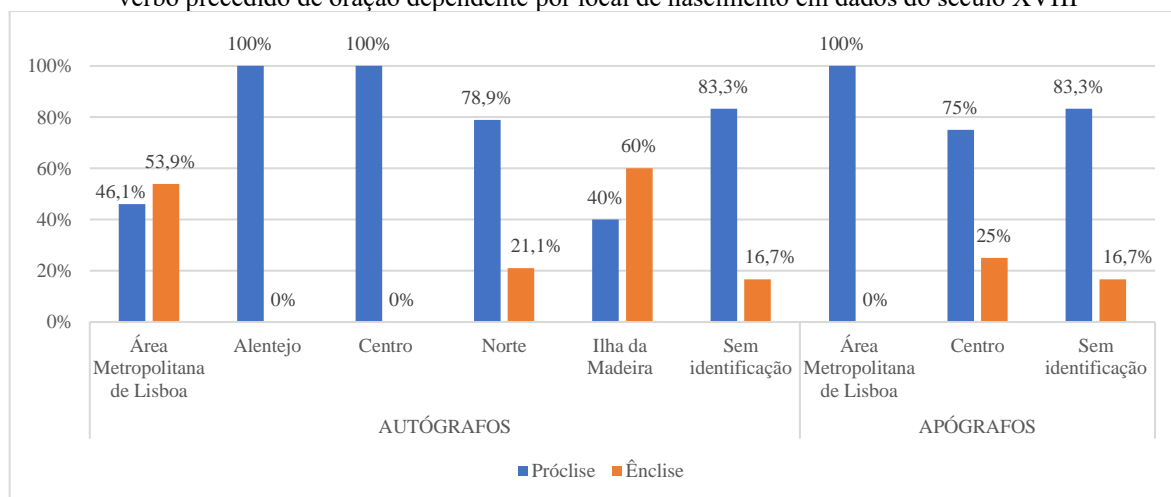
Gráfico 3.22 – Colocação de clíticos em sentenças principais com verbo precedido elementos neutros por local de nascimento em dados do século XVIII



Fonte: autoria própria.

Os dados de sentenças segundas coordenadas e principais com verbo precedido por oração dependente das regiões do Alentejo, do Centro (textos autógrafos) e da Área Metropolitana de Lisboa (textos apógrafos) apresentam próclise categórica. A variação, com prevalência de ênclise nos *corpora* do século XVIII, é vista em dados de *scriptores* da Área Metropolitana de Lisboa (53,9%) e da Ilha da Madeira (60%). A ênclise se apresenta com menor frequência no Norte e nos textos atribuídos a indivíduos do Centro (cf. Gráfico 3.23).

Gráfico 3.23 – Colocação de clíticos em orações segundas coordenadas e sentenças principais com verbo precedido de oração dependente por local de nascimento em dados do século XVIII



Fonte: autoria própria.

Por fim, os dados do século XIX são expostos na Tabela 3.19.

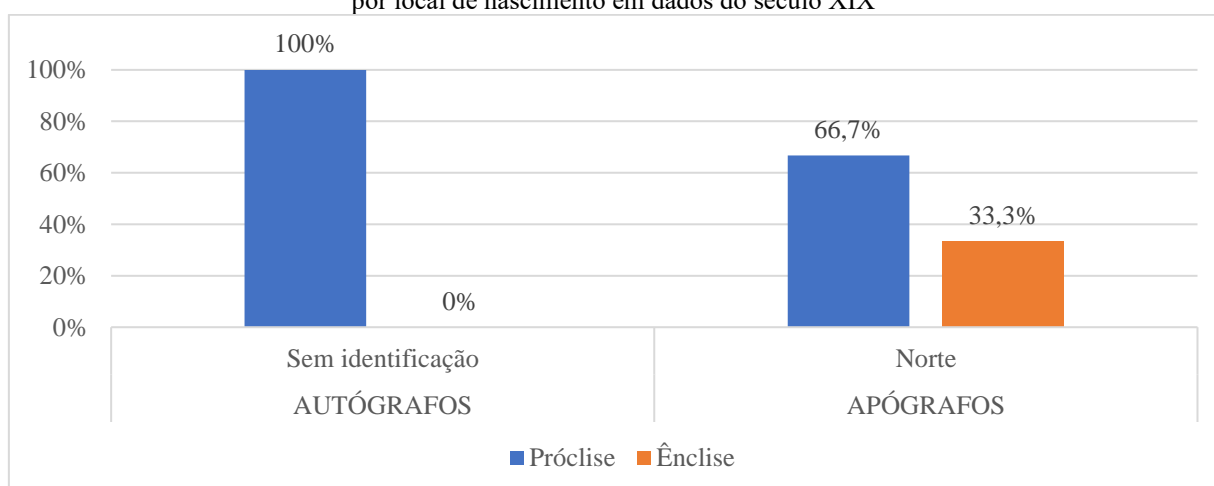
Tabela 3.19 – Colocação de clíticos em contextos variáveis por local de nascimento em dados do século XIX

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	SÉCULO XIX			
	CLUL (2014)		CLUL (2014)	
	AUTÓGRAFOS		APÓGRAFOS	
	Sem identificação		Norte	
	P	E	P	E
Sujeito pronominal	2/100%	-	6/60%	4/40%
Sujeito sintagma nominal	-	-	6/66.7%	3/33.3%
Sujeito com O. relativa	-	-	2/100%	-
2ª coordenadas c/ conectivos	-	-	-	1/100%
Verbo precedido de O. dependente	1/100%	-	3/100%	-
Total	3	-	3	1

Fonte: autoria própria.

Nas sentenças com verbo precedido por elementos neutros, nota-se que as ocorrências se encaixam em dois grupos: o primeiro refere-se aos textos autógrafos cujos *scriptores* não possuem informações sobre a região; o segundo abrange casos de textos apógrafos atribuídos a indivíduos do Norte. O grupo sem informação quanto à naturalidade apresenta próclise categórica, ao passo que, nos dados correspondentes à região Norte, há variação com próclise predominante (66,7%) (cf. Gráfico 3.24).

Gráfico 3.24 – Colocação de clíticos em sentenças principais com verbo precedido elementos neutros por local de nascimento em dados do século XIX

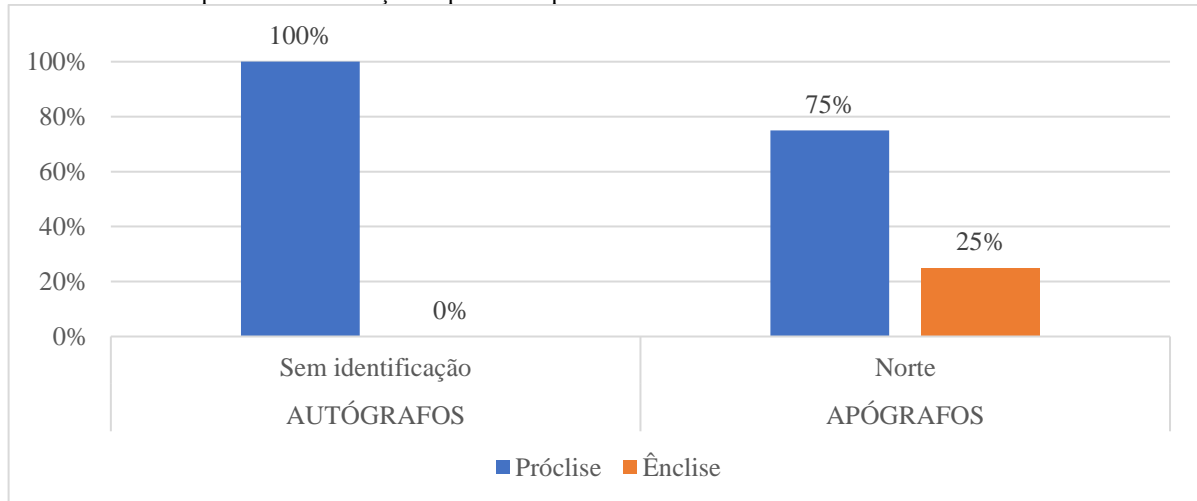


Fonte: autoria própria.

mesmo ocorre em sentenças com verbo antecedido por orações dependentes e nas segundas coordenadas, visto que a próclise definitiva se apresenta em textos autógrafos, e a

variação com dominância de próclise (75%) aparece nas ocorrências de documentos apógrafos atribuídos a indivíduos do Norte (cf. Gráfico 3.25).

Gráfico 3.25 – Colocação de clíticos em orações segundas coordenadas e sentenças principais com verbo precedido de oração dependente por local de nascimento em dados do século XIX



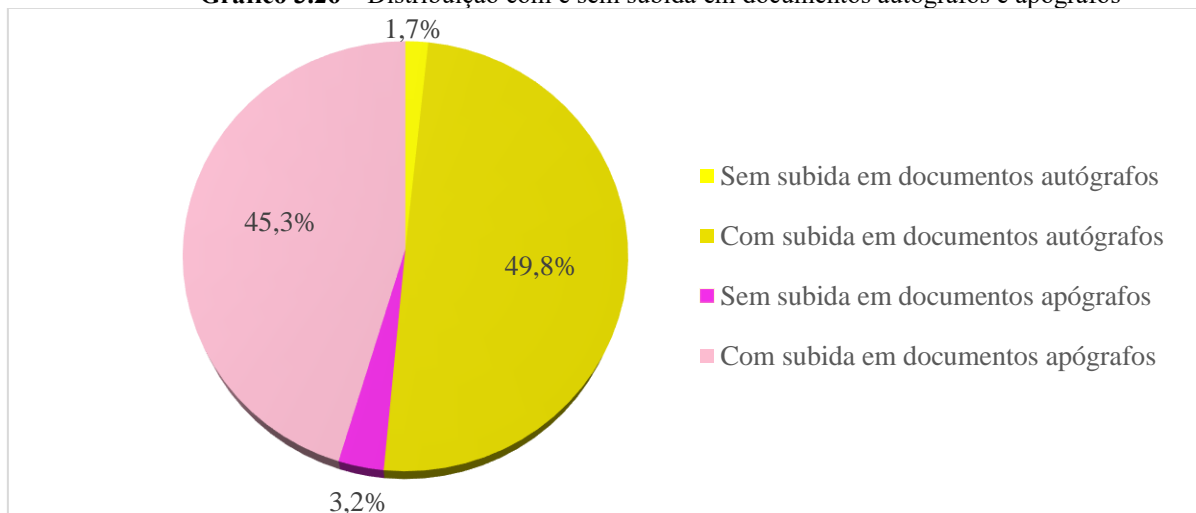
Fonte: autoria própria.

A seção seguinte apresenta a descrição dos dados de colocação de clíticos em construções formadas por grupos verbais.

3.2 CONSTRUÇÕES COM GRUPOS VERBAIS

Nas construções com grupos verbais, formadas por um verbo finito e outro no infinitivo, foram encontradas 313 ocorrências. O Gráfico 3.26 expõe a distribuição do fenômeno da subida de clítico nos conjuntos autógrafos e apógrafos.

Gráfico 3.26 – Distribuição com e sem subida em documentos autógrafos e apógrafos



Fonte: autoria própria.

De maneira geral, os percentuais ilustrados no gráfico mostram que a subida do clítico é dominante em textos autógrafos e apógrafos. No caso do conjunto apógrafo, a colocação sem subida do clítico apresenta uma diferença de 3,4% a mais em relação aos textos autógrafos; contudo, os números são próximos e indicam que, nos períodos observados, os *scriptores* que produziram os *corpora* desta pesquisa demonstram preferência pela subida.

De acordo com Martins (2016), o português medieval apresenta o padrão de subida do clítico em praticamente todos os contextos. A adjacência do clítico ao verbo no infinitivo aparece, nos dados do século XVI, como forma rara de colocação e, a partir do século XVIII, a adjacência ao segundo verbo apresenta ascensão — inicialmente variando com a próclise ao primeiro verbo e, posteriormente, tornando-se a colocação padrão do período. Já no século XIX, a colocação sem subida aparece de forma quase categórica em dados da escrita em Portugal. A ênclise ao primeiro verbo, por sua vez, é tipificada por Andrade (2010) como uma colocação marginal, havendo poucos registros dessa configuração em todos os períodos.

A Tabela 3.20 detalha os quantitativos referentes à adjacência do clítico no grupo verbal.

Tabela 3.20 – Adjacência do clítico em dados com e sem subida do clítico nos *corpora*

ESTRUTURAS	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS EM <i>CORPORA</i> AUTÓGRAFO	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS EM <i>CORPORA</i> APÓGRAFO
COM SUBIDA DE CLÍTICO		
cl-V V	126	126
cl V X V	17	11
V-cl V	12	4
V-cl X V	2	-
Total	157 / 96.9%	141 / 93.4%
SEM SUBIDA DE CLÍTICO		
V V-cl	4	10
V X cl V	1	-
Total	5 / 3.1%	10 / 6.6%
TOTAL GERAL	162 / 51.4%	151 / 48.6%

Fonte: autoria própria.

De acordo a Tabela 3.20, os *corpora* evidenciam a dominância da subida, com o clítico precedendo o verbo, totalizando 280 casos desse tipo (exs. 3.26a e 3.27a). A ênclise ao primeiro verbo é registrada em 18 ocorrências, entre textos autógrafos e apógrafos (exs. 3.26b e 3.27b). Quanto à colocação sem subida do clítico, há um total de 15 dados (exs. 3.26c e 3.27c). Nesse primeiro momento, os dados parecem corresponder aos padrões indicados por Martins (2016) em relação às colocações encontradas a partir do século XVI. A seguir, são exibidos alguns exemplos dos padrões encontrados nesta pesquisa.

Dados autógrafos

(3.26) a. *e* Agora depois de Injuriado *e* destruido diz aos **que o vão visitar** coitado do *Lecenciado* que agora sej *que* tudo foraõ *testemunhas* falsas

(cydade dabaya, 10 de Junho de 1555, JF-DP-3)

b. Olhe se eu apanhase aquela velha enfeitada *que* he cauza de tantos distroços **havialhe dizer**, *que* se não sabia a *quantas* vidas dava golpes

(Recife datação entre 1770 e 1772, BSA-PS-37)

c. **Dezejomerecer-lhe** Ocações de seu serviço.

(Pernambuco, 17 de janeiro de 1798, MMS-CC-57)

Dados apógrafos

(3.27) a. *e* Vosa *merçe* a maõda raturar *pera* a ver el-rey// muitas cazas **se podem fazer** nestas ladeiras

(Sem local [Bahia], 13 de Julho de 1551, LD-DPB-2)

b. Da esmola *que* mandava cuidando eu seria como o lima **ficavame devendo** o mestre seis mill *reis* de nossas contas

(Rio de Janeiro 16 de Julho 1657, AFM-PS-6)

c. Muito **dezejaria falar**te arespeito doteu mesmo- Governo e-emalguns daqueles pontos emque meparece Suma- mente preciso prevenirte com-anticipasaõ, porem isto ficará rezervado para ocaziaõ demais descanço.

(Rio de janeiro 20 de junho de 1775, ML-EP-16)

As próximas seções salientam fatores relevantes para o comportamento dos clíticos em construções finitas com verbos auxiliares, temporais e de reestruturação.

3.2.1 Formas verbais flexionadas

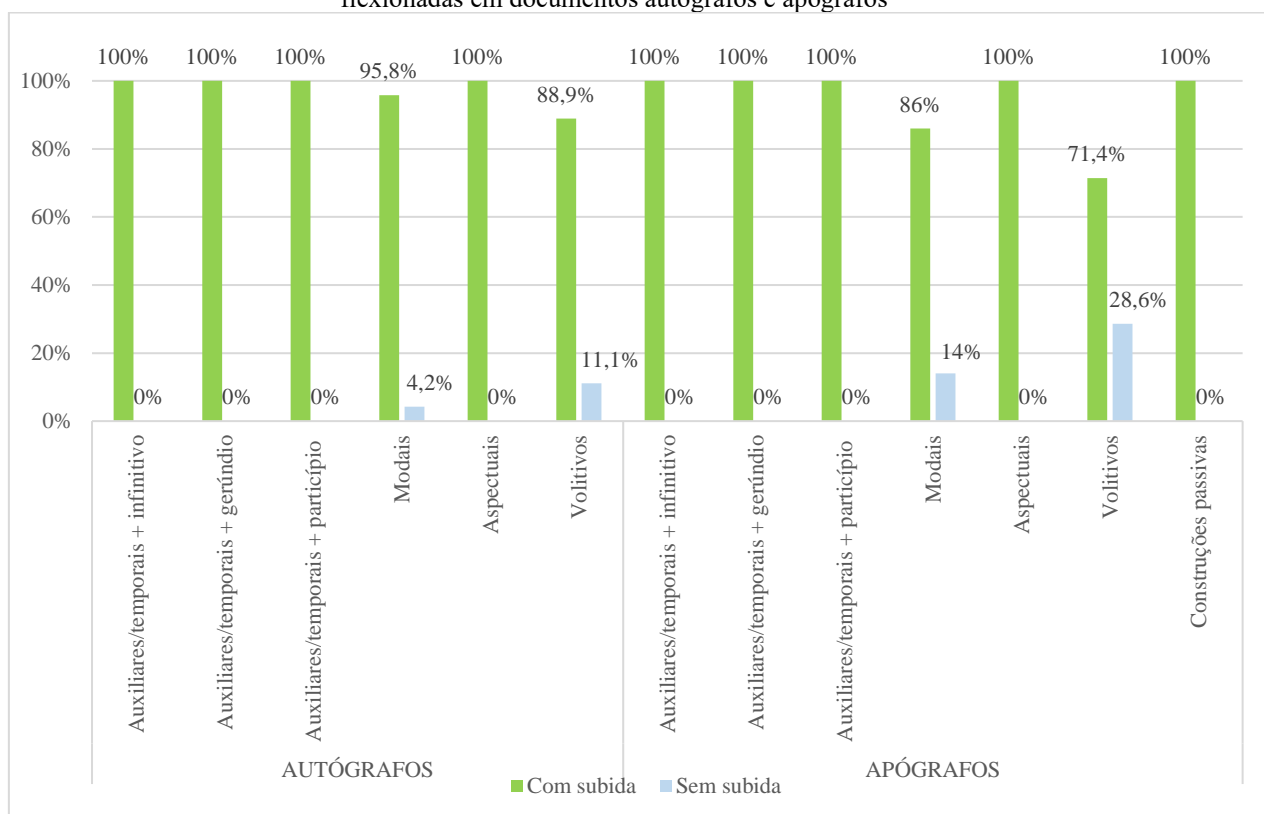
Estudos sobre o fenômeno da subida de clíticos indicam que o tipo de verbo utilizado na posição superior é um fator condicionante do comportamento dos clíticos. Além disso, a combinação entre as formas verbais flexionadas e o tipo de verbo no infinitivo é destacada em pesquisas sobre a sintaxe dos clíticos em construções com grupos verbais (Pagotto, 1992; Martins, 1994; Carneiro, 2005; Andrade, 2010; Reis, 2011).

As pesquisas antecedentes apontam que, em estruturas cujo primeiro verbo seleciona o particípio — especialmente os verbos “*haver*” e “*ter*” —, verifica-se a obrigatoriedade da subida do clítico. Do mesmo modo, o verbo “*ser*” em construções passivas, o verbo “*ter*” e alguns verbos aspectuais, como “*estar*”, acompanhados de gerúndio, são comumente

encontrados com subida em dados de autores europeus. Verbos que selecionam o infinitivo, por sua vez, apresentam subida opcional.

Os percentuais gerais encontrados nos *corpora* desta pesquisa são exibidos no Gráfico 3.27.

Gráfico 3.27 – Distribuição dos dados com ou sem subida de clíticos considerando as formas verbais flexionadas em documentos autógrafos e apógrafos



Fonte: autoria própria.

Os resultados evidenciam a colocação categórica da subida do clítico em estruturas com praticamente todos os tipos de verbos finitos — sejam eles elementos que imponham ou não a subida do clítico. A colocação sem subida, nos *corpora*, mostra-se restrita a estruturas com verbos modais e volitivos. Esse padrão é observado tanto em textos autógrafos quanto em textos apógrafos. Os quantitativos relacionados às formas verbais flexionadas nos textos autógrafos e apógrafos estão apresentados nas Tabelas 3.21 e 3.22, respectivamente.

Tabela 3.21 – Subida de clítico considerando as formas verbais flexionadas em documentos autógrafos

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	DOCUMENTOS AUTÓGRAFOS											
	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia CLUL (2014)		Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia CLUL (2014)				Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia Barbosa (1999) CLUL (2014)				CLUL (2014)	
	SÉCULO XVI		SÉCULO XVII				SÉCULO XVIII				SÉCULO XIX	
	1550 – 1599		1600 – 1649		1650 – 1699		1700 – 1749		1750 – 1799		1800 – 1851	
	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S
Auxiliares/temporais + infinitivo	2/100%	-	-	-	-	-	10/100%	-	12/100%	-	1/100%	-
Auxiliares/temporais + gerúndio	-	-	-	-	1/100%	-	2/100%	-	9/100%	-	-	-
Auxiliares/temporais + particípio	1/100%	-	2/100%	-	-	-	3/100%	-	45/100%	-	3/100%	-
Modais	2/66.7%	1/33.3%	1/100%	-	1/100%	-	9/100%	-	34/97.1%	1/2.9%	-	-
Aspectuais	-	-	-	-	-	-	-	-	4/100%	-	-	-
Volitivos	-	-	-	1/100%	-	-	2/100%	-	13/92.9%	1/7.1%	-	1/100%
Total	5	1	3	1	2	-	26	-	115	2	4	1

Fonte: autoria própria.

Tabela 3.22 – Subida de clítico considerando as formas verbais flexionadas em documentos apógrafos

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	DOCUMENTOS APÓGRAFOS							
	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia		CLUL (2014)		Barbosa (1999) Marcotulio (2008)		CLUL (2014)	
	SÉCULO XVI		SÉCULO XVII		SÉCULO XVIII		SÉCULO XIX	
	1550 – 1599		1650 – 1699		1750 – 1799		1800 – 1851	
	C	S	C	S	C	S	C	S
Auxiliares/temporais + infinitivo	-	-	1/100%	-	11/100%	-	1/100%	-
Auxiliares/temporais + gerúndio	-	-	-	-	10/100%	-	-	-
Auxiliares/temporais + particípio	-	-	1/100%	-	62/100%	-	4/100%	-
Modais	2/100%	-	3/100%	-	29/82.9%	6/17.1%	3/100%	-
Aspectuais	-	-	2/100%	-	1/100%	-	-	-
Volitivos	-	-	-	-	10/76.9%	3/23.1%	-	1/100%
Construções passivas	-	-	-	-	1/100%	-	-	-
Total	2	-	7	-	124	9	8	1

Fonte: autoria própria.

Assim, não houve violação da regra em dados cuja estrutura impõe a subida do clítico nos *corpora*. Verbos auxiliares/temporais com forma verbal infinitiva apresentaram subida categórica em todos os conjuntos documentais, bem como em todos os períodos. Ao observar o comportamento dos clíticos em construções formadas por verbos modais e volitivos, nota-se que, no século XVI, uma pequena variação se apresenta em textos autógrafos: do total de 3 dados, a subida ocorre em dois. No conjunto apógrafo, nesse mesmo período, 2 dados são encontrados, ambos com subida do clítico.

No século XVII, a subida ocorre em todos os dados com sentenças formadas por verbos modais, ao passo que a única construção com verbo volitivo, documentada em texto

autógrafo, apresenta adjacência do clítico em ênclise ao segundo verbo. Quanto ao século XVIII, na primeira metade do período, a subida é categórica tanto em construções com verbos modais quanto com volitivos. A segunda metade, por sua vez, é marcada por variação, com prevalência da ligação do clítico ao primeiro verbo em textos autógrafos e apógrafos. Por fim, os dados do século XIX apresentam resultados categóricos de subida em ocorrências com verbo modal e ausência de subida nas construções com volitivos.

Martins (1994) afirma que, em construções com verbo volitivo, a subida ocorrerá sempre que for permitida. Carneiro (2005) aponta que verbos modais e volitivos apresentam tendência à ênclise ao segundo verbo no PE contemporâneo. Os dados de portugueses no Brasil mostram que, apesar de a subida se apresentar de forma dominante em todos os períodos, a ênclise ao segundo verbo em estruturas com modais é possível desde o século XVI.

Dados autógrafos

Auxiliar/temporal + infinitivo

(3.28) a. eu a todo o Tempo o saberei o que elle fas se fas o que deve pois eu *sertamente* com *muita* brevidade **os irei ver**

(Vila Rica Minas Gerais ano de 1780, DF-PS-44)

Auxiliar/temporal + gerúndio

(3.29) a. **Vai_se concludindo** a reparaçãõ dos quartéis do Terço Velho no sitio da Palma, em *que* he precizo incluir os dos officiais

(Baía, 5 de Dezembro de 1731, MPC-DPB-8)

Auxiliar/temporal + participípio

(3.30) a. He percizo representar a *vosa Magestade que* vim a este Reýno com a *neççidade* urgente de buscar remedio aos achaques *que* padeço; em *que* experimento taõ poca melhora como além de ser notorio, constará por certidões dos medicos *que me_tem assistido*, e *me_achaõ actualmente* na mesma *neceçidade*

([Bahia], 30 de Janeiro de 1731, MPC-DPB-9)

Modal

(3.31) a. etoda ades-peza que *Vossa merce* fizer, *promptamente* satisfarei *aquem* medetreminar, a-inda *que* sedê alguas luvaz, eportodo otrabalho *que Vossa Mercê* com isto tiver lheficarei húa emuitas vezes agradecido, estimando tambem ter ocazioenz em*que posa mostrar-lhe* oquanto souseu

(Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1793, MAS-CC-92)

Aspectual

(3.32) a. e *que muitas vezes vay a minha caza*, e tanto mo afirma *que* nas costas do mesmo sobreescrito da carta **me torna a repetir** as palavras

(Bahia 13 de setembro de 1758, PBP-PS-28)

Volitivo

(3.33) a. f. *Respeito aoque me dis do Dinheiro do Francisco Vossa mercê Senão tiver a Sirtado odinheiro Com achegada desta onão a Sirte por que eu quero-me Safar*

(Bahia, 14 de fevereiro de 1794, JSR-CC-11)

Dados apógrafos

Auxiliar/temporal + infinitivo

(3.34) a. e *muito difficil me foi moderar* os ânimos

(Recife 6 de agosto de 1821, LR-PS-51)

Auxiliar/temporal + gerúndio

(3.35) a. Esta **se=tem verificado** mais seriamente, quando ja / Sem effeito algum, apesar dos annos se passarem

(Rio de Janeiro, 1 de março de 1798, RSC-DO-105)

Auxiliar/temporal + participípio

(3.36) a. **Tinham esquecido** contar a *Vossa Excelência* dabelissima conveniência *que* farei neste Governo

(Rio de janeiro 20 de fevereiro de 1770, ML-ER-1)

Modal

(3.37) a. Nem **me podia ocorrer** que este Oficial, que para tomar posse do Comando da Esquadra foi necessario preceder a parte de doente do Comandante de propriedade, tivesse a culpavel lembrança de lhe entregar a Devaça, antes de se publicar na ordem ter ces-sado o seu impedimento, para ser reconhecida a sua authority.

(Rio de Janeiro, ano de 1795, LPS-DO-94)

Aspectual

(3.38) a. Da esmola *que* mandava cuidando eu seria como o lima **ficavame devendo** o mestre seis mill *reis* de nossas contas

(Rio de Janeiro 16 de Julho 1657, AFM-PS-6)

Volitivo

(3.39) a. com a minha chegada direi a *Vossa mercê* como isso hé [espaço] Dehúas fazendas *que* mandei *para* esta (como já o parteçipei) pro[↑ce]derá húa Remessa *que* a *Vossa mercê* sehá defazer em rollos defumo em os Navios *que* se estão apromptando *para* hirem no Comboyo, isto **mepremete fazer** obom do Correspondente inculcado pelo Amigo Roque

(Bahia, 16 de março de 1798, ARCV-CC-3)

Construção passiva

(3.40) a. depois *que* atua Carta **mefoi entregue** ninguem maiz meveyo falar em dependenciaz delle

(Rio de janeiro 23 de junho de 1770, ML-ER-9)

Levando em consideração que a subida do clítico ocorreu em todas as estruturas formadas por infinitivo participial e com os verbos “ser”, “ir”, “estar” e alguns aspectuais com gerúndio, essas ocorrências foram excluídas da observação dos aspectos apresentados nas próximas seções, uma vez que constituem contexto categórico. Assim, dos 313 dados, restaram 164 em que a colocação do clítico possibilita resultados variáveis — com ou sem subida. Do total, 92 dados são oriundos de textos autógrafos e 72 de apógrafos.

Levando em consideração que a subida do clítico ocorreu em todas as estruturas formadas por infinitivo participial e com verbos “ser”, “ir”, “estar” e alguns aspectuais com gerúndio. Essas ocorrências foram excluídas da observação dos aspectos apresentados nas próximas seções, uma vez que constituem contexto categórico. Assim, de 313 dados, restaram 164 cuja colocação do clítico possibilita resultados variáveis de subida ou sem. Do total, 92 dados são oriundos de textos autógrafos e 72 de apógrafos.

3.2.2 Contexto sintático

De acordo com Andrade (2010), a configuração do ambiente sintático exerce influência na colocação de clíticos em construções formadas por grupos verbais. Assim, em sentenças principais com a presença de elementos atratores — mais especificamente focalizadores, quantificadores, alguns advérbios e itens negativos — antecedendo o primeiro verbo, há maior tendência de o clítico aparecer adjacente, em próclise, ao verbo finito. Ainda que seja possível ocorrer ênclise ao verbo no infinitivo nesses contextos, comumente as taxas são mais baixas.

O Gráfico 3.28 mostra a distribuição dos resultados dos *corpora* estudados, considerando a colocação do clítico em contextos que favorecem a subida e em outros contextos.

O. adjuntas	-	-	1/100%	-	-	-	5/100%	-	9/100%	-	-	-
O. clivadas	-	-	-	-	-	-	-	-	2/100%	-	-	-
O. com “porque”	-	-	-	-	-	-	-	-	2/100%	-	1/100%	-
2ª coordenadas dependentes	-	-	-	-	-	-	-	-	1/100%	-	-	-
Total	3	1	2	1	1	-	20	-	60	2	1	1

Fonte: autoria própria.

No conjunto em questão, em todas as ocorrências em que há a presença de um elemento atrator, a colocação com subida é categórica. São encontradas 5 ocorrências de colocação sem subida, distribuídas ao longo de todos os períodos observados. Todas essas ocorrências ocorrem em contextos cuja estrutura não é formada por elemento que amplie a tendência de subida do clítico. Os dados em que ocorre a colocação sem subida do clítico são listados a seguir.

Dados autógrafos

(3.41) a. **Dezejomerecer-lhe** Ocações de seu serviço.

(Pernambuco, 17 de janeiro de 1798, MMS-CC-57)

b. **quero concederlhe** *que vosmece* tem razão de estarem agravados de mim

(Maranhã 06 de agosto de 1807, AVP-PS-48)

c. muitos recados a meu irman joão de araujo adonde quer *que* elle estiver e a minha irman maria de araujo e a meu primo joão frernandes na cr crs da pedra mais **espero de me mandar** a minha bencam

(Brasil 10 de agosto de 1679, AA-PS-9)

d. e neste instante quis *deus* por sua miseriCordia lenbrarse de mim que **permittio tratarse** hũ casamento que ja se tratava dantes Comigo

(Capitania de São Vicente 10 de março de 1592, AVV-PS-4)

e. com isto tiver lheficarei húa emuitas vezes agradecido, estimando tambem ter ocazioenz em*que* **posa mostrar-lhe** oquanto souseu

(Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1793, MAS-CC-92)

Vale salientar que, em dados de portugueses — diferentemente dos brasileiros —, não há registros de colocação sem subida com clítico em próclise e adjacência direta ao verbo. No exemplo 3.12c, a presença da preposição *de* determina a colocação sem subida do clítico; todavia, esse dado não se classifica como um caso semelhante ao que ocorre no PB.

Os resultados de textos apógrafos são ilustrados na Tabela 3.24.

Tabela 3.24 – Subida de clítico em contextos sintáticos em documentos apógrafos

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	DOCUMENTOS APÓGRAFOS							
	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia		CLUL (2014)		Barbosa (1999) Marcotulio (2008)		CLUL (2014)	
	SÉCULO XVI		SÉCULO XVII		SÉCULO XVIII		SÉCULO XIX	
<i>Contextos que favorecem a subida</i>	1550 – 1599		1650 – 1699		1750 – 1799		1800 – 1851	
	C	S	C	S	C	S	C	S
Focalizadores	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantificadores	1/100%	-	-	-	3/75%	1/25%	-	-
Advérbios atratores	-	-	-	-	3/100%	-	1/100%	-
O. negativas	-	-	-	-	6/85.7%	1/14.3%	1/100%	-
<i>Outros contextos</i>								
Sentença V1	-	-	-	-	1/50%	1/50%	-	-
Sujeito pronominal	-	-	-	-	4/80%	1/20%	-	-
Sujeito sintagma nominal	-	-	-	-	-	-	-	-
Sujeito com O. relativa	-	-	-	-	-	-	-	-
Sintagma preposicional	-	-	-	-	1/100%	-	-	-
2ª coordenadas c/ conectivos	-	-	-	-	1/100%	-	-	-
2ª coordenadas iniciais	-	-	-	-	-	2/100%	-	-
Verbo precedido de O. dependente	-	-	-	-	-	1/100%	-	-
O. completivas	1/100%	-	1/100%	-	13/86.7%	2/13.3%	-	1/100%
O. relativas	-	-	1/100%	-	15/100%	-	1/100%	-
O. adjuntas e	-	-	2/100%	-	1/100%	-	1/100%	-
O. clivadas	-	-	-	-	1/100%	-	-	-
O. com “porque”	-	-	-	-	2/100%	-	-	-
2ª coordenadas dependentes	-	-	-	-	1/100%	-	-	-
Total	2	-	4	-	52	9	4	1

Fonte: autoria própria.

Em textos apógrafos, há 10 ocorrências de colocação do clítico sem subida: 9 são provenientes de documentos produzidos no século XVIII e 1, do século XIX. Desses dados, 2 ocorrências provêm de sentenças formadas por elementos que ampliam a possibilidade de próclise ao verbo finito. As ocorrências de ênclise ao segundo verbo são elencadas a seguir.

(3.42) a. Daqui vem, julgar eu tão jus=tamente, que *Vossa Excelência* **deve tomarme** a Sua conta como quem he, e Servir-se em Socorreime com generosidade

(Rio de Janeiro, 1 de março de 1798, RSC-DO-105)

b. Ao que me respondeo, que os Comandantes **podião recolher-se** abordo, ficando os Cofres em terra confiados a hu'a guarda, ou passarem estes para bordo, onde a exemplo do que já em ou-tro tempo se tinha praticado, irião as partes entregar as suas remessas.

(Rio de Janeiro, ano de 1795, LPS-DO-94)

c. Muito **dezejariafalar**tearespeitodoteu mesmo- Governo e-emalguns daqueles pontos emquemeparece Suma- mente precizoprevenirtecom-anticipasaõ, porem isto ficará rezervado paraocaziaõ demaisdescanço.

(Rio de janeiro 20 de junho de 1775, ML-EP-16)

d. porem eu naõmetenho podido dezemba- racar como queria, e ainda agora naõ**posso escreverteta**ãex- tenço comotinha tençaõ.

(Rio de janeiro 9 de janeiro de 1776, ML-EP-27)

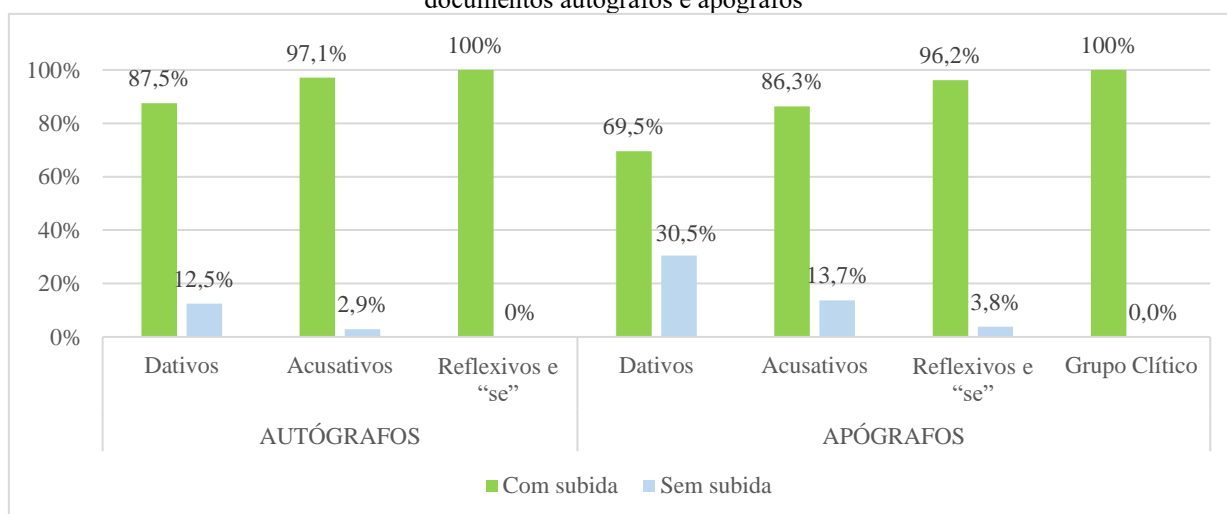
e. e algumas personagens de consideração que por aqui passarão me disserão que já não **esperavão acharme vivo**.

(Recife 6 de agosto de 1821, LR-PS-51)

3.2.3 Tipo de clítico

A função do clítico revela influências sobre sua colocação em construções formadas por dois verbos. De acordo com Andrade (2010), ocorrências com clíticos dativos e grupos clíticos apresentam maior propensão à subida; em contrapartida, dados com clíticos acusativos e reflexivos, além do clítico *se*, apresentam menores taxas de subida entre os séculos XVI e XIX. O Gráfico 3.29 expõe as taxas de colocação nos *corpora*.

Gráfico 3.29 – Distribuição dos dados com ou sem subida de clíticos por função do clítico em documentos autógrafos e apógrafos



Fonte: autoria própria.

Sem considerar a divisão por períodos, os resultados gerais, expostos no Gráfico 3.29, mostram a dominância da subida do clítico em construções formadas por clíticos de todas as naturezas. Observam-se maiores taxas de colocação sem subida em sentenças com clíticos dativos (30,5%), o que difere dos resultados gerais desta pesquisa em relação aos encontrados por Andrade (2010).

Para mais informações sobre essa distribuição, as Tabelas 3.25 e 3.26 expressam os quantitativos relacionados a esse fator por período.

Tabela 3.25 – Subida de clítico considerando o tipo de clítico em documentos autógrafos

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	DOCUMENTOS AUTÓGRAFOS											
	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia CLUL (2014)		Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia CLUL (2014)				Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia Barbosa (1999) CLUL (2014)				CLUL (2014)	
	SÉCULO XVI		SÉCULO XVII				SÉCULO XVIII				SÉCULO XIX	
	1550 – 1599		1600 – 1649		1650 – 1699		1700 – 1749		1750 – 1799		1800 – 1851	
	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S
Dativos	-	-	1/50%	1/50%	-	-	10/100%	-	17/89.5%	2/10.5%	-	1/100%
Acusativos	2/66.7%	1/33.3%	-	-	-	-	6/100%	-	26/100%	-	-	-
Reflexivos e <i>se</i>	1/100%	-	1/100%	-	1/100%	-	4/100%	-	17/100%	-	1/100%	-
Total	3	1	2	1	1	-	20	-	60	2	1	1

Fonte: autoria própria.

Tabela 3.26 – Subida de clítico considerando o tipo de clítico em documentos apógrafos

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	DOCUMENTOS APÓGRAFOS							
	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia		CLUL (2014)		Barbosa (1999) Marcotulio (2008)		CLUL (2014)	
	SÉCULO XVI		SÉCULO XVII		SÉCULO XVIII		SÉCULO XIX	
	1550 – 1599		1650 – 1699		1750 – 1799		1800 – 1851	
	C	S	C	S	C	S	C	S
Dativos	-	-	1/100%	-	15/68.2%	7/31.8%	-	-
Acusativos	-	-	1/100%	-	16/94.1%	1/5.9%	2/66.7%	1/33.3%
Reflexivos e <i>se</i>	2/100%	-	2/100%	-	20/95.2%	1/4.8%	2/100%	-
Grupo Clítico	-	-	-	-	1/100%	-	-	-
Total	2	-	4	-	52	9	4	1

Fonte: autoria própria.

Conforme os dados das tabelas, os textos autógrafos apresentam ocorrências com subida do clítico em todos os períodos; ainda que em pequenas proporções, no conjunto apógrafo, por sua vez, a subida só aparece na segunda metade do século XVIII.

As construções com clíticos dativos em textos autógrafos somam 32 ocorrências, das quais 28 apresentam a subida. Em documentos apógrafos, os 23 dados contam com o fenômeno da subida em 16. Em relação aos pronomes com função acusativa, foram encontrados 56 casos: 35 em manuscritos autógrafos e 21 em apógrafos. Nesses dados, a colocação sem subida ocorreu em apenas 3 ocorrências, sendo 2 oriundas do segundo conjunto de documentos.

Quanto aos clíticos reflexivos e ao clítico *se*, das 52 ocorrências totais, a ausência de subida se apresenta em apenas 1 dado do conjunto apógrafo. Por fim, apenas 1 dado foi registrado com grupos clíticos, contendo a subida.

Dados autógrafos

Dativos

(3.43) a. se quizer remetter-me huã Boyada, *para* eu nella ganhar alguã couza (pois as tem de Dizimo) **lhe saberey agradecer**

(Bahia 3 de abril de 1759, JCS-PS-30)

b. **quero concederlhe** *que vosmece* tem razão de estarem agravados de mim

(Maranhã 06 de agosto de 1807, AVP-PS-49)

Acusativos

(3.44) a. *porque* o *Vice Rey* do estado dava conta do dezempáro em *que* se achavaõ, com prejuizo do real *serviço* e *fazenda*, e naõ haver offiçial *que as viesse reger*: e naõ obstante o *acharen*_me os medicos

(Baía, 5 de Dezembro de 1731, MPC-DP-8)

b. muitos recados a meu irman joão de araujo adonde quer *que* elle estiver e a minha irman maria de araujo e a meu primo joão frernandes na cr crs da pedra mais **espero de me mandar** a minha bencam

(Brasil 10 de agosto de 1679, AA-PS-9)

Reflexivos e *se*

(3.45) a. e sostentar a páz athe a chegada de ordens, que espero sobre a forma do governo que **se deva adoptar**

(Recife 11 de agosto de 1821, LR-PS-52)

b. **Tem-se recolhido** aqui varias embarcaçoens do Com=boyo dessa

(Pernambuco, 11 de fevereiro de 1798, JPS-CC-85)

Dados apógrafos

Dativos

(3.46) a. porem meu querido Antonio, os meus annoz, asmi- nhás experiencias, a minha amizade, eointerece que tu medevez, **me tem Obrigado** áque eu te responda mais tarde, providenciando aquelle negocio, com as reflexoes, emeyos que nospodem Ser mais deCorozoz.

(Rio de janeiro 12 de maio de 1776, ML-EP-30)

b. e algumas personagens de consideração que por aqui passarão me disserão que já não **esperavão achar-me** vivo.

(Recife 6 de agosto de 1821, LR-PS-52)

Acusativos

(3.47) a. elles mesmos **opodem attestar** a *Vossa Excelência*

(Rio de Janeiro, 1 de março de 1798, RSC-DO-105)

b. Daqui vem, julgar eu tão jus=tamente, que *Vossa Excelência* **deve tomarme** a Sua conta como quem he, e Servir-se em Socorre me com generosidade

(Rio de Janeiro, 1 de março de 1798, RSC-DO-105)

Reflexivo e *se*

(3.48) a. elles **se havião feito** espectaveis por seus clamores

(Recife 11 de agosto de 1821, LR-PS-53)

b. Ao que me respondeo, que os Comandantes **podião recolher-se** abordo, ficando os Cofres em terra confiados a hu'a guarda, ou passarem estes para bordo, onde a exemplo do que já em ou-tro tempo se tinha praticado, irião as partes entregar as suas remessas.

(Rio de Janeiro, ano de 1795, LPS-DO-94)

Grupos clíticos

(3.49) a. anossa filha **semetem chorado** mui cuidadoza, e cheya de *Saudade*, enaõ sei *sequando* Li asua Carta os meus olhos ficaraõ *muito* enchutoz

(Rio de Janeiro 23 de junho de 1770, ML-ER-17)

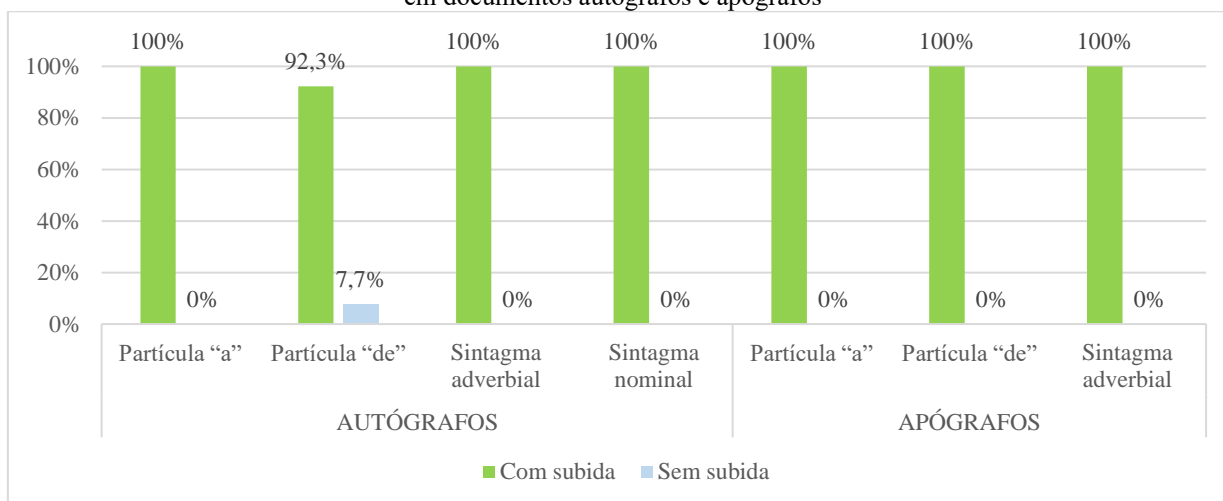
3.2.4 Elementos intervenientes

Diz-se por “elementos intervenientes” os itens que podem aparecer em posição intermediária no conjunto verbo-clítico, como preposições, sintagmas adverbiais, nominais e outros. Segundo Andrade (2010), esses elementos interferem na ordenação dos clíticos em complexos verbais devido à possibilidade de influências de natureza fonológica.

Dentre os elementos que podem ser encontrados em estruturas de grupos verbais, as preposições são as mais comuns. Andrade (2010) verifica que determinadas preposições podem provocar colocações distintas do clítico. Assim, enquanto sentenças com a preposição *a* apresentam padrões de colocação semelhantes às ocorrências sem elementos intervenientes, a preposição *de* torna usual a próclise ao verbo infinito. A ligação do clítico antecedendo o verbo temático, nas variedades do português da Europa, só é possível nos casos em que um elemento se apresente entre o verbo finito e o clítico (V X cl V). Essa configuração, contudo, se distingue da colocação de “inovação brasileira” (Pagotto, 1992), em que o pronome átono se encontra em adjacência direta ao segundo verbo.

Em relação aos dados desta pesquisa cuja ocorrência apresenta elementos intervenientes, o Gráfico 3.30 mostra os percentuais gerais de subida de clítico obtidos, considerando o tipo de elemento.

Gráfico 3.30 – Distribuição dos dados com ou sem subida de clíticos considerando os elementos intervenientes em documentos autógrafos e apógrafos



Fonte: autoria própria.

Nos *corpora* desta pesquisa, foram encontradas 30 ocorrências com elementos intervenientes — 17 em textos autógrafos e 13 em apógrafos. Em ambos os conjuntos, as preposições são os elementos que mais aparecem nas ocorrências.

Tabela 3.27 – Subida de clítico considerando os elementos intervenientes em documentos autógrafos

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	DOCUMENTOS AUTÓGRAFOS							
	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia CLUL (2014)		Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia Barbosa (1999) CLUL (2014)				CLUL (2014)	
	SÉCULO XVII		SÉCULO XVIII				SÉCULO XIX	
	1600 – 1649		1700 – 1749		1750 – 1799		1800 – 1851	
	C	S	C	S	C	S	C	S
Partícula <i>a</i>	-	-	-	-	2/100%	-	-	-
Partícula <i>de</i>	-	1/100%	5/100%	-	6/100%	-	1/100%	-
Sintagma adverbial	-	-	-	-	1/100%	-	-	-
Sintagma nominal	1/100%	-	-	-	-	-	-	-
Total	1	1	5	-	9	-	1	-

Fonte: autoria própria.

Tabela 3.28 – Subida de clítico considerando os elementos intervenientes em documentos apógrafos

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	DOCUMENTOS APÓGRAFOS							
	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia		CLUL (2014)		Barbosa (1999) Marcotulio (2008)		CLUL (2014)	
	SÉCULO XVI		SÉCULO XVII		SÉCULO XVIII		SÉCULO XIX	
	1550 – 1599		1650 – 1699		1750 – 1799		1800 – 1851	
	C	S	C	S	C	S	C	S
Partícula <i>a</i>	-	-	1/100%	-	1/100%	-	-	-
Partícula <i>de</i>	-	-	-	-	7/100%	-	-	-
Sintagma adverbial	1/100%	-	-	-	1/100%	-	1/100%	-
Total	1	-	1	1	9	-	1	-

Fonte: autoria própria.

Com exceção de uma única ocorrência, presente em texto autógrafo, em que a preposição *de* liga o clítico ao segundo verbo, a subida se mostra categórica em todas as demais ocorrências. Alguns dados são expostos a seguir.

Dados autógrafos

Partícula *a*

(3.50) a. e **trono lhe a pedir** pellas chagas de christo não descansse neste particular
(Pará 29 de novembro 1743, JPR-PS-21)

b. Nunca o quiz en-sinar, nem se quiz ir de *minha* caza por mais *que* **lhe dei a entender**.

(Recife datação entre 1770 e 1772, BSA-PS-43)

Partícula *de*

(3.51) a. e he histo porventura estar malquisto com *vosmece* certamte não, porque eu nunca **me hei de esquecer**

(Maranhã 06 de agosto de 1807, AVP-PS-49)

b. muitos recados a meu irman joão de araujo adonde quer *que* elle estiver e a minha irman maria de araujo e a meu primo joão frernandes na cr crs da pedra mais **espero de me mandar** a minha bencam

(Brasil 10 de agosto de 1679, AA-PS-9)

Sintagma adverbial

(3.52) a. por ter sido pesima **me quereis agora salvar**, e *para* iso me daes Guia, me alumiaes, me chamaes a vos?

(Recife datação entre 1770 e 1772, BSA-PS-41)

Sintagma nominal

(3.53) a. e por quã neçesareos saõ aos governadores / e **deue_se vosa alteza lembrar** que pouoa esta terra de degradados malfeitores

(Rio deJa-Neiro, 31 de Março de 1560, MS-DPB-5)

Dados apógrafos

Partícula *a*

(3.54) a. E me parece não **me tornarão a escrever** tolices

(Rio de Janeiro 16 de Julho 1657, AFM-PS-6)

Partícula *de*

(3.55) a. mas achando-me em hu'a total ignorancia da Lei, ou Regimento, que regúle os castigos no Mar, onde a culpa foi cometida, disse a Paulo Jozé, que juntasse á representação, que **me houvesse de fazer**, aquele Artigo do seu Re-gimento aplicavel ao prezente cazo

(Rio de Janeiro, ano de 1795, LPS-DO-94)

Sintagma adverbial

(3.56) a. e Neste Recolhimento tem avido muitas doenssas que **me tem Bem amofinado**

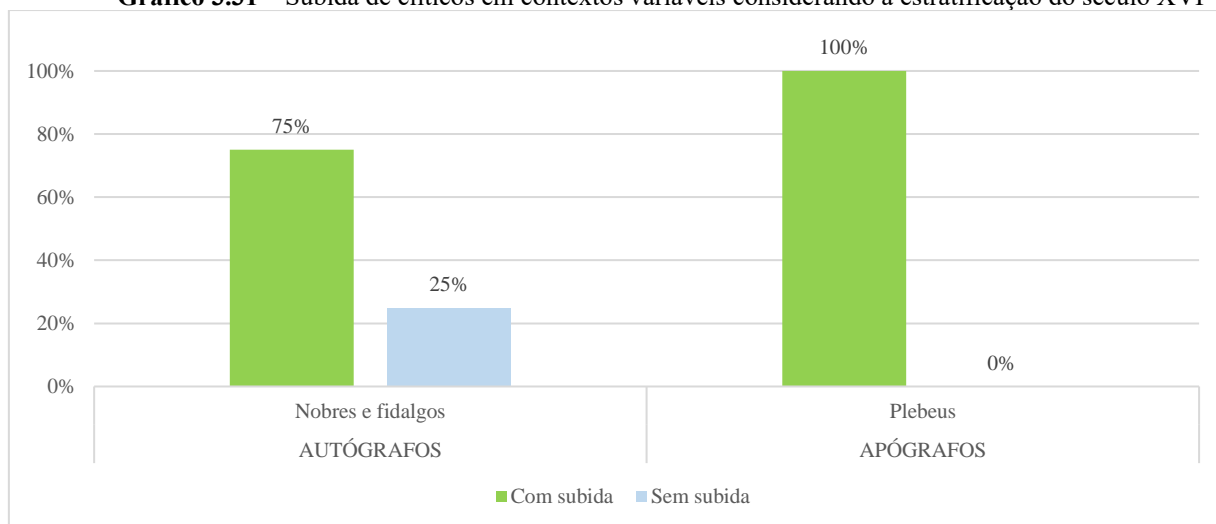
(Rio de janeiro 19 de junho de 1759, FGL-PS-32)

3.2.5 Da estratificação social dos *scriptores*

A observação da colocação de clíticos em construções com grupos verbais, considerando a estratificação social dos *scriptores*, é apresentada a partir dos padrões de colocação obtidos pelos grupos de indivíduos no contexto linguístico referente ao tipo de verbo flexionado — fator considerado de maior relevância na análise do fenômeno da subida.

O Gráfico 3.31 evidencia os resultados gerais encontrados referentes ao século XVI.

Gráfico 3.31 – Subida de clíticos em contextos variáveis considerando a estratificação do século XVI



Fonte: autoria própria.

De modo geral, observa-se a predominância da subida, sendo que a adjacência do clítico ao segundo verbo ocorre apenas entre membros da alta nobreza do período. Os dados oriundos de textos apógrafos atribuídos a trabalhadores manuais apresentaram a subida categórica. A Tabela 3.29 apresenta maiores detalhes sobre essa distribuição.

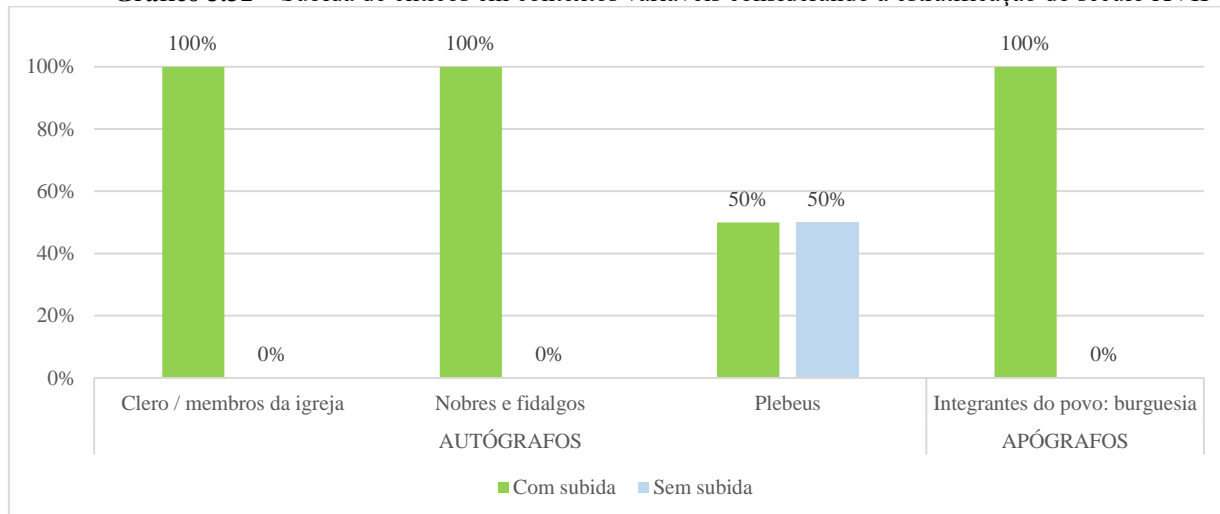
Tabela 3.29 – Subida de clíticos considerando a estratificação social do século XVI

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	SÉCULO XVI			
	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia CLUL (2014)		Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia	
	AUTÓGRAFOS		APÓGRAFOS	
	Nobres e Fidalgos		Plebeus	
	C	S	C	S
Verbos aux./temp. + infinitivo	2/100%	-	-	-
Modais	1/50%	1/50%	4/100%	-
Total	3	1	4	1

Fonte: autoria própria.

Como visto anteriormente, a colocação sem subida do clítico, nos *corpora*, se limitou a construções com verbos finitos do tipo volitivo e modal. De acordo com Martins, esses verbos, que permitem variação de colocação, tendem a apresentar subida sempre que o contexto sintático permitir. No século XVI, nota-se uma variação equilibrada, uma vez que entre os 2 dados encontrados, a subida ocorreu em 1 deles e a colocação sem subida no outro.

Os resultados referentes ao século XVII são apresentados no Gráfico 3.32.

Gráfico 3.32 – Subida de clíticos em contextos variáveis considerando a estratificação do século XVII

Fonte: autoria própria.

Nos textos autógrafos, a subida categórica é observada na escrita de membros da Igreja, nobres e fidalgos. Em textos produzidos por trabalhadores manuais, nota-se variação livre entre os dados encontrados. Já textos do conjunto apógrafo atribuídos a autores intelectuais da burguesia revelam subida categórica. A distribuição das ocorrências com e sem subida de clítico nos diferentes contextos sintáticos é apresentada na Tabela 3.30.

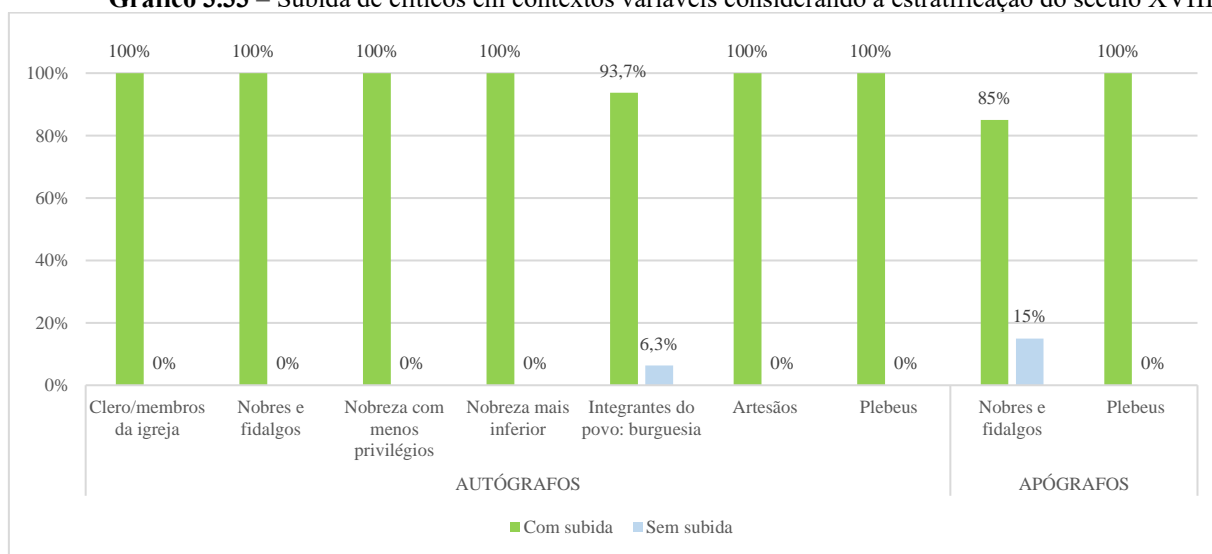
Tabela 3.30 – Subida de clíticos considerando a estratificação social do século XVII

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	SÉCULO XVII							
	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia CLUL (2014)						CLUL (2014)	
	AUTÓGRAFOS						APÓGRAFOS	
	Clero / membros da igreja		Nobres e Fidalgos		Plebeus		Integrantes do povo: burguesia	
C	S	C	S	C	S	C	S	
Verbos aux./temp. + infinitivo	-	-	-	-	-	-	1/100%	-
Modais	1/100%	-	1/100%	-	1/100%	-	2/100%	-
Aspectuais	-	-	-	-	-	-	1/100%	-
Volitivos	-	-	-	-	-	1/100%	-	-
Total	1	-	1	-	1	1	4	-

Fonte: autoria própria.

Observa-se que, na realidade, a variação percebida entre os plebeus refere-se a um único dado com subida (em construção com verbo modal) e uma colocação sem subida (em estrutura com verbo volitivo). Ou seja, ao se considerar a totalidade dos dados, os percentuais apontam variação; contudo, a análise minuciosa mostra que se tratam de contextos sintáticos distintos e categóricos. É importante observar os percentuais gerais, visto que, excetuando casos como este, é possível realizar uma leitura panorâmica dos padrões entre as camadas sociais. No entanto, a apresentação detalhada dos quantitativos é necessária para evitar interpretações enviesadas.

O Gráfico 3.33 apresenta os percentuais gerais relativos ao comportamento dos clíticos no século XVIII.

Gráfico 3.33 – Subida de clíticos em contextos variáveis considerando a estratificação do século XVIII

Fonte: autoria própria.

De acordo com o gráfico, a colocação sem subida do clítico é observada apenas nos textos autógrafos de integrantes da burguesia (6,3%) e nos textos apógrafos atribuídos a indivíduos da alta nobreza (15%). Esses percentuais são bastante baixos, sendo a subida dominante em todas as camadas sociais registradas nos *corpora* do período. As Tabelas 3.31 e 3.32 fornecem mais detalhes.

Tabela 3.31 – Subida de clíticos considerando a estratificação social do século XVIII (em documentos autógrafos)

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	SÉCULO XVIII													
	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia Barbosa (1999) CLUL (2014)													
	AUTÓGRAFOS													
	Clero / membros da igreja		Nobres e Fidalgos		Nobres com menos privilégios		Nobreza mais inferior		Integrantes do povo: burguesia		Artesãos		Plebeus	
C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	
Verbs aux./temp. + infinitivo	3/100%	-	7/100%	-	3/100%	-	-	-	2/100%	-	2/100%	-	2/100%	-
Modais	6/100%	-	8/100%	-	5/100%	-	-	-	19/95%	1/5%	2/100%	-	4/100%	-
Aspectuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1/100%	-	-	-
Volitivos	2/100%	-	2/100%	-	1/100%	-	2/100%	-	9/90%	1/10%	-	-	1/100%	-
Total	11	-	17	-	9	-	2	-	30	2	5	-	7	-

Fonte: autoria própria.

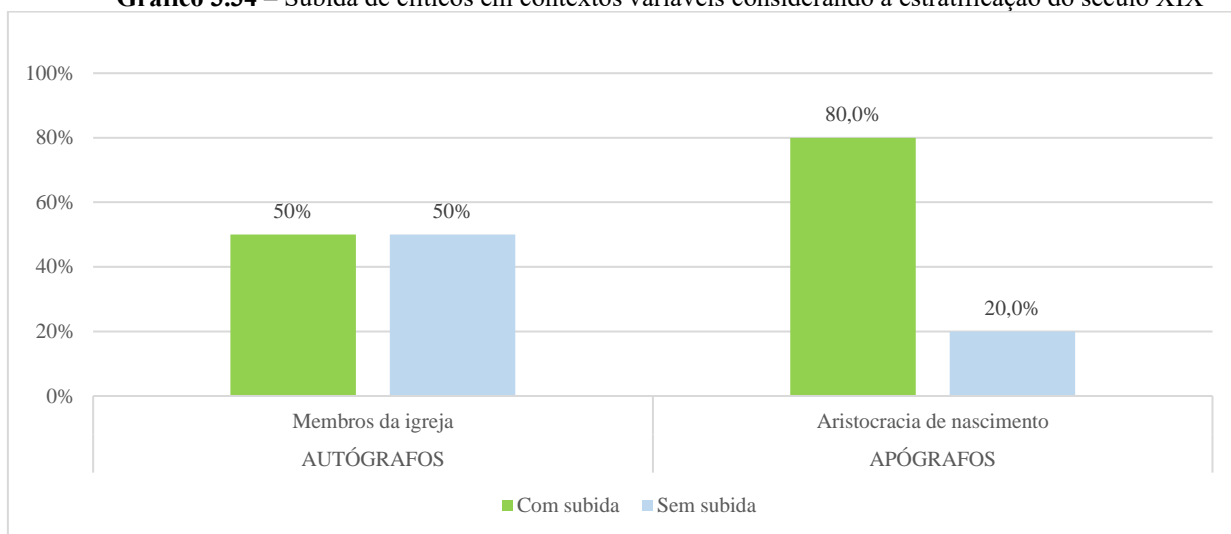
Tabela 3.32 – Subida de clíticos considerando estratificação social do século XVIII (em documentos apógrafos)

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	SÉCULO XVIII			
	Barbosa (1999) Marcotulio (2008)			
	APÓGRAFOS			
	Nobres e Fidalgos		Plebeus	
C	S	C	S	
Verbs aux./temp. + infinitivo	11/100%	-	-	-
Modais	29/82.9%	6/17.1%	1/100%	-
Aspectuais	1/100%	-	-	-
Volitivos	10/76.9%	3/23.1%	-	-
Total	51	9	1	-

Fonte: autoria própria.

A Tabela 3.31 mostra que o percentual de não subida relacionado à burguesia corresponde a 2 dados em estruturas com verbos modais e volitivos. Nos textos apógrafos (cf. Tabela 3.32), os casos atribuídos à alta nobreza apresentam 9 ocorrências de ênclise ao segundo verbo, também em estruturas com as mesmas formas verbais observadas no conjunto anterior.

No século XIX, os percentuais observados são apresentados no Gráfico 3.34.

Gráfico 3.34 – Subida de clíticos em contextos variáveis considerando a estratificação do século XIX

Fonte: autoria própria.

O gráfico mostra que, nesse período, os textos autógrafos de membros da Igreja apresentaram uma aparente variação equilibrada quanto à subida do clítico. Já nos textos apógrafos, a subida é prevalente (80%). O quantitativo referente ao período é detalhado na Tabela 3.33.

Tabela 3.33 – Subida de clíticos considerando a estratificação social do século XIX

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	SÉCULO XIX			
	CLUL (2014)		CLUL (2014)	
	AUTÓGRAFOS		APÓGRAFOS	
	Membros da igreja		Classe média	
	C	S	C	S
Verbos aux./temp. + infinitivo	-	-	1/100%	-
Modais	1/100%	-	3/100%	-
Volitivos	-	1/100%	-	1/100%
Total	1	1	4	1

Fonte: autoria própria.

A aparente variação equilibrada nos textos autógrafos de membros da Igreja refere-se à subida em estrutura com verbo modal e à ausência de subida em construção com verbo volitivo — ou seja, tratam-se de contextos sintáticos distintos. O mesmo ocorre nos dados apógrafos da classe média, nos quais a subida ocorre essencialmente em construções com verbos auxiliares/temporais seguidos de infinitivo e com verbos modais, enquanto a colocação sem subida ocorre apenas em construções com verbos volitivos.

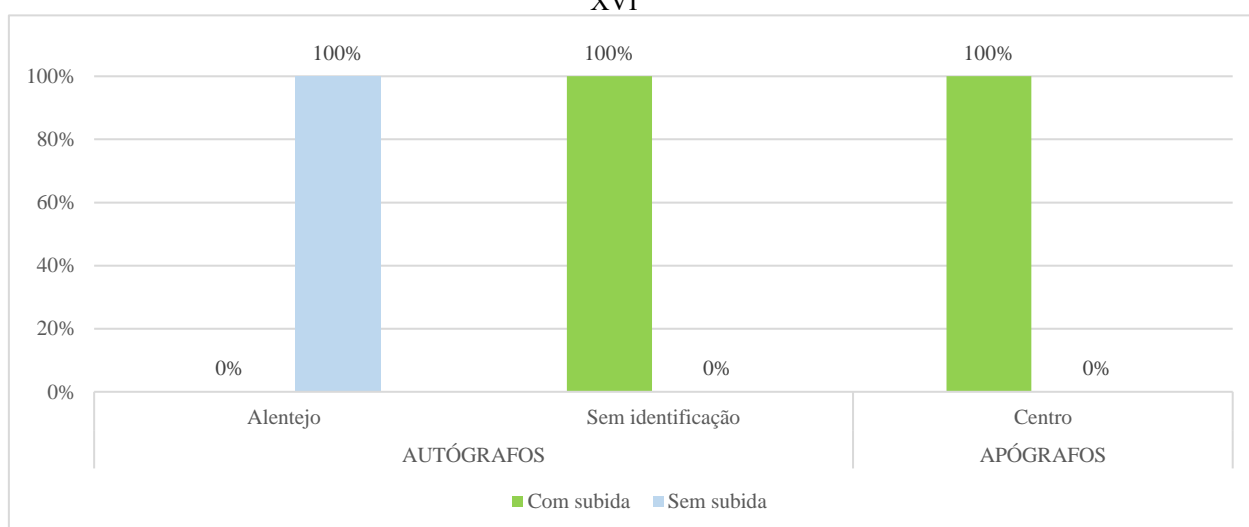
A distribuição da colocação dos clíticos em construções com grupos verbais, considerando a estratificação da sociedade portuguesa, deixa claro que, no Brasil, os padrões de colocação dos portugueses que compõem os *corpora* são pautados pela ocorrência da subida do clítico, com ampla dominância em todos os períodos e estratos sociais. A colocação sem subida aparece apenas em contextos específicos, formados por verbos modais e volitivos, nos quais há variação. Contudo, não foi possível perceber, nos *corpora* desta pesquisa, indícios de que a estratificação social seja um fator preponderante no comportamento da subida do clítico.

3.2.6 Das regiões de nascimento dos *scriptores*

As construções com grupos verbais encontradas em textos autógrafos apresentam maior número de ocorrências entre *scriptores* cujas informações sobre a região de origem não foram identificadas (44 dados), seguidos de indivíduos do Norte (23 dados), da Área Metropolitana de Lisboa (16 dados), da região Centro (5 dados), da região do Alentejo (2 dados) e da Ilha da Madeira (2 dados). Já nos documentos apógrafos, são encontrados maiores quantitativos atribuídos a indivíduos nascidos no Centro (44 dados), seguidos daqueles cuja informação não foi identificada (13 dados) e, por fim, oriundos das regiões do Norte (5 dados), Alentejo (5 dados) e Área Metropolitana de Lisboa (5 dados).

Os dados do século XVI são apresentados, a grosso modo, no Gráfico 3.35.

Gráfico 3.35 – Subida de clíticos em contextos variáveis por local de nascimento em dados do século XVI



Fonte: autoria própria.

Os índices apontados no gráfico retratam a colocação categórica de subida e não subida do clítico entre determinadas regiões. A subida definitiva do clítico é verificada em textos autógrafos de *scriptores* do Alentejo, ao passo que indivíduos cuja naturalidade não é identificada apresentam 100% de uso do clítico adjacente ao primeiro verbo. Documentos apógrafos desse período estão relacionados a indivíduos nascidos na região Centro. A compreensão desses resultados requer a verificação de quantitativos detalhados (cf. Tabela 3.34).

Tabela 3.34 – Subida de clíticos por local de nascimento em dados do século XVI

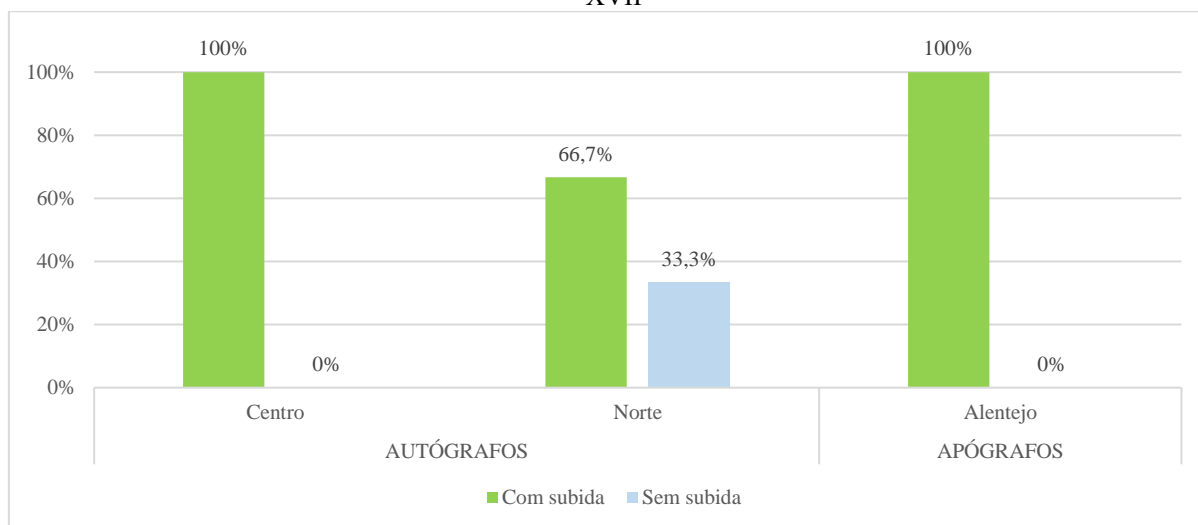
CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	SÉCULO XVI					
	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia CLUL (2014)				Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia	
	AUTÓGRAFOS				APOGRAFOS	
	Alentejo		Sem identificação		Centro	
	C	S	C	S	C	S
Verbo aux./temp. + infinitivo	-	-	1/100%	-	-	-
Modais	-	1/100%	1/100%	-	2/100%	-
Aspectuais	-	-	-	-	-	-
Volitivos	-	-	-	-	-	-
Total	-	1	2	-	2	-

Fonte: autoria própria.

Sabe-se, a partir de estudos antecedentes, que no século XVI a ênclise ao verbo temático começou a aparecer, ainda que de forma inabitual. Os *corpora* desta pesquisa retratam essa situação, visto que a colocação sem subida — que caracteriza o PE contemporâneo — pode ser notada em todos os períodos, embora com baixa frequência. No século XVI, essa colocação é observada em texto autógrafo de um *scriptor* nascido na região do Alentejo.

Sobre o século XVII, têm-se os seguintes resultados (cf. Gráfico 3.36).

Gráfico 3.36 – Subida de clíticos em contextos variáveis por local de nascimento em dados do século XVII



Fonte: autoria própria.

Assim como em casos anteriores, o percentual geral cuja variação equilibrada é visível resulta da junção de dados categóricos em diferentes contextos sintáticos e de *scriptores* oriundos da mesma região. Ao se observar quantitativos específicos de colocação, nota-se que apenas um dado de colocação sem subida do clítico ocorre em construção com verbo volitivo. O caso é proveniente de texto autógrafo de *scriptor* da região Norte (cf. Tabela 3.35).

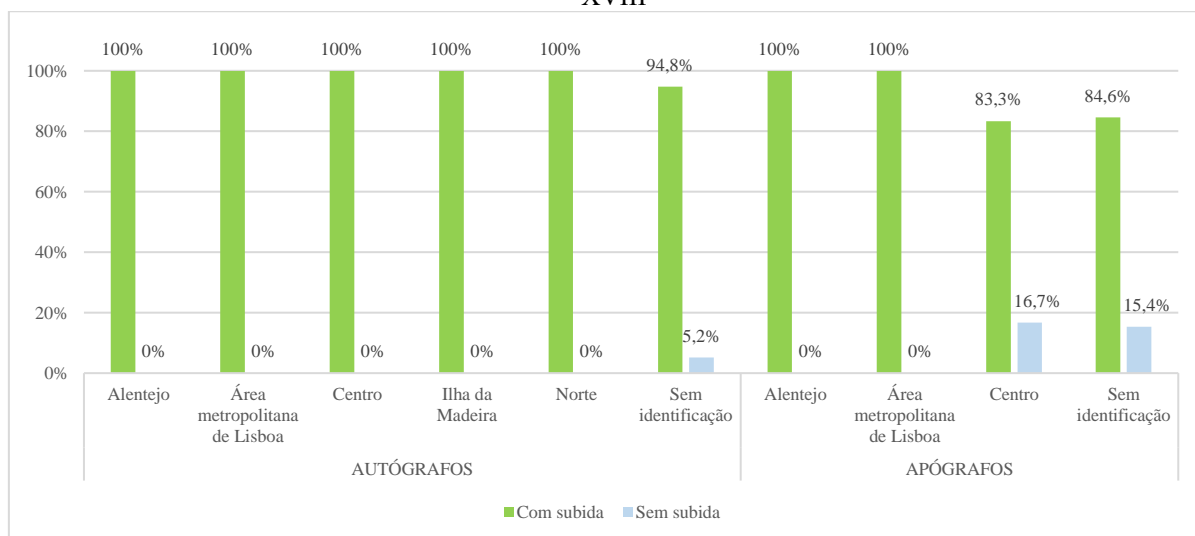
Tabela 3.35 – Subida de clíticos por local de nascimento em dados do século XVII

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	SÉCULO XVII					
	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia CLUL (2014)				CLUL (2014)	
	AUTÓGRAFOS				APÓGRAFOS	
	Centro		Norte		Alentejo	
	C	S	C	S	C	S
Verbos aux./temp. + infinitivo	-	-	-	-	1/100%	-
Modais	1/100%	-	2/100%	-	2/100%	-
Aspectuais	-	-	-	-	1/100%	-
Volitivos	-	-	-	1/100%	-	-
Total	1	-	2	1	4	-

Fonte: autoria própria.

Com relação aos valores gerais de colocação no século XVIII, tem-se os resultados exibidos no Gráfico 3.37.

Gráfico 3.37 – Subida de clíticos em contextos variáveis por local de nascimento em dados do século XVIII



Fonte: autoria própria.

A variedade de regiões que compõem o quadro de *scriptores* do século XVIII põe em destaque a dominância da subida do clítico, com altas taxas. É nesse século que a ocorrência da colocação sem subida do clítico se intensifica consideravelmente em Portugal, chegando a caracterizar o PE em anos posteriores. Nos dados de portugueses no Brasil, entretanto, as taxas de ênclise ao segundo verbo são baixas, o que chama atenção para a discrepância de padrões.

O Gráfico 3.41 evidencia que esse comportamento aparece em ocorrências oriundas de portugueses de praticamente todas as naturalidades registradas. Além disso, *scriptores* com naturalidade desconhecida apresentam comportamento similar. As Tabelas 3.36 e 3.37 mostram os quantitativos coletados em textos autógrafos e apógrafos, respectivamente.

Tabela 3.36 – Subida de clíticos por local de nascimento em dados do século XVIII (em documentos autógrafos)

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	AUTÓGRAFOS											
	Coleção documental de portugueses no Brasil Colônia											
	Barbosa (1999) CLUL (2014)											
	SÉCULO XVIII											
	Alentejo		Área metropolitana de Lisboa		Centro		Ilha da Madeira		Norte		Sem identificação	
	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S
Verbos aux./temp. + infinitivo	1/100%	-	3/100%	-	1/100%	-	-	-	11/100%	-	5/100%	-
Modais	-	-	10/100%	-	3/100%	-	1/100%	-	7/100%	-	22/95.7%	1/4.3%
Aspectuais	-	-	-	-	-	-	-	-	1/100%	-	-	-
Volitivos	-	-	3/100%	-	-	-	1/100%	-	1/100%	-	10/90.9%	1/9.1%
Total	1	-	16	-	4	-	2	-	20	-	37	2

Fonte: autoria própria.

Tabela 3.37 – Subida de clíticos por local de nascimento em dados do século XVIII (em documentos apógrafos)

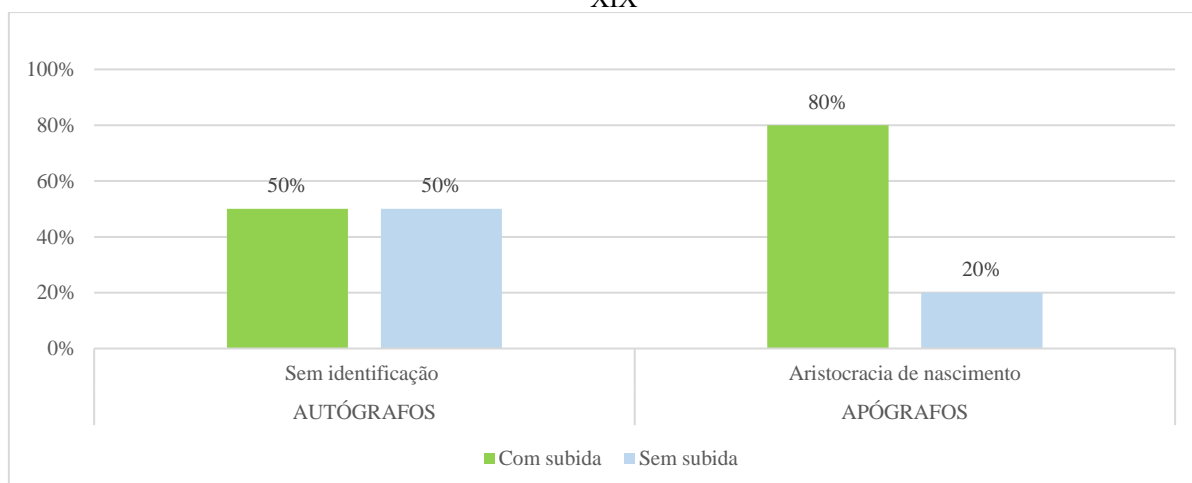
CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	SÉCULO XVIII							
	Barbosa (1999) Marcotulio (2008)							
	APÓGRAFOS							
	Alentejo		Área metropolitana de Lisboa		Centro		Sem identificação	
C	S	C	S	C	S	C	S	
Verbos aux./temp. + infinitivo	-	-	-	-	9/100%	-	2/100%	-
Modais	1/100%	-	5/100%	-	16/80%	4/20%	8/80%	2/20%
Aspectuais	-	-	-	-	1/100%	-	-	-
Volitivos	-	-	-	-	9/75%	3/25%	1/100%	-
Total	1	-	5	-	35	7	11	2

Fonte: autoria própria.

A colocação dos clíticos nas construções formadas por grupos verbais no século XVIII, em contextos passíveis de variação, mostra que a subida ocorre na totalidade das ocorrências advindas de documentos autógrafos produzidos por *scriptores* nascidos nas regiões do Alentejo, Área Metropolitana de Lisboa, Centro, Ilha da Madeira e Norte. Os 2 dados de cliticização enclítica ao segundo verbo são oriundos de textos de *scriptores* cuja naturalidade é desconhecida.

Nos textos apógrafos, a subida do clítico também é majoritária; todavia, o quantitativo de colocações sem subida é maior do que no conjunto anterior. Nos casos em que não se tem a identificação da naturalidade do indivíduo, a colocação sem subida totaliza 2 dados em construções com verbos modais, e 7 ocorrências aparecem com verbos modais e volitivos entre autores intelectuais nascidos na região central de Portugal.

Por fim, o Gráfico 3.38 apresenta os resultados referentes ao século XIX.

Gráfico 3.38 – Subida de clíticos em contextos variáveis por local de nascimento em dados do século XIX

Fonte: autoria própria.

Em Portugal, no século XIX, a língua caracteriza-se pela generalização da colocação sem subida do clítico. Como mencionado, é no século XVIII que essa construção ganha força, intensificando-se de tal forma que, no século XIX, a subida do clítico passa a ocorrer comumente apenas em contextos cuja estrutura exige a adjacência do clítico ao primeiro verbo.

Há, nos *corpora*, poucos dados relativos a esse período. O padrão obtido nos textos se aproxima bastante dos padrões apresentados para os períodos anteriores. Ainda que as construções com grupos verbais totalizem um número pequeno, percebe-se uma tendência de colocação distinta em relação aos registros de ocorrências de portugueses na Europa.

A Tabela 3.38 mostra o detalhamento dos resultados.

Tabela 3.38 – Subida de clíticos por local de nascimento em dados do século XIX

CONTEXTO DE COLOCAÇÃO	SÉCULO XIX			
	CLUL (2014)		CLUL (2014)	
	AUTÓGRAFOS		APÓGRAFOS	
	Sem identificação		Norte	
	C	S	C	S
Verbos aux./temp. + infinitivo	1/100%	-	1/100%	-
Modais	-	-	3/100%	-
Volitivos	-	1/100%	-	1/100%
Total	1	1	4	1

Fonte: autoria própria.

Assim como ocorreu na análise da estratificação social, percebe-se que a região de nascimento do *scriptor* não apresenta relevância no que tange à colocação de clíticos em construções formadas por grupos verbais.

3.3 SÍNTESE

Foi apresentada neste capítulo a descrição dos dados encontrados acerca da colocação de clíticos em sentenças finitas contendo um verbo e, também, em construções compostas por grupos verbais. Nas sentenças com verbo único, foram verificadas 1.758 ocorrências, sendo 823 provenientes de documentos autógrafos e 935 do conjunto apógrafo. A ênclise foi mais produtiva em textos autógrafos; ainda assim, a próclise foi prevalente em todas as situações. O Quadro 3.1 evidencia os resultados encontrados quanto aos contextos sintáticos.

Quadro 3.1 – Padrões de colocação dos clíticos de portugueses no Brasil em textos autógrafos e apógrafos (1551 a 1821)

Colocação de clítico		Ambiente sintático
<i>Ênclise categórica</i> (em todos os tempos)		Verbo em posição inicial absoluta;
<i>Próclise categórica</i> (em todos os tempos)		Orações dependentes (tais como completivas, relativas, adjuntas, clivadas, orações com “porque”, segundas coordenadas dependentes); Orações interrogativas; Orações não dependentes com verbo antecedido por: i) Focalizadores; ii) Quantificadores; iii) Advérbios que atraem próclise; iv) Complementos diretos; iv) Itens de negação ⁴⁸ .
<i>Variação ênclise e próclise</i> (em todos os tempos)	<i>Prevalência de próclise</i>	Orações segundas coordenadas iniciadas por conjunções; Orações segundas coordenadas com verbo em posição inicial; Orações não dependentes com verbo antecedido por: i) Sujeito pronominal; ii) Sujeito sintagma nominal; iii) Sintagma preposicional; iv) Sujeito com oração relativa; v) Sintagma adverbial (com advérbios não condicionantes de próclise); vi) Sintagma adjetival. vii) Oração dependente.

Fonte: autoria própria.

No que se refere à observação dos dados a partir da estratificação social dos *scriptores* em cada período, notou-se colocação similar entre os distintos estratos sociais referentes aos séculos XVI, XVII e XIX. No século XVIII, observa-se um leve aumento da ênclise em todas as camadas sociais, todavia, nos contextos de sentenças principais com verbo antecedido por oração dependente e nas segundas coordenadas, o aumento da ênclise se mostra mais intenso nos dados de *scriptores* categorizados como membros do clero e plebeus. Por se tratarem de classes com prestígios sociais muito distintos, não se pode afirmar que esse fator seja relevante para distinguir variedades do português no comportamento dos clíticos nesses *corpora*.

⁴⁸ Uma ocorrência de ênclise foi identificada nesse contexto. Registros anteriores de estudos sobre a colocação de clíticos, bem como dados socioculturais do *scriptor*, permitiram interpretá-la como um caso de hipercorreção, decorrente ou da ascensão da ênclise em Portugal entre o final do século XVII e o início do século XVIII, ou da alta produtividade da colocação enclítica, relacionada à camada social à qual o indivíduo pertence. Considerando que o fator social não apresentou influências relevantes sobre os resultados, assume-se, neste caso, que a hipercorreção possa ter resultado da ascensão mais ampla da ênclise em Portugal, no período mencionado. Isso é especialmente plausível ao se levar em conta que a chegada de portugueses ao Brasil ocorreu em diversos e distintos períodos.

A mesma situação é observada em relação à região de origem dos *scriptores*, uma vez que não foram identificados contrastes significativos.

Sobre as construções com grupos verbais, foram encontradas 313 ocorrências. Os contextos categóricos de subida do clítico — estruturas com verbos que selecionam infinitivo participial, especialmente os verbos "haver" e "ter"; alguns aspectuais seguidos de gerúndio; e o verbo "ser" em construções passivas — apresentaram 100% de subida. As construções compostas por estruturas em que há possibilidade de variação (164 ocorrências) apresentaram dominância da subida, com altas taxas. A ênclise ao verbo infinitivo foi registrada apenas em construções com verbos modais e volitivos seguidos de infinitivo.

Os contextos sintáticos que favorecem a subida do clítico — como sentenças principais com verbo antecedido por elementos atratores — apresentaram pouca influência sobre a colocação, uma vez que, em todas as estruturas, a subida do clítico foi dominante. Além disso, foram registradas ocorrências de ênclise ao segundo verbo com a presença de quantificadores e itens negativos precedendo a forma verbal superior. Quanto ao tipo de clítico, as maiores taxas de colocação sem subida foram verificadas em textos apógrafos, nos quais a função do clítico é classificada como dativa. Sobre os casos em que o conjunto verbo-clítico apresentou um elemento interveniente, notou-se uma ocorrência de próclise ao segundo verbo que não configura o padrão de colocação característico do PB, uma vez que a preposição “de” é a responsável por essa estrutura (V X cl V).

Por fim, em construções com grupos verbais, não foi possível perceber distinções significativas na colocação de clíticos entre as diferentes classes sociais dos *scriptores*, tampouco entre as diversas regiões de origem.

O que de fato se destaca são os padrões diferenciados desses *scriptores* em comparação aos registrados em pesquisas com dados de portugueses na Europa, uma vez que as taxas de próclise em construções com verbo único, bem como a subida de clíticos com adjacência pré-verbal, apresentam valores elevados em documentos produzidos na segunda metade do século XVIII.



CAPÍTULO 4

Estudo diacrônico contrastivo

4 ESTUDO DIACRÔNICO CONTRASTIVO

O Capítulo 4 é dedicado ao estudo comparativo, de caráter diacrônico, da colocação de clíticos em contextos variáveis, tanto em sentenças finitas com verbo único quanto em grupos verbais.

Nas construções com verbo único, os dados do português *no* Brasil são contrastados com dados do português europeu, a partir das Cartas da Corte de D. João III, bem como com os resultados apresentados por Martins (1994) e por Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005). Comparam-se, também, os padrões dos portugueses *no* Brasil com os de brancos brasileiros — ou descendentes de portugueses — representantes do chamado *português colonial brasileiro* (Cardoso, Andrade e Carneiro, 2021), conforme observado por Cardoso (2020). Por fim, a comparação inclui os padrões dos brasileiros, com base nas pesquisas de Pagotto (1992), Carneiro (2005) e Martins (2009).

No que se refere às construções com grupos verbais, o estudo comparativo do português *no* Brasil considera o fenômeno da subida do clítico na comparação com padrões europeus de colocação, com base nos percentuais extraídos das Cartas da Corte de D. João III, bem como nos trabalhos de Martins (1994) e Andrade (2010). No confronto com o PB, os dados desta pesquisa são comparados com os obtidos por Pagotto (1992) e Carneiro (2005).

O capítulo é introduzido com a apresentação de um panorama dos padrões de colocação de clíticos em textos produzidos no Brasil por portugueses.

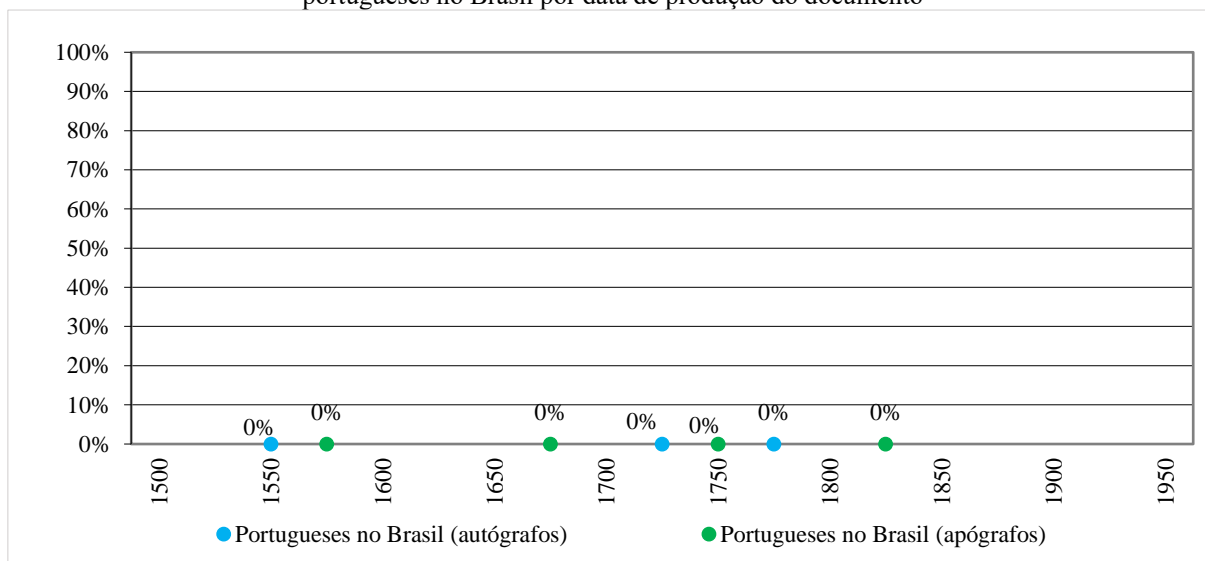
4.1 A LÍNGUA VINDA D'ALÉM-MAR

As seções seguintes apresentam, de forma sistematizada, os resultados desta pesquisa acerca dos padrões de colocação de clíticos em sentenças finitas com verbo único e em grupos verbais, com base em dados extraídos de *corpora* compostos por documentos produzidos por portugueses no Brasil. Os percentuais obtidos são apresentados segundo a distribuição temporal dos registros, permitindo identificar tendências ao longo do período de 1551 a 1821. Com o auxílio de representações gráficas, busca-se evidenciar a evolução do comportamento clítico no intervalo de tempo, contribuindo para a compreensão da dinâmica do português utilizado no contexto colonial do Brasil.

4.1.1 Padrões em construções com verbo único

O comportamento dos clíticos em construções com verbo único, nos *corpora* de portugueses no Brasil, revela a manutenção da obrigatoriedade da ênclise em sentenças principais afirmativas cujo verbo se apresenta em posição inicial absoluta (Gráfico 4.1).

Gráfico 4.1 – Taxas de próclise em sentenças principais com verbo em posição inicial absoluta em *corpora* de portugueses no Brasil por data de produção do documento



Fonte: autoria própria.

A seguir, são apresentados alguns exemplos de dados extraídos dos *corpora*.

Dados autógrafos

(4.1) a. **pareçe_me** que *vosa alteza* devia de tomar esta terra a Vasco *fernandez e* logo mandar

(desta sua cidade do Salvador, 6 de Junho de 1558, MS-DPB-4)

b. **acheime** com duzentos mil reis

(Brasil 3 de fevereiro 1717, IP-PS-10)

c. **peçovos** que não entendão de vos que vos tenho dado a tal Licença por me não ser mexericado cõ o cardial

(Salvador 20 de agosto de 1569, PL-PS-1)

d. **pessolhe** pella chagas de christo saiba esta Toda verdade *para* ser justificada

(Pará 29 de novembro 1743, JPR-PS-21)

Dados apógrafos

(4.2) a. **rendêlhe** as grassas dos mimos *que* vierão na boceta cõ tanta perfeição

(Rio de Janeiro 16 de Julho 1657, AFM-PS-6)

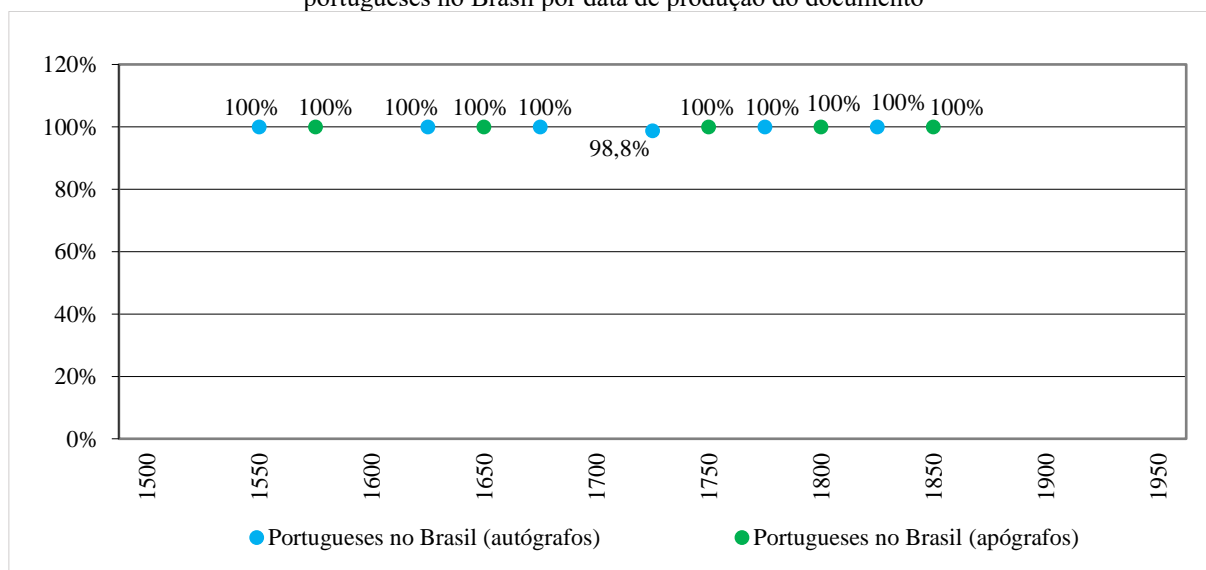
b. **Enganou-me**, nã deu os seis *que* promoteo, nã os *que* lhe ficarão na mão
(Rio de Janeiro 16 de Julho 1657, AFM-PS-6)

c. **Acho-me** com trinta eOito annos de Serviço, quazi to=dos em Offeical, e o unico dos que sahirão das nossas Praças primitivas.
(Rio de Janeiro, 1 de março de 1798, RSC-DO-105)

d. **Resta-me**, *Excelentíssimo* Senhor, rogar mui humildemente aVossa *Excelência*, se sirva pela sua ineffavel bondade, fazer aminha sorte menos infeliz; co opperando para que Sua Magestade me conceda o Regimento que com=mando
(Rio de Janeiro, 1 de março de 1798, RSC-DO-105)

Os resultados referentes aos ambientes sintáticos em que, historicamente, a próclise se manifesta de modo categórico — orações principais com verbo precedido por itens de negação, focalizadores, quantificadores, advérbios “atratores”, além de orações dependentes e interrogativas — apresentaram, em sua maioria, o resultado esperado (Gráfico 4.2).

Gráfico 4.2 – Taxas de próclise em contextos que contém elementos atratores de próclise em *corpora* de portugueses no Brasil por data de produção do documento



Fonte: autoria própria.

Nos dados desta pesquisa, foi verificado um caso de ênclise em uma sentença negativa, oriunda de um texto autógrafo da primeira metade do século XVIII, produzido por um *scriptor* pertencente a uma classe social menos privilegiada.

(4.3) a. não **cazeime** com fazenda mais pior podera ser *que* ainda tenho quem me sirva
(São Lourenço da Mata, Pernambuco 02 de junho de 1747, AFJ-PS-23)

No Capítulo 3, o caso foi interpretado como uma hipercorreção motivada por uma maior exposição ao uso da ênclise pelo *scriptor*. Essa alta exposição à ênclise pode ser explicada por duas possibilidades de interpretação, a saber:

- i. A primeira está em consonância com a hipótese de que houve uma mudança linguística no comportamento do clítico em Portugal, que resultou na ascensão da ênclise (Martins, 1994; Galves, Britto e Paixão de Sousa, 2005);
- ii. A segunda relaciona-se à hipótese de Martins (2016), segundo a qual, concomitantemente ao desenvolvimento de uma variedade mais proclítica em Portugal — promovido por indivíduos mais letrados e refletido nos textos oficiais —, uma outra mais enclítica teria se desenvolvido entre falantes de outras camadas sociais.

Também no Capítulo 3 desta tese, foi apresentada uma verificação que visou testar a relevância de fatores sociais, como classe social e região de nascimento do *scriptor*, no comportamento da colocação dos clíticos. Os resultados mostraram que esses aspectos não exerceram, nos *corpora* aqui estudados, influências significativas. Assim, assume-se a hipótese da ascensão da ênclise por meio de mudança linguística. Contudo, reforça-se que o fator da estratificação social continue sendo avaliado em outros *corpora*, com diversidade de perfis de *scriptores*, a fim de se atestar tal influência.

Com a interpretação dessa ocorrência como um caso de hipercorreção, conclui-se que, em geral, os padrões de colocação de clíticos, nos ambientes sintáticos citados, mantêm a obrigatoriedade da colocação pré-verbal.

Dados autógrafos

- (4.4) a. oNavio Marialva Somente **nosfez** difrença dehum Dia, pois trouçe 27 dias
(Bahia, 18 de abril de 1793, JSR-CC-13)
- b. em fim meo *Amigo* foi o mesmo que deitar agoa na fervura tudo **se desfez**
(Pernambuco, 11 de fevereiro de 1798, JSR-CC-78)
- c. éu Sempre **lhe diçe** avossa merce que asfazendas por Ruins nunca ninguem as quis comprar, efcirão emcaza dodito Baptista
(Pernambuco, 17 de janeiro de 1798, JSR-CC-77)
- d. Não **lhemando** recibo desta porque otempo não opermity
(Pará, 10 de Agosto de 1793, JAL-CC-47)

e. elogio *que* eu não tenha chega do 'afassão, por não dar mayor incomodo, que medou por saptisfeito comtudo *quanto* fizerem

(Bahia, 8 de março de 1793, FRF-CC-14)

d. por eu vos agravar com malde infinita **me daes** agora luz?

(Recife datação entre 1770 e 1772, BSA-PS-41)

Dados apógrafos

(4.5) a. ou se aellas ajuntou alguma *que* ja tive-se em seo poder; e só se conformão em *que* depois o Juis deFora acabou de Ler as Cartas, se mostrara alguma cou-za agoniado, e então *odito* Jeronimo Teixeira voltando da janela aonde estivera lhe perguntou selhe tinha vin-do alguma noticia *que* omortificasse.

(Rio de Janeiro, 1 de abril de 1793, SXC-DO-108)

b. mas amtes a todos **lhe_pezou** cõ ha nosa vinda *per*=quã mal veviaõ.

(Sem local [Bahia], 13 de Julho de 1551, LD-DPB-2)

c. MeuPrimo meoAmigo, emeo *Senhor* muito domeuCoração pelo ultimo Navio *que* sahio deste porto não mefoi posivel poder escrever aVossaExcelência, etambem meLembrou queellechegaria atempo deVossasExcelências

(Rio de janeiro 23 de junho de 1770, ML-ER-17)

d. conforme a como *per vosa altesa* e *per* seus apontamêtos [...] [m]ãdando pedir eu a_mãdo caa com os papeis do governa [dor] [...]ua a_vela e ordenara ho *que* seu seruiço for / polo [...] portador *que se_perdeo*

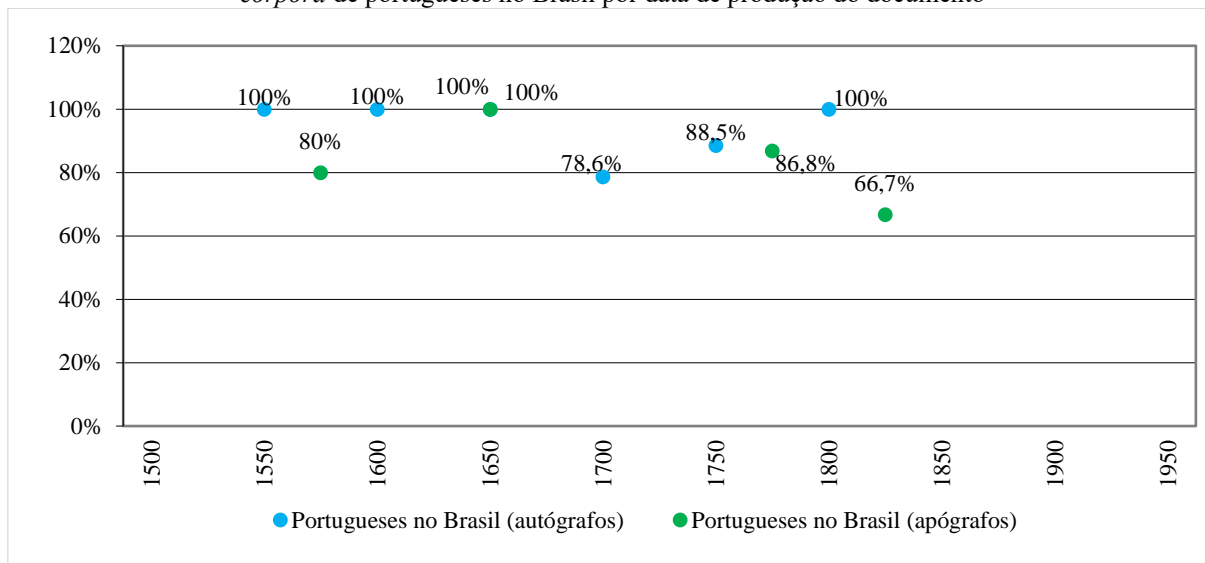
(Baya de todosos Santos, 15 de Agosto de 1551, LD-DPB-1)

e. quantaz vezes, pormais cautela, que tenho procurado *para* previnirme, **setem** dizfigurado *averdade* naminha *prezenca* contra algumas pessoas benemeri- tas?

(Rio de janeiro 26 de março de 1773, ML-ER-8)

Partindo para os ambientes sintáticos em que a variação é permitida, os resultados sobre as sentenças principais afirmativas com verbo antecedido por sujeito não focalizado, sintagma preposicional e sintagma adverbial são apresentados no Gráfico 4.3.

Gráfico 4.3 – Taxas de próclise em sentenças principais com verbo antecedido por elementos neutros em *corpora* de portugueses no Brasil por data de produção do documento



Fonte: autoria própria.

O Gráfico 4.3 mostra a dominância da próclise, majoritariamente, no período observado. O menor percentual de próclise nesses ambientes é encontrado na primeira metade do século XIX. Assim, entre a segunda metade do século XVI e os anos finais do século XVIII, a colocação pré-verbal se apresenta entre 78,6% e 100%. No século XIX, o quantitativo de próclise cai para 66,7%. Notam-se altas taxas de próclise em praticamente todo o período observado.

Entre o final do século XVII e o início do século XVIII, ocorre uma pequena ascensão da ênclise que, posteriormente, volta a cair, e apenas no século XIX a próclise aparenta perder espaço. É interessante que, por serem esses dados oriundos de textos de portugueses que imigraram para o Brasil, esperava-se que o declínio mais acentuado da colocação pré-verbal ocorresse entre o final do século XVII e o início do século XVIII. Todavia, ainda que se considere o período de nascimento dos *scriptores* e, conseqüentemente, um recuo temporal na observação dos resultados, a ascensão da ênclise parece ter passado por oscilações, sendo mais utilizada em período posterior aos registros conhecidos de portugueses em Portugal.

Dados autógrafos

(4.6) a. eu os escreui a *Vosa Alteza* o Anno pasado e lhe lembraua quam neçesareo era por nestas Capitãias Capitães onrrados e de boa Conçiência

(Rio deJa-Neiro, 31 de Março de 1560, MS-DPB-5)

b. eu cazei me nesta tera *por Deus* o ter prometido não *que* eu o coidase

(São Lourenço da Mata, Pernambuco 18 de abril de 1749, AFJ-PS-25)

c. tratou de por a caminho solicitando o meyo mais conuiniente, e achou *que* visto o dezejo destes moradores de uerẽ suas filhas freiras, e se animarẽ a dar suas esmollas com maõ larga, com estas se faria o Conuento

(Baya, 24 de Junho de 1699, GMV-DPB-10)

d. em quarenta e tres ofrececame ca no Maranhão hum cazamto de gente mto grave

(Pará 29 de novembro 1743, JPR-PS-21)

e. agora mediz lhe empregue naquilo *que* bem meparecer

(29 de Janeiro de 1794, JSR-CC-10)

f. e asim avizeme mais miudamente o *que quer*

(Maranhão, 30 de abril de 1798, MJA-CC-44)

Dados apógrafos

(4.7) a. Meu primo lhes manda a todos sem mill saudades

(Rio de Janeiro 16 de Julho 1657, AFM-PS-6)

b. e ho meu so=brinho meteo se em outro navio e ya com as amostras *pera* vo[†]a onde temos caa *per* novas que taõ bem se perdeo

(Baya de todolos Santos, 15 de Agosto de 1551, LD-DPB-1)

c. não nego osSeus conhecimentos; mas tão=bem pelos muitos annos que sirvo, em mim se deverão talvez achar alguns

(Rio de Janeiro, 1 de março de 1798, RSC-DO-105)

d. Depois disso respondi-lhe, que eu considerava a minha rezolu-ção, e a minha vontade inhabilitadas para proseguir este negocio

(Rio de Janeiro, ano de 1795, LPS-DO-94)

e. asnossas Embarcações naõ entenderão com ellas, antes lhederaõ todo oauxilio, eSocorro, Sem embargo deter Sido amesma Embar cação hua daquellas que na entrada das nossaz no Rio

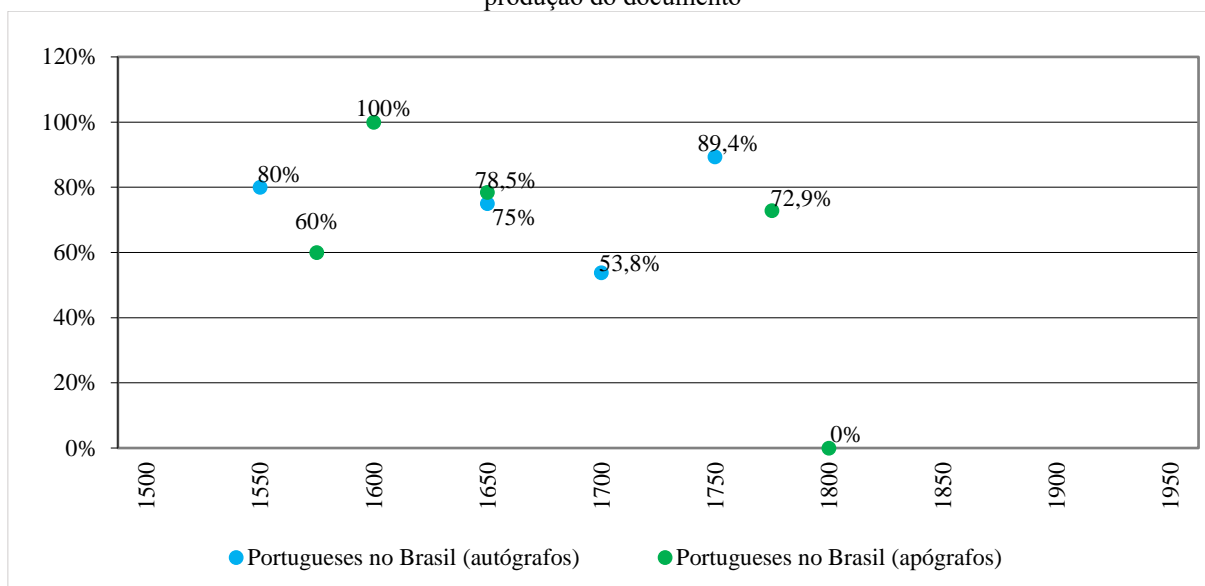
(Rio de janeiro 12 de maio de 1776, ML-EP-30)

f. Agora parece me, que basta *Senhor* Antonio, ese-Voce quer mais Conversa, ouvenha para Cá, ou espere, que eu possa estar na sua Companhia.

(Rio de janeiro 12 de maio de 1776, ML-EP-30)

Os resultados mostram, também, que, em orações coordenadas, a ênclise apresenta maior produtividade do que no contexto anterior. O Gráfico 4.4 expõe os resultados desse contexto.

Gráfico 4.4 – Taxas de próclise em orações coordenadas em *corpora* de portugueses no Brasil por data de produção do documento



Fonte: autoria própria.

De acordo com o Gráfico 4.4, em meados do século XVI, a próclise apresenta taxas de 60% em textos apógrafos e de 80% nos autógrafos. No decorrer do século XVII, os textos apógrafos exibem uso categórico da próclise, ao passo que, nos documentos autógrafos, a taxa é de 78,5%. Ainda nesse século, observa-se uma queda constante da próclise em orações coordenadas nos textos autógrafos, cuja frequência diminui para 53,8%. Em seguida, nota-se uma ascensão dessa colocação no século XVIII.

O avanço da ênclise no século XIX também é perceptível nesse contexto. Contudo, é importante ressaltar que a colocação categórica apresentada no Gráfico 4.4 resulta do pequeno quantitativo de dados disponíveis, não sendo possível afirmar que a ênclise definitiva caracterize o uso de clítico em coordenadas no século XIX.

Dados autógrafos

(4.8) a. não lhe vai agora mais Arroz pela faceirice com *que* estão os Navios, e **lhe vai** no Navio Albuquerque *que* já está prompto.

(Maranhão, 14 de fevereiro de 1794, MJA-CC-26)

b. tratou de por a caminho solicitando o meyo mais conuiniente, e achou *que* visto o desejo destes moradores de uerê suas filhas freiras, e **se animarê** a dar suas esmollas com maõ larga, com estas se faria o Conuento

(Baya, 24 de Junho de 1699, GMV-DPB-10)

c. terras, que o calor entra *muito*, Comele comefeito tem Rezão que a mim Como Rapas **iSucedeme** o mesmo

(Bahia, 6 de maio de 1798, MAC-CC-9)

d. e **meterao-me** nesta cadea com *muita* sugurança de ferros

(Pará 29 de novembro 1743, JPR-PS-21)

Dados apógrafos

(4.9) a. No dia dez de Janeiro do prezente anno pellas onze horas da manhã entrou o Juis de Fora desta cidade em minha caza, e **me apresentou**, acarta autuadaa[F^3] dos autos

(Rio de Janeiro, 1 de abril de 1793, SXC-DO-108)

b. E levando hũa encomenda, *que* lhe tinha mandado, nẽ isso quis deixar a peçoã, *que* me conhecia, E **a levou** consigo

(Rio de Janeiro 16 de Julho 1657, AFM-PS-6)

c. compadeçase *Você* *daminha* Saude, **epermita me** ograndissimo gosto de Servilo para *oque* metem sempre opromptissimo com omayor gosto.

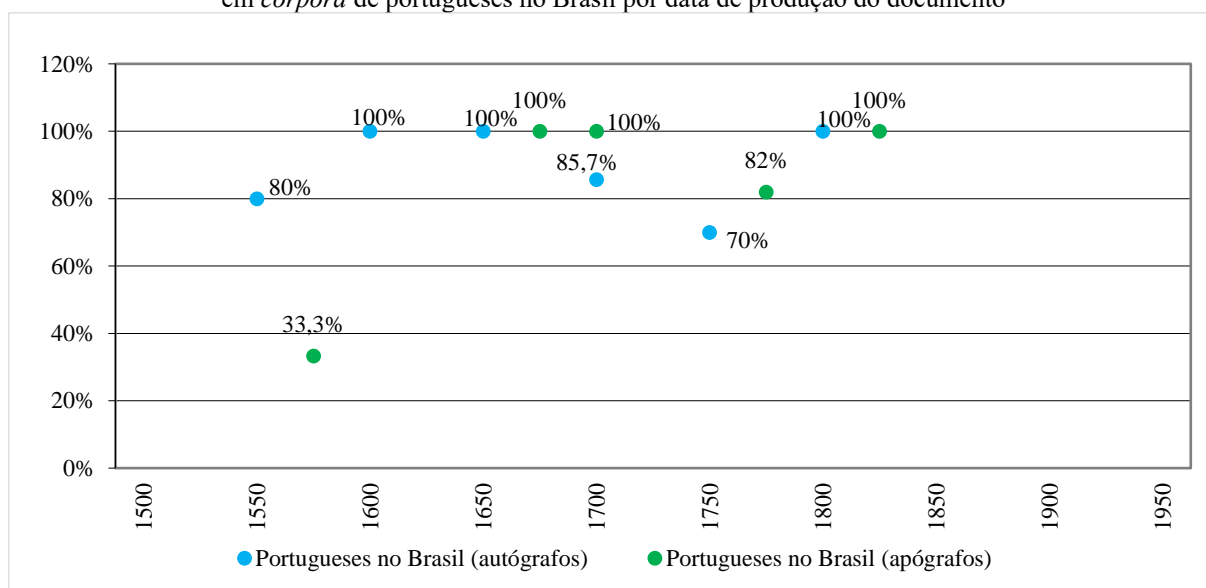
(Rio de janeiro 20 de fevereiro de 1770, ML-ER-10)

d. e *que* aviam de dar de comer e **dam_lhe** hũ pouquo de farinha de paõ cõ hũ pouquo de vinagre e azeite e sem houtra carne e nem peixe

(Sem local [Bahia], 13 de Julho de 1551, LD-DPB-2)

O Gráfico 4.5 mostra os percentuais relacionados às sentenças principais com verbo imediatamente precedido por oração dependente.

Gráfico 4.5 – Taxas de próclise em sentenças principais com verbo antecedido por oração dependente em *corpora* de portugueses no Brasil por data de produção do documento



Fonte: autoria própria.

No decorrer da segunda metade do século XVI, as taxas de precedência do clítico ao verbo alcançaram 80% das ocorrências nos textos autógrafos, ao passo que, nos documentos

apógrafos, a colocação pré-verbal ocorreu em apenas 33,3% dos casos, uma vez que foram registradas apenas três ocorrências nesse conjunto: 2 casos de ênclise e 1 de próclise.

O século XVII é fortemente marcado pela colocação proclítica, sendo que o menor percentual registrado é de 85,7%, oriundo de textos autógrafos. Na primeira metade do século XVIII, observa-se uma leve ascensão da ênclise, com a queda da próclise de 85,7% para 70% nos documentos autógrafos e de 100% para 82% nos textos apógrafos. Já no início do século XIX, verifica-se o retorno da dominância proclítica em ambos os conjuntos documentais.

Percebe-se que o comportamento dos clíticos, nesse contexto, apresentou distinção em relação aos padrões discutidos anteriormente, uma vez que, apenas neste caso, a próclise registra taxas significativamente elevadas no início do século XIX nos dois conjuntos.

Dados autógrafos

(4.10) a. agora como parte esta Carauella e não ouue tempo para se acabarem as Rellaçoïms os farej por mayores

(Bahia, 23 de Janeiro de 1655, MFVB-DPB-7)

b. seele lhe perguntar quando vou antes lhediga que eu não vou lá no anno [SC] 94 por avizo que lhefiz

(Pernambuco, 21 de novembro de 1793, DACP-CC-55)

c. quando me escrever escrevame reCatado as mais omrras que vosmece nas suas me puder dar e asim Como me asino me escreva bezo as maos a vosmece

(Capitania de São Vicente 10 de março de 1592, AVV-PS-4)

d. poreo oSenhor Aguiar lhepedio para Receber huas suas ecomu lhé dá purção deCaixas faltoume

(Pernambuco, 14 de abril de 1794, ARCV-CC-71)

Dados apógrafos

(4.11) a. se suas sobrinhas fazem coizas de seda **lhe mandê** também

(Rio de Janeiro 16 de Julho 1657, AFM-PS-6)

b. Logo que VossaMerce Receber esta **me informará** daCapacidade, que atoa nas pessoas de Diogo Luiz da Silveira, Caetano daSilveira Mattos, eManuel d'Avila Nunes

(Rio de janeiro 11 de dezembro de 1769, ML-EP-31)

c. Logo que aqui cheguei **esperanceime** muito de que me tornaria afazer mozo vendo o Tenente General presentearseme com os SeusbelosCabeloz

(Rio de janeiro 23 de junho de 1770, ML-ER-21)

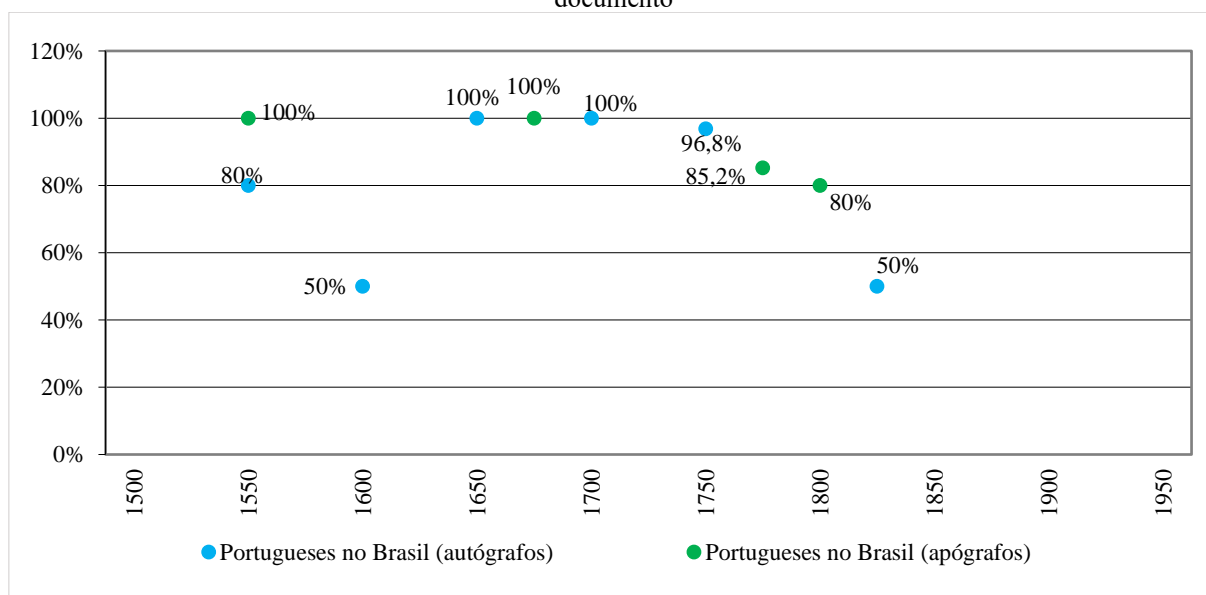
d. Aguora hira se deos quiser **peco_lhe** muito per amor de deos

(Sem local [Bahia], 13 de Julho de 1551, LD-DPB-2)

4.1.2 Padrões em construções com grupos verbais

Em construções com grupos verbais, as taxas observadas indicam uma elevação da posição do clítico em contextos nos quais a adjacência ao primeiro verbo é opcional. Os padrões identificados estão representados no Gráfico 4.6.

Gráfico 4.6 – Taxas de subida de clítico em *corpora* de portugueses no Brasil por data de produção do documento



Fonte: autoria própria.

Os percentuais apresentados no Gráfico 4.6 evidenciam a alta produtividade da subida do clítico, especialmente em contextos de adjacência pré-verbal, durante o período predominante. A ampla ocorrência da subida do clítico é observada entre meados do século XVI e o início do século XIX. Nesse mesmo intervalo, verifica-se uma variação equilibrada entre a subida e a cliticização ao segundo verbo em textos autógrafos datados de 1600 e 1800. Todavia, em ambos os casos, a alternância na colocação decorre do baixo número de ocorrências, já que há apenas duas ocorrências registradas em 1600 e duas em 1800.

A partir de meados do século XVIII, a adjacência do clítico ao verbo no infinitivo passa a crescer de forma contínua até o século XIX, período em que a cliticização sem subida atinge seu maior percentual de ocorrência, em comparação com os períodos anteriores.

Dados autógrafos

(4.10) a. *porque o Vice Rey do estado dava conta do dezempáro em que se achavaõ, com prejuizo do real serviço e fazenda, e naõ haver offiçal que as viese reger: e naõ obstante o acharen me os medicos*

(Baía, 5 de Dezembro de 1731, MPC-DP-8)

b. **Quero-lhe contar** parte das minhas infelicidades

(Bahia, 27 de maio de 1798, ARCV-JBD-CC-5)

c. etoda ades-peza que *Vossa merce* fizer, prontamente satisfarei *aquem* medetreminar, a-inda *que* sedê alguas luvaz, eportodo otrabalho *que Vossa Mercê* com isto tiver lheficarei húa emuitas vezes agradecido, estimando tambem ter ocazioenz em*que* **posa mostrar-lhe** oquanto souseu

(Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1793, MAS-CC-92)

Dados apógrafos

(4.11) a. *e Vosa merçe* a maõda ratirar *pera* a ver el-rey// muitas cazas **se podem fazer** nestas ladeiras

(Sem local [Bahia], 13 de Julho de 1551, LD-DPB-2)

b. Daqui vem, julgar eu tão jus=tamente, que *Vossa Excelência* **deve tomarme** a Sua conta como quem he, e Servir-se em Socorreme com generosidade

(Rio de Janeiro, 1 de março de 1798, RSC-DO-105)

Mais detalhes sobre os padrões de colocação em construções com verbo único e com grupos verbais serão apresentados nas próximas seções, por meio de um estudo de caráter comparativo entre variedades do português.

4.2 ESTUDO COMPARATIVO

Após a apresentação dos padrões de colocação de clíticos encontrados em *corpora* de portugueses no Brasil, as próximas seções são dedicadas ao estudo comparativo desses resultados, em contraste com as sincronias do português na Europa, com o *português colonial brasileiro* — conforme delineado por Cardoso, Andrade e Carneiro (2021) — e com o PB.

Vale salientar que, para a realização dessa análise em perspectiva diacrônica, a definição de critérios para a distribuição temporal dos dados é fundamental. Tais critérios, no entanto, podem variar entre as pesquisas, em razão das limitações de acesso às informações sobre os *corpora* e/ou seus *scriptores*.

É importante, portanto, esclarecer que, entre as investigações referenciadas neste estudo, Galves, Britto e Paixão de Souza (2005), Carneiro (2005), Andrade (2010) e Cardoso (2020) adotam o critério da data de nascimento do *scriptor*. Por outro lado, os dados desta pesquisa, assim como os das Cartas de D. João III, de Pagotto (1992), Lobo (1996) e Lobo (2001), utilizam a data de produção escrita como referência. Já Martins (1994) emprega ambos os critérios: os textos notariais (séculos XIII ao XVI) são analisados com base na data

de produção, enquanto os textos literários (séculos XVI ao XX) são organizados de acordo com a data de nascimento dos autores.

4.2.1 Português vindo de além-mar vs sincronias do português da Europa

As seções subsequentes apresentam o contraste entre os padrões de colocação de clíticos em textos de portugueses no Brasil e os resultados de estudos sobre os padrões de uso por portugueses em Portugal. Em todos os gráficos, os triângulos⁴⁹ representam dados provenientes de *corpora* produzidos em Portugal, enquanto os círculos⁵⁰ indicam ocorrências relativas a portugueses no Brasil.

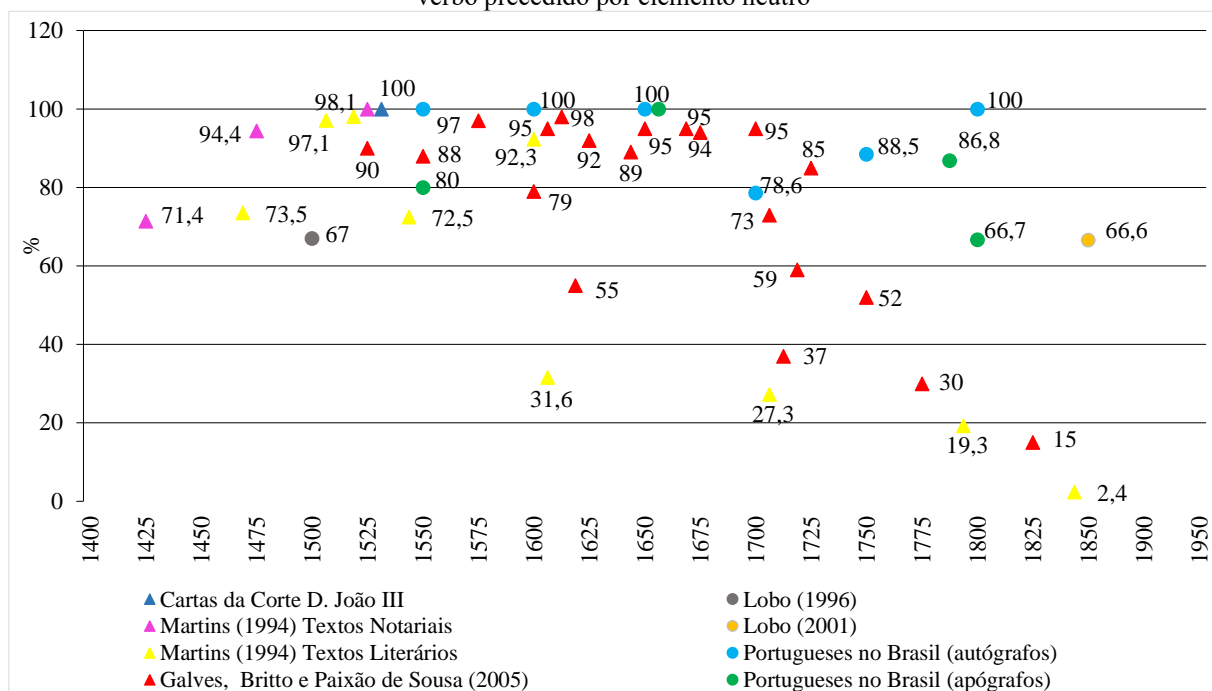
4.2.1.1 *Contraste em construções com verbo único*

O Gráfico 4.7 expressa os percentuais de próclise em sentenças principais cujo verbo é antecedido por elementos neutros.

⁴⁹ Todas as pesquisas utilizadas como referência e que foram realizadas com base em dados extraídos de *corpora* produzidos por portugueses em Portugal são expressas nos gráficos por meio de triângulos, que se diferem em cor para sinalizar os distintos estudos, em conformidade com as legendas.

⁵⁰ Todas as pesquisas com base em dados extraídos de *corpora* produzidos por portugueses no Brasil aqui referidas são expressas nos gráficos por meio de círculos. Assim, além dos dados autógrafos e apógrafos desta pesquisa, como sinalizado nos gráficos das seções anteriores, são incluídos os resultados obtidos por Lobo (1996) e Lobo (2001).

Gráfico 4.7 – Taxas de próclise do português no Brasil vs sincronias do português em Portugal nos contextos de verbo precedido por elemento neutro



Fonte: autoria própria.

Os resultados expostos no Gráfico 4.7 evidenciam que, no século XVI, a alta produtividade da próclise é um traço comum entre os padrões do português no Brasil e os *corpora* produzidos em Portugal, analisados por Galves, Britto e Paixão de Souza (2005), bem como nos textos notariais e literários estudados por Martins (1994) e nas Cartas de D. João III. Nesse mesmo período, as taxas encontradas por Martins (1994) na maioria dos textos literários se aproximam dos padrões observados por Lobo (1996).

Lobo (1996) mostra que a Carta de Pero Vaz de Caminha, datada do início do século XVI, apresentou 60% de próclise nesse contexto, sendo esse o menor percentual do período. É importante lembrar, contudo, que a pesquisadora apresenta os resultados utilizando o período de produção do documento como critério para a distribuição temporal dos dados. Assim, considerando que Pero Vaz de Caminha, autor do documento investigado por Lobo (1996), teve seu nascimento registrado em 1450, é possível verificar que, a depender do ponto de vista, esse resultado pode ser considerado como padrão do século XV.

Percebe-se que o século XVII ainda é marcado pela predominância da próclise em ocorrências do português no Brasil, bem como, majoritariamente, nos resultados apresentados por Galves, Britto e Paixão de Souza (2005). A ascensão mais acentuada da ênclise nesse período é observada nos textos literários analisados por Martins (1994). Já no início do século XVIII, a ênclise torna-se mais produtiva nos textos oriundos de Portugal, enquanto os

documentos de portugueses no Brasil revelam a ampliação desse padrão apenas por volta dos anos finais do século XVIII — especialmente quando se considera um recuo temporal decorrente das diferenças nos critérios de distribuição cronológica dos dados, conforme mencionado anteriormente.

Em linhas gerais, observam-se padrões semelhantes de colocação entre os textos produzidos no Brasil e em Portugal. Contudo, essa similaridade é mais evidente até meados do século XVIII, uma vez que a ascensão da ênclise nos documentos de portugueses no Brasil ocorre em momentos posteriores aos verificados nos textos portugueses. Além disso, o Gráfico 4.7 demonstra que, nesses contextos sintáticos, a ênclise é menos produtiva em textos não literários, visto que a maioria dos autores de obras literárias investigadas por Martins (1994) apresenta percentuais menores de próclise, sobretudo no início do século XVII.

Os exemplos a seguir apresentam dados oriundos de portugueses em Portugal, extraídos das *Cartas da Corte de D. João III* (DJ-CDJ), bem como das pesquisas de Martins (1994) e de Galves, Britto e Paixão de Souza (2005).

(4.12) a. Eu **o Julguy** e Julgo per sentença que este ãprazamento valha e se cãmpra como se nesta carta cõtẽ (NO, 1540)

(Martins, 1994, p.74 ex. 219)

b. e Eu laçeyo dellas e dando a deffenetyua Julguy que o dito Prioll nõ ffezera fforça (NO, 1379)

(Martins, 1994, p.54 ex. 3b)

c. Hoje **me parto**. (A. Chagas, 1631)

(Galves, Britto e Paixão de Souza, 2005, p.4 ex. 1g)

d. Depois **sucedeo-lhe** o *Mirão*, seu *sobrinho*, ... (Couto, 1542)

(Galves, Britto e Paixão de Souza, 2005, p.4 ex. 1e)

e. e eu por este Respeito **vos mamdey** cõ aquella deligemçia

(Montemor-o-Novo, 24 de abril de 1531, DJ-CDJ-6)

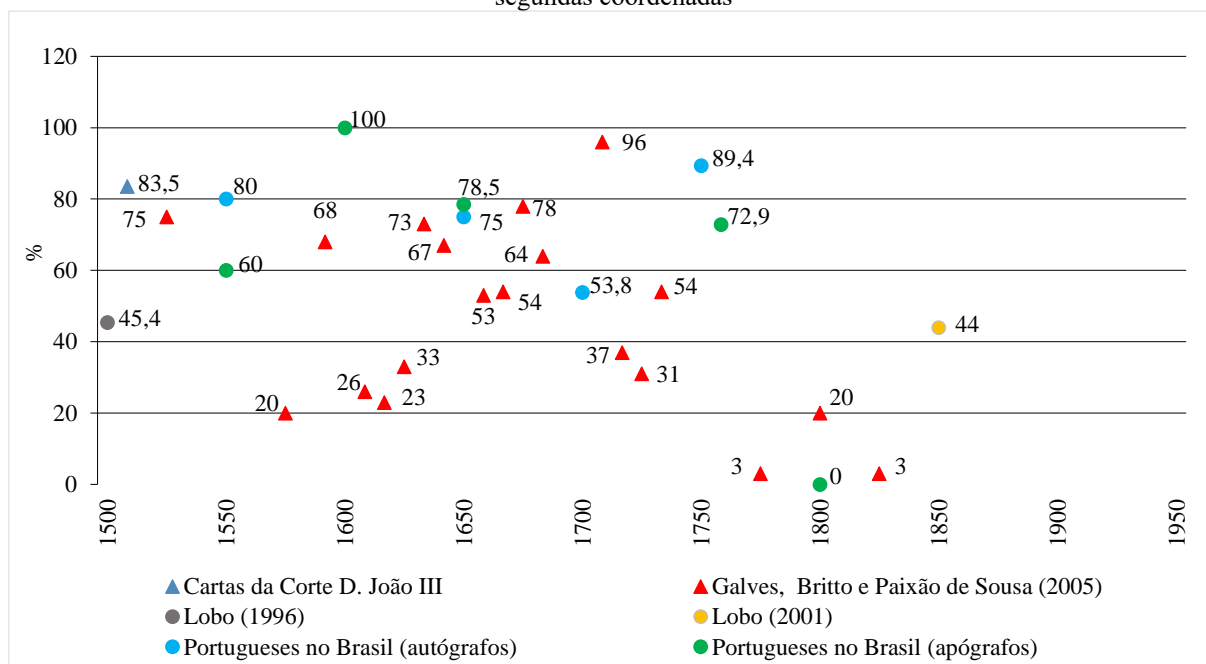
f. Em troca disto, **ofereço-lhe** da parte de Inglaterra defesa de tôdas as suas colónias e ... (Alorna, 1750)

(Galves, Britto e Paixão de Souza, 2005, p.4 ex. 1i)

Em relação ao contexto das orações segundas coordenadas, com verbo antecedido ou não por conectivos conjuntivos, Carneiro (2005) chama a atenção para a semelhança entre essas construções e as sentenças principais com verbo em posição inicial, uma vez que as coordenadas tendem a apresentar maior produtividade da ênclise. A observação do Gráfico 4.8 permite afirmar que, nesse contexto, a ênclise ocorre de forma mais acentuada do que nos

ambientes sintáticos anteriormente abordados. Ainda assim, as taxas de próclise em textos produzidos no Brasil permanecem elevadas e, em alguns períodos, superam os percentuais observados nos textos produzidos em Portugal.

Gráfico 4.8 – Taxas de próclise do português no Brasil vs sincronias do português em Portugal em orações segundas coordenadas



Fonte: autoria própria.

No século XVI, nota-se que as *Cartas de D. João III* apresentam o maior percentual de próclise do período (83,5%), e que os textos autógrafos produzidos no Brasil se aproximam desse índice (80%). Além disso, a ênclise é majoritária nos dados de Lobo (1996), com 54,6%, e nas ocorrências da segunda metade do mesmo século, nos textos do *Corpus Tycho Brahe*, analisados por Galves, Britto e Paixão de Souza (2005), com 80%.

No século XVII, os manuscritos escritos no Brasil apresentam taxas ligeiramente superiores de próclise. Em relação ao século XVIII, até a primeira metade, tanto os textos do Brasil quanto os de Portugal exibem altos percentuais de próclise. Contudo, em períodos posteriores, os textos portugueses revelam uma queda significativa, de 96% para 54%, enquanto os manuscritos brasileiros mantêm uma ampla colocação proclítica até os anos finais do século. No final do século XVIII, considerando-se o recuo cronológico já mencionado, o aumento da ênclise é registrado nos dados de Lobo (2001); ainda assim, os textos produzidos no Brasil apresentam maior percentual de próclise (44%) em comparação com os escritos em Portugal, cujos índices variam de 3% a 20%.

De modo geral, embora a ênclise se apresente de forma mais ampla nas orações coordenadas, a próclise mostra taxas ligeiramente superiores nos textos produzidos no Brasil durante o século XVII e na segunda metade do século XVIII.

(4.13) a. e **lhe paguê** sua quorentena segundo o dereito quer (Lx, 1510)
(Martins, 1994, p.75 ex. 228)

b. e se alguê ueer que algua cousa desãde faça como e **pagueno** (NO, 1278)
(Martins, 1994, p.75 ex. 228)

c. Durando as persuasões do padre, chegou preparada uma mezinha, e **lhe pediram** se retirasse. (Bernardes, 1644)
(Galves, Britto e Paixão de Souza, 2005, p.10 ex. 3b)

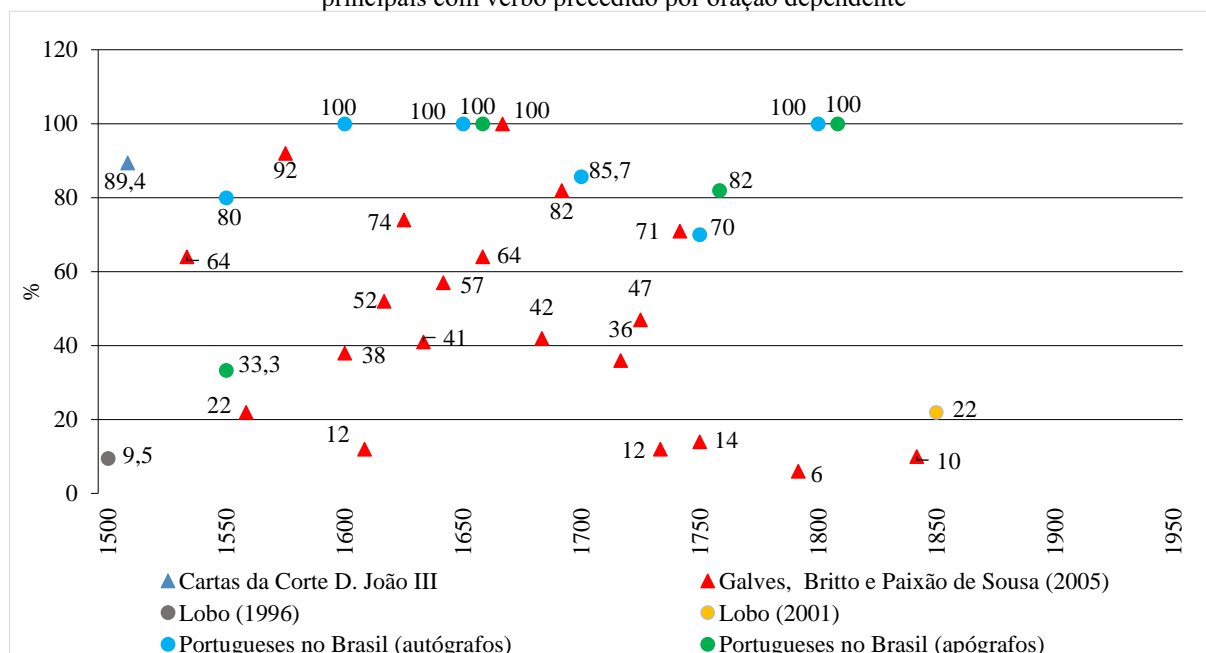
d. Achou-os ditosamente, falou-lhes, e **rendeu-os** a largarem aquela vida brutal, e virem a ser filhos da Igreja, e vassalos do Império Português. (A. Barros, 1675)
(Galves, Britto e Paixão de Souza, 2005, p.10 ex. 3a)

e. e **lho confirmo** e ey por cõfirmado como nelle he conteudo
(Évora, 27 de fevereiro de 1525, DJ-CDJ-4)

f. E **escreveyme** quamdo devem de tornar as caravelas, pera esperar as naaos que, cõ ajuda de Noso Senhor, se esperam este ano
(Évora, 11 de abril de 1537, DJ-CDJ-304)

Em relação às sentenças principais com verbo precedido por oração dependente, o Gráfico 4.9 apresenta os resultados do contraste.

Gráfico 4.9 – Taxas de próclise do português no Brasil vs sincronias do português em Portugal em sentenças principais com verbo precedido por oração dependente



Fonte: autoria própria.

É possível observar, no Gráfico 4.9, a prevalência da próclise nas Cartas de D. João III (89,4%), além de uma ampla variação entre ênclise e próclise desde meados do século XVI até a primeira metade do século XVIII, nos textos analisados por Galves, Britto e Paixão de Souza (2005). Esses resultados divergem dos textos produzidos no Brasil, uma vez que a dominância da anteposição do clítico ao verbo se verifica justamente nesse mesmo intervalo temporal, e a aparente prevalência da ênclise em textos apógrafos de 1550 decorre do número reduzido de ocorrências.

Portanto, os resultados do contraste entre os textos produzidos no Brasil e em Portugal indicam a existência de similaridades nos padrões de colocação de clíticos adotados por esses perfis de *scriptores*, especialmente nos contextos de sentenças principais com verbo antecedido por sujeito não focalizado, sintagma preposicional ou sintagma adverbial, entre o século XVI e meados do século XVIII. A ascensão da ênclise, no entanto, ocorre primeiramente em textos de *scriptores* em Portugal e, posteriormente, na escrita de portugueses no Brasil.

Nas orações segundas coordenadas, as taxas de próclise mostraram-se ligeiramente superiores nos textos produzidos no Brasil durante o século XVII e na segunda metade do século XVIII.

Por fim, no que se refere às sentenças principais com verbo precedido por oração dependente, observa-se uma divergência de padrões: há ampla variação nos textos portugueses entre 1550 e a primeira metade do século XVIII, seguida por uma prevalência da ênclise; enquanto nos textos produzidos no Brasil, a próclise domina grande parte do período analisado. A preferência pela ênclise nesse contexto, em textos elaborados no Brasil, só passa a ser observada no início do século XIX, conforme demonstrado nos dados de Lobo (2001).

(4.14) a. Vendo-o um Cónego no adro daquela antiga Sé **lhe disse**: De quem sois meu menino? (A. Barros, 1675)

(Galves, Britto e Paixão de Souza, 2005, p.10 ex. 3d)

b. Para os começar a render, **amimou-os** com donativos, língua a todas as Nações não menos inteligível, que grata. (A. Barros, 1675)

(Galves, Britto e Paixão de Souza, 2005, p.10 ex. 3c)

c. e sendo asy, como o espero, **lhe dareis** parte de todo o que vos mamdo

(Montemor-o-Novo, 24 de abril de 1531, DJ-CDJ-6)

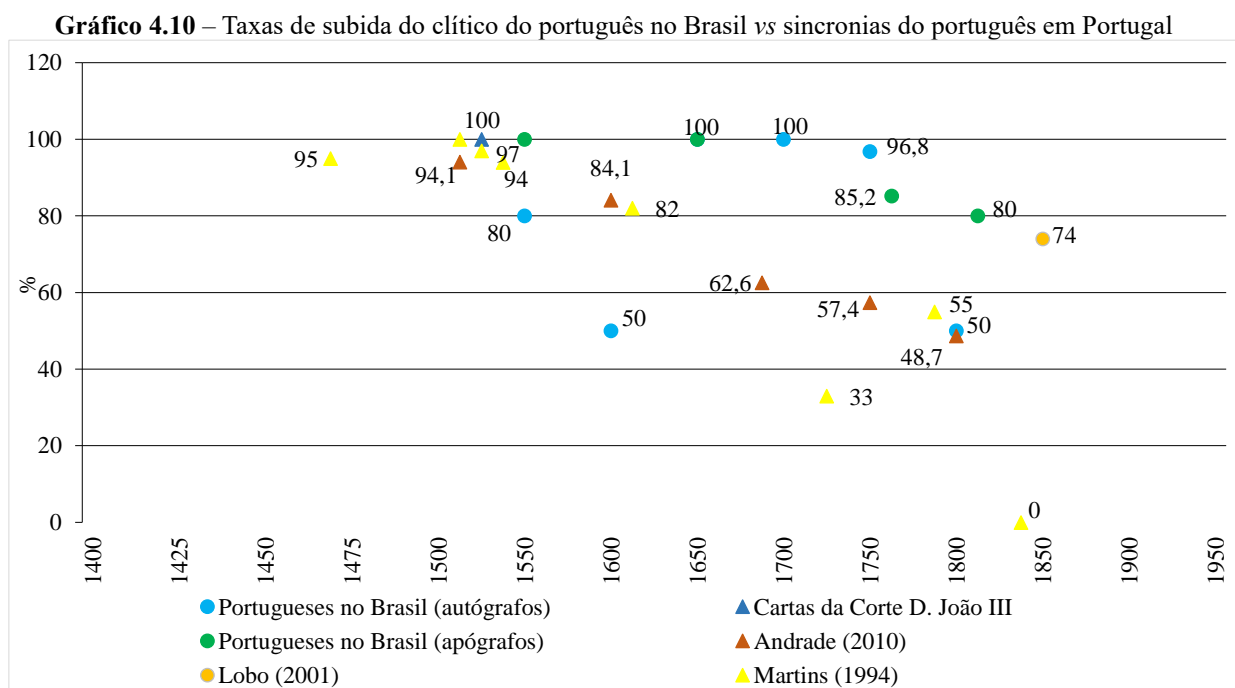
d. Se Fernam Perez, ainda llaa for, **dizeylhe** de minha parte que se venha lloguo, e traga as cartas que lhe tenho mandado

(Évora, 18 de setembro de 1536, DJ-CDJ-239)

A próxima seção aborda a observação comparativa em sentenças formadas por grupos verbais.

4.2.1.2 *Contraste em construções com grupos verbais*

Martins (1994) destaca que, nas construções formadas por dois verbos, a cliticização pré-verbal na forma finita é a colocação padrão até o século XVI, quando a adjacência do clítico ao verbo no infinitivo começa a aparecer timidamente. Entre os séculos XVI e XVIII, a subida do clítico é a preferência nos dados de falantes portugueses e, após esse período, a colocação sem subida passa a predominar (Martins, 1994). O Gráfico 4.8 mostra os resultados do contraste.



Fonte: autoria própria.

De acordo com o Gráfico 4.8, a subida se apresenta quase categórica no século XV, nos dados extraídos de textos literários e analisados por Martins (1994). O século XVI é caracterizado por altas taxas de subida em *corpora* produzidos tanto em Portugal quanto no Brasil. No século XVII, essas taxas decrescem, conforme mostram os resultados de Martins (1994) e Andrade (2010). Já no período que compreende o século XVIII e o início do XIX, textos produzidos em Portugal indicam a continuidade da diminuição na frequência da subida do clítico. Ainda que esse declínio também seja observado em *corpora* escritos no Brasil, os

percentuais de subida nesses textos apresentam valores mais altos do que os registrados em textos produzidos em Portugal.

É importante salientar que as taxas de 50% de subida em textos autógrafos datados de 1600 e 1800 decorrem do baixo número de ocorrências no período; portanto, não se pode afirmar com segurança que esses valores representem os padrões de colocação clítica do período.

(4.15) a. E despois que vy que tardava tanto, **vos quis Responder**

(Évora, 24 de janeiro de 1537, DJ-CDJ-274)

b. E pagom e **som-lhe obrigados** pagar ao ssenhorijo do dito casal os quartos de totalas coussas que ouuerem (Lx, 1483)

(Martins, 1994, p.141 ex. 98)

c. agora **poderia pôr-lhe** um braço sobre os ombros... (PE -Saramago, 1922)

(Andrade, 2010, p.175 ex. 253b)

As próximas seções apresentam a comparação entre dados do português no Brasil e de brasileiros. Inicialmente, o contraste é realizado a partir dos resultados do que Cardoso, Andrade e Carneiro (2021) denominam *português colonial brasileiro*, isto é, a variedade de brancos brasileiros descendentes de portugueses. Em seguida, a comparação é feita com dados do PB.

4.2.2 Português vindo de além-mar vs *português colonial brasileiro*

A colocação de clíticos no *português colonial brasileiro* — possível variedade que antecede a vertente culta do PB (Cardoso, Andrade e Carneiro, 2021) — abarca apenas construções com verbo único na primeira metade do século XVII e na primeira metade do século XVIII.

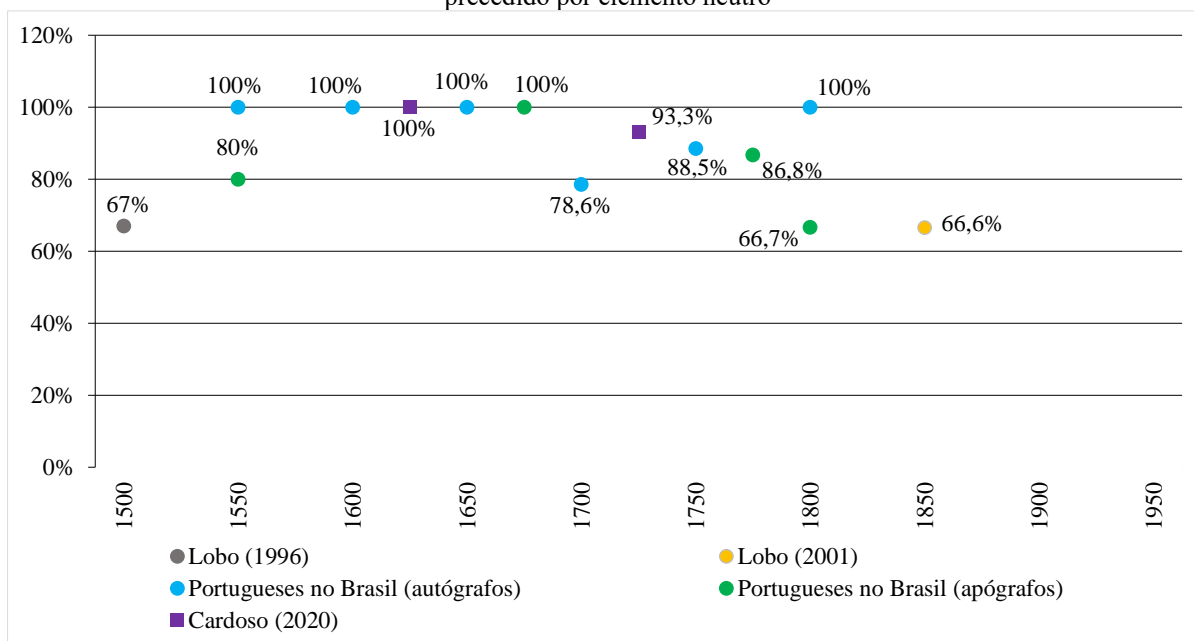
Os percentuais dessa vertente foram obtidos por Cardoso (2020)⁵¹. Nos gráficos desta seção, os dados do *português colonial brasileiro* estão representados por quadrados.

⁵¹ Cardoso (2020) realiza um estudo sobre o comportamento dos clíticos em documentos de brancos brasileiros nascidos nos séculos XVII e XVIII. Os acervos analisados em sua pesquisa são: atas da Câmara Municipal de Salvador, mais especificamente os documentos de Ruy de Carvalho Pinheiro; documentos de brancos da elite portuguesa, dos *scriptores* André Vidal de Negreiros e João Goes de Araújo; e documentos da família Ferrão Castelo Branco, do *scriptor* Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco.

4.2.2.1 *Contraste em construções com verbo único*

O Gráfico 4.11 exibe a próclise em sentenças principais com verbo precedido por sujeito não focalizado, sintagma preposicional e sintagma adverbial formado por advérbios que não atraem a próclise.

Gráfico 4.11 – Taxas de próclise do português no Brasil vs *português colonial brasileiro* nos contextos de verbo precedido por elemento neutro



Fonte: autoria própria.

Em virtude das altas taxas de próclise, o Gráfico 4.11 mostra similaridades entre os padrões de colocação de clíticos de portugueses e de brancos brasileiros no século XVII, visto que a próclise se apresenta como categórica nesse período. Algumas diferenças são notadas entre a segunda metade do século XVII e o início do século XVIII, quando os percentuais de próclise decrescem em textos de portugueses (de 100% para 78,6%), enquanto os dados de brasileiros mantêm um valor elevado (93,3%). As taxas de próclise nos textos de portugueses no Brasil apresentam tendência de queda ao longo do século XVIII.

É relevante ponderar que a próclise categórica observada em textos do século XIX decorre da baixa quantidade de dados, visto que apenas duas ocorrências foram verificadas nesse período.

(4.16) a. os testamenteiros **lhéfaram** bem por sua alma edaramasua | mǎnij isabel rodrigues coatro pesas de escauos pelo amordedeos (...) (DABEP-AVN-1678 f. 4r.)
(Cardoso, 2020, p.99 ex. 143)

b. [...] O Estrella **fallou-me** nis= | to; João Dias prometteo-me o escrito; a demanda vay cor= | rendo; (DFFCB-AGFCB-3-1752, f. 73r.)

(Cardoso, 2020, p.100 ex. 156)

c. Agora | **lhefaço** esta para lhe dar parte em como estou de animo àche | gar este anno (...)

(DFFCB-AGFCB-1751, f. 21v.)
(Cardoso, 2020, p. 100 ex. 153)

c. Depoes disto **avisteyme** nesta Cidade | com ô mesmo Paiva (...)

(DFFCB-AGFCB-1751, f. 22v.)
(Cardoso, 2020, p. 100 ex. 152)

d. Na outra **materia lhe noticiey** já em como meo Pay | tinha ido em *companhia* de meo Irmão (...)

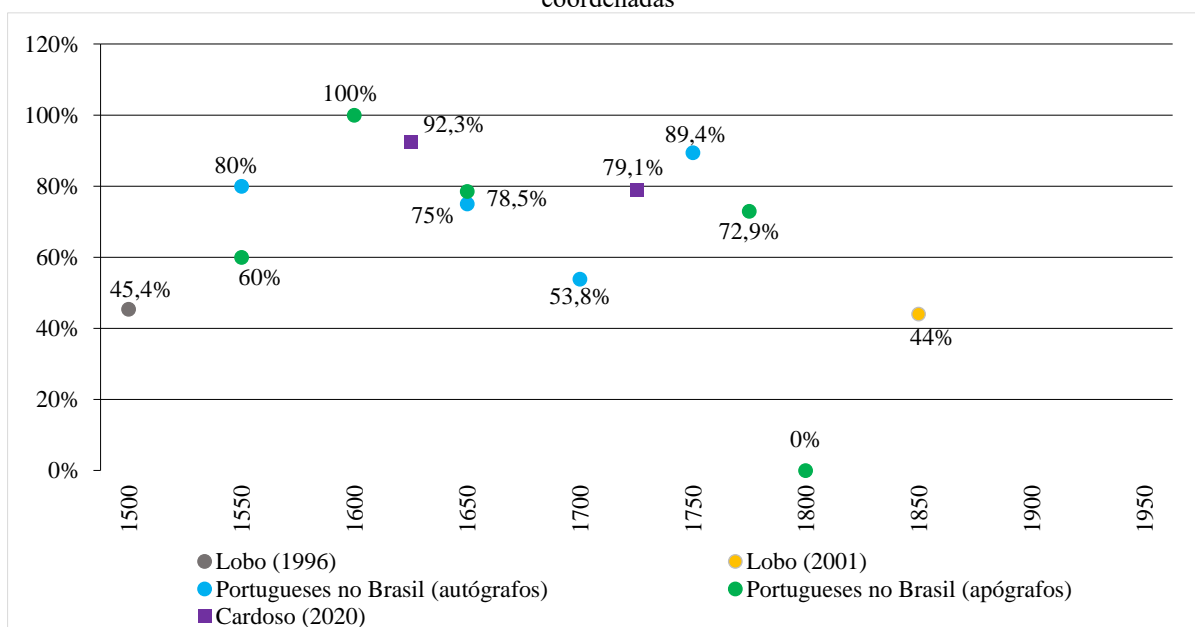
(DFFCB-AGFCB-1751, f. 20v.)
(Cardoso, 2020, p. 100 ex. 161)

e. As sobreditas nãos da India **fallase** em *que* ainda sem embargo das ultimas ordens do | *Senhor ViceRey*, ainda não viraõ apartir senaõ lâ para depoesdeSaõFrancisco (...)

(DFFCB-AGFCB-1749, f. 2v.)
(Cardoso, 2020, p. 100 ex. 155)

No que se refere às orações segundas coordenadas, os resultados são evidenciados no Gráfico 4.12.

Gráfico 4.12 – Taxas de próclise do português no Brasil vs português colonial brasileiro nas orações segundas coordenadas



Fonte: autoria própria.

Considerando o recuo temporal decorrente de divergências nos critérios de distribuição dos dados, é possível afirmar que, na primeira metade do século XVII, a próclise é mais produtiva em dados de brasileiros (92,3%) do que de portugueses (75% a 78,5%). No final do século XVII, há uma variação equilibrada em textos autógrafos de portugueses;

entretanto, em meados do século XVIII, observa-se um aumento da anteposição do clítico ao verbo entre portugueses (89,4%). No caso de textos de brasileiros, percebe-se uma leve ascensão da ênclise em relação ao século anterior, embora a próclise permaneça majoritária (79,1%).

À exceção da queda no percentual de próclise em 1700, nos textos de portugueses, observa-se que os padrões de colocação dos clíticos se assemelham nos períodos destacados por Cardoso (2020), a saber: primeira metade do século XVII e primeira metade do século XVIII.

(4.17) a. Estas ressoens | representamos ao Governador | para que nos mandasse entre-
| gar o Sal **eas representamos** a | Vossa Alteza como nos por esta | representamos (...)
(ACMS-RCP-1671.9.)

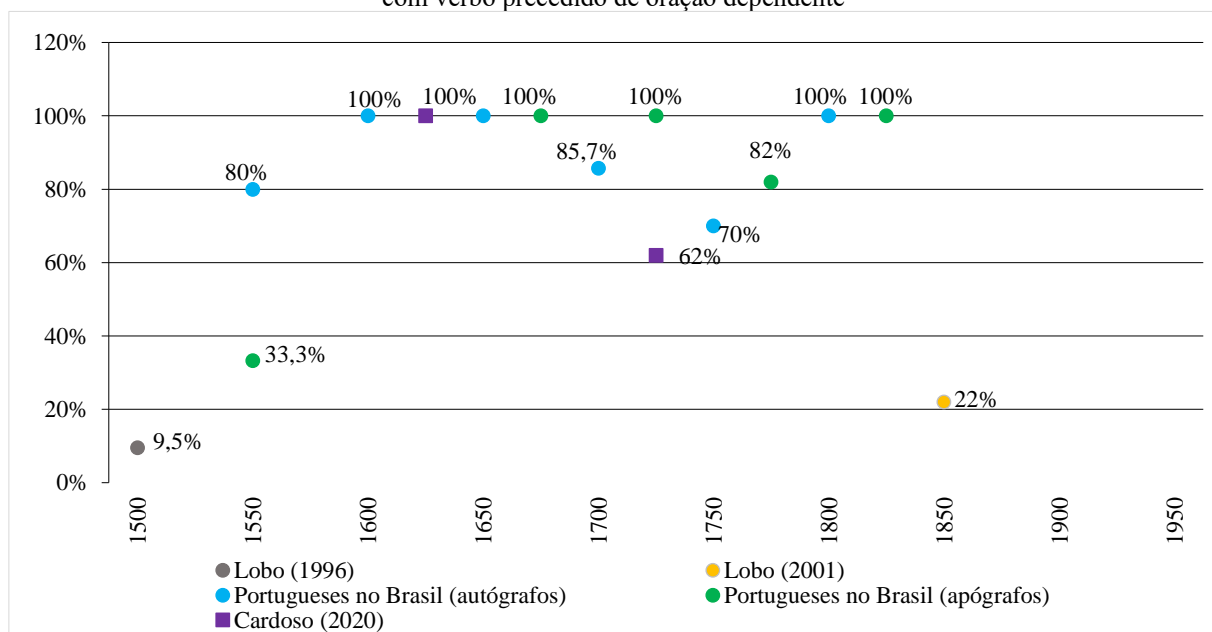
(Cardoso, 2020, p.102 ex. 168)

b. Falley nos qua- | trocentos mil reis que seo Procurador Dionisio deCarvalho lhe |
não mandou todos; **eaffirmeylhe** não ter querido tocar em | tal ao *dito* procurador (...)
(DFFCB-AGFCB-1751, f. 14v.)

(Cardoso, 2020, p. 103 ex. 183)

O contexto de sentenças principais com verbo precedido por oração dependente, por sua vez, apresenta um resultado distinto. O Gráfico 4.13 ilustra os percentuais.

Gráfico 4.13 – Taxas de próclise do português no Brasil vs português colonial brasileiro em sentenças principais com verbo precedido de oração dependente



Fonte: autoria própria.

De acordo com o Gráfico 4.13, no século XVII, a anteposição do clítico ao verbo apresenta altos índices, aproximando os padrões dos textos de portugueses e de brasileiros. No século XVIII, por sua vez, outra similaridade é notada em virtude da ascensão da ênclise, observada tanto na escrita de portugueses quanto de brasileiros. Contudo, os percentuais de próclise obtidos nos dados de portugueses são superiores.

(4.18) a. *poes querendolhe eu fallar em | VossaMercê, merespondeoque com viuvas
ninguemquer contas (...)* (DFFCB-AGFCB-1750, f. 10v.)

(Cardoso, 2020, p.102 ex. 181)

b. *ecomo me segurão que ninguem nesse jaguaripe| mas dará com mais pontualidade
que vossamerce, peço lhe mequei-| ra mandar fallar (...)* (DFFCB-AGFCB-1751, f. 24r.)

(Cardoso, 2020, p. 103 ex. 178)

Em suma, a comparação entre esses perfis mostra semelhanças nos padrões de colocação em todos os contextos variáveis explanados para o século XVII. Algumas distinções são observadas no século XVIII, uma vez que a ascensão da ênclise é mais evidente, nas sentenças principais com verbo precedido por sujeito não focalizado, sintagma preposicional e sintagma adverbial, em dados de portugueses. Em contrapartida, nas orações secundárias coordenadas e nas sentenças principais cuja forma verbal é antecedida por oração dependente, o aumento da ênclise manifesta-se mais fortemente na escrita de brancos brasileiros.

Nas próximas seções, a comparação será feita com os resultados sobre o fenômeno nas demais vertentes do PB.

4.2.3 Português vindo de além-mar vs português brasileiro

Dentre as pesquisas elencadas para observação comparativa com o PB, destaca-se a investigação realizada por Pagotto (1992), cujos *corpora* abrangem do século XVI ao XX. É preciso pontuar, contudo, que Pagotto (1992) reconhece que a nacionalidade comprovadamente brasileira está registrada apenas entre os *scriptores* de documentos dos séculos XIX e XX⁵², sendo que os *corpora* correspondentes aos séculos XVI, XVII e XVIII

⁵² Pagotto (1992) faz uma descrição diacrônica da colocação dos clíticos em um período que compreende os séculos XVI ao XX, com base em *corpora* constituídos por documentos de natureza variada e, majoritariamente, não literária. O conjunto é composto por cartas, processos contra pessoas escravizadas, documentos históricos, entre outros. Carneiro (2005) aborda as fontes escritas utilizadas na investigação de Pagotto (1992) da seguinte forma:

resultam de padrões oriundos de textos de portugueses e/ou de *scriptores* cuja nacionalidade é desconhecida⁵³.

Para a interpretação dos gráficos, vale ressaltar que os dados referentes às pesquisas sobre o PB estão representados, na legenda, por meio de balões.

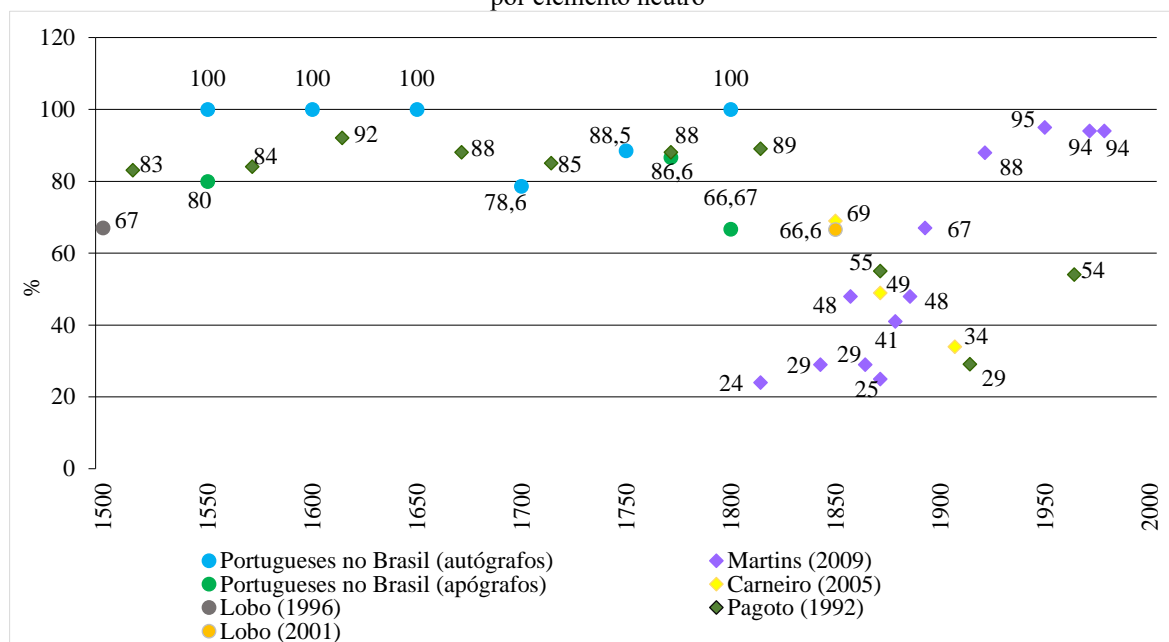
4.2.3.1 *Contraste em construções com verbo único*

As taxas de próclise expressas no Gráfico 4.14 ocorreram em sentenças principais cujo verbo é precedido por sujeito não-focalizado, sintagma preposicional e sintagma adverbial.

-
- **1ª metade do século XVI (XVI1):** *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia; Documentos Históricos do Espírito Santo* (série de documentos históricos, cartas, um relatório e um testamento); *Anaes de El-Rei Dom João III; Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto (capítulos I e II); *Crestomatia Arcaica* (fragmentos do *Sacramentale do Ho Flos Sanctorum em lingoage portugues*).
 - **2ª metade do século XVI (XVI2):** *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia; Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo* (conjunto de documentos que arrolam posses do Mosteiro); *Documentos Históricos do Espírito Santo; Cartas dos Primeiros Jesuítas no Brasil* (volume III, cartas 34 e 35).
 - **1ª metade do século XVII (XVII1):** *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia; Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo; Documentos Históricos do Espírito Santo*.
 - **2ª metade do século XVII (XVII2):** *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia; Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo; Documentos Históricos do Espírito Santo*.
 - **1ª metade do século XVIII (XVIII1):** *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia; Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade do Rio de Janeiro; Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo; Governadores do Rio de Janeiro* (correspondência ativa e passiva com a Corte, cartas das páginas 11 a 24); *Documentos Históricos do Espírito Santo; Cartas dos Primeiros Jesuítas no Brasil*.
 - **2ª metade do século XVIII (XVIII2):** *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia; Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo; Documentos Históricos do Espírito Santo; Cartas dos Primeiros Jesuítas no Brasil; Cartas do Rio de Janeiro* (série de cartas do vice-rei Marquês de Lavradio).
 - **1ª metade do século XIX (XIX1):** *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia; Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo*.
 - **2ª metade do século XIX (XIX2):** *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia*; parte do *Processo contra Escravos* (Arquivo Público Municipal de Uberaba, MG); *Cartas Diversas do Século XIX* (conjunto de cartas de diversas origens).
 - **1ª metade do século XX (XX1):** *Cartas Diversas* (arquivo de cartas pessoais de diversas origens).
 - **2ª metade do século XX (XX2):** *Cartas do Nordeste* (arquivo de cartas pessoais de A. C.; arquivo de cartas de S. L., conjunto de cartas pessoais).

⁵³ Pagotto (1992, p. 122) reflete sobre os resultados encontrados e afirma que “[...] os dados até o século XVIII são de autores senão comprovadamente portugueses, ou pelo menos de nacionalidade desconhecida, enquanto os posteriores [são] comprovadamente brasileiros [...]”.

Gráfico 4.14 – Taxas de próclise do português no Brasil vs português do Brasil nos contextos de verbo precedido por elemento neutro



Fonte: autoria própria.

O Gráfico 4.14 mostra que, na primeira metade do século XVI, a próclise é mais produtiva nos *corpora* estudados por Pagotto (1992). Entre os anos de 1550 e 1650, documentos de portugueses no Brasil apresentam ampla colocação pré-verbal, de modo que, nos textos autógrafos, a próclise é categórica nesse intervalo de tempo. Entre a segunda metade do século XVII e o início do século XVIII, a ênclise ascende tanto nos dados de Pagotto (1992) quanto nos textos do português no Brasil. Contudo, a produtividade da colocação pós-verbal é maior em textos produzidos por portugueses, que apresentam 78,6% de próclise, contra 88% nos *corpora* observados por Pagotto (1992).

No decorrer do século XVIII, a colocação pré-verbal, nos dados desta pesquisa, cresce com percentuais similares aos de Pagotto (1992). Já na primeira metade do século XIX, textos do português no Brasil voltam a apresentar grande ascensão enclítica, com taxas de próclise entre 66% e 67%. Dados de *scriptores* brasileiros, por sua vez, mostram constância nos percentuais da colocação pré-verbal em relação ao período anterior, uma vez que a próclise é encontrada em 89% dos dados de Pagotto (1992).

Os resultados das pesquisas de Pagotto (1992) e Carneiro (2005)⁵⁴, nesses contextos, evidenciam uma queda significativa das taxas de próclise no século XIX. Já na segunda

⁵⁴ Os *corpora* utilizados na pesquisa de Carneiro (2005) consistem em 500 cartas manuscritas, escritas entre 1809 e 1904, por *scriptores* nascidos entre o final do século XVIII e o terceiro quartel do século XIX, cuja nacionalidade brasileira foi identificada ou inferida. A pesquisadora organiza a documentação por destinatário, subdividindo os *corpora* em três conjuntos, a saber: i. Cartas avulsas para vários destinatários; ii. *Cartas para Severino Vieira*; iii. *Cartas para Cícero Dantas Martins, o barão de Jeremoabo*.

metade do século XX, a colocação pré-verbal volta a subir. As ocorrências observadas por Martins (2009), por sua vez, apresentam altas taxas de ênclise no século XIX; todavia, o crescimento da próclise é constante, chegando a 95% na segunda metade do século XX.

(4.19) a. e elle **a aseitou** (Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia – 1ª metade do século XVII)

(Pagotto, 1992, p. 50 ex. a)

b. O Zinho **pede-me** | o cavallo foreiro e o outro. | carta 147

(Carneiro, 2005, p. 73 ex. 1.72c)

c. Escrevi-lhe esta semana pelo **Doutor Joao Dantas** | Coelho e hoje **o faço** pelo correio d'ama-|nha. carta 383

(Carneiro, 2005, p. 74 ex. 1.72a)

d. Hoje **calcula-se** a sua fortuna em perto de duzentos contos. [NUNES, 1855]

(Martins, 2009, p. 124 ex. 14c)

e. ...por esta razam, por este publico instrumento **lhedavam** plena, e geral quitação da mencionada quantia (Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de São Paulo – 2ª metade do século XVIII)

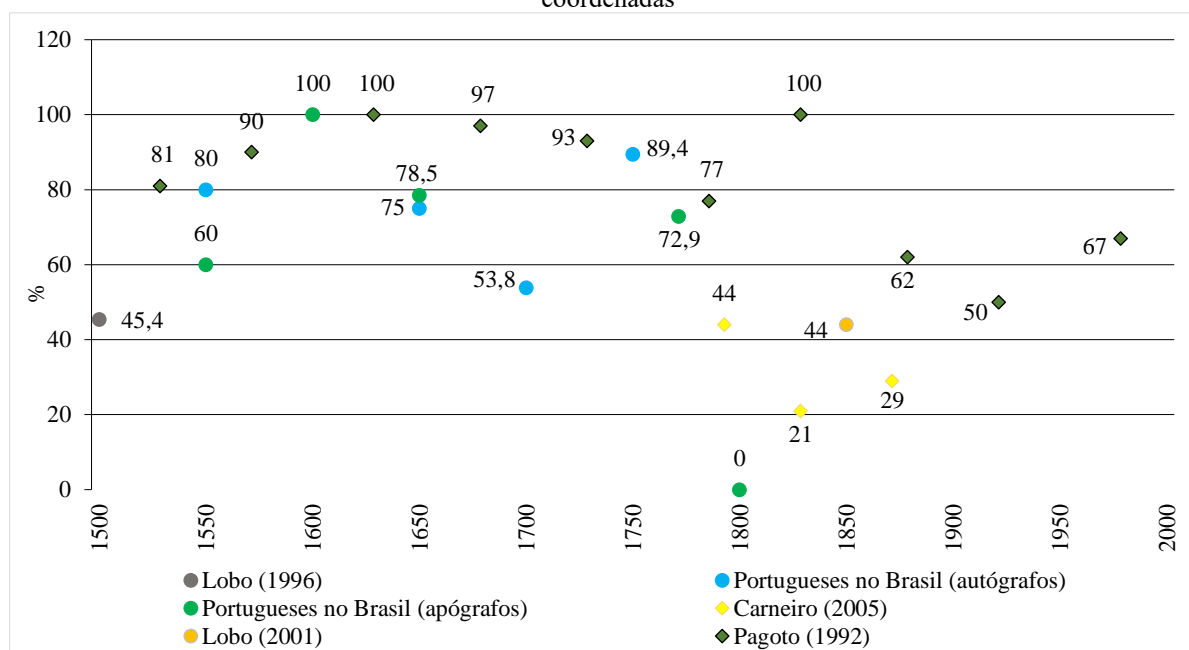
(Pagotto, 1992, p. 52 ex. f)

f. Da folia **ficava-te** o talo duro de roer, e os espinhos pra te fazer macia a cama. [Carvalho, 1829]

(Martins, 2009, p. 124 ex. 15a)

Quanto aos contextos de segundas coordenadas, o Gráfico 4.15 exhibe resultados.

Gráfico 4.15 – Taxas de próclise do português no Brasil vs português do Brasil em orações segundas coordenadas



Fonte: autoria própria.

Segundo o Gráfico 4.15, o século XVI é marcado pelas altas taxas de próclise em orações coordenadas nos *corpora* estudados por Pagotto (1992). Esses percentuais se aproximam dos obtidos em textos autógrafos produzidos por portugueses no Brasil no mesmo período. No século XVII, os dados do português no Brasil apresentam uma queda na próclise, enquanto as ocorrências encontradas por Pagotto (1992) mantêm valores próximos à colocação categórica (97%). No século XVIII, as ocorrências observadas por Pagotto (1992) começam a apresentar uma ascensão gradual da ênclise, ao passo que os textos de portugueses mostram um aumento da próclise (89,4%) e, em seguida, uma queda na frequência da colocação pré-verbal (72,9%). Entre os séculos XIX e início do século XX, registra-se um aumento progressivo da ênclise em dados de portugueses (Lobo, 2001) e de brasileiros (Pagotto, 1992; Carneiro, 2005). No século XX, a próclise volta a ser a preferência na escrita de brasileiros.

(4.20) a. Eu vivo em função dos meus filhos e **imagino-os** ainda pequeninos. (Arquivo de cartas pessoais de S.L – 2ª metade do século XX)

(Pagotto, 1992, p. 56 ex. c)

c. Para satis|fazer este triplicado fim, passarei ainda na Belgica, e vezitarei a Hollanda, a Prussia,| Allemanha, e Suissa, e **me recolherei** a Italia a fim de ali procurar azilo contra o inver-|no. carta 32

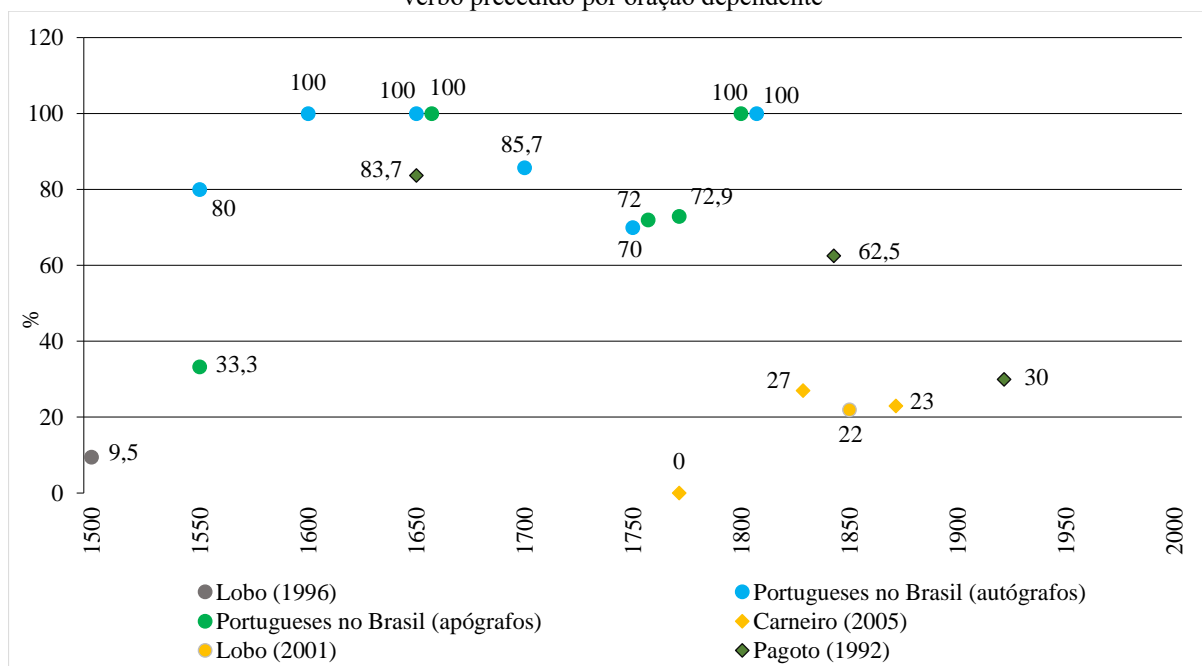
(Carneiro, 2005, p. 70 ex. 1.61a)

d. Recebi| cartas de Monte Santo do Es=|crivao dila, communicando-|-me que os autos que tenho| grande interesse que se|2v.4| achava em mao do Doutor Gomes,| foi entregue por esse, sem| despacho algum; entregou-me| aos inimigos!!; forte caiporis=|mo – nunca pencei que o Doutor| Gomes fizesse isto commigo,| porque alem de correigionario| sempre entretive relacoes es=|treitissima com elle e **tratei**-o sempre *muito* bem.| carta 324

(Carneiro, 2005, p. 70 ex. 1.61b)

No contexto de sentenças principais com verbo precedido por oração dependente, os percentuais são expressos no Gráfico 4.16.

Gráfico 4.16 – Taxas de próclise do português no Brasil vs português do Brasil em sentenças principais com verbo precedido por oração dependente



Fonte: autoria própria.

A taxa de 83,7% de próclise apresentada por Pagotto (1992) corresponde a 31 ocorrências, de um total de 37, incluindo estruturas cujo sujeito está elidido (27 dados de 31) ou em posição pós-verbal (4 dados de 6). Esse valor refere-se à soma de dados do período que abrange os séculos XVI, XVII e XVIII, uma vez que a distribuição dos percentuais de próclise ao longo desse intervalo não é detalhada pelo pesquisador.

Todavia, o baixo número de ocorrências de ênclise (6 dados) permite inferir que as taxas podem ter se mantido entre 80% e 100% ao longo do período. À vista disso, é possível verificar que, entre os séculos XVI e XVIII, os padrões de colocação dos clíticos observados por Pagotto (1992) são similares aos resultados obtidos em textos autógrafos de portugueses no Brasil, sobretudo até a primeira metade do século XVIII.

Em meados do século XIX, a ênclise passa a ser prevalente tanto nos dados de portugueses quanto nos de brasileiros.

(4.21) a. ...chegando ao lugar da fruteira, **se divide** o Rio da fruteira, para o Norte...
(Documentos históricos do Espírito Santo – 2ª metade do século XVIII)
(Pagotto, 1992, p. 59 ex. c)

b. Enquanto aguardo a chegada de sua carta, **escrevo-lhe** estas linhas. (Arquivo de cartas pessoais de S.L – 2ª metade do século XX)
(Pagotto, 1992, p. 56 ex. c)

c. Querendo pois por te as correntes de todos os meus designios **te direi** qual a applicacao, que de meu tempo pretendo fazer. | carta 32

(Carneiro, 2005, p. 74 ex. 1.76b)

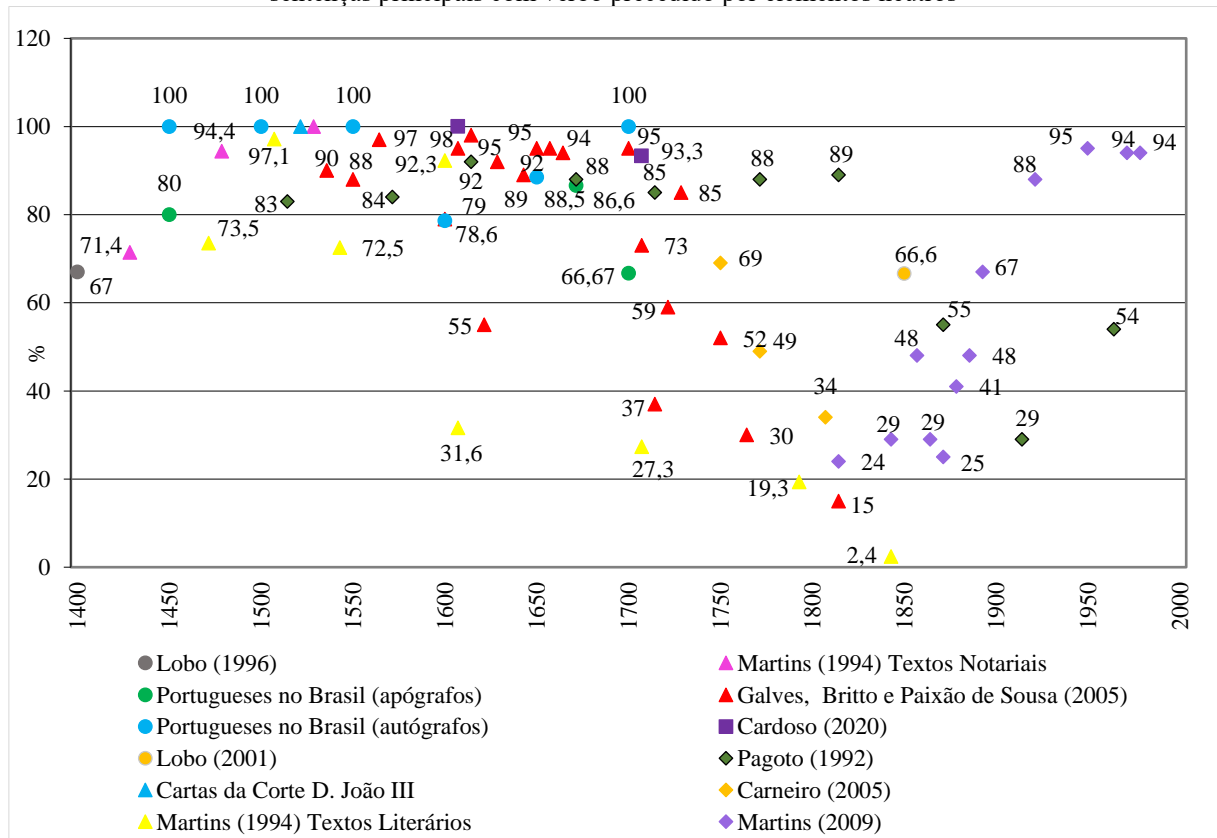
d. Tendo regressado ha poucos dias da | *minha* excursao diplomatica, **apresso-me** a ter | o prazer de acusar recepcao da sua obzequiosa | Carta de 7 de setembro ultimo, estimando *muito* | o melhoramento da sua saude. carta 86

(Carneiro, 2005, p. 74 ex. 1.76a)

Diante da observação comparativa, nota-se que os dados de Pagotto (1992), nos contextos de sentenças principais com verbo precedido por sujeito não focalizado, sintagma preposicional e sintagma adverbial, apresentam padrões semelhantes aos obtidos em textos de portugueses produzidos no Brasil e em Portugal.

O Gráfico 4.17 exhibe um panorama geral dos percentuais de próclise obtidos em dados de portugueses no Brasil, portugueses em Portugal e brasileiros.

Gráfico 4.17 – Taxas de próclise do português no Brasil, português do Brasil e do português em Portugal em sentenças principais com verbo precedido por elementos neutros



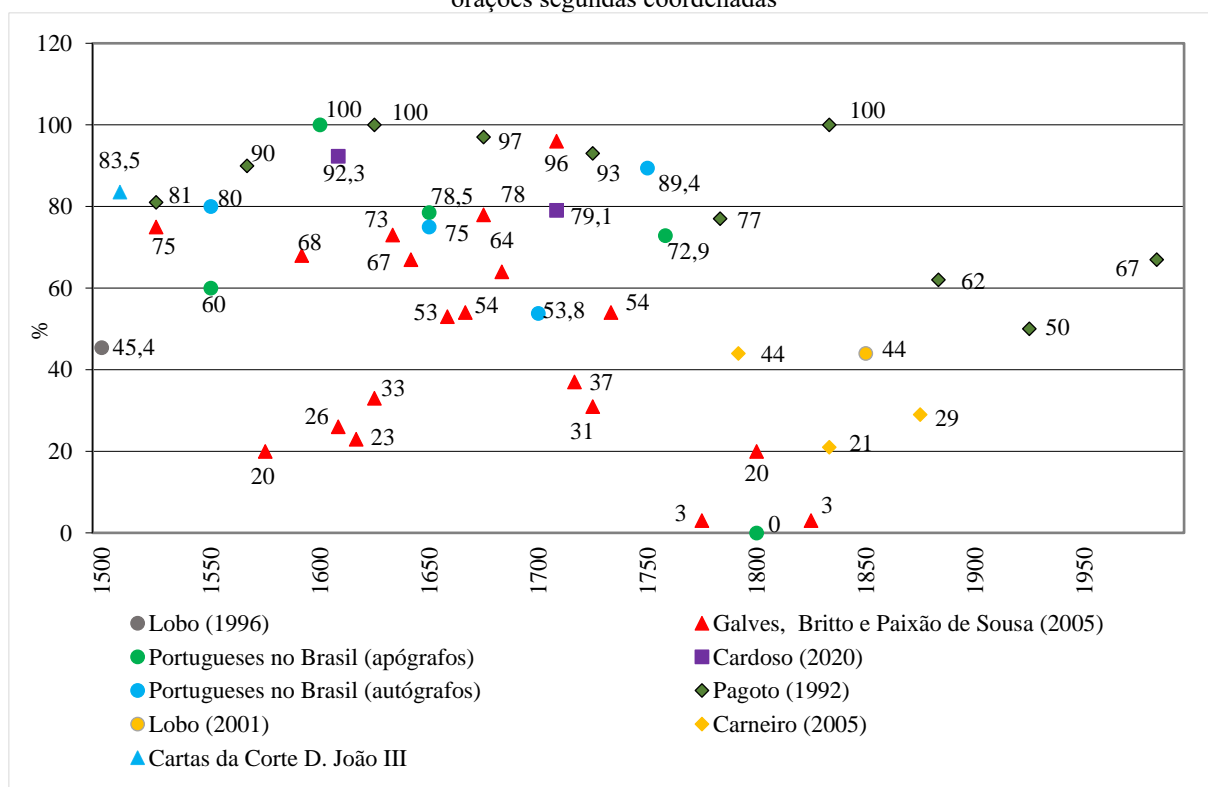
Fonte: autoria própria.

As semelhanças entre os dados de Pagotto (1992) e os de portugueses, em geral, se intensificam, especialmente ao se considerar o recuo no tempo, visto que Pagotto (1992) distribui os dados conforme a data de produção dos documentos.

No que se refere aos ambientes de orações segundas coordenadas, todavia, a colocação dos clíticos nos *corpora* estudados por Pagotto (1992) é ligeiramente distinta dos padrões encontrados em textos produzidos por portugueses em Portugal e no Brasil, uma vez que a ênclise exhibe taxas significativas nos textos produzidos por esse perfil de *scriptor*, ao contrário dos resultados de Pagotto (1992), que apresenta taxas um pouco mais elevadas e constantes da ênclise até o final do século XVIII.

O Gráfico 4.18 exhibe um panorama geral dos dados de portugueses no Brasil, portugueses em Portugal e brasileiros em orações coordenadas.

Gráfico 4.18 – Taxas de próclise do português no Brasil, português do Brasil e do português em Portugal em orações segundas coordenadas



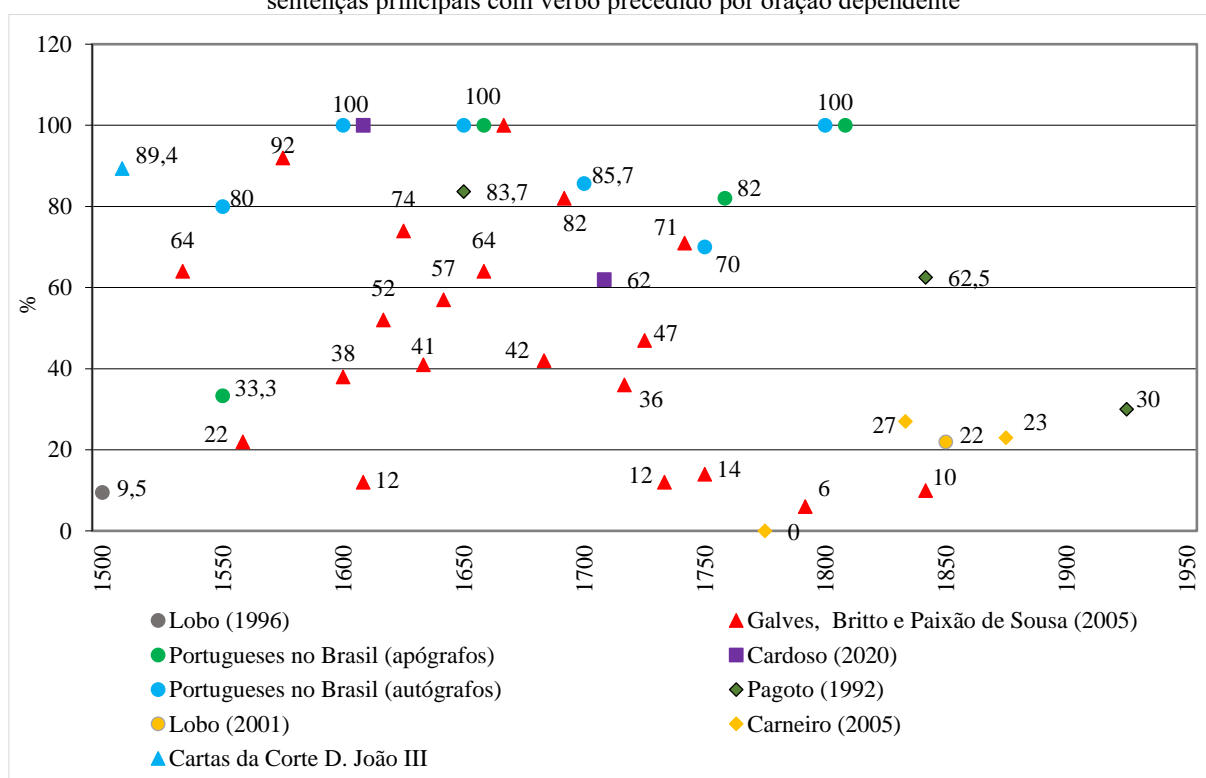
Fonte: autoria própria.

De acordo com o Gráfico 4.18, em orações coordenadas, os percentuais de próclise apresentados por Pagotto (1992) são superiores às taxas encontradas em textos produzidos no Brasil por portugueses. Além disso, ao se considerar o recuo no tempo, os resultados dos séculos XVII e XVIII se aproximam daqueles obtidos por Cardoso (2020) em textos de brasileiros descendentes de portugueses. Com isso, é possível inferir que os dados, cujos

autores não são identificados e que correspondem aos séculos XVI, XVII e XVIII de Pagotto (1992), sejam majoritariamente oriundos de brancos brasileiros, descendentes diretos de portugueses.

O Gráfico 4.19 mostra o panorama geral, considerando o contexto de sentenças principais com verbo antecedido por oração dependente.

Gráfico 4.19 – Taxas de próclise do português no Brasil, português do Brasil e do português em Portugal em sentenças principais com verbo precedido por oração dependente

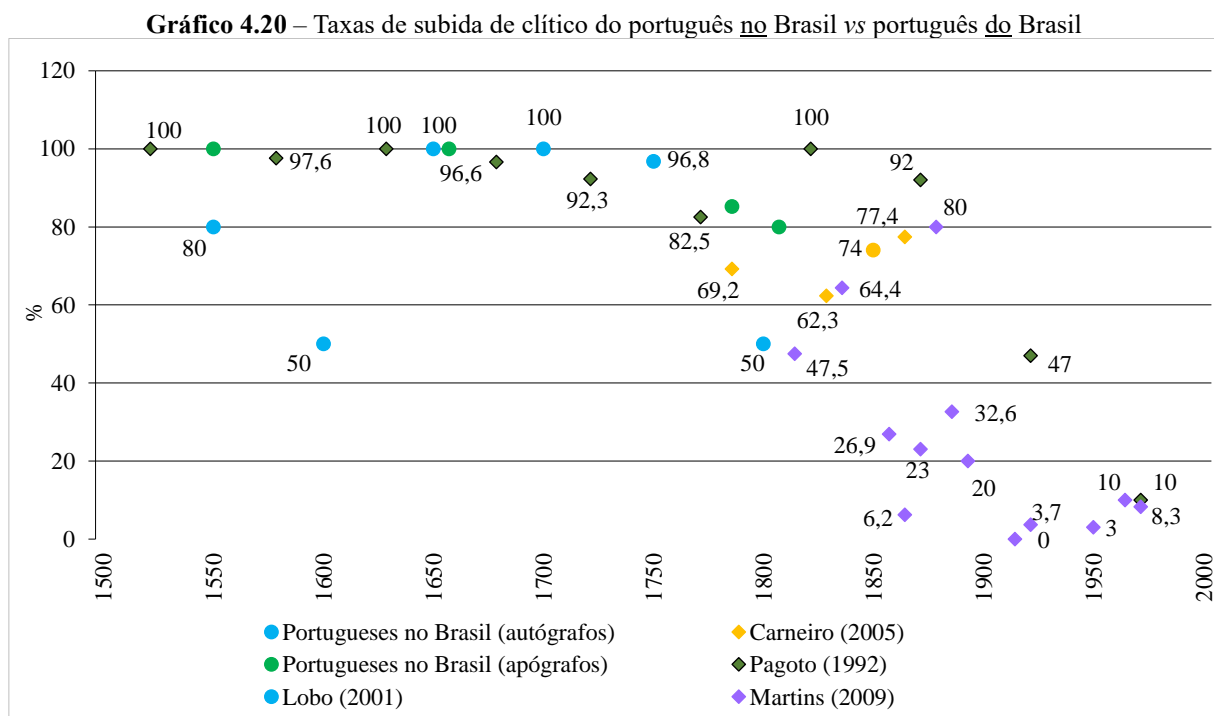


Fonte: autoria própria.

Nas sentenças principais com verbo antecedido por oração dependente, Pagotto (1992) apresenta o percentual de 83,7% de próclise, que corresponde aos dados dos séculos XVI ao XVIII. Considerando que esse percentual seja uma média que se repete em números aproximados ao longo desse período, os dados de Pagotto (1992) se assemelham aos dados de portugueses no Brasil, uma vez que as taxas de próclise são ligeiramente maiores do que as encontradas em textos produzidos em Portugal. No século XIX, por sua vez, os dados de Pagotto (1992) se diferem de todos os perfis de *scriptores*, visto que a ênclise apresenta uma ampla ascensão em todas as fontes das pesquisas.

4.2.3.2 *Contrastes em construções com grupos verbais*

Nas construções com grupos verbais, o PB apresenta uma colocação não registrada na escrita de portugueses (V cl-V). A próclise ao verbo infinito não foi observada em textos de portugueses no Brasil, o que permite concluir que esse é um traço de inovação do PB. O Gráfico 4.20 apresenta o contraste da colocação do clítico com ou sem subida.



Fonte: autoria própria.

Considerando que a taxa de 50% de subida do clítico em textos autógrafos de 1600 decorre do baixo quantitativo de ocorrências no período, o Gráfico 4.20 aponta a dominância da cliticização ao verbo finito até a primeira metade do século XVIII. Após 1750, nota-se a ascensão progressiva da adjacência do clítico ao verbo infinito, tanto em escritos de portugueses quanto de brasileiros, mas é a partir do final do século XIX que documentos de brasileiros apresentam a dominância da colocação sem a subida.

Vale ressaltar que, com a colocação inovadora do PB, em que o clítico é pré-verbal à forma infinita, a queda das taxas de subida não ocorre de forma semelhante entre dados de portugueses e brasileiros, visto que as ocorrências de portugueses se caracterizam pela ênclise ao segundo verbo.

(4.22) Tu te **deverias considerar** como elle. (Cartas diversas – 2ª metade do século XIX)

(Pagotto, 1992, p. 61 ex. 2)

b. Que punição merece então o homem, que vai, a sangue frio, calmo, com a consciência tranqüila, lançar a desonra e a morte no seio de uma família?... **Pode-se cometer** outro qualquer crime [...] [NUNES, 1855]

(Martins, 2009, p. 129 ex. 21)

c. Nao fosse merecedor, mas|como aeleicao estava perto *que*| meprestaria aesta depois| que lhevisse por que nao sei| seo ceo ricentimento he deforma| que eu oacompanho em [to]|do centido Digame como ver|dadeiro amigo com franque|za pois ja **tenho lhedito** que so V. eso| V. emais ninguem. [...] carta 403

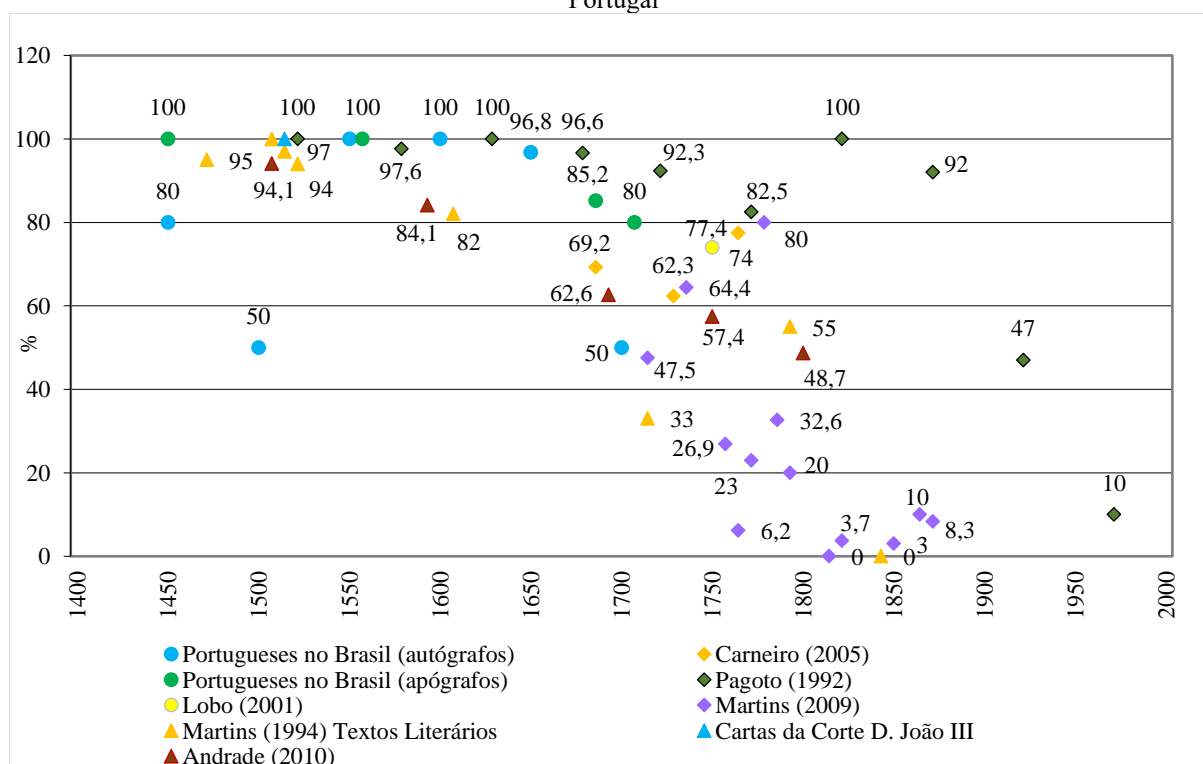
(Carneiro, 2005, p. 82 ex. 1.91a)

d. ...**queira considerar-se** para isso meu representante (Cartas diversas – 1ª metade do século XX)

(Pagotto, 1992, p. 49 ex. d)

O Gráfico 4.21 exhibe um panorama geral dos percentuais de subida do clítico obtidos em dados de portugueses no Brasil, portugueses em Portugal e brasileiros.

Gráfico 4.21 – Taxas de subida de clítico no português no Brasil, português do Brasil e do português em Portugal



Fonte: autoria própria.

De acordo com Pagotto (1992), é possível que o PB apresente a perda da capacidade de movimento longo do clítico, o que seria responsável pela perda da subida. Segundo ele,

essa é uma das mudanças que representa uma característica marcante no PB, já que, a partir dessa alteração, surge a colocação não registrada ao longo da história do português (V cl-V).

4.3 QUAL/QUAIS PORTUGUÊS FOI/FORAM TRAZIDO(S) PARA O BRASIL?

A apresentação do panorama dos padrões de colocação dos clíticos em textos de portugueses no Brasil, bem como o estudo contrastivo realizado, revelou a possibilidade de que duas variedades do português tenham sido trazidas para o Brasil em momentos distintos.

Entre meados do século XVI e os anos finais do século XVIII, os padrões de colocação de clíticos se assemelham àqueles encontrados em textos quinhentistas, definidos em alguns estudos como português clássico (PCI), conforme a periodização de Lindley Cintra (Castro, 1999; 2004 [1945]). Nesse período, observa-se a dominância da próclise, especialmente após a intensa variação característica do português quatrocentista. Para Martins (1994) e Lobo (1996), o século XVI marca a implementação de uma mudança que teria intensificado o uso da próclise. Assim, compreende-se que, no período de colonização efetiva — entre meados do século XVI e finais do século XVIII —, foi o português quinhentista que chegou ao Brasil, cujas características, apontadas por Ribeiro (2015 [1998]), incluem, sobretudo, o amplo uso da próclise em contextos variáveis.

No que se refere ao século XIX, os padrões não se alinham diretamente aos observados no PE contemporâneo, mas podem indicar sua presença no cenário linguístico da época. Não se pode afirmar que os textos do século XIX retomam, de forma plena, as características do português quatrocentista. É possível que a maior variação observada nos dados de portugueses no Brasil seja reflexo da convivência entre o PCI e o PE contemporâneo, no qual a ênclise é mais evidente. Essa convivência, entre os séculos XIX e XX, já havia sido registrada por Carneiro (2005), ao afirmar que as *Cartas Brasileiras* apresentam padrões de colocação de clíticos compatíveis com traços do PCI, do PE e do PB.

Cabe destacar que, apesar do esforço de prospecção de *corpora* que abarcassem todo o período colonial, os documentos selecionados não contemplaram a primeira metade do século XVI, e que o número de ocorrências nos *corpora* da segunda metade do século XVI e da primeira metade do século XVII foi reduzido. Ainda assim, é possível afirmar que as ocorrências analisadas oferecem uma visão coerente com as hipóteses sobre o tipo de português trazido ao Brasil durante o período colonial. Contudo, o aprofundamento dos

estudos é essencial para a compreensão mais precisa da variedade de português que contribuiu para a formação do PB em sua vertente culta.

4.4 SÍNTESE

O capítulo inicia-se com a apresentação de um panorama que expõe os padrões de colocação de clíticos ao longo dos séculos XVI até a primeira metade do XIX, com base nos resultados desta pesquisa. Em seguida, é apresentada uma análise contrastiva diacrônica da colocação de clíticos, a partir de textos produzidos por portugueses no Brasil, em comparação com dados extraídos de textos de portugueses em Portugal e da escrita de brasileiros.

Por fim, o capítulo conclui com uma reflexão sobre a possibilidade de que duas variedades do português tenham sido trazidas por portugueses para o Brasil. A saber: de meados do século XVI até os últimos anos do século XVIII, observam-se padrões característicos do português quinhentista, ou português clássico (PCl), em consonância com a periodização de Lindley Cintra (Castro, 1999; 2004 [1945]); já entre o início do século XIX e o ano de 1866, nota-se a presença tanto do PCl quanto do PE contemporâneo.

Enfatiza-se, por fim, a necessidade de um aprofundamento nos estudos sobre os períodos iniciais da colonização — séculos XVI e XVII —, especialmente no que se refere à primeira metade do século XVI.

CONCLUSÃO

Esta tese integra um conjunto de estudos empreendidos pelo Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP/ UEFS)⁵⁵, mais especificamente relacionados ao *Projeto Guarda-Chuva CE-DOHS: um corpus para uma caracterização linguístico-gramatical do português brasileiro – fase colonial e fase pós-colonial*⁵⁶, coordenado pelas Profas. Dras. Mariana Fagundes e Zenaide Carneiro, e ao *Projeto 25 ALFAL – Para a História Linguística do Brasil Colônia: gramáticas, sócio-história, paleografia e filologia*⁵⁷, também coordenado pelas Profas. Dras. Mariana Fagundes e Zenaide Carneiro junto com a Profa. Dra. Alícia Duhá Lose.

O objetivo foi responder ao questionamento de Castro (1996, p. 4) sobre “[...] qual o tipo de português que foi efectivamente transportado nas caravelas”. Para isso, foi realizado um trabalho de constituição de *corpora* de natureza variada, compostos por textos produzidos por portugueses de diferentes estratos sociais e de diversas regiões de Portugal que residiram no Brasil durante o período colonial. Essa formação de *corpora* seguiu uma prospecção orientada por questões linguísticas discutidas no Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB), coordenado entre 1997 e 2019 pelo professor doutor Ataliba Castilho. A busca concentrou-se em fontes manuscritas editadas de forma conservadora ou inéditas, de natureza particular e/ou oriundas da administração privada e oficial.

Os *corpora* selecionados foram organizados em dois conjuntos: o primeiro, a *Coleção Documental de Portugueses no Brasil Colônia*, reuniu fac-símiles de documentos avulsos localizados em bases de dados de arquivos, sem tratamento textual ou editorial prévio, sendo posteriormente submetidos a edição semidiplomática e análise paleográfico-diplomática, com o intuito de verificar a confiabilidade dos dados (cf. Volume II). O segundo conjunto foi composto por documentos já editados por outros pesquisadores (Barbosa, 1999; Marcotulio, 2008; CLUL, 2014) de forma conservadora e considerada confiável.

O estudo linguístico realizado com base nesses *corpora* concentrou-se na análise da colocação de clíticos em sentenças finitas, tanto com verbo único quanto em grupos verbais. Dessa forma, procedeu-se à descrição e à interpretação de dados do português no Brasil, conforme a metodologia proposta por Barbosa (1999). O desenvolvimento da investigação foi orientado por duas questões centrais. A primeira é:

⁵⁵ Conferir <https://nelp.uefs.br/>.

⁵⁶ Conferir <https://www.uefs.br/cedohs/>.

⁵⁷ Conferir <https://mundoalfal.org/sites/default/files/proyectos/Proj25.htm>.

1. Quais os padrões de colocação dos clíticos nas sentenças finitas formadas por verbo único e em construções com grupos verbais nos *corpora* produzidos por portugueses de diversas estratificações sociais e regiões de Portugal que residiram no Brasil no período colonial?

Essa questão engloba três aspectos:

- i. Identificar os padrões de colocação dos clíticos em sentenças finitas com verbo único e grupos verbais produzidas por portugueses no Brasil;
- ii. Observar a possibilidade de diferenças nos padrões de colocação de clíticos entre *scriptores* de distintas estratificações sociais;
Verificar a possibilidade de variações nos padrões de colocação entre *scriptores* de diferentes regiões de origem em Portugal.

A resposta a essa questão, especialmente quanto ao primeiro aspecto – os padrões de colocação dos clíticos em sentenças finitas com verbo único e em grupos verbais –, indica que, em sentenças com verbo único, a obrigatoriedade da ênclise se manteve nos casos em que o verbo aparece em posição inicial absoluta (cf. Gráficos 3.2 e 3.3). Já nos ambientes sintáticos formados por orações principais com verbo precedido por focalizadores, quantificadores, advérbios "atratores", itens negativos, além das orações dependentes e interrogativas, observou-se a ocorrência categórica da próclise (cf. Gráficos 3.4 e 3.5). A única ocorrência de ênclise em oração negativa foi interpretada como um caso de hipercorreção, possivelmente influenciado pela ascensão da ênclise em decorrência de mudanças linguísticas em Portugal (Martins, 1994; Galves, Britto e Paixão de Souza, 2005).

Em sentenças principais afirmativas com verbo precedido por sujeito não focalizado, sintagma preposicional ou adverbial, a próclise predominou na maior parte do período estudado. Os menores percentuais dessa colocação ocorrem apenas em textos do século XIX (cf. Gráficos 3.6 e 3.7). Nas orações coordenadas, a ênclise apresenta-se como mais produtiva do que nos ambientes sintáticos anteriores; entretanto, a próclise é a forma preferencial nos dados dos séculos XVI ao XVIII (cf. Gráficos 3.8 e 3.9). Em construções principais com verbo precedido por oração dependente, a ênclise aparece como preferência apenas em textos apógrafos de 1550; nos demais períodos, a próclise se mostra dominante, com percentuais entre 70% e 100% (cf. Gráficos 3.10 e 3.11).

Nas construções com grupos verbais, os contextos categóricos de subida do clítico – especialmente com cliticização pré-verbal – mantiveram esse padrão nos *corpora* investigados. As estruturas variáveis (164 ocorrências) também apresentaram predominância da subida com colocação proclítica, sendo a ênclise ao verbo infinitivo registrada apenas em construções com verbos modais e volitivos seguidos de infinitivo (cf. Gráfico 3.27). Os contextos sintáticos que favorecem a subida do clítico, devido à presença de elementos atratores, exerceram pouca influência sobre a colocação, já que a subida foi dominante em todas as estruturas analisadas (cf. Gráfico 3.28). Também foram identificadas ocorrências de ênclise ao segundo verbo, mesmo com quantificadores e itens negativos precedendo o verbo superior.

Quanto ao tipo de clítico, os maiores índices de colocação sem subida ocorreram em textos apógrafos, quando a função do clítico era dativa (cf. Gráfico 3.29). Já nos casos nos quais o conjunto verbo-clítico apresentou um elemento interveniente, observou-se uma ocorrência de próclise ao segundo verbo, que não segue o padrão típico do PB (V cl-V), pois a preposição *de* provocou a estrutura (V X cl V) (cf. Gráfico 3.30).

Ainda no escopo da primeira questão, agora considerando o segundo aspecto – a observação de possíveis diferenças nos padrões de colocação entre *scriptores* de diferentes estratificações sociais – Martins (2016) levanta a hipótese de que a ênclise teria sido mais produtiva em textos de *scriptores* oriundos de camadas menos letradas, enquanto a próclise poderia caracterizar a escrita de setores mais instruídos. No entanto, verificou-se que a colocação dos clíticos é similar entre os diferentes estratos sociais nos textos dos séculos XVI, XVII e XIX. No século XVIII, por outro lado, nota-se uma leve elevação da ênclise em textos de *scriptores* de todas as camadas sociais; todavia, nos contextos de sentenças principais com verbo precedido por oração dependente e em segundas coordenadas, o aumento da ênclise é mais expressivo em textos de membros religiosos e plebeus. Considerando que essas categorias sociais são bastante distintas, mas compartilham padrões semelhantes de colocação, conclui-se que, nos *corpora* desta pesquisa, o fator estratificação social não se mostrou significativo.

Além disso, também não foram observadas diferenças relevantes nas construções com grupos verbais, pois a próclise ao verbo finito foi predominante em todos os estratos sociais (cf. seção 3.1.3.3).

A mesma constatação se aplica ao terceiro aspecto – a análise de possíveis variações nos padrões de colocação entre *scriptores* de diferentes regiões de origem em Portugal –, selecionado com base nos apontamentos de Megale (1998). Os resultados indicaram que a

região de origem dos *scriptores* não exerceu influência significativa sobre os padrões de colocação de clíticos, tanto em sentenças com verbo único quanto nas construções com grupos verbais (cf. seção 3.1.3.4).

A segunda questão que norteou a pesquisa foi:

2. Considerando os padrões de colocação de clíticos, qual ou quais variedades do português chegaram ao Brasil no período correspondente aos séculos XVI e início do século XIX?

Os resultados obtidos apontam a possibilidade de que duas variedades do português tenham sido trazidas para o Brasil entre os séculos XVI e XIX. Essa conclusão baseia-se na observação panorâmica dos padrões de colocação em textos produzidos por portugueses no Brasil entre os anos de 1500 e 1886, considerando a data de produção dos documentos.

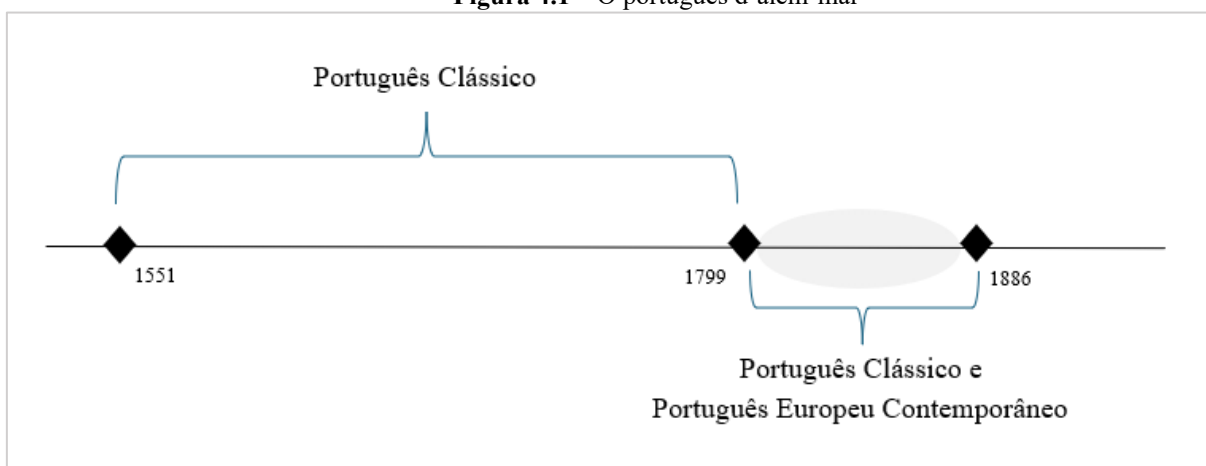
Conforme os dados, os textos datados da segunda metade do século XVI até os anos finais do século XVIII revelam alta produtividade da próclise, com padrões congruentes àqueles observados em textos quinhentistas, o que, de acordo com a periodização de Lindley Cintra (Castro, 1999; 2004 [1945]), corresponde ao português clássico (PCl). Defende-se, nesta pesquisa, que essa variedade teve papel central na formação do PB.

Defende-se aqui que essa configuração foi a mais relevante para a formação do PB. Essa hipótese já havia sido defendida por Houaiss (1988 [1985], p. 32), que afirmava que o português do século XVI teria exercido papel importante tanto na constituição da língua de Portugal quanto na do Brasil.

Os resultados referentes ao século XIX caracterizam-se por ampla variação. Com base nos dados de Carneiro (2005), que apontou a presença concomitante do PB, do PCl e do PE contemporâneo nas *Cartas Brasileiras*, interpreta-se que a variação encontrada em textos de portugueses no Brasil reflete a convivência entre o PCl e o PE contemporâneo.

A Figura 4.1 evidencia as variedades que chegaram ao Brasil entre 1551 e 1886.

Figura 4.1 – O português d’além-mar



Fonte: autoria própria.

A área cinza representada na Figura 4.1, entre aproximadamente 1799 e 1886, sinaliza a variação entre os padrões que caracterizam o português quinhentista, ou português clássico, e as peculiaridades do PE contemporâneo. Nota-se, contudo, que o PCI se estende por um período mais abrangente e, por esse motivo, é possível que essa variedade tenha sido fundamental para a constituição do PB.

Por fim, cabe às futuras pesquisas um estudo mais aprofundado acerca dos primeiros anos da colonização, sobretudo da primeira metade do século XVI. Para isso, é necessário, primordialmente, o trabalho de constituição de *corpora* confiáveis, com edição conservadora e estudo das materialidades dos documentos, com base nos princípios da Paleografia e da Diplomática.

REFERÊNCIAS

- AISSSEN, Judith L. & PERLMUTTER, David M. Clause reduction in Spanish. In: PERLMUTTER, David M. (ed.) *Studies in Relational Grammar I*. Chicago: The University of Chicago Press, 1983 [1976], p. 360-403.
- ANDRADE, Aroldo Leal de. *A subida de clíticos em português: um estudo sobre a variedade europeia dos séculos XVI a XX*. [Tese de Doutorado]. Campinas: Unicamp, 2010.
- BARBOSA, Afrânio Gonçalves. *Para uma história do português colonial: aspectos lingüísticos em cartas do comércio*. [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.
- BENINCÀ, Paola. *Complement clitics in medieval Portuguese: the Tobler-Mussafia Law*. In A. Battye I, 1995.
- BIBERAUER, Theresa; ROBERTS, Ian. Parameter Setting. In: LEDGEWAY, Adam; ROBERTS, Ian. *The Cambridge handbook of historical syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 134-62.
- BRITTO, H. *Clíticos na história do português*, technical report to Fapesp. 1999. Disponível em: http://www.ime.usp.br/~tycho/participants/hbritto_page.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. Línguas européias de ultramar: o português do Brasil. In: CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972, p.71-87.
- CAMBRAIA, César Nardelli; MEGALE, Heitor. Filologia Portuguesa no Brasil. *DELTA* [online]. 1999. vol. 15, n.spe, p.01-22.
- CAMPOS, Hector. Clitic position in modern gallegan. *Lingua*. 1989, p. 13-36.
- CARDOSO, Lara. A gramática dos pronomes clíticos no Brasil Colônia: o português clássico na história do português brasileiro. [Dissertação de Mestrado]. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2020.
- CARDOSO, Lara; ANDRADE, Aroldo; CARNEIRO, Zenaide. *O português colonial brasileiro: uma nova agenda de pesquisas entre o português clássico e o português brasileiro moderno*. *DELTA*. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 1, p. 1, 2021.
- CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira (org). *CE-DOHS - Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (2012-2025)*. URL: <http://www.uefs.br/cedohs>. Acesso em 25 de fevereiro de 2025.
- CARNEIRO, Zenaide. *Cartas Brasileiras: um estudo linguístico-filológico*. [Tese de Doutorado]. Campinas: Unicamp, 2005.

CARNEIRO, Zenaide. Colocação de clíticos em orações finitas em duas vertentes do português oral feirense: um contexto não variável. In: ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; TEIXEIRA, Eliana Pitombo; CARNEIRO, Zenaide (Orgs.). *Variação linguística em Feira de Santana - Bahia*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2016.

CARNEIRO, Zenaide. Verbos de padrão especial no português do século XVI. [Dissertação de Mestrado]. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1996.

CARNEIRO, Zenaide; GALVES, Charlotte. Variação e Gramática: colocação de clíticos na história do português brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*: UFMG, v.18-2, p.7-38, 2010.

CASTRO, Ivo. *Introdução à história do Português*. Lisboa: Edições Colibri, 2004 [1945]. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4531470/mod_label/intro/CASTRO_IntroducaoAHistoriaDoPortugues.pdf. Acesso em: 16 jan. 2022.

CASTRO, Ivo. O português médio segundo Cintra (nuga bibliográfica). In: FARIA, Isabel Hub (org.). *Lindley Cintra: Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa: Cosmos, 1999, p. 367-370. Disponível em: clul.ulisboa.pt/files/ivo_castro/1999_Portugus_Mdio.pdf. Acesso em 15 jan. 2022.

CASTRO, Ivo. Para uma história do Português Clássico. In: *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, v. 2, p.135-150, 1996. Disponível em: clul.ulisboa.pt/files/ivo_castro/1996_Portugus_Clssico.pdf. Acesso em: 13 jun. 2021.

CHARTIER, Roger. Do social ao cultural. In: *A história ou a leitura do tempo*. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHOMSKY, N. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton, 1957.

CHOMSKY, Noam. *Knowledge of Language: Its Nature, Origin, and Use*. New York: Praeger. 1986.

CINQUE, Guglielmo. *Types of A-Dependencies*. The MIT Press. 2 ed. Cambridge, Massachusetts, 1991.

CLUL (Ed.). 2014. *P.S. Post Scriptum. Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna*. [data da última modificação]. URL: <http://ps.clul.ul.pt>.

COELHO, Adolpho. Estudos para a história dos contos tradicionais. *Revista de Etnologia e Glotologia* 1: 1880, 108-144.

CORÔA, Williane. *A sintaxe da ordem no corpus de cartas e atas produzidas por homens bons da Câmara Municipal de Salvador*. [Tese de Doutorado]. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

DOMINGUES, Helena Beatriz. *A Filosofia e Ciência Modernas nos Escritos do Padre Simão de Vasconcelos*. Numen: revista de estudos e pesquisa da religião. Juiz de fora, v. 2. n. 2, p. 105-139, nov, 2010.

DUARTE, M. Inês P. da Silva. *A construção de topicalização na gramática do português: regência, ligação e condição sobre movimento*. [Dissertação de doutoramento]. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1987.

DURÃES, Andreia. Grupos intermédios em Portugal (1600-1850): uma aproximação ao vocabulário social. Topoi. *Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p.318-343, jul./dez. 2013.

FAGUNDES, Mariana; LOSE, Alicia; CARNEIRO, Zenaide (orgs.). Projeto 25 ALFAL – Para a História Linguística do Brasil Colônia: gramáticas, sócio-história, paleografia e filologia. URL: <https://mundoalfal.org/sites/default/files/proyectos/Proj25.htm>. Acesso em 25 de fevereiro de 2025.

FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12ed. 1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FORD, J. D. M. Letters of Jonh III, king of Portugal (1521 – 1557). *The portuguese text edited with na introduction*. Cambridge, Massachusetts, Havard University Press, 1931.

GALVES, A; GALVES, C. *A Case study of prosody driven language change*. From CIP to EP. UNICAMP – USP, 1995.

GALVES, C. *et alii. Padrões Rítmicos, Fixação de Parâmetros e Mudança Lingüística*. Research Project submitted to FAPESP, 1998.

GALVES, C.; BRITTO H.; PAIXAO DE SOUZA, M. C. *The change in clitic placement from classical to modern european portuguese: results from the Tycho Brahe Corpus*. UNICAMP, 2005.

GALVES, C.; RIBEIRO, I.; TORRES-MORAIS, M. A. Syntax and morphology in the placement of clitics: European and Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*. 4:2, p. 143-177, 2005.

GALVES, Charlotte. A língua das caravelas: periodização do português europeu e origem do português brasileiro. In: A. De Castilho; M.A. Torres Moraes; R. Vasconcellos Lopes, & S. M. Lazzarini Cyrino (Org.). *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*. Campinas: Pontes, pp. 513-528, 2007.

GALVES, Charlotte; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara; NAMIUTI, Cristiane. Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa. In:

ENDRUSCHAT, A.; KEMMLER, R.; SCHAFER-PRIEB, B. (Org.) *Grammatische Strukturen des Europäischen Portugiesisch*. Tübingen: Calepinus Verlag, 2006.

GOMES, Saul António. A Diplomática em Portugal. In: COELHO, Maria Helena da Cruz et al. *Estudos de Diplomática Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri; Universidade de Coimbra, 2001.

GUY, Gregory Riordan; ZILLES, Ana. *Sociolinguística quantitativa – instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GUY, Gregory. On the nature and origins of Popular Brazilian Portuguese. In: G. Guy, *Estudos sobre el Español de América y Lingüística Afroamericana*. Bogotá: Instituto Caro e Cuervom, 1989, p. 227- 245.

HANSON, Carl A. *Economy and Society in Baroque Portugal, 1668-1703*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1981.

HOLM, John. Creole influence on Popular Brazilian Portuguese. In: G. Gilbert (Ed.), *Pidgin and Creole Languages*. Honolulu: University of the Hawaii Press, 1987, p. 406-429.

HOUAISS, Antônio. *O Português no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Unibrade, 1988 [1985].

HUBER, Joseph. *Gramática do português antigo*. Trad. do alemão por M. Manuela Gouveia Delille. Fundação Callouste Gulbenkian: Lisboa, 1986 [1933].

KROCH, A. Syntactic change. In: BALTIN, Mark; COLLINS, Cris (org.). *The handbook of contemporary syntactic theory*. Oxford: Blackwell, 2001. p. 699-729.

KROCH, Anthony. Morpho-syntactic variation. In: BEALS, Kenneth *et al* (org.). Papers from the 30th Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society: *Parasession on Variation e Linguistic Theory*. Chicago: Chicago Linguistic Society, v. 2, p. 180-201, 1994.

LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008. [1972].

LEMOS, Maiara da Silva. *A colocação dos clíticos em sentenças finitas: um estudo sócio-histórico das vertentes do PB em cartas do sertão baiano (século XX)*. [Dissertação de Mestrado]. Feira de Santana: UEFS, 2019.

LIGHTFOOT, David. *How to set parameters: Arguments from language change*. Cambridge, MA: MIT Press, 1991.

LOBO, T. C. F. Arquivos, acervos e a reconstrução histórica do português brasileiro. In: OLIVEIRA, K.; CUNHA E SOUZA, H. F.; SOLEDADE, J. (Orgs.). *Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2009.

LOBO, Tania. *A colocação dos clíticos em português: duas sincronias em confronto*. [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1992.

LOBO, Tânia. A questão da periodização da história linguística do Brasil. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês. *Razões e Emoção: Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mateus*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2003, p. 395-410.

LOBO, Tânia. A questão da periodização da história linguística do Brasil. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês. In: *Razões e Emoção: Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mateus*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2003, p. 395-410.

LOBO, Tânia. A sintaxe dos clíticos. In: SILVA, R.V.M, (Org.). *A carta de Caminha: testemunho linguístico de 1500*. Salvador: EDUFBA, 1996.

LOBO, Tania. *Para uma sociolinguística histórica do português do Brasil: edição filológica e análise linguística de cartas particulares do recôncavo da Bahia, século XIX*. [Tese de doutorado]. Universidade de São Paulo, 2001.

LOBO, Tânia. Rosa Virgínia Mattos e Silva e a história social linguística do Brasil. *Estudos de Linguística Galega*, [S.L.], v. 7, p. 69-82, fev. 2015. Universidad de Santiago de Compostela. <http://dx.doi.org/10.15304/elg.7.2314>.

LOSE, Alicia Duhá; MAGALHÃES, Livia Borges (orgs). *Modus Scribendi – Grupo de pesquisas paleográficas, filológicas e históricas*. URL: <https://letras.ufba.br/modus-scribendi-grupo-de-pesquisas-paleograficas-filologicas-e-historicas>. Acesso em 25 de fevereiro de 2025.

LOSE, Alicia Duhá. *Edições de documentos históricos: a quem interessam? a quem sedestnam?* Revista da ABRALIN, v.16, n.2 p. 71-86, 2017.

LOSE, Alicia Duhá. *Novo Manual didático de Paleografia para documentos posteriores ao séc. XVI: princípios, conceitos, metodologia e critérios*. Salvador: Memória e Arte, 2025b (no prelo).

LOSE, Alicia Duhá. *Os manuscritos medievais da Universidade de Brasília*. HISTÓRIA, HISTÓRIAS, v. 7, p. 2-4, 2019.

LOSE, Alicia Duhá. *Paleografia: a ciência da escrita sob uma nova perspectiva*. Salvador: Memória e Arte, 2025. (no prelo).

LOSE, Alicia Duhá; SACRAMENTO, Arivaldo. *Para uma filologia na pesquisa em linguística histórica*. Revista letras (UFSM/ON-LINE), v. 30, p. 11-32, 2020.

LOSE, Alicia Duhá; SANTOS, Libânia Silva. Simpósio Nacional De História - História e O Futuro da Educação no Brasil, 30., 2019, Recife. *A letra em tudo se comparece: análise paleográfica dos papéis sediciosos da Conspiração dos Alfaiates / Revolta dos Búzios*. Recife: Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil, 2019. p.1-9.

LUCCHESI, Dante. A periodização da história sociolinguística do Brasil. *DELTA*, 33.2, p. 347-382, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/delta/v33n2/1678-460X-delta-33-02-00347.pdf> Acesso em: 15-12-2022.

LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2017.

LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, C; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 272-284.

LUCCHESI, Dante. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*. 12: 17-28, 1994.

MAIA, Clarinda. Linguística Histórica e Filologia. In: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S (orgs.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 533-542.

MARCOTULIO, L. L. *A preservação das faces e a construção da imagem no discurso político do Marquês do Lavradio: as formas de tratamento como estratégias de atenuação da polidez lingüística*. Volumes I e II. [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MARCOTULIO, Leonardo Lennertz; LOPES, Célia Regina dos Santos. Edição filológica: preparação de textos para o estudo da história da língua. In: MARCOTULIO, Leonardo Lennertz et al (Org.). *Filologia, História e Língua: olhares sobre o português medieval*. São Paulo: Parábola, 2018. p. 33-53.

MARQUES FILHO, José. História da medicina: primeiros médicos do Brasil. *Revista Ser Médico*, São Paulo, n. 67, p. 29-31, jun. 2014. Disponível em: <https://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Revista&id=729>. Acesso em: 29 set. 2020.

MARTINS, Ana Maria. A colocação dos pronomes clíticos em sincronia e diacronia. In: Ana Maria Martins & Ernestina Carrilho (eds.), *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlin/Boston: De Gruyter. 401-430, 2016.

MARTINS, Ana Maria. A posição dos pronomes pessoais clíticos. In: *Gramática do Português*. Orgs RAPOSO, Eduardo Paiva; BACELAR, Maria Fernanda; MOTA, Maria Antónia; SEGURA, Luísa & MENDES, Amália. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p.2231-2302.

MARTINS, Ana Maria. *Clíticos na História do Português*. [Tese de doutoramento]. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1994.

MARTINS, Marco Antônio. *Competição de gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20*. [Tese de Doutorado]. Florianópolis: Programa de pós-graduação em Linguística, UFSC, 2009.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da Linguística Histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. In: ALKMIM, Tania M. *Para a história do português brasileiro: novos estudos*. São Paulo: Humanitas/FFCHL/USP:FAPESP, 2002. v. 2, p. 443-464.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa*. Caderno de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p.11-30, 2008b.

MEGALE, Heitor. *Filologia Bandeirante. Itinerários*, Araraquara, n. 13, p. 11-34, 1998.

MELO, Gladstone Chaves de. *A Língua do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971 [1946].

MORAES DE CASTILHO, Célia M. Seria quatrocentista o português implantado no Brasil? Estruturas sintáticas duplicadas em textos portugueses do século XV. In: R.V. Mattos e Silva (Org.), *Para a História do Português Brasileiro*. Vol. II: Primeiros Estudos, Tomo I. São Paulo: Humanitas, 2001.

MOREAU, Filipe Eduardo. *Arquitetura militar em Salvador da Bahia séculos XVI a XVIII*. [Tese de Doutorado]. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MUSSA, Alberto. *O papel das línguas africanas na história do Brasil*. [Dissertação de mestrado]. Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.

MUSSAFIA, A. Una particolarita sintattica della lingua italiana dei primi secoli. In: *Miscellanea di filologia e linguistica in memoria di Napoleone Caix e Ugo Angello Canello*. Firenze, 1886.

NARO, Anthony; SCHERRE, Maria Marta. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

NARO, Anthony; SCHERRE, Maria Marta. Sobre as origens do português popular do Brasil. *DELTA*. v. 9, n. esp., 1993. p. 437-54.

OGANDO, Victoria. *A colocación do pronome átono en relación co verbo no galego-portugués medieval*. Verba: 1980, p. 251-282.

PAGOTTO, Emílio. *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico*. [Dissertação de Mestrado]. Campinas: Unicamp, 1992.

PAGOTTO, Emílio; DUARTE, Maria Eugênia. Gênero e norma: avós e netos, classes e clíticos no final do século XIX. In: Lopes, Célia Regina dos Santos. (Org.). *A Norma Brasileira em Construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19*. 1a.ed. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2005, v. p. 67-82.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. *Língua barroca: sintaxe e história do português nos seiscentos*. (Tese de Doutorado). Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas: Universidade de Campinas, 2004.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Vésperas Brasileiras: uma agenda para os estudos sintáticos do português brasileiro nos primeiros séculos. *Revista Portuguesa de Humanidades: Estudos Linguísticos*, Universidade Católica Portuguesa, v. 15, n. 1, p. 67-92, 2011.

PESSOA, Marlos de Barros. *Variação de uma variedade urbana e semi-oralidade: o caso do Recife, Brasil*. Tübingen: Niemeyer, 2003.

PESSOA, Marlos de Barros. *Formação de uma variedade urbana e semioralidade na primeira metade do século XIX*. O caso do Recife, Brasil. Tübingen. Dissertation, 1997.

PETRUCCI, Armando. *La ciencia de la escritura: primera lección de paleografía*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003.

QUARESMA, António Martins; GARCIA, João Carlos Garcia. *A fronteira de serpa no século XVIII: fortificações e organização do espaço*. O Pelourinho: boletim de relaciones transfronterizas. (25 (2a. epoca)), 125-142, 2021.

REIS, Fernanda Elena de Barros. *A perda de subida de clítico no português brasileiro – séculos XIX e XX*. [Dissertação de Mestrado]. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007.

RIBEIRO, Ilza. A mudança sintática do português brasileiro é mudança em relação a que gramática? In: FIGUEIREDO, Cristina; ARAÚJO, Edivalda (org.). *Diálogos com Ribeiro: sobre gramática e história da língua portuguesa*. Salvador: Edufba, 2015. p. 41-59. [1998].

RIZZI, Luigi. *Issues in Italian Syntax*. Dordrecht: Foris, 1982.

ROBERTS, Ian. *Diachronic Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

RODRIGUES, Aryon. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

SÁ, Helena de Cassia Trindade de; FERNANDES, Valter Lenine. Alfândega e fiscalidade no Rio de Janeiro (ca.1580-ca.1750). *Revista História e Economia*, São Paulo/Lisboa, vol. 20, p. 71-88, jan/jul, 2018.

SAID ALI, Manuel. *Dificuldades da Língua Portuguesa*. 6 ed. Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro, 1966 [1908].

SALVI, Giampaolo. La sopravvivenza della legge di Wackernagel nei dialetti occidentaly della Penisola Iberica. *Medioevo Romanzo*. 1990, 117-210.

SANKOFF, D. et al. *Goldvarb X: a multivariate analysis application*. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics. 2005. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref>. Acesso em: 24 de novembro de 2020.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. Um médico na contenda entre o bispo D. Pero Fernandes Sardinha e o governador Duarte da Costa. *Revista de História*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 47-53, 1952. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v5i11p47-53. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/35160>. Acesso em: 29 set. 2020.

SANTOS, Marília Nogueira dos. *Escrevendo Cartas, Governando Império: A correspondência de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho no Governo Geral do Brasil*. [Dissertação de

Mestrado]. Programa de Pós-graduação em História. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2007.

SANTOS, Marília Nogueira dos. *O império na ponta da pena: Cartas e regimentos dos governadores-gerais do Brasil*. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 27, p. 01-15, 2009.

SILVA NETO, Serafim. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Presença, 1963.

SILVA NETO, Serafim. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 5 ed. Rio de Janeiro: Presença, 1986. [1ed. 1950].

SMITH, Robert C. *Arquitetura colonial baiana: alguns aspectos de sua história*. Salvador: EDUFBA, 2010.

SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. *Para remédio das almas: comissários, qualificadores e notários da inquisição portuguesa na Bahia (1692-1804)*. Tese de Doutorado]. Programa de Pós Graduação em História Social. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. 2ed. São Paulo: EDUSP, 1994.

TARALLO, Fernando. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: ROBERTS, I; KATO, M. (Orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp; 1993. p. 35-68.

TEJADA CALLER, Paloma. *El cambio lingüístico*. Claves para interpretar la lengua inglesa. Madrid: Alianza Editorial, 1999.

TELLES, Célia Marques. *Estudos filológicos: linguística românica e crítica textual*. Salvador: EDUFBA, 2016.

TELLES, Célia Marques; GAMA, Albertina Ribeiro da. Perspectivas da filologia textual. *Revista do GELNE*, v. 4, n. 2, p. 1-6, 29 fev. 2016.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Lisboa: Sá Correa, 1984.

TOBLER, A. Compte rendu de le coultre 1875. *Göttingische gelehrte anzeigen, stück 34*: 1875, 1057-1082.

TORREGO, Esther. On inversion in spanish and some of its effects. *Linguistic Inquiry*: 1984, p. 103-127.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida. Mudança na colocação dos clíticos na história do português. *Boletim da ABRALIN*. 1995; p. 17:32-40.

URBAN, Greg. A História da Cultura Brasileira Segundo as Línguas Nativas. In: CUNHA, M.C. (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 87-102.

VALLO, Margarida. *O papel dos architectos e engenheiros-militares na transmissão das formas urbanas portuguesas*. Comunicação apresentada no IV Congresso Luso-Afro Brasileiro, Rio de Janeiro, 1996. Disponível: <https://web.archive.org/web/20120427105431/http://revistas.ceurban.com/numero1/margarida.htm> Último acesso em: 29 set. 2020.

WACKERNAGEL, Jacob. Über ein Gesetz der indogermanischen Wortstellung. *Indogermanische Forschungen*, v. 1, p. 333-436, 1892.

WEINREICH, U. LABOV, W. & HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

CASTILHO, Célia de Moraes. *Fundamentos sintáticos do português brasileiro*. São Paulo, Editora Contexto, 2013.

GALVES, Charlotte. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

LOBO, Tânia. A sintaxe dos clíticos: o século XVI, o século XX e a constituição da norma padrão. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (Orgs.). *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: ADUFBA; Feira de Santana, UEFS, 2002.

LOPES, Ana Luiza Araújo. *A ênclise em orações dependentes na história do Português Europeu (Séc. 16 a 19)*. [Dissertação de mestrado]. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas: UNICAMP, 2010.

LUCCHESI, Dante. A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica. In: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. (orgs.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp.249-274.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil. *Delta*, São Paulo, v. 1, n. 17, p. 97-130, 2001.

MARTINS, Ana Maria. A posição dos pronomes pessoais clíticos. In: *Gramática do Português*. RAPOSO, Eduardo Paiva; BACELAR, Maria Fernanda; MOTA, Maria Antónia; SEGURA, Luísa & MENDES, Amália (Orgs.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p.2231-2302.

MARTINS, Ana Maria. Variação sintática no português quinhentista: a colocação dos pronomes clíticos. *Estudo de Linguística Galega*. n. 7, 83-94, 2015.

MARTINS, Marco Antonio. Sintaxe e padrões de variação: próclise e ordem SV no Português do Brasil. *Linguistic Studies*, Lisboa, v. 1, p. 161-178, 2008.

MATTOSO, Katia M. Queiros de. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

RIBEIRO, Ilza. *A sintaxe da ordem no português arcaico: o efeito V2*. [Tese de Doutorado]. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1995.

RIBEIRO, Ilza; TORRES MORAIS, Maria Aparecida. Colocação dos clíticos no português europeu e brasileiro. *Linha d'água*, n. 17, p. 22-41, 2004.

RIBEIRO, Mônica da Silva. Divisão governativa, repartição do Sul e o lugar do Rio de Janeiro. In: SILVA, Gian Carlo de Melo (Org.). *A época moderna e o Brasil Colonial: conceitos, fontes e pesquisas*. 1ed. Maceió: EDUFAL, p. 265-276, 2019.

SCHWARTZ, Stuart B. *Sugar Plantations in the Formation of the Brazilian Society: Bahia, 1550-1835*. New York: Cambridge University Press, 1985.

VIEIRA, P. A. *A Sociedade Portuguesa do Século XVI e as raízes da desigualdade no Brasil*. 2009. Disponível em: https://www.abphe.org.br/arquivos/pedro-antonio-vieira_1.pdf Acesso em: 15-06-2022.

VILHENA, Luis Santos. *A Bahia no século XVIII*. v. 3. Salvador: Itapua, 1969.

APÊNDICES

Com o objetivo de garantir a transparência metodológica, disponibiliza-se o acesso integral aos dados da pesquisa, em formato digital, por meio de QR code¹.

O apêndice digital apresenta os dados organizados por conjunto de documentos, em ordem de classificação, conforme os contextos de colocação dos clíticos. Além disso, as ocorrências são, majoritariamente, acompanhadas de destaque visual no fac-símile do documento.



¹ É necessário entrar em contato com maiaraslemos@gmail.com para ter acesso à senha.

ANEXO

ANEXO – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP – PLATAFORMA BRASIL



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
FEIRA DE SANTANA - UEFS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: COLOCAÇÃO DE CLÍTICOS NA ESCRITA DE PORTUGUESES NO BRASIL, DO SÉCULO XVI AO XIX

Pesquisador: Maiara Lemos

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 60596921.5.0000.0053

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Feira de Santana

Patrocinador Principal: Universidade Estadual de Feira de Santana

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.572.980

Apresentação do Projeto:

Este parecer faz referência ao protocolo nº CAAE 60596921.5.0000.0053 intitulado COLOCAÇÃO DE CLÍTICOS NA ESCRITA DE PORTUGUESES NO BRASIL, DO SÉCULO XVI AO XIX da pesquisadora responsável Maiara Lemos. desenvolvido sob a orientação da Professora Doutora Zenaide de Oliveira Novais Carneiro.

As informações serão preenchidas de acordo com os seguintes documentos: PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1792793.pdf; carta_de_pendencias.pdf; Projeto_de_pesquisa.pdf; dispensa_tcle.pdf; declaracao_de_pesquisadores.pdf; Declaracao_de_concordancia_departamento.pdf anexados na plataforma no dia 08 de julho de 2022. Objetiva-se neste realizar a descrição da colocação dos clíticos, buscando responder como se caracteriza a colocação dos clíticos nas construções finitas formadas por único verbo e grupos em amostras representativas de língua escrita produzidas por portugueses, de diversas estratificações sociais, que residiram no Brasil no período colonial, bem como buscar com essa descrição, indícios que possam contribuir com a questão relacionada a qual a gramática do português que, após sofrer as mudanças desencadeadas no Brasil, originou o Português Brasileiro. Para isso, serão utilizados documentos escritos por portugueses que residiram no Brasil no chamado período colonial, que são de natureza diversa, como cartas, ofícios, translados, requisições, provisões e processos inquisitórios datados dos séculos XVI ao XIX. Assim, os corpora utilizados é constituído

Endereço: Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS

Bairro: Módulo I, MA 17

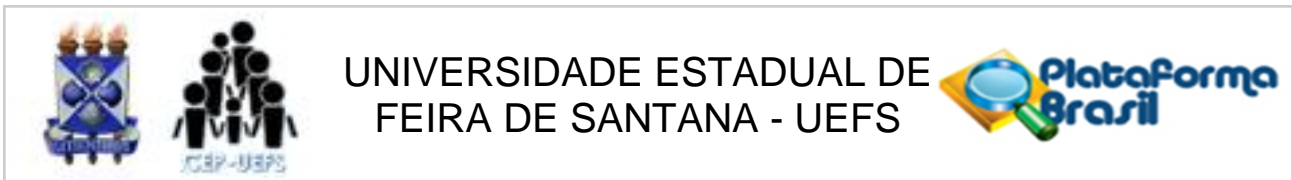
CEP: 44.031-460

UF: BA

Município: FEIRA DE SANTANA

Telefone: (75)3161-8124

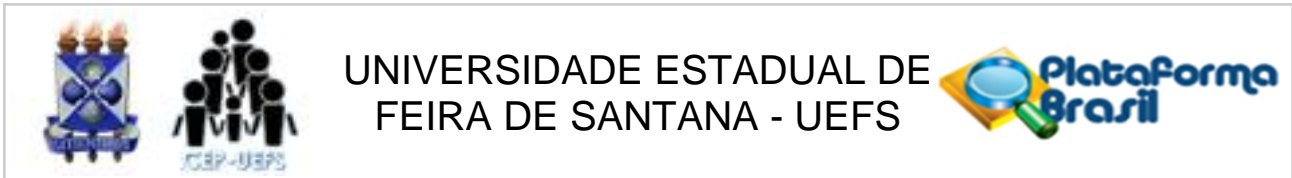
E-mail: cep@uefs.br



Continuação do Parecer: 5.572.980

por 3 conjuntos de documentos, o primeiro, é composto por 32 documentos oriundos de representantes legais de Portugal, na colônia, como o vice-rei e 1º Conde de Sabugosa, Vasco Fernandes César de Menezes, os Governadores Gerais Duarte Costa, Mem de Sá, Gaspar de Sousa, Antônio Teles da Silva e Jerônimo de Ataíde (o Conde de Atouguia), além de pessoas que ocupavam outros cargos na sociedade colonial, como o Mestre de Obras Luís Dias, o clérigo jesuíta Simão de Vasconcelos, o provedor-mor da Fazenda Real do Brasil, Mateus Ferreira Vilas Boas, além do médico Jorge Fernandes e de alguns trabalhadores do Santo Ofício, que exerceram cargos de comissários. Essa documentação está localizada em Portugal, entre os Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e, também, no Projeto Resgate Barão do Rio Branco. O segundo conjunto, são os documentos utilizados por Barbosa (1999). Eles pertencem ao Arquivo Histórico Ultramarino e foram tratados através de edição interpretativa por Barbosa (1999): as Cartas de Comércio, 93 cartas de comércio escritas no Brasil por 31 homens e foram destinadas ao senhor Antônio Esteves Costa, um comerciante cujos exercícios abrangiam a Europa e, também, outras colônias, e os Documentos Oficiais do Rio de Janeiro, formado por 14 documentos oficiais expedidos do Rio de Janeiro para Lisboa. Por fim, o terceiro conjunto é composto por 51 cartas, escritas por portugueses de diferentes proveniências sociais, que residiam no Brasil no momento da escrita e que, em sua maioria, foram perseguidos pela Inquisição. Esse conjunto de cartas pertencem ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo no repositório referente ao Tribunal do Santo Ofício. Grande parte dessas cartas são caracterizadas pela aproximação com a linguagem oral, sendo compostas por uma linguagem muito próxima da cotidiana e foram disponibilizados, também em edição crítica digital, além de serem linguisticamente anotados no site do Projeto P.S Post Scriptum Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa com o fim de facilitar o acesso à documentação histórica com edição confiável para realização de estudos linguísticos. A escolha desses corpora intencionou promover um balanceamento de forma que fosse possível obter documentação de todo o período (séculos XVI ao XIX) a fim de que os dados da pesquisa possam responder com melhor distribuição temporal às perguntas aqui colocadas. Vale ressaltar que a esta proposta segue os pressupostos da Linguística Histórica stricto sensu de caráter sócio-histórico (Matos e Silva, 2008), utilizando o método da Sociolinguística variacionista (Weinreich, Labov e Herzog, 2006) para quantificação dos dados. A interpretação dos dados será realizada com base nas noções gerativistas de língua e mudança (CHOMSKY, 1986), abrangendo, também, a ideia de competição de gramáticas (Kroch, 1994; 2001).

Endereço: Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS
Bairro: Módulo I, MA 17 **CEP:** 44.031-460
UF: BA **Município:** FEIRA DE SANTANA
Telefone: (75)3161-8124 **E-mail:** cep@uefs.br



Continuação do Parecer: 5.572.980

Apresenta folha_de_rosto_definitiva.pdf assinada pela pessoa responsável pelo Departamento de Letras e Artes e documento de dispensa de TCLE.

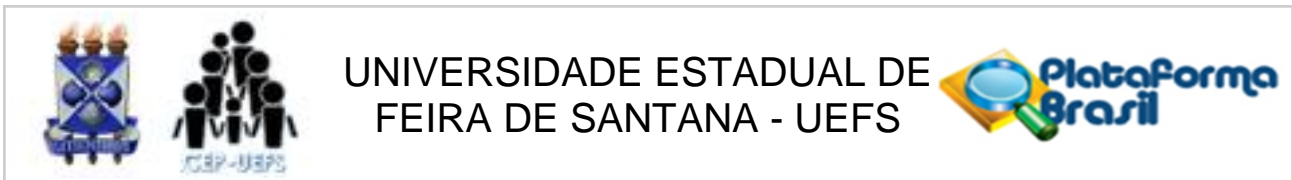
Objetivo da Pesquisa:

Segundo o PB_informações básicas: Objetivo Primário: Objetiva-se nesta pesquisa, descrever a colocação dos clíticos em construções finitas com verbo único e grupos verbais em documentos de portugueses de camadas sociais diversas e residentes no Brasil durante o período colonial (datados dos séculos XVI ao XIX), analisando qual a estrutura gramatical do português veio de Portugal nas caravelas. Objetivo Secundário: Realizar um estudo comparativo dos resultados encontrados nesta pesquisa com os de Martins (1994), que pesquisou o mesmo período em documentos notariais e literários de portugueses que não saíram de Portugal, a fim de buscar alguma diferença. Objetiva-se também, apresentar uma linha do tempo histórica, evidenciando como se deu a colocação do clítico do português NO Brasil no decorrer do tempo, unindo os dados dessa pesquisa aos encontrados por Lobo (1998). (p.04)

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Visto que todos os documentos selecionados para compor o corpus da pesquisa são datados dos séculos XVI ao XIX e disponibilizados por arquivos e acervos públicos do Brasil e de Portugal, além do fato de que os documentos que passaram por um processo de tratamento e edição em trabalhos anteriores, como as Cartas de comércio editadas por Barbosa (1999) e as Cartas de portugueses perseguidos pela Inquisição, editadas e anotadas pelo Projeto P.S Post Scriptum Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna (<http://teitok.clul.ul.pt/postscriptum/pt/index.php?>), do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, serão devidamente citados em toda e qualquer produção de trabalho científico e divulgação de resultados, tal qual exige a ética do pesquisador, os riscos não são aplicáveis a esta pesquisa. Benefícios: Muitos benefícios podem ser gerados por meio desta pesquisa. Primeiramente, as pesquisas realizadas nas áreas dos estudos linguísticos contribuem para o conhecimento da língua portuguesa que, posteriormente, são introduzidos de maneira acessível no ensino básico. Além disso, pesquisas em linguística histórica, buscam analisar processos de mudanças e variações linguísticas que ocorreram no percurso do tempo, a fim de possibilitar uma compreensão histórica da língua. A presente proposta de pesquisa, especificamente, visa contribuir no conhecimento da formação do Português Brasileiro ao buscar indícios e evidências históricas, por meio de análise linguística, sobre o português que desembarcou no Brasil no período colonial, através do qual as mudanças sofridas no Brasil, originou algumas das vertentes

Endereço: Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS
Bairro: Módulo I, MA 17 **CEP:** 44.031-460
UF: BA **Município:** FEIRA DE SANTANA
Telefone: (75)3161-8124 **E-mail:** cep@uefs.br



Continuação do Parecer: 5.572.980

do PB. Além disso, sabe-se que a constituição de corpora com documentos históricos é de imensa importância para os estudos linguísticos, desse modo, as cartas sem tratamento e edição prévia que foram prospectadas para esta pesquisa, serão disponibilizadas para que membros do Projeto CE-DOHS (Corpus eletrônico de documentos históricos do sertão) realizem a edição necessária e, depois, as disponibilizem no site do projeto para contribuição com pesquisas futuras. Quanto ao material já editado, poderão, através dessa pesquisa ter a divulgação dos trabalhos e acervos dos quais pertencem, o que também contribui para que outros fenômenos linguísticos sejam analisados nestes corpora e questões acerca da história da formação do PB possam ser respondidas em outros estudos. (PB_informações, p.5)

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

vide conclusões ou pendências e lista de inadequações

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

vide conclusões ou pendências e lista de inadequações

Recomendações:

Não há

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conclusão:

No protocolo foi apresentada resposta a pendência anteriormente indicada apesar dessa versão ser indicada como primeira avaliação. Trata-se da seguinte pendência:

Pendência nº 01: Faltou anexar à submissão a declaração dos pesquisadores (declaração de orientadora e termo de responsabilidade), a declaração de concordância da instituição, bem como o pedido de dispensa do TCLE, documentos necessários para o tipo de pesquisa.

Resposta: Ao submeter o projeto ao CEP pela primeira vez não havia experiência em relação ao processo de submissão por parte da pesquisadora responsável, que não tinha conhecimento sobre o envio desses documentos.

Análise do CE: Solicitação atendida e o Protocolo será retirado, pois atende ao parágrafo único da Resolução CNS 510/ 2016.

Endereço: Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS
Bairro: Módulo I, MA 17 **CEP:** 44.031-460
UF: BA **Município:** FEIRA DE SANTANA
Telefone: (75)3161-8124 **E-mail:** cep@uefs.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
FEIRA DE SANTANA - UEFS



Continuação do Parecer: 5.572.980

Considerações Finais a critério do CEP:

Venho informar-lhe que seu Projeto de Pesquisa se enquadra no parágrafo único do Art. 1º da Resolução 510/16, segundo o qual: “Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP: I – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados; II – pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011; III – pesquisa que utilize informações de domínio público; IV - pesquisa censitária; V - pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual; e VI - pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica; VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito; e VIII – atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica, de alunos de graduação, de curso técnico, ou de profissionais em especialização” (BRASIL, 2016).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1792793.pdf	12/07/2022 14:46:21		Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_definitiva.pdf	12/07/2022 14:45:39	Maiara Lemos	Aceito
Outros	carta_de_pendencias.pdf	08/07/2022 17:41:00	Maiara Lemos	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa.pdf	08/07/2022 16:50:03	Maiara Lemos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	dispensa_tcle.pdf	08/07/2022 16:02:05	Maiara Lemos	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_de_pesquisadores.pdf	08/07/2022 15:56:49	Maiara Lemos	Aceito
Declaração de concordância	Declaracao_de_concordancia_departamento.pdf	08/07/2022 15:53:11	Maiara Lemos	Aceito

Situação do Parecer:

Retirado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS

Bairro: Módulo I, MA 17

CEP: 44.031-460

UF: BA

Município: FEIRA DE SANTANA

Telefone: (75)3161-8124

E-mail: cep@uefs.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
FEIRA DE SANTANA - UEFS



Continuação do Parecer: 5.572.980

Não

FEIRA DE SANTANA, 09 de Agosto de 2022

Assinado por:
Wânia Silveira da Rocha
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS

Bairro: Módulo I, MA 17

CEP: 44.031-460

UF: BA

Município: FEIRA DE SANTANA

Telefone: (75)3161-8124

E-mail: cep@uefs.br